

**A CONSTRUÇÃO DA
TERRITORIALIDADE CAMPONESA
NO ASSENTAMENTO DONA HELENA,
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO-PB**



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

IVANALDA DANTAS NÓBREGA DI LORENZO

João Pessoa, setembro de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

IVANALDA DANTAS NÓBREGA DI LORENZO

**A CONSTRUÇÃO DA
TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO
ASSENTAMENTO DONA HELENA,
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO-PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.

João Pessoa, setembro de 2007.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - UFPB

D579C

Di Lorenzo, Ivanalda Dantas Nóbrega.
A Construção da Territorialidade Camponesa no
Assentamento Dona Helena,
Cruz do Espírito Santo - PB. / Ivanalda Dantas Nóbrega
Di Lorenzo. – João Pessoa, 2007.
p. 316 Il.
Orientadora: Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.
Dissertação (mestrado) – UFPb/CCEN
1. Assentamentos Humanos – Dona Helena. 2. Geografia
Agrária. 3. Campesinato. 4. Território. 5. Cultura.

UFPB/BC

CDU: 911.372.3 (043)

**“A Construção da Territorialidade no Assentamento Dona
Helena, Cruz do Espírito Santo - PB”**

por

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



Prof^ª Dr^ª **Maria de Fátima Ferreira Rodrigues**
Orientadora



Prof^ª Dr^ª **Maria do Socorro Xavier Batista**
Examinadora



Prof^º Dr **Caio Augusto Amorim Maciel**
Examinador

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Setembro/2007

Aos meus pais, Amaro e Maria Ivany (in memorian), a meus irmãos, pelo amor e pelos ensinamentos na vida, no meu “pedaço de chão” infinitamente feliz, onde mantive estreitas relações com a terra.

A Natália Dantas e Gabriela Nóbrega, minhas filhas, pelas minhas ausências, a compreensão, a vida e o amor delas.

Aos camponeses do Assentamento Dona Helena, os responsáveis pelo resultado desta pesquisa, pelas experiências, amizade, carinho, confiança.

Agradecimentos

Neste momento me aproprio das palavras do Comandante Ernesto Che Guevara: “Não importa onde a morte nos surpreenda; que ela seja bem-vinda! Desde que nosso grito seja ouvido, que uma outra mão se estenda para empunhar as armas e que outros homens se levantem”.

Pensando desta forma é que dirijo-me aos camponeses do Assentamento Dona Helena aos quais agradeço imensamente pela receptividade, as lições de vida, solidariedade, respeito e luta contínua por dias melhores e pelo compartilhamento da vida comunitária.

Penso que deve ser esta a missão de cada ser humano: lutar em prol de uma sociedade onde a justiça se faça para todos a fim de que haja dignidade de vida e assim, que a todos seja dada a oportunidade de satisfazer minimamente as necessidades básicas.

A luta pela terra traduz a luta pela equidade social porque ela implica na formação de novas consciências que muitas vezes se formam tardiamente, quando não o são impedidas de existir. Alguns trabalhadores do campo sequer têm o direito à expropriação como muitos dos camponeses Sem-Terra, simplesmente por não terem direito algum na sociedade em que foram gerados. O homem é reduzido à crueldade dos números onde a qualidade não se discute.

Milhares de homens e mulheres do campo ao conhecer sua realidade cotidiana tornaram-se seres humanos capazes de transformá-la e para isto enfrentam “a ferro e fogo” os caminhos da liberdade, da opressão e da possibilidade de tornar-se dono de sua força de trabalho, dos meios de produção e beneficiário dos frutos de seu trabalho.

Sinto a necessidade de relembrar os passos desta caminhada e nela saber que não estive sozinha. Necessitei de muitos outros passos junto aos meus para que este trabalho fosse realizado, ao quais quero agradecer neste momento.

À professora Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, orientadora neste trabalho, companheira, amiga, cuja atenção foi indispensável na minha vida profissional e pessoal, a quem serei eternamente grata pelos ensinamentos e oportunidades concedidas.

A Alexandre Amaral Di Lorenzo, pelo apoio financeiro e moral, pois foi indispensável à realização deste feito.

A Gabriela e Natália Dantas Di Lorenzo, minhas filhas, pela companhia e espera incansável da conclusão deste trabalho.

A Margarida Belarmino Sena, Ana Maria e Sílvia Maria, amigas e irmãs as quais conheci nos momentos em que se encontram os amigos - uma família que me acolheu nos momentos em que mais precisei de apoio e carinho.

À Professora Dra. Valéria de Marcos, pelo acompanhamento, carinho, incentivo responsável e consciente ao trilhar esta caminhada.

À Professora Emília de Rodat Fernandes Moreira, por todos os ensinamentos, amizade, carinho, e pelo trabalho dedicado.

Aos Professores Ms. Eduardo Viana de Lima, Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso, Dr. Roberto Sassi, Dra. Doralice Sátiro Maia, pelo acompanhamento durante o curso e pelo trabalho responsável e dedicado.

Aos Professores Dr. Bernardo Mançano Fernandes, Dr. Ariovaldo Umbelino Oliveira, Dr. José Grabóis, Dra. Eliane Tommiasi Paulino, Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, Dr. Sílvio Simione, pelos encontros, conversas, trabalhos de campo e acompanhamento na construção desta Dissertação de Mestrado.

À Professora Ms. Aracy Silva, pelos ensinamentos e o carinho dispensado.

À Prefeitura Municipal de João Pessoa representada neste momento pelo Ilmo. Prefeito Ricardo Coutinho e Ilmo. Secretário Municipal de Educação, o Dr. Walter Galvão pela concessão da licença para cursar o Mestrado, e principalmente pela concessão de passagens aéreas destinadas a participação em congressos em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Acre e Portugal. Igualmente, às funcionárias Luciana e Íris da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, pela atenção.

À Superintendência da EMATER-PB na pessoa do Dr. Nivaldo Moreno Magalhães e à Diretoria Regional da EMATER – PB na pessoa do Dr. José Formiga pela compreensão e ajuda.

A Bibliotecária Maria Débora Chaves, pela orientação na elaboração das referências bibliográficas.

A Bibliotecária Maria de Fátima Silva, pela elaboração da ficha catalográfica.

À família do senhor Antônio Severo que foi não apenas amiga, mas uma nova família que agreguei a minha vida.

Ao Dr. Aluísio de Souza Freitas, gerente do Banco do Nordeste do Brasil- BNB, pelo auxílio durante a pesquisa de dados e na concessão de entrevistas.

A Irmã Marlene, Irmã Edneuzza e demais funcionários da Comissão Pastoral da Terra (CPT), colaboradores nesta pesquisa.

A Marcos Fernando Dutra Caldas, funcionário do PRONAF.

À secretária da Coordenação do Mestrado, Sônia Maria do Nascimento por sua presteza, simplicidade e simpatia.

Ao colega Arinaldo, pelo tratamento de dados na aplicação de SIG.

Aos camponeses participantes e aos frequentadores da Feira Agroecológica.

À professora Rosângela Dantas Baía pela tradução dos resumos.

À professora Janserlice Torres pela correção do texto em língua portuguesa.

Aos colegas do grupo de estudos GESTAR: Aline Barboza, Ana Bernadete Accioly, Carlos Soares, Alessandra Pereira, Amanda Marques, Flaviana Kalina, Cláudia Simoni.

A Aline Barboza pelo carinho, amizade, pela leitura compartilhada, o tratamento de mapas e gráficos.

A Ana Bernadete Accioly pela amizade e pela formatação e revisão do texto.

Ao Padre Gabriele Giacomelli e a Maria Cristina pelo acolhimento e concessão de entrevistas, assim como pelo acompanhamento a cursos realizados no Centro Rural de Formação – CRF em Cruz do Espírito Santo – PB.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de investigação a construção da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, localizado na Zona da Mata Paraibana. Os sujeitos pesquisados são os camponeses que residiam na Fazenda Engenho Novo, há décadas, e que aos poucos foram expropriados da terra ao passo que as poucas áreas que lhes restavam iam sendo suprimidas para dar lugar à monocultura da cana-de-açúcar. O conflito teve início em 1991, envolvendo os camponeses e o proprietário da Fazenda Engenho Novo, José Fernandes Ribeiro Coutinho, quando ele derrubou a casa de um posseiro situada dentro da Fazenda. A partir desse conflito os camponeses foram se organizando com o apoio da CPT e de setores da UFPB que já atuavam na Várzea Paraibana desde a década de 1970. Para realização do trabalho nos apoiamos na pesquisa etnográfica com o objetivo de registrar a maior diversidade de aspectos da cultura camponesa; buscamos também na construção do texto superar a separação entre o conhecimento formal e o informal. Nesse exercício, oportunizar a fala dos sujeitos pesquisados ao longo do texto foi nossa meta. A abordagem teórico-metodológica se deu a partir da utilização de conceitos e noções relativas à história da cultura e ao modo de vida camponês tais como: território, territorialidade, campesinato, assim como o conceito de mediador social, que possui nesse Assentamento relevância considerável, pois evidencia os laços construídos com a sociedade envolvente em busca da transformação de suas realidades. Do conjunto das informações levantadas construímos gráficos, tabelas e mapas para dar melhor visibilidade às informações obtidas.

Palavras-chave: Assentamento Dona Helena; campesinato; territorialidade; cultura; resistência.

ABSTRACT

This work has the objective of investigating the construction of the country territory of Dona Helena Establishment, localized at Zona da Mata Paraibana. The search subjects are the peasants that live in the Engenho Novo, Farm since decades, and they were expropriated of the field in a few areas that remain them it were going suppressed to give place at monoculture of sugar cane. The conflict began in 1991, it was involving the peasants and the owner of Engenho Novo Farm, José Fernandes Ribeiro Coutinho, when he destroyed a ownership's house that was in his farm. From this conflict the peasants were organized with the lean on CPT and the setories of UFPB that already had a work in the Várzea Paraibana since 1970. To carry out this work we took like a support, the ethnography search with the objective to register the major diversity of aspects of the field culture; we already try to surpass the separate between the formal and the informal knowledge in the construction of the text. In this exercise, our objective through the text was to become available the talk of the search subjects. The approach theoretic-methodology happened from the utilization of the history of the culture and the type of the country life, like: territory, demarcate of territory, peasants' organization, as well as the concept of social mediator that has in this establishment considerable relevance, then its evidences the bonds constructed with the society included to bring about the transformation of them realities. With the information we constructed graphics, maps and tables to take better visibility to this information.

Key-words: Dona Helena Establishment, peasants' organization, demarcate of territory, culture, devolution, resistance.

RESUMEN

Este trabajo tiene el objetivo de hacer la investigación de la construcción de la territorialidad campesina en el Asentamiento Dona Helena, ubicado en la Zona da Mata Paraibana. Los sujetos pesquisados son los camponeses que vivían en la Hacienda Engenho Novo, hace décadas, y que a los pocos se fueron expropiados de la tierra mientras en pocas áreas que les restaban eran suprimidas para dar sitio a la monocultura de la caña de azúcar. El conflicto empezó en 1991, entre los campesinos y el propietario de la Hacienda Engenho Novo, José Fernandes Ribeiro Coutinho, cuando él derribó la casa de un campesino ubicada dentro de su hacienda. A partir de este conflicto los campesinos se fueron organizando con el apoyo de la CPT y de los setores de la UFPB que ya actuaban en la Várzea Paraibana desde 1970. Para la realización del trabajo nosotros nos apoyamos en la pesquisa etnográfica con el objetivo de hacer un registro de la maior diversidad de aspectos de la cultura campesina; buscamos también en la construcción del texto superar la segregación entre el conocimiento formal y el informal. En ese ejercicio, nuestra meta fue tornar posible la habla de los sujetos pesquisados a lo largo del texto. El abordaje teórico-metodológico ocurrió a partir de la utilización de los conceptos y nociones relacionadas a la historia de la cultura y al modo de vida campesina, así como: território, territorialidad, organización de los campesinos, así como el concepto de mediador social que hay en este Asentamiento considerable relevancia, esto evidencia los lazos construídos con la sociedad envolvida en busca de la transformación de sus realidades. Con el conjunto de las informaciones nosotros construimos gráficos, tableros y mapas para ofrecer mejor visibilidad a las informaciones obtenidas.

Palabras-claves: Asentamiento Dona Helena, Organización de campesinos, territorialidad, cultura, resistencia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Dados sobre o cultivo de cana-de-açúcar nas parcelas segundo a extensão cultivada.	125
Tabela 02	Cultivo de Fruticultura no Assentamento Dona Helena	139
Tabela 03	Cultivo e Uso de Ervas Medicinais no Assentamento Dona Helena.	140
Tabela 04	Produção agrícola no Assentamento Dona Helena.	140
Tabela 05	Distribuição da Renda por Número de Famílias.	145
Tabela 06	Distribuição da Renda no Assentamento Dona Helena	145
Tabela 07	Saneamento Básico.	162
Tabela 08	Nível de Escolarização dos Entrevistados	198
Tabela 09	Grau de Escolaridade por Sexo no Assentamento Dona Helena	205
Tabela 10	Número de Pessoas Matriculadas no Ensino Formal	206

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Criação Pecuária nos Períodos Pré e Pós Desapropriação.	137
Gráfico 02	Criação de Animais no Assentamento Dona Helena	138
Gráfico 03	Distribuição da Renda por Número de Famílias	143
Gráfico 04	Origem dos recursos obtidos na geração de renda das famílias.	144
Gráfico 05	Renda em produtos por família.	144
Gráfico 06	Transporte de água da fonte até as residências.	164
Gráfico 07	Origem da água consumida no Assentamento Dona Helena	165
Gráfico 08	Origem da água para consumo humano no Assentamento Dona Helena	166
Gráfico 09	Comercialização da Produção	173

LISTA DE FIGURAS

CAPA	Fotografias do acampamento e dos membros da atual gestão da ATRADH	01
Figura 01	Mapa de localização do Assentamento Dona Helena.	26
Figura 02	Planta Cartográfica do Assentamento Dona Helena	58
Figura 03	Antiga sede da fazenda Engenho Novo	111
Figura 04	Atual sede da ATRADH e do CRF	111
Figura 05	Residências dos moradores no período da Fazenda Engenho Novo.	111
Figura 06	Armazéns laterais à sede da fazenda que serviam como depósitos da produção da antiga Fazenda Engenho Novo, atualmente abriga famílias de agregados.	111
Figura 07	Ruínas de antigos armazéns.	111
Figura 08	Sede da ATRADH	111
Figura 09	Casa de taipa construída na parcela de Dona Neura após a desapropriação da terra no aguardo do financiamento das residências.	115
Figura 10	Residência de camponês construída em alvenaria	116
Figura 11	Animais no “terreiro”, confinados em galinheiros.	116
Figura 12	Fruteiras no “terreiro” destinados ao consumo familiar e quando disponível, à venda do excedente e/ou doação.	117
Figura 13	Dona Lurdes realizando trabalho doméstico e cuidando dos animais	146
Figura 14	Feira Agroecológica realizada no pátio da UFPB, Campus I	151
Figura 15	Esgoto à céu aberto com despejo direto em pequenos riachos no interior do Assentamento Dona Helena.	157
Figura 16	Esgoto e resíduos sólidos da área urbana despejados diretamente no interior de algumas parcelas do Assentamento Dona Helena.	157
Figura 17	Mapa temático de formas de captação de água no Assentamento Dona Helena	163
Figura 18	Cacimbão ou Poço na parcela de Seu Antônio Severo	168
Figura 19	Cacimba na parcela de Dona Ilza	168
Figura 20	Açude na parcela de Seu João	168
Figura 21	Gorete, camponesa e Agente de Saúde Comunitária, realizando seu trabalho nas residências dos camponeses, medindo e pesando as crianças.	170
Figura 22	Campo de futebol improvisado ao lado da escola do Assentamento.	170
Figura 23	Residência de Reginaldo, filho de Dona Helena, onde permanece a	176

cruz, um dos símbolos da luta pela terra nesse Assentamento.

Figura 24	Fotografia de Dona Helena no altar da Igreja de Santo Antônio	176
Figura 25	Camponesa utilizando vestimenta em homenagem ao Santo Padroeiro.	183
Figura 26	Imagem da Santa Maria na casa de seu Fernando aguardando o início da procissão das mulheres no dia de Santo Antônio.	183
Figura 27	Imagem de Santo Antônio na casa de Josenilson aguardando o início da procissão dos homens no dia de Santo Antônio.	183
Figura 28	Encontro das duas procissões realizadas pelas mulheres em homenagem a Maria e pelos homens em homenagem a Santo Antônio.	183
Figura 29	Igreja de Santo Antônio localizada às margens da rodovia que liga Cruz do Espírito Santo a Sapé – PB, porção Sul do Assentamento.	183
Figura 30	Celebração da missa aos domingos realizada pelos camponeses.	183
Figura 31	Residência onde foi iniciada a atividade educativa formal.	201
Figura 32	Barraca de palha construída pelos camponeses que serviria de sala de aula.	201
Figura 33	Escola Maria José Francisca construída em 2002.	201
Figura 34	Salão comunitário onde se realiza reuniões, encontros religiosos.	213
Figura 35	Cozinha comunitária onde se realiza a fabricação de remédios caseiros pelo Grupo de Mulheres.	213
Figura 36	Barraca de remédios caseiros produzidos pelo Grupo de Mulheres - Feira Agroecológica na UFPB.	213
Figura 37	Célia, camponesa, membro da Diretoria da ATRADH.	214
Figura 38	Cisterna de Placas construída na parcela do Seu Antônio Severo.	221
Figura 39	Alunas bolsistas do CRF durante o manejo da horta orgânica.	224
Figura 40	Padre Gabriele Giacomelli.	224
Figura 41	Reunião dos pais e crianças no CRF.	227
Figura 42	Grupo de Crianças do CRF – Mirim durante um momento de “rodada de leitura” orientada por Cristina, ao fundo.	228
Figura 43	Momento do acampamento em que crianças, jovens e adultos estabelecem a partir do trabalho, as trocas de experiências, o saber informal.	229
Figura 44	Trabalho realizado numa família camponesa com participação, inclusive das crianças que “aprendem brincando”.	229
Figura 45	Momento em que crianças realizam pequenas tarefas em meio ao trabalho cotidiano.	230
Figura 46	Assembléia mensal realizada na sede da antiga fazenda Engenho Novo.	232
Figura 47	Construção de uma mandala pelos camponeses.	236
Figura 48	Barraca provisória construída na parcela para abrigar os agregados da família.	239
Figura 49	Interação no trabalho da família camponesa.	241

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
AGROPAR	Empresa Agropecuária Vale do Paraíba
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
ATRADH	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Dona Helena
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos do Estado da Paraíba
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDESP'S	Centro de Defesa do Saber Popular de Saúde da Paraíba
CEF	Caixa Econômica Federal
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa Científica
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
COAGEP	Cooperativa de Apoio as Organizações de Gestão e Produção
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRF	Centro Rural de Formação
CTPS	Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba – PB
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIBGE	Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GESTAR	Grupo de Estudos: Território, Trabalho e Cidadania
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terras do Estado da Paraíba
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDA	Ministério do desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Sem Terra
ONG's	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PB	Paraíba
PM's	Policiais Militares
PRAC	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PROÁLCOOL	Programa do Açúcar e do Alcool
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RB	Relação de Beneficiários
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SINTER	Sindicato dos Trabalhadores em Extensão Rural da EMATER – PB
SINTRAF	Sindicato de Trabalhadores da Agricultura Familiar na Várzea Paraibana
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SM	Salário Mínimo
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STRCES	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo
UECG-PB	Universidade Estadual de Campina Grande – Paraíba
UFAC	Universidade Federal do Acre em Rio Branco
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados – MS
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESP	Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente – SP

LISTA DE ANEXOS

A	Jornal A União	274
B	Entrevista realizada com os camponeses que comercializam na Feira Agroecológica	275
C	Entrevista realizada com os frequentadores da Feira Agroecológica	277
D	Entrevista realizada com os camponeses do Assentamento Dona Helena	278
E	Entrevista realizada com Corpo Docente, Técnico e de Apoio da Escola do Assentamento Dona Helena	294
F	Entrevista realizada com membros da CPT	295
G	Entrevista realizada com membros do BNB e PRONAF	296
H	Entrevista realizada com membros do INCRA	297
I	Entrevista realizada com membros do CRF	298
J	Entrevista realizada com membros do CEDESP'S	299
L	Entrevista realizada com membros da EMATER-PB	300
M	Entrevista realizada com membros da Agência Mandalla	301
N	Entrevista realizada com membros do STRCES	302
O	Entrevista realizada com membros da ATRADH	303
P	Entrevista realizada com membros da Assistência Técnica	304
Q	Jornal O Norte	306
R	Jornal A União	308
S	Decreto de Desapropriação	310
T	Autos de Imissão de Posse	312
U	Ofício ao INCRA sobre ocupação dos agregados	314
V	Ofício de solicitação do crédito habitação	316

SUMÁRIO

Introdução	24
Capítulo I – Demarcando os Territórios Teórico-Metodológicos	34
1.1. Marco Inicial da Pesquisa	34
1.2. Do Ver ao Olhar: Conhecendo o Território Camponês pela Etnografia	43
1.2.1. Relato Sobre as Fontes de Pesquisa	52
1.3. A Pesquisa Bibliográfica: Os Autores/Interlocutores	65
Capítulo II – Do Território do Latifúndio ao Território Camponês	83
2.1. Da Territorialidade do Latifúndio: luta e resistência camponesa	83
2.2. Desterritorialização, Luta e Resistência pela Terra: da Desterritorialização ao Território Transitório do Acampamento	95
2.3. A Reterritorialização: Território Conquistado da Agricultura Camponesa.....	109
2.4. Territorialidade e Trabalho.....	118
Capítulo III – Terra, Produção e Cultura no Território Camponês	137
3.1. Aspectos Sócio-Econômicos dos Processos Produtivos	137
3.2. Comercialização da Produção Camponesa - A Feira Agroecológica da Mata Paraibana: Dimensões Culturais e Políticas	147
3.3. Aspectos Sócio-Ambientais Relativos ao Uso da Água e do Solo no Território Camponês do Assentamento Dona Helena	155
3.4. Infra-estrutura no Território Camponês do Assentamento Dona Helena	168
3.5. A Relação Campo-Cidade	172
3.6. Aspectos Culturais do Assentamento Dona Helena: Religiosidade e Solidariedade Camponesa.....	174
3.7. Política de Crédito e Assistência Técnica	186
Capítulo IV- Território, Sociabilidade e Educação	193
4.1. Os Mediadores Sociais	193
4.2. Territórios da Educação: Rural e do Campo – A Luta por Escola no Campo	197
4.3. Ações Informais no Campo da Educação	208
4.4. A Atuação do Centro Rural de Formação (CRF) no Assentamento Dona Helena	222
4.5. A Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Dona Helena (ATRADH)	231
Considerações Finais	243
Referências Bibliográficas	249

Vista por todos os ângulos, apropriada por todos os lados, a terra está no centro de qualquer debate mesmo quando não aparece. A terra é dessas coisas desde tempos imemoriais. Separam nações, povos, classes sociais, famílias, amigos, e também une. É vida, é morte, paz e guerra. No Brasil, a terra é sinal de contradição, é privilégio latifúndio, minifúndio, riqueza, desespero para milhões. Escritura de poucos. Desejo e sonho de muitos. O poder aqui se estabeleceu sobre a terra e desse ponto não deixa nada se mover. Protege a cerca com fuzis, a propriedade com leis, a produção com alguns incentivos, e tudo fez para transformar o Brasil em terceiro país exportador agrícola e, ao mesmo tempo, uma terra onde 32 milhões de pessoas passam fome, literalmente. Quem tentou colocar as mãos na terra de tão poucos, porém tão armados donos, foi morto de morte mandada. Violenta. Casas incendiadas. Nem todos têm o nome de terra para um pouco mais de humanidade. A terra e a democracia aqui não se encontram. Negam-se, renegam-se. Por isso, para se chegar a democracia é fundamental abrir a terra, romper essas cercas que excluem e matam; universalizar esse bem que constitui a própria base física do Planeta, acabar com o absurdo, restabelecer os caminhos fechados, as trilhas cercadas, os rios e lagos apropriados por quem, julgando-se dono do mundo, na verdade, o rouba de todos os demais. Construir a democracia na terra e colocar a terra a serviço da democracia constitui um único e fundamental momento desse movimento, que nunca parou nem vai parar até que esse Planeta seja de todos.

Herbert de Souza



Madrugada camponesa,
Faz escuro ainda no chão,
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
amanhã já vai chegar.
Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e
sempre, agora vale a alegria
que se constrói dia-a-dia
feita de canto e de pão.
Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.
Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.

Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro, mas eu canto
porque a manhã vai chegar

Thiago de Mello

Introdução

Nascido sobre a Terra e formado das substancias desta, desenvolve-se por uma longa série de ancestrais de origem igualmente vinculadas com a Terra, o homem não pode ser concebido de outra maneira a não ser a partir de seus vínculos com a Terra. (Ratzel, Antropogeografia, 1882).

A pesquisa em pauta tem como tema central a construção da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo - PB, na microrregião de Sapé e Mesorregião da Mata Paraibana. Essa área de Reforma Agrária tem como limites ao Norte: a área urbana do Conjunto Residencial Júlia Paiva, periferia da cidade de Cruz do Espírito Santo - PB; ao Sul: o rio Paraíba, seguido da área urbana desse município; a Leste: a área urbana desse município, seguida da Fazenda São Felipe de Baixo, pertencente à Usina São João; a Oeste: o Assentamento Vida Nova e a Fazenda Santa Luzia.

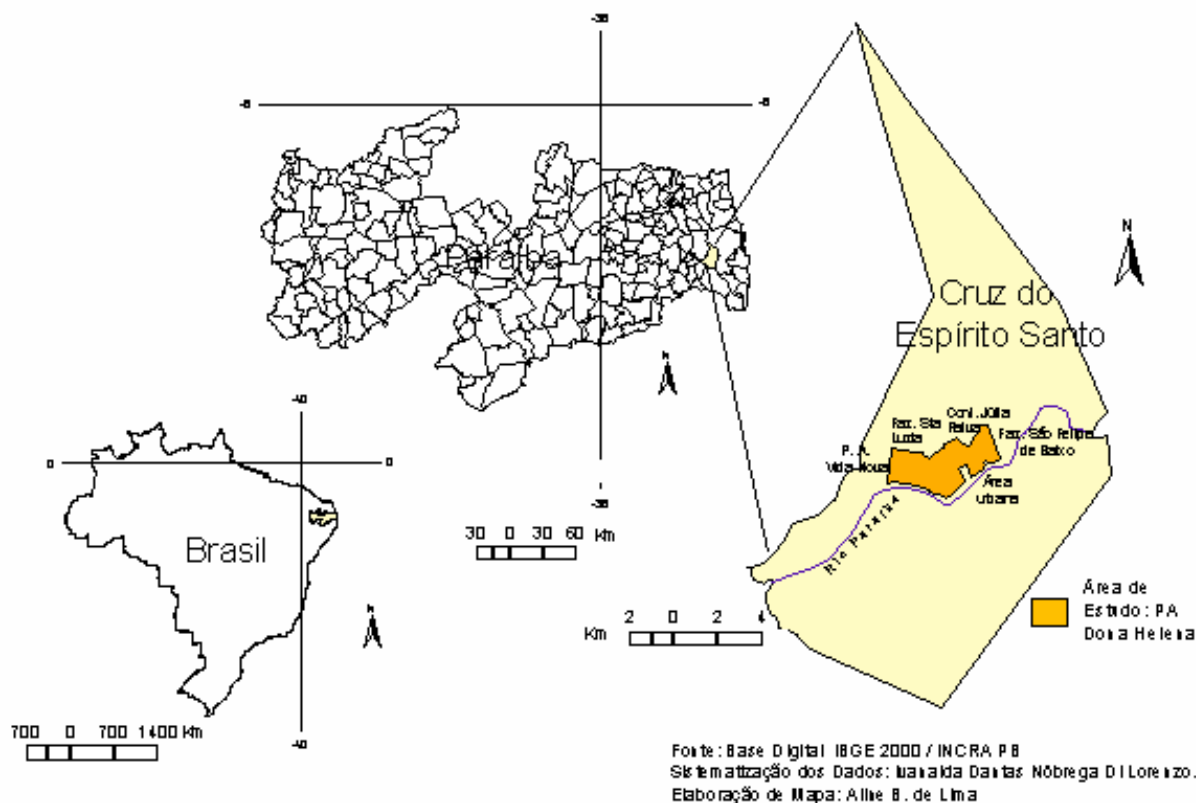
Trata-se de uma área de assentamento reconhecida por alguns membros da comunidade como sendo o “pai dos assentamentos na várzea Paraibana”, tendo em vista ser o primeiro a ser conquistado na Microrregião de Sapé. O histórico desta área de região açucareira se expressa nas delimitações desse Assentamento que se encontra circundado ora por fazendas produtoras de cana-de-açúcar, ora por usinas beneficiadoras desse produto, a exemplo da Usina São João. Entretanto, a luta pela terra desenvolvida e dos processos de exclusão dela decorrentes com forte expressividade, sobretudo nessa área da Zona da Mata Paraibana, resultou na massiva desapropriação de terras destinadas à Reforma Agrária, culminando na formação de outros assentamentos rurais além do Assentamento Dona Helena, quais sejam os Assentamentos Santana II, Massangana I, Massangana II, Massangana III, Campos Sementes e Mudas, Engenho Santana, Corvoadá I e Canudos. Além dos assentamentos, registra-se ainda uma área de acampamento denominada Santa Luzia que aguarda decisão por parte do INCRA (BRASIL, 2007: p.07).

Ao investigarmos a construção da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, pautamo-nos na realidade concreta das famílias camponesas que compõem o Assentamento, em suas histórias de vida, além de suas trajetórias de migrantes. Esses camponeses lutam e resistem no intuito de permanecer na terra e manter sua cultura que traduz o modo de vida camponês. Entre as inúmeras famílias que foram expropriadas do campo nos últimos anos na Paraíba estão as 104 famílias que resistiram e lutaram pela terra e hoje integram o Projeto de Assentamento Dona Helena.

A opção por este tema fundamenta-se, primordialmente, na origem rural da pesquisadora que, desde a infância viveu no campo, num “pedaço de chão” próspero, porém cheio de contradições, convivendo com uma considerável produtividade agrícola em detrimento de uma total exploração dos camponeses, os quais se enquadravam em distintas modalidades de relações de trabalho; morador, meeiro, arrendatário, posseiro, com a presença, inclusive, do trabalho infantil. Na infância a convivência com os camponeses proporcionou alegrias e revelou a outra face da moeda: a convivência com um estado de vida precária. É dessa história que advém o desejo primeiro de pesquisar o campesinato.

A escolha da área geográfica, o Assentamento Dona Helena, (vide Figura 01, a seguir), ocorreu em 2001 ainda cursando a graduação em geografia. Marcou a decisão por essa escolha um encontro anterior, em aula de campo, com os camponeses Sem-terra e a situação de pobreza e precariedade registrada num acampamento do MST no município de Mari – PB.

Mapa de Localização: Assentamento Dona Helena - Cruz do Espírito Santo - Paraíba - Brasil - 2007



A exigência de produzir um trabalho monográfico de conclusão de curso e, a partir de indicações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado da Paraíba (INCRA-PB), onde ouvimos de uma funcionária, a senhora Kátia o seguinte depoimento: “é um assentamento que tem uma história muito bonita, de luta, de vitórias, de associação organizada”; fizemos a escolha dessa área de estudo. Mas por outro lado, contribuiu para a escolha, a localização do Assentamento que apresenta relativa proximidade da residência da pesquisadora. Entretanto, uma grande paixão nos move ao estudo deste tema, pois, na origem de todo saber está a paixão de conhecer, e como afirma Wright Mills (1982, p.135):

Os pensadores não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra.

A pesquisa documental teve início no INCRA-PB, já nesse primeiro contato. Já a primeira visita ao assentamento deu-se num dia de assembléia, na qual solicitei aprovação para realização da pesquisa, tendo sido prontamente aceita. Essa primeira visita ao Assentamento Dona Helena, acompanhada de minha família, deixou-me deslumbrada com a beleza do lugar, o cuidado com cada pedaço de terra, tudo tão certinho que não parecia

A pesquisa documental teve início no INCRA-PB, já nesse primeiro contato. Já a primeira visita ao assentamento deu-se num dia de assembléia, na qual solicitei aprovação para realização da pesquisa, tendo sido prontamente aceita. Essa primeira visita ao Assentamento Dona Helena, acompanhada de minha família, deixou-me deslumbrada com a beleza do lugar, o cuidado com cada pedaço de terra, tudo tão certinho que não parecia verdadeiro, ou melhor, não refletia a forma como muitas vezes se expressa à mídia¹, ou refletia apenas, como afirma Cardoso (2006, p. 348) “o ver deslizante onde prevalece a opacidade dos fatos”. A proximidade com alguns camponeses fez ruir toda aquela idéia de invasão propagada pela mídia. A facilidade de encontrar pessoas sempre dispostas a fornecer informações, conversar, conhecer, oferecer um café foram uma constante no decorrer da pesquisa.

No decorrer da pesquisa os depoimentos iniciavam-se, geralmente, com o convite feito pelos camponeses a um passeio na parcela², para ver suas benfeitorias e conquistas.

Posteriormente, e quase necessariamente, as conversas giravam em torno da violência cometida no período do latifúndio, com depoimentos onde prevalecia à exploração dos trabalhadores que ali residiam, inclusive, muitos revelavam sua própria história.

“A luta pela terra deixa rastros de profundo sofrimento, tortura, principalmente, psicológica, mas também, é o grito da vitória”, dizia Seu Pedro, um camponês. Vitória contra o poder dos opressores, vitória da terra conquistada, vitória da dignidade para as famílias e, às vezes, direito a uma moradia decente. Mas, a história da luta pela terra não implica apenas a vitória, porque como a vida, é transitória, especialmente se considerarmos o modo de produção vigente. No registro da memória emergem cenas que marcaram a conquista da energia elétrica; a lembrança da luta pela água que nunca chegou; as estradas, por vezes, deterioradas, cujo relevo local demanda a construção de pequenos bueiros que facilitem a passagem das famílias em seu caminhar cotidiano. A escola itinerante e a busca de um lugar

¹ Os Sem-terra são muitas vezes reconhecidos por grande parte da sociedade como sendo os “baderneiros, desordeiros, os que invadem a propriedade alheia”, expressões que são utilizadas corriqueiramente pelos meios de comunicação de massa, sobretudo pela Revista Veja.

² Parcela designa cada lote de terra destinada a uma família. Nesse Assentamento, em geral, as parcelas dispunham de sete hectares que se distribuem pela área do Assentamento de forma linear, conforme Planta geral do Assentamento, ora representando uma só unidade de área, ora dividida em duas partes por ocasião da questão da qualidade do solo, ou seja, uma parte de terra localiza-se em área de tabuleiros que compreendem as áreas mais altas, e outra parte se localiza em área de várzea que os camponeses denominam de *área coletiva*. Entretanto, a Planta do Assentamento não demonstra claramente esta subdivisão dos lotes em duas áreas distintas. A divisão do Assentamento Dona Helena somente ficou esclarecida durante a pesquisa. Informaram-me os camponeses que a partir das entrevistas, durante a desapropriação, a área da várzea do rio Paraíba que fica no interior do Assentamento, ficou determinada como área coletiva, e naquele momento não comportava subdivisões, ou seja, apenas uma divisão simbólica, onde a maioria dos camponeses dispõe de uma área de aproximadamente três hectares de terra.

para sua fixidez; luta travada até mesmo com um antigo companheiro, naquela ocasião prefeito³ do município. Também a luta em comunidade pela busca do respeito, da solidariedade, da ajuda mútua, da amizade, da fé – “que liberta!” A luta por garantia de financiamentos, custeios junto aos órgãos representantes da sociedade civil, atributos estes que representam a luta maior – pela permanência na terra conquistada que lhes garanta qualidade de vida. São esses, dentre muitos, os embates que caracterizam os camponeses no Assentamento Dona Helena.

Concluídos os estudos monográficos decidimos dar continuidade ao Projeto de Dissertação na mesma área científica e geográfica. A retomada dos contatos se deu, inicialmente, a partir da Feira Agroecológica⁴ realizada no estacionamento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 01/04/2005, cuja aproximação possibilitaria a escrita de um artigo científico.

Nesse contato, aos poucos íamos revendo os camponeses já conhecidos, dentre eles, o Marcos, Seu Paulo, Seu Orlando e Dona Quinha, assim como, os demais camponeses participantes da Feira, oriundos de outros Projetos de Assentamentos. Falamos sobre nosso projeto de pesquisa e sobre a possibilidade de dar continuidade ao trabalho como meta a realização do mestrado em geografia.

Após a acolhida do pedido por esses camponeses que participam da Feira Agroecológica, participamos de uma assembléia na Associação dos Trabalhadores do

³Severino Bento, também conhecido como Biu do Bar, é considerado pela comunidade do Assentamento Dona Helena, bem como no município de Cruz do Espírito Santo-PB, pela sua representatividade política, trazendo em si o histórico de importante liderança sindical, tendo sido Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo – PB (STRCES) na década de 1980, Vice-Prefeito daquele Município no período em que ocorreu o conflito da terra, reconhecido como forte apoio aos trabalhadores nesse momento (Cf. Anexo A), tendo sido, posteriormente, eleito Prefeito do mesmo Município na gestão de 1997 a 2000. Atualmente ocupa o cargo de Secretário de Agricultura Municipal e continua residindo no Assentamento Dona Helena onde cultiva sua parcela igualmente aos demais camponeses, fazendo uso de irrigação e comercializando nos centros urbanos mais próximos, autonomamente. Severino Bento foi o primeiro prefeito Sem-terra eleito no Brasil, conforme reportagem emitida pela Rede Globo de Televisão, (2002). A partir desse momento, iremos utilizar apenas a denominação Biu do Bar, quando nos referirmos ao senhor Severino Bento, como é referenciado pela comunidade do Assentamento Dona Helena.

⁴A Feira Agroecológica constitui-se num espaço de trocas e solidariedade costumeira que vem se realizando no estacionamento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa – PB. Sendo organizada desde o princípio pela CÁRITAS e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ocorre semanalmente, às sextas-feiras desde o ano de 2001, onde se realiza a comercialização do excedente da produção camponesa de um acampamento e quatro assentamentos rurais da Várzea Paraibana, dentre eles, o Assentamento Dona Helena. Deter-nos-emos mais adiante, no capítulo III à descrição desse tema enquanto estratégia de resistência camponesa nesse Assentamento.

Assentamento Dona Helena - ATRADH⁵ na qual obtivemos autorização para darmos continuidade a pesquisa.

Elegemos como objetivo principal analisar o processo histórico de construção da territorialidade do Assentamento Dona Helena a partir da observação e análise das transformações ocorridas neste território, iniciando no ano de 1991, quando era a fazenda Engenho Novo até dezembro de 2006. Esse recorte temporal adotado se justifica pela compreensão do período de início do conflito na fazenda Engenho Novo em 1991, incluindo o período de acampamento em 1995, e nesse mesmo ano, a desapropriação da terra nessa Fazenda, estendendo-se até o mês de dezembro do ano de 2006, quando estabelecemos o prazo final de nossa pesquisa.

Esse recorte registra inúmeras situações, às vezes, conflituosas, variando desde a luta pela terra, à luta para permanecer na terra conquistada. Dentre essas lutas destacamos alguns aspectos a serem avaliados neste trabalho a exemplo do “abandono” da luta por parte de alguns camponeses do Assentamento Dona Helena, pela “negociação” de parcelas; a tentativa de dominação capitalista no território camponês por parte das usinas de açúcar que viabilizam através de uma parceria com os camponeses, plantio de cana-de-açúcar no interior das parcelas; e finalmente, um elemento típico da cultura camponesa que se sobressai nesse Assentamento, que são as relações de cooperação e solidariedade estabelecidas a partir da formação de grupos de interesse no interior do Assentamento⁶.

No recorte espacial nos detivemos a estudar as relações existentes no Assentamento Dona Helena, entre os camponeses, os mediadores sociais⁷, e também em relação ao seu entorno, já que essa relação se estende do campo à cidade. O estabelecimento de um recorte não implica necessariamente o desligamento do objeto de estudo das demais relações com o meio externo à área deste. As relações são dinâmicas e atingem graus de ligação além do local. Na ciência geográfica sabemos que, via de regra, os acontecimentos locais são fortemente influenciados por acontecimentos gerais.

⁵ - A ATRADH foi formada pelos próprios camponeses logo após a desapropriação da terra. Utilizaremos a sigla ATRADH ao longo do texto para nos referirmos à Associação dos Trabalhadores do Assentamento Dona Helena.

⁶ Os grupos de interesse são pequenos grupos de camponeses que se reúnem em prol da realização de projetos favoráveis ao desenvolvimento da comunidade, seja de ordem financeira, seja mediado por laços de cooperação e ajuda mútua.

⁷ Consideramos mediadores sociais todos aqueles que se fazem presentes no cotidiano do Assentamento, seja em processos de intermediação financeira entre camponeses e aparelho estatal, seja nos demais casos em que atuam como facilitadores na comunicação entre a sociedade e a comunidade camponesa, e entre os próprios camponeses.

Optamos por realizar pesquisa etnográfica a partir da qual, observamos no cotidiano do Assentamento Dona Helena, as distintas formas como se manifestam os camponeses no intuito de permanecer na terra conquistada, pois, além de terem lutado contra o capital para garantir sua sobrevivência se auto-reconhecem como comunidade, em busca da garantia de vida digna para sua família e para a comunidade como um todo.

No decorrer da pesquisa empírica direcionamos o olhar ao modo de vida camponês, à vida individual, familiar e coletiva, e à luta pela conquista e permanência na terra de trabalho⁸. Buscamos também avaliar o projeto de Reforma Agrária e o conjunto dos problemas que dele se desdobra. Sendo assim, verificamos no período estabelecido como recorte temporal, que a luta pela terra neste Assentamento, assim como no Brasil, tem atingido os camponeses com índices crescentes de violência e miséria. Para essas famílias a luta se dá em dois momentos distintos, quais sejam: a luta pela terra para garantir a sua conquista, e a luta na terra para permanência na terra conquistada. Enquanto lutam, constroem e reconstroem seu modo de vida tendo como parâmetros o resgate da própria cultura e a adoção de novas práticas culturais inerentes ao seu modo de vida, tendo que construir uma consciência de luta e de conquista realizada comunitariamente.

Estabelecemos alguns objetivos específicos tomando como referência a observação da realidade no Assentamento, quais sejam: a - analisar as alternativas autônomas postas em prática a partir dos camponeses e sua importância para o fortalecimento do projeto de Reforma Agrária; b - interpretar as terminologias adotadas sobre o território e o campesinato, a partir de estudo etnográfico; c - atualizar a base de dados relativa aos aspectos sócio-econômicos e culturais dos camponeses; d - registrar as transformações ocorridas no Assentamento Dona Helena no recorte temporal definido, período compreendido entre o conflito, o acampamento e o assentamento das famílias, até o momento atual, descrevendo as estratégias de resistência e de reprodução camponesas consolidadas; e - analisar o papel das políticas públicas agrícolas voltadas para o fortalecimento do projeto de Reforma Agrária e sua aplicação no Assentamento Dona Helena; f - interpretar as relações estabelecidas entre a comunidade e os mediadores sociais presentes nesta; g - verificar a importância dessas relações para a formação e o fortalecimento da territorialidade camponesa.

A partir dessa compreensão, apresentamos quatro capítulos nos quais discorreremos sobre a luta travada pelos camponeses, no intuito de conquistar sua territorialidade.

⁸ Ver estudos de MARTINS (1990) e NOVAES (1994).

No primeiro capítulo dissertamos sobre os aspectos metodológicos da pesquisa destacando as fontes de pesquisa utilizadas e o trabalho etnográfico realizado.

No segundo capítulo nos detivemos a falar sobre a construção da territorialidade camponesa no assentamento Dona Helena abordando os conceitos de território e territorialidade, assim como buscamos relacionar a abordagem teórica com objeto de pesquisa. Destacamos nesse capítulo as histórias da terra referentes à expropriação camponesa, conseqüência do processo de industrialização da agricultura que promoveu a supressão das áreas de cultivo agrícola em favor da expansão da monocultura da cana-de-açúcar. Reconhecendo esse processo fazemos uma abordagem retrospectiva sobre o papel desempenhado pelos movimentos sociais de luta pela terra na Zona da Mata Paraibana representados por mediadores como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo (STRCES), mas com enfoque voltado para a trajetória de luta dos camponeses posseiros, foreiros e moradores residentes no imóvel Fazenda Engenho Novo.

Na tentativa de compreender o campesinato em sua heterogeneidade buscamos analisá-lo em sua condição de classe a partir de Shanin (1980), Martins (1986) e Oliveira (1990), assim como nos acercamos de outros conceitos como costumes, cultura, território, territorialidade, mediação social e modo de produção capitalista, em virtude da diversidade dos processos que margeiam e interferem no modo de vida camponês no Assentamento Dona Helena.

Finalizando este capítulo relatamos as questões relativas à transformação do território da cana-de-açúcar em território camponês, ou seja, a desterritorialização da Fazenda Engenho Novo e a territorialização camponesa com a formação do Assentamento Dona Helena demonstrando as mudanças qualitativas ocorridas neste processo.

Destacamos os aspectos da infra-estrutura do Assentamento com informações a partir de uma base de dados representada em tabelas, gráficos, demonstração de figuras e mapas temáticos. Da mesma forma procuramos evidenciar os problemas relacionados à apropriação da renda da terra com o cultivo da cana-de-açúcar no interior da comunidade e com isso, a apropriação do sobretrabalho camponês. Para tanto, ouvimos distintos sujeitos envolvidos na questão, quais sejam, os camponeses, o Centro de Defesa do Saber Popular de Saúde da Paraíba (CEDESP'S), o Centro Rural de Formação (CRF), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o INCRA, dentre outros.

O terceiro capítulo aborda as estratégias de resistência, a partir da diversidade de práticas camponesas adotadas no Assentamento Dona Helena, as quais procuramos identificar a partir dos registros da cultura, dos costumes e práticas. Para tanto, pautamos-nos nas concepções de cultura de Carvalho (2005), Laraia (1997), Halbwachs (1990), Thompson (1993) e Haesbaert (2004), quando abordam a cultura e os aspectos a ela pertinentes como sendo transmitidos de geração a geração, ocorrendo tanto individualmente como coletivamente como resgate da memória de sua historicidade.

Detectamos no resgate da cultura que como homens e mulheres “simples” não se resignam ao conformismo quando adotam práticas comunitárias, uso de tecnologias rudimentares como a enxada, o facão, o arado, dentre outros, mas como forma de resistência ao modelo que está posto, de reestruturação das formas produtivas, do consumo de bens e da destruição dos ecossistemas locais, apropriando-se de formas de trabalho menos agressivas ao meio ambiente, que tenham maior aproveitamento do trabalho de base familiar, prevalecendo princípios de respeito, solidariedade e ajuda mútua no interior do núcleo familiar, inclusive na formação e manutenção do ideal comunitário.

Nesse sentido merecem destaque algumas ações como as formas de acesso à água: a diversidade dos cultivos agrícolas, o cultivo de ervas medicinais e das culturas de subsistência; a criação de animais domésticos de pequeno e grande porte associada ao cultivo agrícola; a melhoria no padrão residencial, representando maior conforto para as famílias; a luta por educação compatível à realidade do campo; os cuidados com o meio ambiente como forma de respeito à natureza e à saúde humana a partir de práticas adotadas, voltadas para a preservação do meio ambiente, a exemplo do tratamento adequado do lixo doméstico e orgânico; o reflorestamento com base no cultivo de cerca viva e reserva de mata e o uso de produtos naturais destinados ao combate às pragas nos cultivos agrícolas evitando, desta forma, a contaminação do solo, dos mananciais hídricos e dos alimentos.

Como referencial dessas ações voltadas para a preservação do meio ambiente, destacamos evidentemente o projeto da Feira Agroecológica realizada no estacionamento da UFPB, onde alguns camponeses comercializam produtos agroecológicos diretamente ao consumidor.

No quarto capítulo dissertamos sobre as formas encontradas pelos camponeses e alguns mediadores, a exemplo do CRF, da CPT, o Estado, o CEDESP’S, o INCRA-PB e Assistência Técnica para o fortalecimento das tentativas de sustentabilidade local. Ressaltamos a existência de relações entre os sujeitos sociais que interagem no cotidiano da comunidade, expressas por distintas ações e reações que envolvem interesses individuais e

coletivos, sobretudo, ações de cunho educacional, nas quais, ensinar e aprender reflete expressões da cultura camponesa e que se dão a partir da sociabilidade, solidariedade e cooperação.

Capítulo I – Demarcando os Territórios Teórico-Metodológicos

Este capítulo detém as informações acerca dos aspectos metodológicos que originaram esta pesquisa, destacando-se as fontes de pesquisa utilizadas, tendo por princípio a pesquisa etnográfica. A partir dessa, adotamos as conceituações de campesinato e território, e

utilizamos metodologia específica, de modo a compreendermos as subjetividades nesse modo de vida heterogêneo em seus distintos aspectos, quais sejam: cultural, social, político e econômico.

1.1. Marco Inicial da Pesquisa

As reflexões acerca da construção da territorialidade no Assentamento Dona Helena se deram pela necessidade de compreender as inúmeras indagações que marcaram nossa trajetória de pesquisa. Essas indagações surgiram nas histórias individuais e coletivas, na história do Assentamento como um todo, nos contatos com os grupos e com as famílias, bem como em situações em que a condição de migrantes dos sujeitos pesquisados se fazia presente ao discorrerem sobre sua trajetória campo-cidade-campo, no resgate da memória camponesa, nas histórias de expropriação e nas narrativas sobre o desejo de conquistar a terra de trabalho e abrigo de suas moradas.

A escolha do objeto de estudo nos levou também a pensar sobre a sociedade de classes e a nos abster da neutralidade científica. Mas, embora reconheçamos a inexistência da neutralidade científica⁹, reconhecemos se fazer necessário assumir posições estratégicas que nos permitam olhar nosso objeto de estudo a partir de várias direções, posições e ângulos, para melhor investigá-lo, pois reconhecemos que toda realidade comporta parcialidades. Somos conscientes de que na pesquisa social é impossível a detecção de uma realidade completa. Parafraseando Bourdieu (1997) é preciso nos aproximar do objeto, desejar conhecê-lo, mesmo sabendo que jamais estaremos a sua altura, pois, não é nossa intenção fixar o que se move. Nesse sentido reconhecemos a necessária convivência entre a pesquisadora e os pesquisados e nessa convivência localizar os percalços enfrentados para dialogar com a realidade. Buscar a teoria para iluminar a prática e vice-versa foi uma constante nessa trajetória de pesquisa.

Estabelecemos premissas básicas em torno do aporte teórico utilizado, indagando se esse conseguiria dar conta da realidade do pesquisado, ou se necessitaria de um maior jogo de noções a respeito da temática abordada. Igualmente, indagamos sobre nossa capacidade de

⁹ Cf. GRZYBOWSKI, 1990, p. 11.

realização da pesquisa, pois as dificuldades postas são comumente de ordem intelectual e material.

Mantivemos o distanciamento possível dos sujeitos pesquisados buscando conciliar a ética na pesquisa com as situações novas que se circunscrevem fora das regras preestabelecidas.

O fato de situar a pesquisa a partir do referencial de vida da pesquisadora tomou como referência as demandas necessárias à realização da pesquisa etnográfica, pois segundo Peirano (1995, p. 13):

não há como ensinar a fazer pesquisa de campo como se ensina, em outras ciências sociais, métodos estatísticos, técnicas de surveys, aplicação de questionários. Na antropologia, [e nós entendemos que também na geografia] a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia no local da pesquisa, entre pesquisador e pesquisados.

As dimensões culturais camponesas foram consideradas como elementos que se encontram em oposição nas práticas de “conformismo e resistência” (CHAUÍ, 1986, p.124), pois, para essa autora:

Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar.

Reconhecemos que toda realidade possui contradições daí porque perseguimos a interdisciplinaridade, para produzir o conhecimento, mas sem perder de vista que o “bom método é aquele que permite conhecer verdadeiramente o maior número de coisas com o menor número de regras” (CHAUÍ, 1984, p.77).

O caminho escolhido nos mostrou diversas possibilidades, inclusive a de tirar proveito de métodos distintos. Todavia, segundo Feyerabend (1978, p. 29-33) “a pesquisa científica deve ser norteadada por um método, um caminho a seguir, procurando-se as distintas concepções, não se encerrando numa única”, pois a ciência é processual, dinâmica, provisória, questionável, um *devoir*. Enfim, a proposta de Feyerabend (1978, p. 17-26) sugere “conhecermos os vários métodos, mas escolher um caminho”. Essa proposição nos levou a refletir sobre o que afirma Geertz (1989, p.15), para quem “o eclecismo é uma autofrustração,

não porque haja somente uma direção a percorrer com proveito, mas porque há muitas e, é necessário escolher”.

Nesse sentido procuramos fazer a demarcação científica desse trabalho sem perder de vista a cultura e os saberes locais e que o senso comum, “é ele próprio uma forma válida de conhecimento” (DEMO, 1985, p. 31).

Pensamos a ciência em sua capacidade e limites; num diálogo entre essa e o senso comum num processo dialético. Uma dialética do concreto, onde ocorre “o movimento do pensamento e o pensamento do movimento, e ao final, percebemos uma zona de transição, um recomeço, um ponto final, que indica conter subsídios suficientes numa zona de contato com uma nova situação” (LEFEBVRE, 1991a, p. 170-242); é, portanto uma nova realidade renascida a partir de outra situação preexistente e capaz de impulsionar uma nova realidade.

Essa compreensão da ciência soma-se à concepção de Tricart (1980, p.112) quando afirma que “teoria e observação são indissociáveis numa abordagem dialética”. Embora sejam distintas, simultaneamente, elas tendem à unidade. Conforme Lefebvre (1991a, p. 235):

A teoria emerge da prática e a ela retorna. A natureza se revela a nós pela prática, pela experiência; tão-somente pela prática é que a dominamos de modo efetivo. A prática, portanto, é um momento de toda teoria: momento primeiro e último, imediato inicial e retorno ao imediato. E vice-versa, a teoria é um momento da prática desenvolvida, daquela que supera a simples satisfação dos carecimentos imediatos.

Portanto, ao utilizarmos a interpretação geográfica e antropológica associamos teoria e prática no conhecimento de nosso objeto de pesquisa, pois:

Se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então divorciá-la do que acontece – do que, nessa ocasião ou naquele lugar, pessoas específicas dizem o que elas fazem o que é feito a elas, a partir de todo vasto negócio do mundo – é divorciá-la das suas aplicações e torná-la vazia. (...) Uma boa interpretação de qualquer coisa leva-nos ao cerne do que nos propomos interpretar (GEERTZ, 1989, p. 28).

Apropriamos-nos da teoria cientes de que as abordagens que utilizamos não são recentes e podem ser apontadas nas interpretações de novos fatos, o que nos leva a corroborar com Grzybowski (1990, p.12), quando afirma que “a relatividade da análise social reside no fato de fixar o que se move. Esta parece ser a sina de quem pesquisa”. Essa afirmativa revela a parcialidade e temporalidade do saber e sobre essa condição do saber científico estamos cientes. Por isso consideramos relevante refletir sobre os limites dos processos históricos, pois concordamos com (MITIDIERO JR., 2005, p. 5) quando afirma:

A noção de processo tem que ser vista inseparavelmente da noção de tempo, isto é, a existência da história com suas continuidades e descontinuidades. A noção de processo arrasta consigo, como num jogo de dominó, outras noções que lhes são inseparáveis. O processo supõe mudança e transformação. Supõe a ação na intenção de um resultado no presente. Supõe também a possibilidade da permanência de um resultado passado, enriquecido pelas ações presentes. (...) O processo é o fluir contínuo, descontínuo e contraditório do tempo em meio aos resultados da sociedade condutora. Assim, o processo é a contigüidade, continuidade e descontinuidade do tempo tomado pela sociedade, não de forma linear, embora seja cronológico, mas um tempo/processo repleto de contradições e retrocessos. O processo indica, também e necessariamente, as possibilidades do futuro, e este fato não deve ser esquecido.

Entendemos que o cotidiano no Assentamento Dona Helena representa uma história processual, mas nem sempre indicando uma situação progressiva em seus aspectos positivos, pois por ser processual, a história de um assentamento nem sempre reflete uma situação de progresso: “a idéia de processo não inclui a de progresso; pode ser também de regresso” (DEMO, 1981, p.146).

Foi no campo, entre a razão e a paixão¹⁰, que fomos juntando os fragmentos necessários à compreensão da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena. Muito do que observamos, cremos ser possível compreender se regressarmos aos estudos dos sistemas agrícolas. O trabalho de campo foi, portanto fundamental a essa construção, daí porque concordamos com Valverde (1964, p. 28-37) quando afirma:

O instrumento mais importante que o geógrafo leva para o campo é o próprio cérebro. Lá, ele não se limita a olhar, pois que assim o fazem todos os que viajam: turistas, viajantes. O geógrafo precisa ver, que significa olhar, associado ao ato inteligente de refletir; observar, enfim.

Seguimos as pistas desse autor em vários momentos em nosso campo, em busca da compreensão da territorialidade camponesa como componente da Geografia Agrária. Ao que nos indicou Geertz (1989, p.15) somamos o que indica Valverde (1964, p. 37) perseguir “a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, cotidiana e silenciosa”.

No que diz respeito ao uso de dados quantitativos em nossa pesquisa concordamos com Queiroz (1999, p.19) quando afirma:

¹⁰ Cf. ROUANET, 1987, p. 443.

A visão quantitativa de um problema pesquisado e de seu universo se encontra assim, claramente subordinada à visão qualitativa, que tanto precede quanto a segue. O cientista chegando ao fim da exposição quantitativa retorna à abordagem qualitativa. (...) Ao passar da constatação quantitativa para a busca do significado de suas conclusões, regressa o cientista ao âmbito do qualitativo, o que é imperativo e inevitável se deseja desvendar o incógnito.

Foi nesse movimento de articulação entre o dado quantitativo e o qualitativo que realizamos nossa pesquisa. Na construção metodológica utilizamos a descrição e embora essa seja considerada características do empirismo, compreendemo-la indispensável à pesquisa, sendo uma das etapas da construção do conhecimento.

Essa postura permitiu transmitir, por meio de linguagens diversas, os momentos da pesquisa, incluindo “pensamentos, sentimentos, aspirações” (QUEIRÓZ, 1999, p.23), os quais originaram um discurso. Porém, um discurso que se anota durante a pesquisa etnográfica, fazendo de um momento um relato e que, ao ser registrado possa, vir a ser posteriormente, consultado “não representando fixidez do acontecimento, mas do relato” (DURHAN, 1986, p. 32).

No discurso ao qual nos referimos, procuramos localizar o sujeito na história por ser algo indispensável, inacabado, ilimitado, e não apenas o sujeito que propaga, mas aquele que constrói e integra o momento de realizar o conhecimento construído pelo próprio sujeito, o que reflete a história desses camponeses; e não “algo preexistente como apenas um discurso” (FOUCAULT, 1986, p. 23-24).

No percurso de pesquisa enunciado, priorizamos investigar o modo de vida camponês em suas práticas, costumes, estratégias de solidariedade costumeira advindas de tempos pretéritos, mas reveladas no presente.

Esse modo de vida guarda em si, forte singularidade, a identidade camponesa, “uma espécie de ordenação de humanidade com algumas similitudes em todo o mundo” (SHANIN, s.d., p. 14).

Assim, ao investigar o modo de vida camponês nos deparamos com vestígios de um campesinato, por vezes, comparado por Marx (1986) a um saco de batatas por não conseguir se organizar politicamente ou com traços destacados por Ianni (1985, p.10) ao afirmar ser o campesinato “disperso, atomizado, um fermento da história, um ingrediente das lutas sociais”, mas não perdemos também de vista que esse campesinato “representa um modo de vida, um modo de organizar a vida, uma cultura, uma visão da realidade, uma comunidade” (CARVALHO, 2005, p. 162). Nesse sentido, afirmamos que os camponeses do Assentamento

Dona Helena formam uma comunidade que tem força política, são participantes, e a partir das relações que se estabelecem entre eles organizam a vida de outro modo: o modo de vida camponês, onde se inserem os aspectos sócio-econômico, cultural e político.

São camponeses, distintos dos demais grupos sociais, que embora tenham sofrido processos de exclusão, ou como afirmam Martins (1997, p. 14) e Haesbaert (2004, p. 316), “incluídos de forma precária”, resistem e/ou se conformam diante das imposições do capitalismo.

Ao considerarmos esses camponeses como sujeitos do discurso, sujeitos que constroem e propagam, buscamos as “continuidades nos descontínuos”.

Realizamos essa discussão em suas várias dimensões verificando suas rupturas, as ações conseqüentes, a cultura, a religiosidade, os costumes, as práticas alternativas encontradas pelos camponeses para se opor à modernidade e à política neoliberal; mas essencialmente, como manutenção e resgate do modo de vida camponês.

Como afirma Chauí (1986, p. 24), buscamos compreender as práticas culturais desses sujeitos

como expressão dos dominados, buscando as formas pelas quais a cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida e transformada, tanto quanto as formas pelas quais é recusada, negada e afastada, implícita ou explicitamente pelos dominados.

Utilizamos um feixe de “relações discursivas” considerando a participação do sujeito na construção dos discursos, ao contrário de Foucault (1986, p. 52-53), quando afirma que essas não compreendem as estruturas internas e externas do discurso, mas se fazem presentes permitindo a discussão a respeito da construção do discurso, enfocando suas particularidades do como, do porquê, e do para quê das coisas. Esse autor (1986) desconsidera a participação do sujeito na construção do discurso afirmando que

As relações discursivas determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam o próprio discurso enquanto prática.

Assim, contrariamente nos manifestamos pela construção do discurso a partir do sujeito envolvendo as circunstâncias, nas quais o discurso se desenvolve. Entendemos que o discurso não é preexistente, ele se dá num feixe de relações entre os sujeitos que o constroem, e será utilizado um sistema de informações compreendido pelas terminologias a serem

adotadas no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, considerando a participação do sujeito como atuante nesse processo.

Cientes do exposto buscamos apreender a totalidade do Assentamento Dona Helena como sendo organismo composto por inúmeros microorganismos, ou totalidades parciais, que possuem mecanismos de coexistência em seu conjunto. Percebemos que sua história se constrói permeada por contradições, por relações que buscamos compreender dialeticamente, na existência de um movimento interno e outro externo. Esse movimento se expressa no fenômeno estudado pela união dos camponeses expropriados da terra, por vezes assalariados, cuja conscientização contribuiu e possibilitou a mudança da condição de expropriados a de pequenos proprietários. Anteriormente à conquista da terra esse mesmo sujeito social foi, temporariamente, posseiro, foreiro, trabalhador assalariado, morador de condição, parceiro, arrendatário.

Esse dinamismo visto sob a ótica da dialética se justifica, pois de acordo com Gil (1994, p. 32), “a dialética é contrária a todo conhecimento rígido. Tudo é visto em constante mudança: sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma (...)”.

No processo dialético o ser humano, ser social, não age com passividade diante das estruturas que lhes são impostas, pois

é que efetivamente, o ser humano não é um contemplativo, e sim um ativo (...). O indivíduo pensante age em função de seu pensamento, e é para agir que ele pensa (...) se a ação é exteriorização do pensamento, pensamento é interiorização da ação. (PRADO JR., 1980, p. 554-555).

A história do Assentamento Dona Helena representa, pois, o ponto de ruptura entre o latifúndio que expropriou os trabalhadores em prejuízo das forças externas ligadas ao capital, por ocasião do cultivo da monocultura da cana-de-açúcar, a exploração humana e do meio ambiente com o esgotamento das forças bióticas e abióticas e a libertação do trabalho. Essa exploração humana provocou, a partir de processos de mobilização desencadeados pela formação e manifestação dos movimentos populares, a possibilidade de luta coletiva dos camponeses em busca da garantia de direitos mínimos, a exemplo do acesso à terra e às condições para nela permanecer.

Esse ponto de ruptura culmina em um fim, e simultaneamente, em um recomeço, qualitativamente distinto da situação anterior, marcada pelo aparecimento de uma nova situação onde se apresentam outros valores como a dignidade humana, a solidariedade, a

cooperação, a ajuda mútua, o respeito ao meio ambiente e à saúde humana, mas também há lutas e conflitos no interior do próprio Assentamento.

Por outro lado, no que diz respeito ao aspecto fundiário, destacamos que no período anterior ao assentamento das famílias, a grande propriedade latifundiária estava restrita, mais recentemente, apenas a um único proprietário de terras, e mesmo no período anterior à década de 1980 se restringia a um número reduzido de proprietários de terra, a subjugar inúmeras famílias. A partir do ato de desapropriação da terra pela ação desses sujeitos, os camponeses, ocorreu o assentamento das cento e quatro famílias que se tornaram pequenos proprietários de terra.

Realizamos um percurso de investigação a fim de compreender os aspectos culturais dos camponeses e o que lhes caracterizam como componentes que perfazem a comunidade do Assentamento Dona Helena, pois é assim que eles se auto-reconhecem. Essa postura dos camponeses do Assentamento Dona Helena assemelha-se a outras experiências registradas pela academia, a exemplo do que discute Rodrigues (1995, p. 107), ao reportar-se aos camponeses do Assentamento Maceió, no Ceará:

Comunidade significa para eles, [os camponeses] o conjunto formado por todas aquelas famílias, solidarizadas no trabalho familiar, nos campos e nas hortas comunitárias, nos roçados, bem como nas celebrações e festas. Comunitário, coletivo e comum remete a apropriação e usufruto, em comum, da natureza e dos bens e serviços, em detrimento dos interesses particulares; já assentamento é a área que eles ocupam, "é o imóvel" e refere-se à delimitação territorial, tendo, portanto, uma conotação jurídica.

Na condição de comunidade onde prevalecem internamente laços familiares, de amizade, de vizinhança, de solidariedade; do ponto de vista externo o Assentamento Dona Helena mantém, necessariamente, relações políticas e comerciais dentre outras com a sociedade envolvente. Embora distintas em suas concepções, abrangências e processos, sociedade e comunidade coexistem e interagem, expressando e estendendo-se numa relação campo-cidade. Nessa relação buscamos compreender as falas, o modo de viver e produzir para atendimento das necessidades e das relações que se estabelecem entre os membros da comunidade e da sociedade como um todo, seja de trocas, de ajuda mútua, da linguagem que os identifica, assim como revela o seu processo histórico.

Realizam suas práticas tendo como princípios a ética, a moral, a responsabilidade e o respeito ao 'outro', os camponeses desse Assentamento ratificam os seus princípios comunitários, o que se revela nos depoimentos a seguir:

A gente quer que a comunidade seja soberana e quem tem que resolver a maioria dos problemas aqui é a comunidade junta, unida. Porque tudo que a gente discutir aqui é em benefício da nossa comunidade. A gente discute, faz propostas, leva prá assembléia e pros assentamentos. Quando a gente precisa se mobilizar, aí a gente tem o apoio da comunidade. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006)

Estamos fazendo dez anos de assentamento e temos propostas prá que a gente faça uma série de debates na Comunidade lembrando o que teve de bom, o que foi ruim, fazendo um levantamento geral porque assim a gente pode ver o que funcionou, se valeu a pena, se a gente se beneficiou com essa terra, com a nossa luta e se foi melhor, a gente procurar descobrir as falhas e tentar melhorar juntos, porque o nome já diz: comunidade, então é todos por um. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006)

Os depoimentos citados revelam suas trajetórias de vida comunitária e compreensões distintas de si próprios ocorridos durante o período de expropriação pela influência da mídia, ou dos costumes da cidade.

Investigamos, nas interações sociais, o registro das falas, das memórias, das atitudes, dos gestos; observados individualmente ou em momentos coletivos, para nos aproximarmos da realidade, exaltando os pormenores em suas significâncias. Cotidiano esse que se expressa a partir das distintas atividades exercidas nesse território, no desenvolvimento das relações e práticas sociais dentro de um tempo histórico, conforme nos revelam os estudos de Heller (1972, p. 18), “tendente à espontaneidade, mas não absolutamente espontâneo”, pois, nele há dentro da cotidianidade as relações que se dão em processos de ação e reação na produção social do território.

No Assentamento Dona Helena procuramos desmistificar a visão de transitoriedade e espontaneidade que marca as leituras do cotidiano para entendê-lo como fruto da ação social dos sujeitos sociais que o constroem e o redefinem a cada momento vivido. Ou seja, o cotidiano não se reduz a “usos e costumes”.

Finalmente esta pesquisa não teria o mesmo significado se não fossem as fontes orais e os registros que apoiados nos mesmos, fizemos em diferentes momentos. Sobre o valor dessas fontes concordamos com Pais (2003, p. 19) que afirma:

O recurso às fontes orais permite a realização de uma história interpretativa a partir de uma matéria-prima (impressões, opiniões, sentimentos, crenças) que muito raramente se consegue extrair de outras fontes tradicionais. Tal recurso permite uma maior aproximação, tanto àquelas facetas do cotidiano que se encontram mais ligadas aos pequenos incidentes da vida doméstica, quanto ao modo de viver íntimo.

As fontes orais somadas às demais foram de grande valia em nossa pesquisa; foi através delas que registramos a voz dos entrevistados, verdadeiros parceiros e colaboradores nesta pesquisa. Para tanto nos pautamos na pesquisa etnográfica sem perder de vista o movimento mais amplo da pesquisa, ou seja, conforme Spradley (1979, p. 2) “a partir do trabalho com fontes orais, contemplando os aportes, teórico e empírico da pesquisa” e, sobretudo, registrando os depoimentos dos camponeses, dos grupos formados por eles e dos demais mediadores sociais presentes no cotidiano do Assentamento Dona Helena.

1.2 – Do Ver ao Olhar: Conhecendo o Território Camponês pela Etnografia

Ao nos debruçarmos sobre o trabalho de campo, objetivamos fazê-lo sem interposição de estudos anteriores relativo ao objeto de pesquisa. Ao procedermos assim, concordamos com Damatta (1987, p. 146) quando esse autor afirma:

A base do trabalho de campo como técnica de pesquisa é fácil justificar abstratamente. Trata-se basicamente, de um modo de buscar novos dados sem nenhuma intermediação de outras consciências (...) que andaram antes pela mesma área ou região. Esse contato direto do estudioso com o seu objeto de trabalho coloca muitos problemas e dilemas e é, a meu ver, destes dilemas que a disciplina [antropologia] tende a se nutrir.

A experiência de trabalhar neste Assentamento possibilitou-nos repensar alguns referenciais teóricos, além de algumas práticas acadêmicas, pois a pesquisa de campo se traduz numa prática que a academia, muitas vezes, não nos estimula a realizar, seja pela ausência de recursos disponíveis à pesquisa, seja pela proposta de trabalho adotada.

Fomos sensíveis à necessidade de alterar alguns objetivos da pesquisa durante a realização no campo, pois alguns dos eixos não condiziam com o projeto. Sentimos também a necessidade de ampliar o horizonte da pesquisa, visto que nossa permanência em campo permitiu um maior grau de visibilidade dos processos que se desenvolvem na comunidade. Foram momentos de registro importantes a participação nas Assembléias mensalmente desde o mês de abril de 2005 até o mês de dezembro de 2006.

Em geral, nos primeiros contatos perguntávamos sobre o melhor horário em que poderíamos ser recebidos e se aceitavam ser entrevistados, ou mesmo, se eles queriam

conversar um pouco sobre a história deles e do Assentamento. Nos chamou a atenção a disponibilidade para nos atender prontamente, a despeito dos muitos afazeres. Essa postura demonstra a importância da autonomia camponesa de poder dispor de seu próprio tempo, da liberdade de locomoção e de poder dar pausas em seu trabalho, quando necessário e desejado. Ao chegar à casa de alguns camponeses ouvimos os seguintes depoimentos:

Pode entrar, não precisa marcar hora. Toda hora a gente pode receber as pessoa na casa da gente. To em minha casa e posso deixar meu trabalho pra mais tarde. Hoje é melhor, tenho morada, trabalho pra mim a hora que quero. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Hoje mesmo não sendo minha a parcela porque eu troquei com o assentado, eu reconheço que a vida melhorou porque trabalho pra mim, pego a hora que quero e largo quando quero. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

As longas distâncias, a demora na realização de cada entrevista, os custos financeiros e a vida familiar da pesquisadora também se constituíam em entraves ao deslocamento a área de pesquisa.

Inicialmente hospedei-me na sede do CRF¹¹, situada na sede social da ATRADH quando da ocorrência das entrevistas realizadas na porção nordeste do Assentamento Dona Helena. Já nas entrevistas realizadas nas porções central e oeste do Assentamento, a hospedagem se deu na residência de um camponês, o senhor Antônio Severo.

A hospedagem nas residências de camponeses nos deixava preocupada e atenta, pois várias vezes houve abordagens sobre o fato de estarmos em determinadas residências dando-nos a impressão que insinuavam termos preferência ou partido por alguns grupos locais. Explicamos que a hospedagem em determinados locais facilitava a melhor condição de deslocamento e proximidade da área de pesquisa, também pelo fato de que nos faltava melhores condições de transporte.

Realizar a pesquisa sozinha com os entrevistados nos possibilitou acercar-nos de fatos que envolvem a comunidade e que dão coerência ao modo de vida camponês.

Por muitas vezes, estive acompanhada por alguns camponeses, lideranças que nos contavam histórias do lugar, dentre eles, a Dona Lurdes onde me hospedei, seu Antônio

¹¹ Coordenado pelo Padre Gabriele o Centro Rural de Formação – CRF é um órgão ligado à Arquidiocese da Paraíba através da CÁRITAS. A ação do CRF se dá basicamente através da educação não-formal que presta a jovens e crianças filhos de camponeses na Várzea Paraibana, através de cursos, seminários, encontros onde se desenvolvem atividades de horticultura orgânica, informática, conhecimentos gerais e o resgate da memória camponesa.

Severo, Célia, a socióloga Maria Cristina do CRF, José Antônio, Gabriel, os jovens Rafael e Raquel, dentre outros.

A discricção da pesquisadora foi uma meta diante dos depoimentos e denúncias a respeito da postura ética adotada por alguns camponeses em relação à luta da comunidade. Alguns depoimentos denunciam fragilidades quando consideramos a existência da luta por uma comunidade independente e autônoma, o que foi demonstrado por alguns camponeses que são identificados como sendo contrários ao desenvolvimento da comunidade.

Aqui as coisa num é brincadeira não. Tem um grupo pequeno que luta pela comunidade toda. Mas também tem gente que tenta destruir tudo que eles faz. Tem gente que tem conchavo com tudo quanto é gente de fora pra entrar aqui dentro, mas a luta do grupo é muito forte e eles tem vencido muitas batalha. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Aqui tem umas pessoa que pensa pequeno e num quer que a comunidade cresça. As vez a gente mostra a solução e eles num aceita. Diz que é coisa dos grande e o pequeno tem que pensar pequeno. As vez a gente encontra um que acredita, faz e dá certo. Mas aí nem todo mundo tem coragem de seguir e fica sofrendo, perdendo dinheiro e trabalho. Como a cana-de-açúcar que vem procurando se plantar aqui dentro, mas tem gente que num quer e aí fica difícil porque os pequeno precisa prantar cana nessa região. É bom pra eles porque no final do ano eles têm uma rendinha no bolso garantida, o que a lavoura branca num dá. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Estes dois depoimentos expressam a existência de interesses divergentes no interior da comunidade. O primeiro depoimento, conforme explicitamos e percebemos no decorrer da pesquisa demonstra a opinião de um camponês que luta pelo ideal comunitário; enquanto o segundo depoimento expressa a “oposição” ao fortalecimento das práticas comunitárias.

Observamos os costumes, os modos de trabalho, os locais de encontro da comunidade, as atividades religiosas, as esportivas, as práticas de lazer, a produção de alimentos do dia-a-dia, os hábitos alimentares, as brincadeiras de roda na escola e nas parcelas, o caminhar ao redor das casas livremente. Igualmente observamos mulheres e crianças nos momentos de trabalho e de lazer.

Não nos faltou oportunidade de observar e de apreciar a natureza em sua exuberância ou escassez. Ficamos embevecidos com alguns aspectos observados, e vivenciados, a exemplo da beleza das oliveiras com seus frutos escuros e amargos a saciar a fome e o cansaço e amenizar o calor com suas sombras; a sucessão de cultivos de cercas-vivas que proliferam à medida que ocorre o repasse de saberes e trocas de experiências; e a fartura constante de algumas unidades produtivas por ocasião do período da safra de frutas. Também mereceu registro em

algumas parcelas a ausência de cultivos de fruteiras e, até mesmo de roças, ou; o compartilhamento constante ocorrido em muitas residências ao nos oferecer sucos, cafés, refeições e frutas. Presenciamos também, a doação de alimentos por alguns camponeses, a pessoas da comunidade ou da cidade que chegavam à procura de frutas; essas pessoas recebiam pronta doação em consideráveis quantidades.

O envolvimento com a pesquisa nos levou a olhar em várias direções. Por isso, não conseguimos ficar imunes aos sentimentos de compaixão nos momentos de confronto com as situações degradantes da vida humana: as doenças, as situações de empobrecimento, as tristezas e injustiças. Em alguns momentos nos deparamos com situações bastante difíceis como problemas de saúde de alguns camponeses, com os quais nos envolvemos parcialmente, encaminhando-os ao atendimento médico a que têm direito. Mas, captamos, do mesmo modo, as situações de alegria e orgulho perante os ganhos diversos: as lavouras exitosas, as casas melhoradas, os objetos adquiridos, os jardins floridos, as árvores frutíferas, os frequentes encontros religiosos onde fé e política que se entrelaçam e se autocomplementam, bem como o acesso dos filhos aos estudos. Observamos por outro ângulo a violência, os furtos, a insegurança no campo, que se dá, segundo alguns depoimentos, progressivamente, onde plantar não significa que haverá colheita, quando essa poderá ser feita antecipadamente por estranhos, mas não deixamos de ver no território o excedente comercializado, o excedente doado aos que dele necessitam, e até dos que trocam.

No período inicial da pesquisa, não utilizamos gravador, mas, posteriormente, com o auxílio do mesmo e com a permissão dos entrevistados realizamos os registros de voz. Na entrevista por pautas os entrevistados conversavam livremente sobre os tópicos abordados de forma descontraída.

A realização de entrevistas por pautas, de acordo com Gil (1994, p.113):

é adequada para obtenção de conteúdos, pois as pessoas informam acerca de conhecimentos precedentes. Apresenta certo grau de estruturação e se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. O entrevistador deve fazer poucas perguntas e deixar o entrevistado falar livremente, à medida que fala das pautas assinaladas, evitando assim que o mesmo não se sinta a vontade para responder as indagações com maior rigidez.

Marcou a realização das entrevistas um episódio ocorrido durante um contato inicial quando um chefe de família, um senhor de idade avançada, pediu-nos gentilmente que “realizasse a pesquisa, se possível, noutro dia, pois, sua esposa não sabia de nada, não sabia responder nada, nem saber falar, ela sabia”. A discriminação e descrédito na mulher, revela a

questão de gênero, a despeito dos esforços que a comunidade vem realizando para construir laços de solidariedade, cooperação na busca de equidade social.

Abordamos na totalidade do Assentamento Dona Helena, as suas especificidades e práticas, referindo-nos aos diversos grupos particularmente, mas na compreensão de seu todo, pois a totalidade e suas partes coexistem e se complementam. Essa compreensão marcou também a escolha do recorte sócio-espacial. Magnani (1996, p. 25) fundamenta esse tipo de escolha ao afirmar que

o recorte escolhido faz sentido para os próprios atores como para o analista: trata-se de uma totalidade empiricamente definida, mas que, capaz de ter os elementos que os estruturam reconhecíveis como padrões, pode ser descrita, formalizada, constituindo um modelo mais geral. Aponta para uma lógica que transcende o contexto original, com poder descritivo e explicativo.

Ao buscar captar os aspectos da cultura no Assentamento Dona Helena nos pautamos em costumes que traduzem práticas culturais que ganham “força de lei”. Sobre esse tema Thompson (1998, p.18) considera que:

Embora a vida social esteja em permanente mudança e a mobilidade seja considerável, essas mudanças ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente. E a educação formal, esse motor da aceleração (e do distanciamento) cultural, ainda não se interpôs de forma significativa nesse processo de transmissão de geração para geração.

Concordamos com Thompson (1998, p.18) quando afirma que a cultura ocorre pela transmissão de saberes, geralmente, por transmissão oral, entre as distintas gerações, embora haja grande distanciamento entre a prática do saber formal e a realidade dos sujeitos por ele envolvidos. Presenciamos no Assentamento Dona Helena algumas práticas que demonstram a transmissão de saberes, costumes dos antepassados que perpassam de uma geração a outra; da mesma forma observamos a convivência com novas práticas como forma de expressão do *habitus*.

O grau de proximidade e confiabilidade obtida junto a alguns camponeses nos possibilitou visitas sucessivas às suas residências para conversas informais. Nessas ocasiões evitávamos utilizar qualquer instrumento de pesquisa que nos distanciasse do entrevistado.

Ao se reportar à coleta dos dados numa pesquisa etnográfica, assim se pronuncia Durham (1986, p. 27):

Na etnografia onde o autor é ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador, não há dúvida que suas fontes sejam facilmente acessíveis, mas também extremamente complexas e enganosas, pois não estão incorporadas em documentos materiais, imutáveis, mas no comportamento e na memória de homens vivos.

Ao nos utilizarmos da etnografia o fizemos por entendermos a necessidade de observação mais atenta dos fatos observados. Desta forma, não foi apenas “por uma questão de método”, mas, como afirma Geertz (1989, p.15) pela necessidade de

estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o esforço intelectual que ele representa; um risco elaborado para uma descrição densa.

Realizamos a descrição densa apoiada na construção de outros: os camponeses, considerando que eles detêm o conhecimento de sua própria cultura. Buscar outras fontes que não os sujeitos da história, implicaria ficção, e nossa opção permeia a construção junto a esses sujeitos, pois acreditamos que nos estudos geográficos devemos ouvi-los, primordialmente, antes de outras interpretações. Por isso, afirmamos anteriormente que evitamos nos acercar de outras interpretações a respeito do objeto de pesquisa.

Porém, entre o ato de pesquisar e demonstrar os resultados desta incorremos no risco de imprimir feições a uma realidade dinâmica que é compreendida pelos próprios sujeitos e, por vezes, dispensa tradutores, conforme afirma Amado (1993, p.48):

Quando comparo o que os camponeses me mostraram com o que eu mostro deles, sinto desconforto e frustração. O formato acadêmico não consegue captar a riqueza e a diversidade de uma cultura construída sobre bases tão diversas. Este é, entretanto, o único jeito que aprendi. É também, -hoje estou convencida -exatamente o formato que os rebeldes de Formoso desejariam que eu usasse. Eles não me transmitiram a sua história para que eu a devolvesse a eles. Eles me transmitiram a sua história para que fosse traduzida e divulgada para outros públicos e outros círculos. Entre si, dispensam tradutores: falam a mesma linguagem.

Por vezes, fomos consultados em torno dos resultados da pesquisa, bem como da utilidade desta para a comunidade, podendo vir a ser benéfica, entretanto, prescindindo de cuidados em relação aos conteúdos das informações prestadas, como podemos ver no

depoimento seguinte:

Fazer um trabalho desse eu sei que num é fácil. Tem que ter muita coragem. Porque aqui já veio tanta gente, faz seu trabalho, leva suas informação e, as vez, nem volta mais. Mas eu vejo seu interesse de dar satisfação a gente. Só que vai ter que amargar muitas coisa e pisar em muitos espinho. Que contribuição você espera trazer pra comunidade? Você sabe que tem muita gente que fala uma coisa aqui, outra ali e você sabe muitas história daqui do povo. Às vezes, história que nem se pode contar... (...) Acho interessante seu trabalho porque ele vai contar a história da nossa luta, vai levar pro povo aí a fora que nós fizemos e estamos fazendo nossa história. Mas a contribuição maior qual é? É exatamente esse negócio de você [pesquisadora] levar ao conhecimento do povo que aqui tem um povo que se juntou, lutou e venceu os grandes. Porque os pequenos só vence se tiver unido. E isso a gente hoje luta pra lembrar a todo mundo que só na união é que a gente vence. Por isso eu pergunto pelo seu trabalho. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Considerando esta pesquisa como estudo geográfico, comparamo-la aos estudos antropológicos, os quais de acordo com Geertz (1989, p. 15)

(...) são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição somente um nativo faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura. Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são algo construído, algo modelado – o sentido original de fictio – não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento.

Na busca de construção do saber geográfico buscamos nos acercar da realidade dos sujeitos sociais apoiando-nos nos exercícios do “ver” e “olhar”, para depois refletirmos e interpretarmos os processos observados.

Nesse sentido é que realizamos a pesquisa, observando os sujeitos nela envolvidos e “aprendendo para depois apresentar”, considerando que:

(...) em todos os níveis da atividade de seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 1989, p. 20).

No momento inicial houve dificuldades em fazermos a seleção do que seria importante registrar, mas essa dificuldade foi sendo superada no decorrer da pesquisa, afinal, buscávamos a partir da observação dos comportamentos “olhar” para detectar as significâncias.

A especificidade que representa o nosso objeto de estudo de dissertação, a territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, exigiu a realização de um olhar, diferente do ver. Um olhar disciplinado que possibilitasse enxergar a essência do movimento, e nesse, os valores, os costumes e a cultura de um povo.

A princípio, nosso projeto integra a preocupação com o cenário, os atores e as regras, onde utilizamos as caminhadas, observação direta e classificação¹². O caminhar possibilitou reduzirmos o nosso campo de observação no cenário escolhido, o Assentamento Dona Helena, a um “produto de práticas sociais anteriores e em constante diálogo com as atuais – favorecendo-as, dificultando-as e sendo continuamente transformado por elas” (MAGNANI, 1996, p. 37). Nesse caminhar, buscamos detectar o padrão estabelecido, as regras, porventura existentes, e que implicam o significado do comportamento dos camponeses do Assentamento Dona Helena, até as práticas comunitárias e nelas “determinar as regularidades, descobrir as lógicas, perceber as transgressões, os novos significados” (MAGNANI, 1996, p. 37).

Verificar os múltiplos usos dos espaços coletivos e privados onde se desenvolvem acontecimentos ligados ao lazer e à religião, compreender e detectar o uso desses espaços contribui para a compreensão mais geral das práticas coletivas cotidianas na comunidade do Assentamento Dona Helena, como produto do modo de vida camponês, traduzido pela cultura e pelos costumes, uma vez que “é importante considerar a disseminação dos elementos culturais” (BOAS, 2004, p. 132).

A seleção dos sujeitos entrevistados foi realizada tendo em vista que na pesquisa etnográfica não há que se preocupar apenas com a simples coleta de dados, mas com dados que estejam previamente planejados, pois, do contrário, prevaleceria o senso comum. Na verdade, prescindimos de um olhar geográfico, um olhar trabalhado, distinto do ver, pois o olhar investiga, indaga como afirma Cardoso (1990b, p. 348) “o olhar parece originar-se da necessidade de ver de novo (ou ver o novo), como intento de ‘olhar bem’”, na tentativa de compreender a visão dos outros como de fato ela é, transformando conhecimento em sabedoria, contribuindo, para nós, pesquisadores, alargarmos nossa visão de mundo. A pretensão era a de realizar um olhar vertical, tendente à investigação orientada, “um olhar pensante”¹³, distante da horizontalidade do “ver” deslizando.

¹² Cf. MAGNANI, 1996, p. 36.

¹³ Cf. MERLEAU-PONTY. In: .CARDOSO, 1990b, p. 347-60.

A exemplo dos trabalhos antropológicos onde é prioritário o olhar faz-se necessário trazer um de seus conceitos para nossa pesquisa: o de observar:

(...) Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e cotidianos, construindo cadeias de significação. Esse modo de observar supõe, (...) um investimento do observador na análise de seu próprio olhar. Para conseguir esta façanha, sem se perder entrando pela psicanálise amadorística, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador ao entrevistado. (CARDOSO, 1988, p. 103).

O olhar para nós se diferencia do ver e, portanto vai além de uma simples mudança gradativa. Para nós, o olhar se diferencia da mera visualização. O olhar implica num processo que se diferencia do ver revelando e desvelando crenças e sonhos, pois conforme Cardoso (1990b, p.350-1), “a crença supõe a identidade do mundo e o sonho supõe a (crê na) identidade do sujeito”, de modo que constitua uma unidade entre sonho e crença para assim não afastar a unidade do mundo com o sujeito.

1.2.1 - Relato Sobre as Fontes de Pesquisa

Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
Ir tocando em frente...
 (“Tocando em frente”.
Almir Sater e Renato
Teixeira, 2006).

O delineamento da pesquisa se deu em função de fontes impressas e em meio digital a exemplo da pesquisa bibliográfica e documental, dados estatísticos, meios de comunicação de massa e sítios oficiais, documentos pessoais dos entrevistados e os produzidos no desenrolar dos trabalhos de campo. O levantamento dos dados foi realizado em fonte primária, a partir da realização de entrevistas junto aos camponeses, os de fonte secundária, junto aos Censos

agropecuários e demográficos da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e demais órgãos governamentais e não-governamentais.

As fontes bibliográficas mereceram destaque especial, com a realização de fichamentos e anotações diversas a partir das disciplinas cursadas, pesquisas realizadas ou da indicação da orientadora.

Nas bibliotecas públicas e particulares¹⁴ foi feito o levantamento de livros, teses, dissertações e monografias.

Nesse sentido percorremos algumas bibliotecas públicas centrais e setoriais da UFPB, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade Federal do Acre em Rio Branco (UFAC); da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente/SP (UNESP), da Universidade Estadual de Campina Grande /PB (UECG) e da Universidade Federal da Grande Dourados/MS (UFGD), por ocasião da participação em eventos.

As visitas foram realizadas em distintos órgãos, a exemplo da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); órgãos ligados à Igreja Católica como a CÁRITAS; o Arquivo da Arquidiocese da Paraíba (CÚRIA) e da CPT, onde adquirimos por empréstimo o filme que aborda o conflito ocorrido no imóvel Fazenda Engenho Novo e retrata a história do conflito e da trajetória dos trabalhadores do Assentamento Dona Helena¹⁵.

Fizemos visitas à sede do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ao BNB a fim de pesquisar sobre a situação dos camponeses que se beneficiaram do programa PRONAF, participação em reuniões com a presença do Banco do Brasil (BB); visita ao Jornal Correio da Paraíba com o fim de pesquisar em arquivos para levantamento de notícias/ matérias veiculadas pela imprensa local; visita ao Instituto de Terras da Paraíba (INTERPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba (EMATER-PB); e a realização de levantamento de dados estatísticos na FIBGE.

As informações obtidas junto aos meios de comunicações foram sendo arquivadas, assim como o foram os demais documentos impressos. As conversas informais foram cuidadosamente registradas por escrito. As entrevistas semi-estruturadas foram escritas, e/ou gravadas, e ao término de cada grupo de entrevistas, providenciamos a transcrição da voz, além de ter sido gravada em *Compact Disc*, garantindo um arquivo das informações coletadas,

¹⁴ - Destaco aqui o acesso constante ao acervo da minha orientadora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e ao do Grupo de Pesquisa GESTAR: Território, Trabalho e Cidadania.

¹⁵ Cf. Assentamento Dona Helena. Produzido pela CPT, João Pessoa – PB, 1995. Uma fita de Vídeo, 20 minutos, VHS, sonorizada, colorida. Arquivo CPT - PB.

que podem servir de base para posteriores análises, ou auxiliar em outras pesquisas.

Participamos efetivamente dos acontecimentos que envolviam o cotidiano dos camponeses no Assentamento: a participação em mini-cursos oferecidos no Assentamento, na Academia e em eventos de natureza política do interesse dos camponeses, em palestras oferecidas pela Academia, pela ATRADH, pelo CRF, e a participação em grupos de estudos junto à Professora Orientadora desta pesquisa, através do Grupo de Estudos: Território, Trabalho e Cidadania (GESTAR), durante o mês de julho de 2005 a novembro de 2006.

Consultamos documentos pessoais dos camponeses e cadernos, pastas, material didático dos alunos filhos de camponeses que estudam no CRF, localizado na sede do Assentamento Dona Helena, assim como, documentos, material didático e projetos de propriedade do CRF; processos e documentos referentes à história do Assentamento Dona Helena, no INCRA, processos no Fórum Cível e Junta Trabalhista da Comarca de João Pessoa – PB; documentos da ATRADH.

Nesta pesquisa os documentos utilizados, organizados, produzidos ou não pelo pesquisador são vistos de forma distinta, pois, dos já existentes como fotografias disponibilizadas pelos camponeses, pela CPT, pela ATRADH, assim como as entrevistas e reportagens, por serem fontes organizadas por terceiros, carecem, nesta pesquisa, de tratamento especial, tendo em vista a preocupação de serem analisados quanto ao seu objetivo. Também os documentos produzidos por outros pesquisadores foram utilizados em questões pontuais, conforme nossos objetivos específicos. Além desses cuidados queremos destacar que as entrevistas pessoais, as entrevistas semi-estruturadas compostas pelos dados fornecidos pelos camponeses foram utilizadas a partir de uma amostra significativa de todo o universo da pesquisa. Optamos pela entrevista semi-estruturada com base em Triviños (1987, p. 146), que ao referir-se a esta metodologia afirma que a mesma “valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”.

Essa forma de conhecimento promove uma maior interação entre o pesquisador e o pesquisado e possibilita a obtenção de informações de acordo com os objetivos do pesquisador. Sobre essa técnica de pesquisa Gil (1994, p. 113) entende que a entrevista é

a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. É uma forma de interação social. É uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. É adequada para obtenção de conteúdos, pois as pessoas informam a cerca de conhecimentos precedentes.

Procuramos na realização desta pesquisa nos acercar de dados guardados pelos próprios camponeses a partir da permanência pelo máximo de tempo possível na área de pesquisa, mesmo diante das dificuldades pessoais e financeiras, pois concordamos com Durham (1986, p. 29), quando afirma:

Um trabalho de campo eficiente se dá quando o pesquisador se permite viver o lugar, ficar sozinho na área de pesquisa, e fazer a aplicação paciente e sistemática de um certo número de regras do bom senso de princípios científicos bem conhecidos, e não pela descoberta de qualquer atalho maravilhoso que conduza aos resultados desejados sem esforço ou problemas.

A metodologia utilizada durante a pesquisa de campo, baseada na observação e realização de entrevistas ia aos poucos permitindo maior segurança e confiabilidade entre pesquisador e pesquisados, denotando maior aprofundamento metodológico do pesquisador, e conseqüentemente, proximidade da realidade dos envolvidos na pesquisa.

A proposta de descrever a pesquisa científica se deu por compreendermos que o leitor deve acercar-se de informações a respeito do modo de realização da pesquisa.

Os aspectos observados, os dados coletados, as entrevistas concedidas permitiram a análise qualitativa que conforme Queiróz (1999, p. 23) “possibilita um aprofundamento real do conhecimento e uma acumulação do saber”. Essa opção metodológica marca a pesquisa etnográfica, sobretudo, no que concerne à construção e divulgação do conhecimento

científico. Sobre este procedimento nos pautamos em Duhram (1986, p. 26-27) que afirma:

em qualquer ramo do conhecimento, os resultados da pesquisa científica devem ser apresentados de uma maneira absolutamente parcial e honesta, “na etnografia, a distância entre o material bruto de informação e a apresentação final dos resultados é freqüentemente enorme. O etnógrafo tem que transpor essa distância entre os laboriosos anos que transcorrem entre o momento em que pisa pela primeira vez [na área de pesquisa] a fim de fazer suas primeiras tentativas para entrar em contato com a população e a fase em que escreve a versão final de seus resultados.

A realização das entrevistas possibilitou-nos maior visibilidade da diversidade do modo de vida camponês, assim como a aproximação e o conhecimento de aspectos da realidade da história de vida dos camponeses, bem como da sua comunidade, a partir dos depoimentos obtidos sobre suas crenças, seus valores e opiniões.

A observação direta foi utilizada visando evitar perguntas referentes a temáticas

polêmicas, como o uso de agrotóxicos nas parcelas de cada família. Essa, dentre outras questões voltadas para os cuidados com o meio ambiente deixou muitos dos camponeses em situações embaraçosas, tendo em vista a organização da comunidade que vem buscando estratégias de preservação do meio ambiente com vistas à produção agroecológica.

De acordo com Gil (1994, p. 30-34), ao contrário da observação direta extensiva utilizada para grandes grupos, “a observação direta intensiva se aplica à observação a pequenos grupos a partir da realização de entrevistas orais, entrevistas gravadas e observação no campo durante a pesquisa”. O registro diário das anotações de campo se deu em função de evitar quaisquer desperdícios de informações.

Além das entrevistas registramos os depoimentos a partir de relatos orais, em diversas situações de contatos: nos ambientes coletivos, nas residências, nas estradas, em órgãos públicos, enfim, em diversas circunstâncias em que houve o encontro entre pesquisador e pesquisados.

A realização das entrevistas prescindia de um período de tempo maior, por vezes, repetido, ou seja, várias visitas ao pesquisado, ouvindo-o falar espontaneamente sobre o que lhes interessasse, evitando influência ou interferência nos depoimentos. Utilizamos dessa técnica, em primeira instância, em virtude de ser uma das formas de nos aproximarmos da comunidade criando maior grau de aproximação, confiança, e, portanto de conhecimento do universo pesquisado. Queiroz (1969, p. 16) afirma que essa é uma das formas de adquirir informações que “antecede outras técnicas de obtenção e conservação do saber”.

Os relatos orais foram a base para detectarmos a trajetória das famílias, as que eram posseiras, as que residiam no imóvel, às famílias que chegaram por ocasião do conflito, selecionadas pela CPT para a instalação do acampamento e posterior conquista da terra, assim como as famílias que após o assentamento, deixam seu lote em busca de outras possibilidades e conseqüentemente, as que entram destinadas a ocupar esses lotes e reconstituir suas vidas.

A realização das entrevistas teve como prioridade o registro original das falas dos camponeses; na transcrição das falas, a preocupação em manter os “né”, as repetições, dados que foram posteriormente catalogados de acordo com as temáticas e tópicos de interesse na pesquisa, facilitando assim, o manuseio e facilidade as informações prestadas, evitando o desperdício das mesmas e o maior aproveitamento do potencial de informações.

Nas fontes advindas dos meios de comunicação, observamos o conflito de interesses entre as classes dominantes e os dominados, mediante uma série de material produzido e interpretado de formas distintas que segundo Gil (1994, p.163), a análise de conteúdo é “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do

conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade e interpretação destas mesmas comunicações”.

As pesquisas com as famílias camponesas foram realizadas diretamente nas residências, seja por volta da mesa, no terraço frontal ou da parte de trás das residências, sob as árvores, nas calçadas, ou na cozinha. Nessas visitas sempre ocorriam as cenas de informalidade e no passeio pelas parcelas.

Alguns camponeses, em raríssimos casos, não permitiram que identificasse seus depoimentos na pesquisa por temer situações de desgosto, posteriormente à publicação do trabalho de dissertação. Nesse sentido, sempre houve o acordo tácito de que todas as falas e/ou confidências ali realizadas estariam em anonimato e o objetivo único da pesquisa se destinava à Dissertação de Mestrado, e que essas teriam resguardadas a privacidade e memória de cada família em sua individualidade, assim como privaríamos a comunidade de quaisquer situações desconfortantes ou conflituosas. Deixamos que se sentissem à vontade para conversar, ou não; continuarem ou encerrar a conversa, no conhecido “efeito de ruptura, até onde se interessa o entrevistado em conversar sobre o assunto”. Manteve-se o caráter de cordialidade e simpatia, inclusive durante o encerramento das entrevistas, “deixando o caminho livre para um possível retorno aos entrevistados” (GIL, 1994, p. 22).

Quando realizávamos a pesquisa nos finais de semana, por vezes necessitávamos retornar às residências em que passávamos, pois as famílias ou alguns de seus membros costumavam ausentar-se em direção às praias, ou em visita a familiares em outras comunidades. Ou ainda iam participar de festas religiosas, encontros de jovens, de crianças, havendo, desse modo, o deslocamento para outros centros urbanos mais próximos com o objetivo de participar de encontros, romarias, procissões, visitas a Juazeiro do Norte pra ver o “Padim Padre Cícero”, como falavam alguns camponeses, São Severino do Ramo, Frei Damião no município de Guarabira/PB, dentre outros.

Durante o período de pesquisa entrevistamos diversas pessoas, dentre elas, os camponeses compreendendo os membros das famílias que resistiram no imóvel, das famílias que ocuparam a terra, e dos membros da ATRADH. Para a identificação dos camponeses e das parcelas, assim como da melhor forma de locomoção no interior do Assentamento utilizamos a Planta do Assentamento fornecida pelo INCRA, na Escala de 1:10.000 (Vide Figura 02, a seguir).

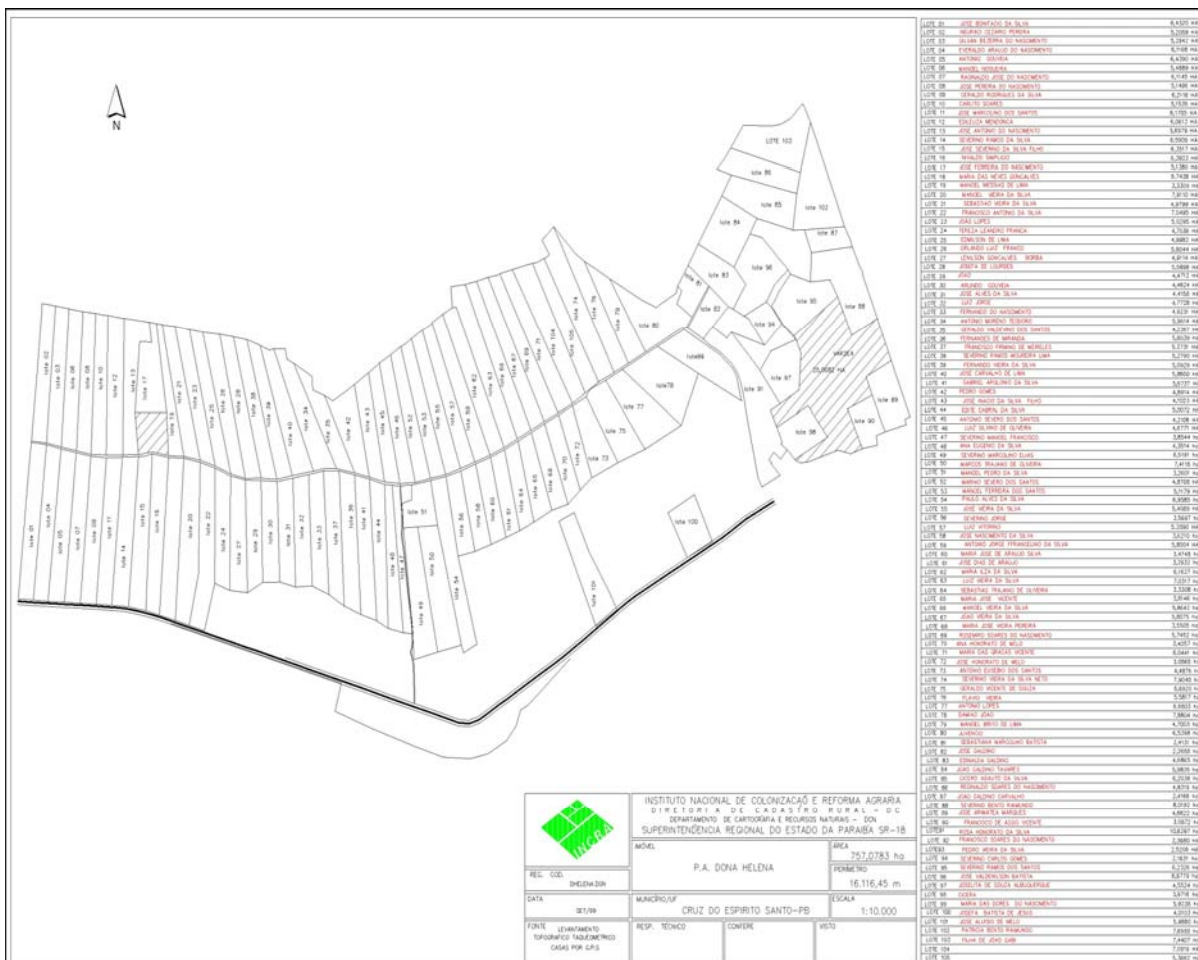


Figura 02 – Planta Cartográfica do Assentamento Dona Helena onde se visualiza a divisão parcelar entrecortada ao meio pela estrada. Fonte: BRASIL. INCRA. Escala de 1:10.000: 1995.

Outros instrumentos utilizados foram o gravador do tipo MP3, os formulários de

entrevistas, a máquina fotográfica e a caderneta de campo destinado à confecção de um diário de campo, considerando, assim, as “enunciações pedestres” (CERTEAU, 1994, p.169-172), tendo como premissa o que Antonio Machado nos fala: “que um caminho escuro se vai clareando à medida que se vai fazendo, isto é, à medida que o percorremos, porque “andando se faz o caminho”. Da mesma forma, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005) se pronuncia: “a geografia se faz andando a pé”¹⁶, ao que complementamos com os instrumentos necessários a orientação e ao registro como: caderno, lápis, GPS ou bússola.

Também consideramos aqueles que se fazem presentes no cotidiano do Assentamento, seja em processos de intermediação financeira entre camponeses e aparelho estatal, sejam os demais presentes que atuam como facilitadores na comunicação entre a sociedade e a comunidade camponesa. Para esses que atuam na perspectiva de apoiar e dialogar com esses grupos adotamos a noção de “mediadores sociais” por compreendermos sua condição de sujeito social diante de sua trajetória de luta, assim como o papel de acompanhamento mais efetivo de intermediação e negociação entre os camponeses, a sociedade e o poder público na defesa dos interesses do campesinato.

Ao refletir sobre o papel dos mediadores sociais Almeida (1999, p. 23) afirma:

a interferência dos mediadores sociais se dá, na maioria dos casos, diretamente sobre os agricultores, e são também encarregados de “levar” e trazer as demandas, inquietações e reivindicações dos agricultores às instâncias mais amplas de debate. Situados estrategicamente entre o “universo rural” e o ‘universo exterior’, estes se revelam, na maioria das vezes, aqueles indivíduos encarregados de fazer a “ponte” entre os agricultores e as demandas da sociedade, agendas oficiais, normas institucionais, legislação, dentre outras. Servem, em última análise, de ligação entre os ‘pequenos’ pedaços socioeconômicos e culturais que são as comunidades, as associações [os agricultores] e outros grupos, de uma parte, e o mercado (...) e o político (as representações políticas do social), de outra.

Diversas foram as circunstâncias em que vimos demandas das que foram mencionadas

anteriormente sendo encaminhadas pelos mediadores sociais no Assentamento Dona Helena.

¹⁶ Fala proferida em palestra realizada no II Simpósio Internacional de Geografia Agrária realizado em Presidente Prudente – SP, 2005.

De acordo com o entendimento de Moreira e Targino (1997, p. 302)

os mediadores são representados pelos órgãos de classe, da Igreja Católica, ou ainda dos centros e grupos de assessorias. Vale ainda salientar que no desenrolar do conflito essas forças desempenham um papel fundamental na sua sustentação. (...) A mediação dessas organizações, contudo, não é da mesma natureza. Enquanto os organismos de classe agem, principalmente, pelos canais institucionais (representação junto ao poder executivo, petições ao INCRA, encaminhamento judiciário, etc.), a ação da Igreja e dos grupos de assessoria dirige-se muito mais para a elevação do nível de consciência política, contribuindo para fortalecer a organização dos trabalhadores, fundamental para a manutenção e sustentação da luta. Vale destacar o papel da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra, dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, do serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira [PB] e CEBs, seja na condução da luta, seja na mediação dos interesses dos trabalhadores junto às diversas instâncias do Estado (órgãos de terra como INCRA e INTERPA, governos estadual e federal, justiça, etc.).

Os Mediadores Sociais são, portanto, “porta-vozes”, intermediadores entre os próprios camponeses, e dentre esses, alguns também o são, canalizando informações entre a comunidade e a sociedade como um todo, especialmente entre os órgãos destinados a atenção das necessidades dos camponeses. Esses órgãos são representados pelos técnicos extensionistas, lideranças sindicais e regionais, indivíduos que mantêm algum tipo de vínculo comercial (atravessadores, por exemplo) ou pessoal (amigos e parentes próximos que vivem na cidade ou no Conjunto Júlia Paiva, situado nas proximidades do Assentamento) ou estatal (representados pelo Estado, o Governo Federal, instituições de ensino-aprendizagem, etc.), ou mesmo pesquisadores por meio da ação extensionista.

Buscamos operar com a história das multiplicidades, aceitando as versões de todos aqueles que no Assentamento costumam interagir, pois não existem memórias verdadeiras e memórias falsas. Elas são aceitas e consideramos que não há a história dos vencedores e a história dos vencidos.

Dentre os mediadores sociais destacamos também os preocupados em direcionar seus trabalhos para âmbito educacional, tendo em vista a preocupação inicial dos camponeses em estabelecer trocas de experiências e repasse de saberes, no intuito de contribuir com os cuidados em relação à preservação do meio ambiente e da saúde humana.

Ao nos referirmos aos mediadores necessitamos esclarecer que há outras formas de interpretar a ação dos sujeitos sociais, conforme a proposta de trabalho adotada, a exemplo de autores como Brandão (1984, p.10-65) que identifica nas práticas educacionais integradas,

três categorias distintas. São os “agentes de cultura internos” onde se incluem os camponeses;

os “agentes de cultura intermediários”, ou seja, os camponeses envolvidos em processos de formação de grupos ou em participação política; e finalmente, os “agentes de cultura externos”, quais sejam, as entidades e organizações que promovem a educação não-formal através de cursos, seminários, por exemplo.

Entrevistamos alguns membros da CPT, dentre eles, frei Anastácio Ribeiro, a Irmã Marlene, ambos participantes efetivos durante o período do conflito na terra, Irmã Edineuza; os funcionários Dorivaldo Silva, o coordenador da Feira Agroecológica, o senhor Luís Sena¹⁷, e um camponês, Severino Meireles. Os membros do CEDESP’S nas pessoas da enfermeira Dra. Maria Salete Horácio Silva e da médica Dra. Rinalda Araújo Guerra Oliveira, ambas as professoras da UFPB que interagem com os Grupos de Mulheres e de Crianças que trabalham com ervas medicinais no Assentamento Dona Helena. Membros do CRF como o Padre Gabriele Giacomelli, educador, e Maria Cristina, socióloga, assim como os pais dos jovens e crianças que participavam de cursos no CRF; os técnicos da assistência técnica contratada pelo INCRA-PB, a Cooperativa de Apoio às Organizações de Gestão e Produção (COAGEP), nas pessoas de Bethoven Nóbrega de Azevedo e Vicente Félix da Silva, o funcionário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na pessoa de Marcos Fernando Dutra Caldas; o funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o senhor Luiz Gonzaga; funcionários do BNB, Agências das cidades de Sapé e João Pessoa – Paraíba, nas pessoas dos senhores Esdras Antônio, Angelita Andrade e Sandra Maria, o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo (STRCES), José Gouveia; o representante da Delegacia do MDA, na pessoa do Antônio Medeiros; funcionários da EMATER-PB, José Gilson Silva Alves – Presidente do Sindicato da EMATER (SINTER-PB), Keyla Deininger; o presidente do Sindicato de Trabalhadores da Agricultura Familiar na Várzea Paraibana (SINTRAF), Edinaldo Leite Pereira; à Agência Mandalla através do funcionário Wildemarques Silva. Na Feira Agroecológica entrevistamos os camponeses que comercializam seus produtos, direto ao consumidor, bem como freqüentadores da Feira Agroecológica¹⁸.

No âmbito da educação no Assentamento Dona Helena entrevistamos os membros do corpo docente e discente, as equipes, técnica e de apoio da comunidade da Escola Municipal Maria José Francisca, localizada no Assentamento Dona Helena, alunos filhos de camponeses

¹⁷ Técnico da assistência técnica da CPT que dá apoio e orientação aos pequenos produtores da agricultura camponesa da Várzea Paraibana.

¹⁸ Denominação adotada pelos Professores Drs. Marco Mitidiero Júnior e Maria de Fátima Ferreira Rodrigues cotidianamente nas discussões efetivadas a respeito da Feira Agroecológica e refere-se aos consumidores da Feira.

que cursam o Ensino Fundamental (6º a 9º anos) na área urbana do Município na Escola Estadual Deputado Fernando Milanez.

Entrevistamos também os camponeses que ocupam algum cargo na comunidade, ou estão envolvidos na formação de novos grupos de interesse que sinalizam na perspectiva de se tornarem lideranças. Destacam-se os camponeses do Grupo de Mulheres, do Grupo de Jovens do CRF, do Grupo de Liturgia, do Grupo de Crianças das Ervas Medicinais, do Grupo de Jovens e Grupo de Crianças do CRF, o qual foi denominado pelo Grupo de Jovens como CRF Mirim, os pais das crianças participantes de Grupos de Crianças do CRF, do Grupo de Cisterna de Placas, ATRADH, do Grupo de Catequese e de Crisma e os camponeses participantes da Feira Agroecológica.

As entrevistas com os camponeses ocorreram de acordo com as possibilidades de acesso ao lote ou parcela das famílias. Foram escolhidos aleatoriamente, mas, tivemos de incluir primordialmente, aqueles identificados como lideranças pela própria comunidade, compreendidos como os que contribuem para a mudança a partir das ações e lutas que realizam em prol da comunidade.

O acesso à parcela foi decisivo nessas entrevistas, pois elas foram realizadas apenas pela autora, o que demandou bastante tempo devido à dificuldade de locomoção para as áreas mais distantes.

Entrevistamos setenta e seis das cento e quatro famílias camponesas residentes no Assentamento Dona Helena e elegemos, preferencialmente, os chefes de família. Em alguns casos, as entrevistas foram realizadas com a presença do casal e dos filhos (jovens e crianças), ocasião em que se dava uma conversa mais alongada, participativa e interessante. A família que, por vezes, rodeava o entrevistado, ficava atenta denotando apenas uma aparente passividade. Várias vezes houve interrupções imediatas por motivo de esquecimento de algum detalhe por parte do entrevistado que era corrigido em sua fala, ora pela mulher, ora pelos filhos.

Durante a pesquisa estabelecemos contatos e entrevistas com os camponeses contemplando, principalmente, aquelas famílias oriundas do imóvel objeto do litígio, a Fazenda Engenho Novo. Consideramos o tempo de permanência do camponês no Assentamento assim como de seu conhecimento e capacidade de expressão a respeito das temáticas abordadas.

Na Feira Agroecológica as entrevistas se deram aleatoriamente, em dias e conjunturas diferenciadas, nos períodos de normalidade das aulas da UFPB, assim como em períodos de greves da Instituição. Os horários de realização da pesquisa também foram variados.

As questões elencadas nas entrevistas abordaram as histórias da terra no tempo do latifúndio monocultor; as histórias das famílias como migrantes; os significados da terra conquistada; seja como sinônimo de sobrevivência ou, primordialmente, de produção destinada à comercialização; as estratégias autônomas adotadas para garantia da qualidade de vida digna individual, familiar e coletiva; os costumes e práticas agrícolas e culturais herdadas dos antepassados; as medidas adotadas para a garantia da melhoria da qualidade de vida, e mais detalhadamente, questões como o período de conflito; a violência cometida pelos antigos proprietários do imóvel; a luta pela terra em suas várias fases; os conflitos internos decorrentes do repasse de parcelas; a situação das famílias agregadas que se encontram ocupando algumas dependências da ATRADH, localizada na área coletiva¹⁹; o avanço do plantio de cana-de-açúcar nas parcelas; a tentativa das usinas de açúcar de plantar cana-de-açúcar no Assentamento por intermédio de alguns camponeses; as estratégias de comercialização pelos próprios camponeses; a ação dos mediadores sociais no acompanhamento e organização da comunidade; a luta por infra-estrutura adequada e por recursos junto ao Governo Federal, questões que estão em pauta no cotidiano de lutas da comunidade (ANEXOS B - P).

Na medida em que ocorriam as visitas às famílias, simultaneamente, se dava o registro de dados coletados em campo. Aos poucos adquirimos conhecimento acerca do cotidiano do Assentamento e produzimos alguns formulários de entrevistas semi-estruturadas. Eles serviam como base para nossa orientação. Entretanto, foram feitos testes a partir da realização das entrevistas, de modo a permitir que esse instrumento utilizado na captação de dados e informações pudesse atender aos objetivos da pesquisa.

Após a realização de alguns testes decidimos construir o roteiro da entrevista semi-

estruturada, o qual serviria de base à conclusão da pesquisa. Conforme Garcia Júnior (1989, p.

¹⁹ Em março de 2002 quando iniciamos a pesquisa, no Assentamento Dona Helena viviam quatro famílias agregadas camponesas que não possuíam parcela e estavam instaladas num dos galpões que compõe parte da antiga sede da Fazenda Engenho Novo. Já no mês de outubro desse mesmo ano, esse número totalizava doze famílias, das quais, dez são familiares de camponeses assentados no Assentamento e duas famílias são ocupantes advindas de outras áreas. Ainda desses dois últimos, apenas um não possui nenhum vínculo ou relação com a terra, e é oriundo do Estado de Pernambuco, e se instalou, na localidade, sem nenhuma permissão. Esse número teve considerável aumento a partir da formação de novas famílias entre filhos de camponeses e mesmo entre esses e outras pessoas externas à comunidade de modo que alguns resolveram se instalar nesses galpões e fazer uso residencial, enquanto aguardavam a resolução por parte dos camponeses e do INCRA-PB. Há casos de agregados que ocuparam a sede da fazenda por motivo de falecimento dos pais. Atualmente há cerca de vinte e cinco famílias que ocupam as dependências da sede coletiva do Assentamento Dona Helena. Essas famílias afirmam que estão à espera do INCRA-PB para decidir sobre a possibilidade de serem assentados no Assentamento Dona Helena, tendo em vista haver nove parcelas que foram objeto de “negociação” entre camponeses titulares de parcelas e pessoas oriundas de outras áreas urbanas ou rurais, e acreditam serem beneficiários, pois, já residiam anteriormente na terra, nas parcelas de seus pais.

33):

O teste da teoria não é se a coleta de dados demonstra sua verdade ou falsidade, mas é continuamente saber o que explica e o que não explica, e se seu campo de formulações alternativas exige apenas uma maior precisão nos termos, ou se estamos diante da necessidade de reformulação geral.

Esse procedimento foi feito, pois a cada novo contato havia a constante necessidade de acréscimos às entrevistas, em virtude da diversidade de situações vivenciadas pelas famílias.

Na medida em que realizávamos a pesquisa observamos e registramos as distintas situações do cotidiano camponês no Assentamento através da fotografia em alguns momentos variados, tais como festas em família, locais de trabalho, lazer, cerimônias religiosas, assembléias e encontros de grupos, enfim, momentos e fatos diversos que se nos apresentavam por ocasião da pesquisa.

A fotografia não poderia deixar de estar presente em nossa pesquisa, pois demonstra, muitas vezes, o que as palavras por si só não conseguem externar; ou momentos que gostaríamos de guardar emoldurados.

Os dados coletados, passíveis de representação gráfica, foram georreferenciados através da aplicação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG). Tomamos como variáveis à construção desse banco de dados os recursos hídricos e fontes de captação de água. Para a aplicação dessa técnica adotamos os dados obtidos no campo através da realização de entrevistas.

O conjunto de mapas gerados nos forneceu uma possibilidade a mais de compreensão dos processos que se dão no Assentamento Dona Helena, mediante a ação dos camponeses em sua relação com a natureza.

Os procedimentos aqui descritos constituem apenas um exemplo de como é possível trabalhar com um SIG para auxiliar na representação de dados coletados em campo e fazer seu georreferenciamento valorizando inclusive a cultura local.

O trabalho de georreferenciamento permitiu o registro dos limites geográficos de cada parcela. Serviu de base à representação de dados socioeconômicos referentes às parcelas dos próprios camponeses, além de permitir visualização de outros processos que se deram no Assentamento Dona Helena, inclusive a representação cartográfica do Assentamento Dona Helena, na fase de desapropriação do imóvel, pela representação parcelar do mesmo, até processos de representação de dados socioeconômicos relativos à comunidade.

A metodologia utilizada obedece, portanto, a duas fases distintas: a fase de campo e a fase de

gabinete. Na primeira fase adotamos, na coleta de dados, durante a aplicação de entrevistas semi-estruturadas entre as famílias e com os membros da CPT, do CRF, do CEDESP'S, a participação em assembléias na ATRADH, o levantamento fotográfico e a confecção de um diário de campo. Totalizando, realizamos cerca de 159 entrevistas das quais, conforme já destacamos, 101 entrevistas foram feitas com os camponeses, trinta e uma entrevistas com os freqüentadores da Feira Agroecológica e vinte e sete com os mediadores sociais. Na fase de gabinete destacamos o levantamento bibliográfico; a confecção de um banco de dados e, posteriormente, o georreferenciamento desses.

1.3 – A Pesquisa Bibliográfica: os Autores/ Interlocutores

Em nossa abordagem teórico-conceitual partimos da compreensão e reconhecimento de que nosso objeto de estudo apóia-se na existência e permanência do campesinato. O conceito 'camponês', adotado neste trabalho justifica-se em função da trajetória histórica desse sujeito social, reafirmado por diversos pesquisadores brasileiros a exemplo de Moura (1986), Martins (1990), Oliveira (1990), Molina (1992) e Fernandes (1994).

Compreendemos o modo de vida camponês na construção da territorialidade no Assentamento Dona Helena considerando-o como classe "*sui generis*", assim como o aspecto de continuidade desta. Portanto, consideramos este campesinato tal como o campesinato brasileiro, aquele que permanece e aumenta cuja diversidade em sua constituição se dá numa escala espaço-temporal. Essa caracterização camponesa remete a afirmação de Lévi-Strauss (1962, p. 26) ao indagar que "se um *optimum* de diversidade é condição permanente do desenvolvimento da humanidade, podemos estar certos de que dessemelhanças entre sociedades e grupos não desaparecerão senão para se reconstituir em outros planos".

Representada em sua diversidade, a agricultura camponesa é caracterizada pela diversidade que se verifica em função das formas distintas como se apropria esse grupo social da natureza em benefício próprio. Pelo processo social de resistência, pela continuidade e luta na terra, pelo repasse dos saberes dos quais dispõem e que definem a racionalidade camponesa²⁰ na busca pela qualidade de vida e fortalecimento dos laços familiares.

²⁰ Cf. CARVALHO, 2005, p. 170. A racionalidade camponesa enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês apóia-se em dois elementos centrais: a garantia continuada de reprodução social da família seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos e a natureza.

Com base nessa racionalidade a luta pela terra no Assentamento Dona Helena se dá por processos sucessivos de luta e resistência que se renovam na produção e reprodução dos fatos presentes.

Os processos que se dão como constituintes da construção desta territorialidade estão diretamente relacionados de acordo com Shanin (1980, p. 14-5) com a “especificidade camponesa”, visto que o campesinato “não constitui uma ‘classe pura’ no interior do modo de produção capitalista, pois, camponês é, simultaneamente, proprietário de terra e trabalhador, com base no trabalho familiar”.

Essa condição ambígua do campesinato é compreendida no interior do modo de produção vigente como uma relação tipicamente não-capitalista, uma ‘classe estranha’²¹ que se desenvolve no interior do capitalismo como criação dele próprio.

A especificidade camponesa à qual nos referimos, verificamo-la nas propostas de autores brasileiros como Almeida (2003a, p. 80-91), apoiada em Shanin (1980, p. 63), que afirmam a ambigüidade do campesinato como classe, situação a qual pudemos verificar nos camponeses do Assentamento Dona Helena que são, simultaneamente, proprietários de terra e, eles mesmos, trabalhadores, com produção que lhes é própria.

Esta constatação nos remete à necessidade de resgatar a história do campesinato no Brasil com o agravamento dos conflitos sociais no campo, ocorridos, sobretudo com o Golpe de 1964 e, que ocasionou o fechamento da fronteira agrícola e a impossibilidade de continuidade das migrações dos camponeses, sobretudo, do Nordeste brasileiro.

Os camponeses em seu processo de resistência adotaram palavras de ordem contra as forças opressoras na luta para permanecer na terra, pois esta possui para eles o significado da terra de trabalho, terra de morada, “a morada da vida”²², a partir da qual se conquista a liberdade, “a liberdade de trabalho familiar, a sua liberdade de trabalho autônomo, a sua liberdade de locomoção, a sua liberdade de decisão” (MARTINS, 1990, p. 131).

Compreendemos o campesinato brasileiro com origem no período colonial formado à margem do sistema latifundiário-exportador, com a participação de escravos índios e negros. Nesse período, restava aos camponeses apenas limitar-se à posse provisória da terra, pois não lhes foi dado o direito às mesmas, tendo como resultado, o marco expressivo da expropriação camponesa no Brasil com a “Lei de Terras” de 1850, com o agravamento ocorrido, sobretudo, com o extenso grau de expropriação e intenso processo migratório, ocorrido a partir da segunda metade do Século XX.

²¹ Cf. SHANIN, 1980, p. 15-26.

²² Cf. ALMEIDA 2003a, p. 27.

Expropriação que culminou na formação de favelas e periferias nos grandes centros urbanos, inclusive nos municípios tradicionalmente monocultores, a exemplo dos municípios situados no Litoral Paraibano, cuja atividade agrícola se voltou, primordialmente para o cultivo de cana-de-açúcar e abacaxi, ocasionando processos de violência, miséria, fome, prostituição, analfabetismo, situações que configuram o processo de “inclusão precária”²³.

Esse processo de inclusão precária na sociedade provocou em alguns de seus segmentos, a formação e conscientização de grandes massas de trabalhadores rurais, os camponeses, que unidos e contando com o apoio de alguns mediadores sociais como a Igreja Católica em sua ala mais progressista²⁴, e os STR’s formaram movimentos populares atuantes a exemplo do MST e da CPT.

Apoiados pelos referidos mediadores, muitos camponeses, inclusive os do Assentamento Dona Helena, se engajaram em processos de luta pela terra, resistindo e ocupando terras a fim de garantir qualidade de vida individual e familiar.

Características como estas dão ao campesinato a sua marca essencial, como afirma Martins (1990, p. 16; 9-10) “é um campesinato que luta para entrar na terra, e distinta da concepção de Lênin (1982:131-134), que considera o campesinato russo, um estamento, que se caracteriza pela resistência de permanecer na terra”. Ao contrário deste, o campesinato brasileiro se caracteriza como

um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser expulso, com freqüência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe; agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação. (...) É progressivamente insubmisso contra a dominação pessoal anteriormente de fazendeiros, “coronéis”, e depois contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários e agora também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado, que cria e garante as condições dessa sujeição. (MARTINS, 1990, p. 9-10).

²³ MARTINS (1997, p. 14-7) utiliza a expressão “inclusão precária” ao invés de exclusão precária, pois considera que todos estão incluídos na sociedade e nos sistema que a rege, mesmo que precariamente.

²⁴ A ala progressista da Igreja Católica se refere aos seguimentos desta instituição que se voltou para as causas populares através das Comunidades Eclesiais de Base - CEB’s, sobretudo a partir dos anos 1970 neste Estado. Ver estudos de FERREIRA, Ronaldo Barbosa. As CEB’s nos anos 70: concepções e práticas político-educativas. João Pessoa, UFPB: 1996.

Essas trajetórias de expropriação e, por conseguinte, de desterritorialização, conformam um campesinato que constantemente resiste e retorna a terra na busca contínua de construir novas territorialidades.

Conforme Shanin (s.d, p. 8), o campesinato tem quatro características essenciais e interrelacionadas: “a exploração agrícola familiar, o trabalho na terra e a criação de gado como principal meio de vida, uma cultura tradicional específica intimamente ligada às formas de vida de pequenas comunidades, e por vezes, submetido à direção de poderosos sujeitos sociais externos”. Esse autor também enfatiza que essas fases nem sempre ocorrem simultaneamente, fato verificado entre os camponeses do Assentamento Dona Helena, pois, somente a última delas, a submissão a poderosos sujeitos sociais externos tem sido alvo de grande preocupação entre os camponeses tendo em vista o retorno do cultivo de cana-de-açúcar no interior das parcelas, cuja produção, em geral, é comercializada com as usinas localizadas no entorno desse Assentamento.

A história dos camponeses do Assentamento Dona Helena reflete a busca pela construção de novas territorialidades recorrentemente mencionada em outras pesquisas. Martins (1990) em sua obra “Os Camponeses e a Política no Brasil” faz uma abordagem histórica a respeito do campesinato no Brasil, das lutas, dos movimentos, além de tratar do descompasso existente entre o estudo das questões relativas a essa temática na academia e na política, o que demanda, segundo esse autor, outro olhar em relação ao campesinato. Também Martins (2001, p. 31-36) enaltece dentre outros temas, a importância de rever os estudos de Sociologia Rural, pois têm sido alvo de críticas, uma vez que essa não tem desempenhado papel considerável em relação à realidade rural, “tendo durante muito tempo se dedicado a reproduzir a ideologia estatal, desprezando o potencial das populações rurais, seu histórico, suas tradições culturais, sua voz”.

O autor inclui esses elementos como contribuições à Sociologia, de modo que os sociólogos interpretem os sonhos e as falas dos camponeses, ao invés de tentar impor suas próprias posições, referencial, que se distingue da posição na Geografia, a qual vem destinando um olhar especial aos objetos de estudo em foco procurando deixar que o campo se lhes apresente. É necessário, portanto, conforme esse mesmo autor (1990, p. 17) “mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la”.

Seguindo essa sugestão é que procuramos ouvir os camponeses do Assentamento Dona Helena ao mesmo tempo em que procuramos utilizar teorias que permitiram incluir a sua fala, a ação coletiva, tentando decifrar o real sentido, evitando estereótipos.

A condição camponesa traz à tona a realidade de que esse é uma criação e recriação do próprio capital, que se desenvolve em seu interior. Martins (1990, p. 18) afirma que a existência do campesinato provém das relações mediadas pelo capitalismo, desenvolvendo-se em seu interior como relação não-capitalista.

Oliveira (2001b, p. 73) interpreta o campesinato como relação não-capitalista de produção, simultaneamente, a ocorrência das relações capitalistas de produção, sendo, portanto, esse campesinato originado no interior do processo de reprodução do capitalismo, de modo contraditório e combinado. Da mesma forma o citado autor se expressa ao relatar que os camponeses, a partir da ação social, produzem seus territórios, que se constituem como produto da luta de classes.

Nesta pesquisa além de considerarmos que na reprodução do capital esse reproduz relações tipicamente não-capitalistas a exemplo de parte das relações de trabalho, às quais estão submetidas no campesinato, é nossa pretensão focar a história que conduz a essa simultaneidade de relações e à luta pela conquista e permanência na terra ou pelo retorno à terra e pela manutenção dos costumes e da cultura desses homens e mulheres que lutam pelos direitos sociais que lhes são negados, na construção de seu destino histórico.

A luta dos camponeses também expressa, muitas vezes, a resistência ao mercado e às relações puramente especulativas, constituindo-se em mais uma luta conjunta em comunidade e/ou individual, por si e pela família, dotada de características comuns ao campesinato. São essas características identitárias deste grupo de camponeses que mesmo em sua heterogeneidade se reproduz continuamente em sua cultura, através da qual reafirmam a sua campesinidade²⁵.

A campesinidade constitui a identidade camponesa que sofre ameaças constantes pela política neoliberal, ao expulsar milhares de famílias do campo obrigando-as a aprender outros costumes na cidade, mas resistem as suas características de camponês, e se fortalecem desde tempos pretéritos.

O processo de retorno à terra ou resistência nela reflete o desejo do Sem-terra de ser proprietário de terra para viver com sua família e se reproduzir como camponês. Essa condição lhes dá a possibilidade de escolhas de seu modo de viver, e aí se encontra a liberdade de trabalho, de viver, de escolher, de realizar suas práticas e costumes, de sua autonomia. Para Martins (1981, p. 131) e Almeida (2003b, p. 84) essa liberdade de o

²⁵ Cf. ALMEIDA, 2003a, p.340; WOORTMANN, 1990, p. 12-13. Refere-se à qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos.

camponês poder optar por suas preferências denomina-se a autonomia camponesa, tendo em vista a terra de morada e terra de trabalho como indissociadas da figura do camponês.

Enquanto resistem aos processos de expropriação, revolucionam e transformam suas próprias vidas, pois, quando saem da condição de assalariados e transformam-se em proprietários dos meios de produção, demonstram nestes atos de criação e re-criação do campesinato, a possibilidade de dar vida à sua luta e de conquistar os direitos de cidadão, da moradia e da terra de morada e de trabalho.

A ação e reação dos camponeses do Assentamento Dona Helena no intuito de transformar suas realidades implica a formação do *habitus camponês*²⁶, o que acontece através da absorção de novas práticas que se dão continuamente.

O conceito de *habitus* neste trabalho surge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre os sujeitos e as estruturas e condicionamentos sociais. *Habitus* é aqui compreendido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações (...). Produto da história, o *habitus* produz as práticas individuais e coletivas, conformadas aos esquemas engendrados pela história; ele assegura a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo, sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem mais seguramente que as regras formais (...) a garantir a conformidade das práticas e sua constância no tempo. (BOURDIEU, 1992, p. 91).

Ao nos apropriarmos do conceito de *habitus*, o fizemos em busca da compreensão da mediação entre o que ocorre externamente em relação ao lado subjetivo dos sujeitos. Um *habitus* marcado pelo passado, mas que propõe uma ação presente, uma realidade dinâmica. Através dele é que os sujeitos realizam suas escolhas, e o fazem de modo inconsciente como símbolo de suas próprias práticas. Conforme descreve Thévenon (2002, p. 1) um *habitus*

é um produto de uma aprendizagem inconsciente, uma aparente aptidão natural que possibilita ao sujeito evoluir livremente em um determinado meio social. A existência de um *habitus* torna-se consciente no momento em

que o indivíduo é introduzido em um meio estranho ao seu cujas regras de jogo ela desconhece.

²⁶ Cf. BOURDIEU, 1992, p. 183-202.

Percebemos o *habitus* camponês a partir de suas práticas culturais e de aprendizagem, as quais representam uma estratégia de reestruturação do modo de vida camponês, onde permanecem algumas práticas, mas se adquirem outras que lhes são necessárias ao modo de vida em comunidade, já que se trata de uma área reformada, um assentamento rural. Essa condição na qual os camponeses, em geral, possuem um modo de vida similar, a tendência de incorporação de mesmas práticas e formas de ação implica na formação do *habitus de classe*.

O trabalho familiar destes camponeses se dá pela necessidade primordial de gerar auto-consumo e, secundariamente, a produção do excedente que se destina à comercialização é revertido em função da complementaridade das necessidades familiares. São estas características que conferem uma identificação da unidade camponesa e característica do território conquistado que continuamente se reconstrói nos moldes do “trabalho familiar, as práticas de ajuda mútua, o trabalho acessório do camponês, a força de trabalho assalariada, a socialização do camponês, a propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho” (SANTOS, 1984, p. 33-45).

Desta forma, concordamos com Almeida (2003a, p.334) quando afirma que é

A quantidade de bocas e braços existente no grupo familiar que irá direcionar as estratégias (intensificação do trabalho; migração dos filhos; venda/emprego de mão-de-obra; ocupação de novas terras etc.) e também estabelecer a hierarquia na distribuição das tarefas familiares, em que o pai representa o sujeito do poder.

O trabalho familiar possui uma estreita relação de hierarquia e é intermediado pela figura do pai, o chefe da família, frente aos membros da família, ou seja, ao mesmo tempo em que essa hierarquia confere honra ao pai, também é motivo para que ele se sinta numa posição hierárquica mais elevada. Presenciamos alguns momentos de clareza dessa posição do pai no contexto familiar; situações que podem ser ilustrados no relato de uma jovem, filha de camponês: “o chefe da casa não tá agora. É meu pai. Ele saiu com o gado pra dar ração. Quando ele sai o trabalho de cada um de nós continua porque cada um sabe de suas responsabilidades”. Esse depoimento é complementado em momento posterior pelo pai dessa jovem, um camponês, Secretário da ATRADH:

Às vezes eu me preocupo de deixar tantas responsabilidades pra os filhos fazer. Essa atividade de secretário me toma muito tempo com as atas pra fazer, reuniões pra assistir, mas cada um já sabe o que fazer, e quando precisam eles pedem ajuda ao outro, de modo que ninguém fica parado porque sabe que mesmo eu não estando presente, tudo tem que ser feito como eu faço e eles aprenderam comigo também.

No que concerne à questão da hierarquia no interior do campesinato corroboramos com Woortmann (1990, p. 44) que apesar de reconhecer que a leitura do campesinato pode ser feita através da noção de modo de produção é comum seguir também por uma análise subjetiva na qual a ética é a referência central:

Nessa perspectiva não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como uma expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.

Na reciprocidade chamou-nos a atenção a questão da diminuição do trabalho liberto. Chayanov (1966) afirma que o camponês trabalha no sentido de atender suas necessidades, tomando por base o tamanho da família. Dessa forma o trabalho familiar é pensado em relação ao tamanho da propriedade e a organização do trabalho se dá em função da família como um todo. Concordamos com essa caracterização do campesinato e vemos similitude desse com o campesinato brasileiro, sobretudo, quando comparamos, através da pesquisa empírica, com o camponês do Assentamento Dona Helena e vemos que ele tem rotina diária necessária ao atendimento de suas necessidades individuais e familiares, entretanto dispõe da autonomia camponesa, que se expressa como trabalhador livre na condição de camponês.

Aqui em casa todo mundo tem uma função. E na falta de um o outro faz as tarefas. Ninguém para aqui porque serviço tem demais. Mas a diferença é que a gente se organiza e trabalha como quer e quando quer. Diferente de antes que trabalhava por obrigação. Os filhos todos estudam, mas nos horários vagos cada um bota o chapéu e a mão na massa. Pai tem as obrigações dele, tem as reuniões, cuida do gado, pastora o gado, pega ração... Mãe fica em casa, cuida da menina e dos bicho de casa, vez por outra dá uma olhada na mandala²⁷... E os filho cada um vai fazendo uma tarefa porque tem serviço até de noite. É capinar, fofar a terra, limpar os matos, colher as verduras e frutas, agoar a mandala... Eu trabalho fora, mas na hora que eu não tiver meu trabalho de fora, eu já to empregada na terra. Porque aqui é retorno certo. (Jovem, filha de camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

²⁷ O representante da Agência Mandalla, senhor Wildemarques nos esclareceu que a mandala é um projeto apoiado pelas empresas Bayer, Projeto Crescer, Telemar, Pepsi, juntamente com o Governo Federal como incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar para a realização social. Constitui-se num processo de desenvolvimento holístico e sistêmico com três pontos básicos a considerar, quais sejam: a- qualidade de vida pela garantia de auto-suficiência alimentar; b- produtividade econômica com inserção de mercado na comunidade, numa região; c- equilíbrio ambiental com utilização e produção, sem que haja quebra do sistema ambiental. A Agência Mandalla atua nas áreas de agricultura familiar no incremento da produção agrícola tendo por base a permacultura.

Quando alguns camponeses deixam de realizar apenas o trabalho familiar e o complementam com o trabalho assalariado temporário diminui a duração do trabalho liberto, por conseguinte, tira do camponês o tempo de promoção dos espaços de trocas, de produtos, ou mesmo de dias de trabalho e diminui as relações de reciprocidade embora não impeça que eles realizem em suas horas vagas, atividades como os mutirões, assembléias, troca de produtos.

O trabalho da família como valor moral está intrinsecamente relacionado à realização da subsistência familiar, distinguindo-se, portanto, do trabalho voltado para a produtividade econômica. Ao garantir a subsistência familiar, cuidam da vida e da terra conquistada; situação distinta da do período anterior em que era desprovido dessa. Ao dispor da terra como de “valor de uso” e do trabalho como ordem moral os pais repassam cotidianamente seus conhecimentos para os filhos. Rememorando as palavras de um camponês “tudo tem que ser feito como eu faço e eles aprenderam comigo também”.

O trabalho dos filhos na instituição familiar se dá de modo complementar, mas indispensável pela garantia da subsistência e pela necessidade da reprodução familiar. “Serviço de menino é pouco e quem o perde é louco. A gente faz o trabalho com toda a família e faz como a gente sabe e gosta de fazer. Se a gente contratar um de fora nunca vai ser a mesma coisa”, falou um camponês. A realização do trabalho dos filhos como complemento se dá em função da necessidade de reprodução familiar, embora haja, muitas vezes, o desejo do filho em migrar em direção aos centros urbanos.

Quando realizam trabalho fora de suas parcelas, conforme depoimentos dos camponeses, o fazem pela necessidade de complementação de renda e pelas dificuldades que enfrentam em garantir a reprodução da família, a exemplo da área de terra inferior ao módulo fiscal adotado na região²⁸, impossibilitando muitas vezes que os filhos realizem trabalho em suas posses, necessitando assalariar-se em outras áreas: na vizinhança em Engenhos adjacentes ao Assentamento, ou através da prestação de serviço em parcelas vizinhas, troca de dias de serviço, parceria, e no caso dos filhos mais velhos, a busca por serviço nas cidades próximas e nos grandes centros urbanos.

Trabalho no campo, mas preciso também de trabalhar fora pra completar a renda. Viver só da terra não dá, principalmente, no verão que seca tudo. E no inverno? Aí alaga... E aí eu adubo abacaxi, trabalho na usina. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

²⁸ Módulo Fiscal diz respeito à área mínima necessária à sobrevivência de uma família, onde possa se desenvolver a agricultura familiar camponesa. A área varia em extensão de uma “região” para outra.

Preciso trabalhar assalariado, mas tenho a bolsa família e uma pensão que me ajuda. Não posso trabalhar fora. Preciso de mais gente pra trabalhar comigo. Mas fica caro e difícil. Tem uns tempo que a gente faz mais umas economia e tem que botar alguém pra ajudar em alguns serviço porque eu sou sozinha com minhas filha e tem uns trabalho que é mais pesado. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Em algumas épocas do ano, sobretudo nos períodos mais chuvosos e nos períodos de colheita ou quando a família dispõe de menor número de integrantes é que se faz necessário o aumento do trabalho familiar, ocorre, por vezes, a contratação de mão-de-obra assalariada temporária, ou mesmo parcerias, ou troca de serviço entre os camponeses.

Não contratamos ninguém porque não temos condição de pagar. É muito serviço, mas tem nove pessoas aqui em casa e a gente divide entre todo mundo, cada um faz sua parte e assim vai dando pra gente se ajudar e fazer o trabalho de casa. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Quando é nos tempo de chuva não dá pra dar conta de tudo. Então a gente tem uns vizinho que são amigo de verdade e aí a gente se arruma ajudando a um e a outro. Se num for assim, não vai, porque a gente não tem como pagar alguém pra trabalhar na diária. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Entretanto, o trabalho realizado na vizinhança possui significado, distinto do trabalho realizado para as usinas. O sentido do trabalho é o de ajuda mútua, solidariedade, cooperação.

Quando ta difícil de conseguir as coisa dentro da parcela nos período de estiagem aí a gente faz uns bico por fora. As vez a gente faz nas terra do vizinho prá ajudar porque quando eu preciso dele ele também me ajuda. Trabalhar com os nosso que são igual a nós é muito diferente. A gente se entende mais fácil e num é obrigado, num é sujeito de patrão”. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

De acordo com Woortmann (1990, p. 43), para o camponês a terra significa lugar de morada e de trabalho, sendo a família parte constituinte desta e indispensável a sua existência. “O significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra como patrimônio. Mas que o objeto de trabalho, a terra é o espaço da família”.

De acordo com Shanin (s.d., p. 08-09), o campesinato pode ser definido como

proceso, como uma entidad histórica dentro del marco más amplio de la sociedade aunque com estructura, consistência y momentos próprios: emergiendo, representando em cierto estádio el modo predominante de

organización social, desintegrándose y volviendo a emerger em algunos momentos²⁹.

Este estado de inconstância e insubmissão, de desintegração e emersão do campesinato traz consigo questões que merece serem discutidas, a exemplo das denominações que são atribuídas aos que consideramos sujeitos, os camponeses.

Enfatizamos nesta pesquisa “os sujeitos sociais como determinantes de suas práticas” (CARDOSO, 1986, p.105). Ao reconhecermos os camponeses a partir dessa nomeação como sujeitos de suas próprias ações, nós os consideramos assim pelo conjunto das características que na diversidade os identificam, mas também pelas características que observamos em âmbito local, a exemplo do trabalho de base familiar no cultivo agrícola associado à criação animal, dentre outras características citadas anteriormente.

Dessa forma nos esquivamos de nos apropriar da terminologia “assentado” por considerarmos que ela é externa a sua realidade, pois esses camponeses são responsáveis pela conquista da terra, em virtude da luta travada contra o latifúndio e os poderes públicos. Por isso, nesse debate, nos apoiamos na afirmativa de Carvalho (2005, p.154) ao considerar que “ao ser caracterizado como assentados prevalece a ação do Estado que prefere considerar-lhes como beneficiários, ou seja, como objeto, e não como sujeitos”.

Consideramos os camponeses do Assentamento Dona Helena sujeitos de sua história, pois compreendemos que no processo de luta pela terra, construíram sua própria identidade social quando resistiram aos ditames do modo de produção vigente. Mas também por fazerem parte de um projeto de reconstrução de outra sociedade em bases distintas da atual, onde permanecem as relações de cooperação e solidariedade, típicas da vida em comunidade. Para Carvalho (2005, p. 192-3) torna-se necessário a construção de novas identidades sociais para os camponeses tendo como referencial a resistência dos mesmos contra a exploração econômica e a dominação política.

Ao considerá-los como sujeitos reconhecemos a mudança qualitativa ocorrida em suas vidas que variou da condição de Sem-terras “desorganizados” ou em processos de organização, à condição de camponeses acampados, e em seguida, a detentores de uma parcela de terra do projeto da reforma agrária e de conhecimentos e costumes adquiridos em sua trajetória de vida.

²⁹ Um processo, como uma entidade histórica dentro do marco mais amplo da sociedade ainda que com estrutura, consistência e momentos próprios: emergindo, representando em certo estágio o modo predominante de organização social, desintegrando-se e voltando a emergir em alguns momentos (SHANIN, s.d., p. 08-09).

Encontramos entre os entrevistados distintas formas de autodenominação como agricultor e trabalhador rural, mas apenas um dos camponeses se identificou como tal. Atribuímos essa escolha de identificação sua ação cotidiana e participação efetiva na CPT. Denominações a exemplo de trabalhador rural e agricultor de acordo com Carvalho (2005), Chauí (1986), Martins (1990), Marques (2004) e Oliveira (2001), e denigrem sua imagem, ligando-o à figura do atraso, do retrógrado, do conformismo, cuja civilidade ainda está por se fazer.

Enquanto enfoque social, o campesinato é abordado sob enfoques teórico-metodológicos que se contrapõem... (...) É como se a dicotomia conceitual resolvesse, por meio de um sistema classificatório, a dinâmica das categorias sociais, pela qual o camponês dá lugar ao agricultor, ao pequeno produtor e, hoje, ao produtor familiar. Coisa que o camponês sempre foi, mas quando não se consegue compreender essa categoria em novos contextos, muda-se a sua definição para servir às estatísticas. (OLIVEIRA, 2001, p. 263).

A tentativa do Estado de homogeneização do campesinato identificando-o como “agricultor familiar” contribui para reduzir esta categoria diversa em um só sujeito social. Tratar o camponês como atrasado e o agricultor familiar como símbolo do moderno é tentar metamorfosear o campesinato destituindo-o de sua história. Afirma Carvalho (2005, p. 25):

O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto de sua pertinácia; e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo. Os limites dos espaços políticos de ação do então moderno agricultor familiar fecham-se nas dimensões da diferenciação gerada na produção da renda capitalizada da terra. A sua existência, portanto, está condicionada dentro das condições geradas pelo capital. Logo, as suas perspectivas estão limitadas às seguintes condições geradas pelo capital: agricultor familiar consolidado, agricultor familiar intermediário e agricultor familiar periférico. Da condição de periférico a condição de consolidado formam-se os espaços políticos de sua existência. (...) Nessa lógica não cabem os sem-terra porque não se discute a exclusão. Discute-se apenas os incluídos no espaço do processo de diferenciação.

Distinto do agricultor familiar e de tantas outras denominações que lhes são dadas, o camponês está inserido numa discussão maior que diz respeito à compreensão da questão agrária, cujo debate traz à tona a luta contra o capital, tendo por princípio, a proposta de transformação da sociedade baseada em princípios morais, éticos e de respeito à historicidade cultural desses povos.

Em nosso objeto de estudo percebemos a tentativa de descaracterização do campesinato pelas políticas adotadas pelo Estado a fim de desmobilizar a ação camponesa. Justificamos isso em virtude da lei vigente relativa à reforma agrária, a partir do fortalecimento de políticas públicas de inserção do capital na agricultura através da renda capitalizada da terra, prevalecendo as relações mercantis da terra de negócio em detrimento da transformação desta em terra de trabalho³⁰.

Na tentativa de caracterização do campesinato, Carvalho (2005, p. 27) identifica traços característicos das sociedades camponesas, a saber:

Uma relativa autonomia face à sociedade global, na importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

Autonomia que se dá por dois ângulos distintos representando o presente e o futuro. A busca por inserir-se no presente para garantir seu futuro, ou seja, a possibilidade de garantir subsistência imediata própria e familiar e a conseqüente garantia de reprodução familiar.

Tepicht (1973 *apud* WOORTMANN, 1990, p.15) em seus estudos sobre os camponeses da Polônia enfatiza a importância dos grupos domésticos na reprodução familiar e salienta que o trabalho é puramente de base familiar e que representa as “forças produtivas não transferíveis”, ou seja:

A capacidade de trabalho de pessoas ligadas entre si pelo laço de parentesco que, mesmo sem estar disponíveis no mercado de trabalho, se envolvem nas atividades produtivas do estabelecimento familiar em razão desta mesma comunidade doméstica de interesses.

Nesse sentido, observamos a representação familiar no Assentamento e concluímos que a representação do *habitus* camponês se reflete na possibilidade de transmissão das práticas e quando necessário e possível, as adaptações às transformações. A prática de prestar serviços na vizinhança, longe do jugo do patrão representa entre tantas outras, as práticas de resistência, a configuração do *habitus* camponês. Mas nem todos os camponeses comungam do convívio comunitário, das práticas de solidariedade e ajuda mútua, nem todos estão dispostos a algumas

³⁰ O PRONAF representa um programa voltado para a agricultura familiar gerando possibilidades de fornecer recursos às famílias camponesas e com eles a permanência dessas no campo com vistas à melhoria da qualidade de vida. Entretanto, a realidade do campo nem sempre condiciona a adimplência deste tendo em vista que há uma série de aspectos negativos por parte do camponês a exemplo da área da propriedade inferior a do Módulo Fiscal, que em geral apresentam dificuldades para o acompanhamento por parte da assistência técnica prestada em algumas áreas.

práticas comunitárias coletivas, a exemplo dos mutirões como se realizava no período de acampamento. Em ocasiões distintas ouvi do mesmo camponês opinião dissidente sobre as práticas de solidariedade:

É negócio errado esse negócio de trocar dia de serviço. Eu venho pra cá hoje, amanhã eu vou pra lá e num dá em nada. Como é que se produz assim? Nunca vai pra frente! É melhor trabalhar um dia com fome pra si do que trabalhar um dia pros outro com a barriga cheia. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Antes a gente era mais unido porque todo mundo lutava por um ideal só. Agora não, é mais cada um por si. Mas tem aqueles que lutam por toda a comunidade, e muitos de nós deixa mais a luta porque fica difícil se manter na terra, de participar dos encontro, dos mutirão, e se a gente deixar a terra pra participar de tudo aí a gente não come. Toda semana tem reunião, encontro que as vez é na cidade, ou em outros lugar e fica mais difícil da gente participar. Mas a gente tem uns amigo que a gente faz as coisa junto também. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Ficou registrado nas palavras de um mesmo camponês as diferenças existentes nos dois períodos relacionados ao acampamento e assentamento.

Detectamos diferenças entre os camponeses que chegaram por ocasião do conflito, e as demais famílias anteriormente posseiras e foreiras no imóvel desapropriado. As primeiras são consideradas mais susceptíveis à coletivização, à cooperação, distintas das últimas que em geral reclamam da presença das famílias no assentamento.

A gente que chegou junto no acampamento a gente já participava de mutirão, de caminhada... Aí já tinha outra cabeça. O povo daqui num costumava participar desses negócio não. Por isso fica mais isolado, alguns não participa. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

D'Aquino (1996 *apud* SETTON, 2002a, p.61) a partir da concepção de *habitus* de Bourdieu faz uma reflexão sobre as práticas camponesas e a mediação social e se refere aos cursos, seminários, estratégias de formação e capacitação entre os camponeses e mediadores sociais, como sendo “algo que desestrutura o trabalho familiar e suas práticas que são repassadas entre as distintas gerações familiares, levando-os a transformação destes camponeses ao ideário de comunidade onde prevalece a coletivização”.

Não concordamos com essa assertiva, pois a carência educacional desses camponeses os tem levado muitas vezes a desacreditar em suas realidades, e as oportunidades de capacitação educacional e profissional, que possibilitam articular os conhecimentos práticos aos conhecimentos teóricos que lhes são oferecidos revelam as transformações em suas

realidades, tanto em relação à sua condição de trabalhador assalariado, posseiro, parceiro, dentre outros, a condição de pequeno proprietário, bem como no resgate da cultura e na adoção das práticas agroecológicas adotadas no período após o assentamento das famílias no imóvel.

Nessa realidade heterogênea onde se verifica uma relação de trocas de saberes, de repetição de antigas práticas como repasse das culturas, há também as distintas formas identitárias no interior da comunidade do Assentamento Dona Helena. Presenciamos nas entrevistas, depoimentos de alguns antigos posseiros que se referem às famílias que chegaram no período de acampamento como sendo “os Sem-Terra lá de cima, o povo que não precisava vir, os que são muito briguentos”.

Ao serem indagados, dois camponeses retratam sua realidade de formas distintas, quando o primeiro afirma “aqui é mata e come. Depois que esse povo veio pra aqui nunca mais se teve paz”. Já o segundo camponês explica que foi necessário a presença das famílias que vieram. “Foi bom eles terem vindo, mas alguns são complicados. Eles ajudaram na luta da terra. Mas depois de uns anos pra cá ficaram tudo desunido”.

Estes depoimentos indicam a diversidade na unidade camponesa, que segundo Martins (1991, p. 20) os camponeses “são socialmente diferentes e vêm de modos diferentes a sua libertação e a sua liberdade. Essa liberdade somente existirá se for elaborada politicamente, se for unidade na diversidade”.

Concebemos a conquista do território e a construção da territorialidade no Assentamento Dona Helena na diversidade dos processos contraditórios, dialéticos entre o latifúndio e o campesinato sem perder de vista as conseqüências advindas da relação de exploração que ocorre com o campesinato no interior do modo de produção capitalista. Como destaca Oliveira (1994, p. 14):

É, pois, essa unidade dialética entre a expansão do latifúndio e da unidade camponesa, entre o trabalho assalariado e o trabalho familiar camponês, e entre a territorialização do monopólio capitalista e a monopolização de frações do território dominado pelos camponeses que marca a estrutura agrária do Brasil.

Entretanto, para compreendermos a construção da territorialidade é fundamental compreender a noção de território que para nós se configura a partir das relações de trabalho e das práticas culturais que marcam o grupo social em pauta.

Apropriamo-nos da concepção de território de Raffesttin (1980, p. 143) e Fernandes (2004, p. 3) que afirmam ser o território posterior ao espaço, portanto, um “*a posteriori*”. Raffesttin (1980, p. 143) afirma a apropriação humana do espaço a partir do pressuposto do

domínio político, e considera que o território é “o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Este pressuposto é analisado por Oliveira (1999, p. 69-70), o qual percebe o território como produto da luta de classes, salientando que são conquistadas e construídas, apenas “frações do território através da produção social”.

No caso específico do Assentamento Dona Helena, o território é o principal objetivo dos camponeses e mediadores, a exemplo da CPT, que visaram, no passado, à conquista e, atualmente à construção cotidiana desse a partir das ações comunitárias, “unidos dialeticamente pela fé e pela política que para esses camponeses, não se separam” (RODRIGUES, 2004:P.40; DI LORENZO, 2006, p. 1-12).

Ainda para Raffestin (1980, p. 143) a “noção de território está ligada à noção de limite, pois mesmo não sendo traçado, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. Para ele, a territorialidade “aparece como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”, e reflete uma identidade do grupo.

A categoria de análise *território* traduz o espaço por excelência construído pelos camponeses, a partir de uma luta, por conseguinte, de uma ação social. Um território “constituído por uma base territorial” (RATZEL, 1990, p. 73-77), mas também, “delimitado pelas questões de ordem subjetiva” (FERNANDES, 2004, p. 5-6), tendo como enfoque central a cultura camponesa e “suas categorias de análise, representadas pela tríade família, terra e trabalho, norteadas por valores que conformam uma ordem moral” (WOORTMANN, 1990, p. 44).

O território no Assentamento Dona Helena é delimitado e reconhecido tanto pelos camponeses, sujeitos desta ação de construção, quanto pelos que residem no seu entorno. Fora são identificados com expressões como “nas terras dos Sem-Terras, lá nos Sem-Terras”. No interior do próprio Assentamento há uma divisão que presenciamos no decorrer da pesquisa, pois, identificam-se de dois modos distintos: ao utilizarem as expressões “aqui é terra da Reforma Agrária” ou por meio da afirmação “nós vivemos em comunidade, somos o povo de Dona Helena”. Por outro lado, encontramos entre os que formam a comunidade a distinção entre os antigos posseiros do imóvel Fazenda Engenho Novo, as terras dos “posseiros velhos [na porção norte e leste do Assentamento]” que se autodenominam “donos da terra”, e as famílias que vieram agregar-se a luta pela terra, as terras dos Sem-terra lá de cima [as famílias que residem nas porções sul e oeste do Assentamento]”.

Percebemos a influência também dessa delimitação nas decisões e ações que se dão no cotidiano dos camponeses, na compreensão que tem de comunidade, e, por conseguinte, valor que atribuem ao território conquistado por eles próprios com a mediação do Estado.

A construção da territorialidade no assentamento Dona Helena se dá, inicialmente, pela ação do Estado a partir das formas de pressão exercidas pelos movimentos sociais. Mas é em sua continuidade que se forma, a partir das distintas práticas culturais e processos econômicos a exemplo dos modos de circulação das mercadorias, do cultivo da cana-de-açúcar, da produção agroecológica e da forma de comercialização desses produtos, dos cuidados com o meio ambiente e que culminam nas preocupações em torno do reconhecimento de que se trata de área da reforma agrária, que se constitui o território conquistado.

Ao concebermos assim a construção do território do Assentamento Dona Helena corroboramos com as concepções propostas por Fernandes (2004, p. 2-4) que compreende o território como uma totalidade composta por uma “relação multidimensional e afirma ainda que sua existência está condicionada às relações sociais que nele se dão”. Nesse sentido é importante destacar a própria história da escolha do nome desse assentamento. Dona Helena é o nome atribuído ao Projeto de Assentamento, implantado no imóvel, denominado anteriormente, de Fazenda Engenho Novo, localizado no município de Cruz do Espírito Santo-PB. Essa denominação traduz uma homenagem dos camponeses à trabalhadora rural, Dona Helena, uma Sem-terra, ocupante do imóvel, que muito lutou para ver efetivada a desapropriação da fazenda Engenho Novo, contribuindo, por conseguinte, para ampliar a Reforma Agrária, deixando na história sua vida e sua morte como símbolo da luta pela terra na fazenda Engenho Novo.

Dona Helena morreu por quê?... Porque viu o trator do proprietário cortando a nossa lavoura que nós tinha plantado aqui uns onze hectare de roça e aquilo que Dona Helena viu doeu muito no coração dela, então por isso que ela morreu por ver a lavoura sendo cortada. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

A Irmã Marlene pegou a minha vó [Dona Helena] e trouxe no Fusca dela pro hospital, e aí mesmo na estrada a minha vó morreu. Foi as notícias que ela [a avó] teve... Uma boa e uma ruim. Que a terra tinha sido desapropriada e que o trator do proprietario tinha cortado as batata do acampamento. Foi a primeira vez que eu vi a Irmã Marlene chorar. (Filho de camponês, 2005).

A memória se projeta na história de cada família de posseiro, foreiro ali residente. Cerca de trinta e cinco famílias resistiram ao conflito sob as pressões violentas do grande proprietário, com o auxílio da CPT, do STRCES no enfrentamento contra o capitalismo.

Dentre as famílias, destacamos as mais antigas no imóvel a exemplo de Dona Quinha, Seu Pedro, Seu Juvêncio, Dona Sebastiana, como são denominados pelos camponeses, e que guardam em sua memória as histórias da terra, os conflitos, as lutas que culminaram na conquista da terra e na luta pela dignidade humana.

Essa memória registra, também, de forma concisa o período quando a CPT pôs a disposição dos trabalhadores acampados a sua Assessoria Jurídica agindo na defesa dos trabalhadores que tinham seus direitos violados e encontravam-se sentenciados pela Justiça e estereotipados pela mídia (ANEXOS Q e R).

É considerando a memória social e apoiada na concepção de Fernandes (2004, p. 5) que interpretamos o processo de territorialização e territorialidade considerados, respectivamente, “um processo geográfico como o resultado da expansão do território, contínuo ou ininterrupto” e “a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas”.

Compreendemos a territorialização camponesa e o modo como se constrói a territorialidade a partir das relações sociais, resguardadas pelos traços culturais que se dão num determinado contexto histórico, e considerando as distintas relações de poder e sua perspectiva multidimensional. Sendo assim, o território inclui as perspectivas, sócio-econômica, cultural, e simbólica.

As referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa e que nos deram suporte à compreensão deste objeto de estudo, contribuíram também para compreendermos a existência de uma identidade camponesa e sua inserção nos movimentos sociais em busca da construção de uma sociedade onde haja justiça social e equidade.

Capítulo II – Do Território do Latifúndio ao Território Camponês

Este capítulo versa os aspectos relativos a construção da territorialidade camponesa no assentamento Dona Helena e para a compreensão dessa prescindimos do entendimento dos conceitos de território e territorialidade, assim como buscamos relacionar a abordagem teórica com objeto de pesquisa. Sendo assim, evidenciamos as histórias da terra referentes à expropriação camponesa, consequência do processo de industrialização da agricultura que promoveu a supressão das áreas de cultivo agrícola em favor da expansão da monocultura da cana-de-açúcar. Nesse entremeio destacamos a importância de mediadores sociais de luta pela terra na Zona da Mata Paraibana a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo (STRCES), mas com enfoque voltado para a trajetória de luta dos camponeses posseiros, foreiros e moradores residentes no imóvel Fazenda Engenho Novo.

Dessa forma, evidenciamos essa luta desde a desterritorialização da Fazenda Engenho Novo à territorialização camponesa com a formação do Assentamento Dona Helena, demonstrando as mudanças qualitativas ocorridas neste processo. Também ressaltamos os aspectos da infra-estrutura do Assentamento com informações a partir de uma base de dados representada em tabelas, gráficos, demonstração de figuras e mapas temáticos.

2.1 – Da Territorialidade do Latifúndio: luta e resistência camponesa

De acordo com depoimentos registrados no decorrer dessa pesquisa as terras que compõem hoje o Assentamento Dona Helena pertenciam a famílias distintas, dentre elas a família Ursulino Fernandes Ribeiro, que por motivo de falecimento do proprietário, e a exemplo de muitas outras famílias que detinham menores áreas, venderam suas terras a Renato Ribeiro Coutinho, grande proprietário latifundiário da região da Várzea Paraibana. Reconhecido como membro de família favorecida economicamente na sociedade paraibana, representava a elite proprietária de usinas de açúcar na mesorregião da Mata Paraibana. Essa família era, na época do conflito a proprietária da Fazenda Engenho Novo, incluindo a área da Empresa Rural AGROPAR e possuía uma área de aproximadamente 808 hectares.

Segundo depoimentos, algumas famílias que detinham menores propriedades de terra nesta área sofreram represálias por parte do senhor Renato Ribeiro Coutinho, que costumava tomar por força, e mesmo oferecer propostas de compra das propriedades com o intuito de

aumentar o tamanho de sua propriedade, e conseqüentemente, a área produtiva monocultora de cana-de-açúcar. Na impossibilidade de venda por recusa dos pequenos proprietários de terras adjacentes às terras da usina, por vezes, amedrontava-os, assim como as suas famílias, restando-lhes duas possibilidades: a venda do imóvel ou o abandono das terras por medo de represálias.

Ao nos referirmos a antigos moradores da fazenda Engenho Novo, afirmamos que a resistência camponesa se manifesta por meio de testemunhos que trazem à tona lembranças dolorosas:

Isso aqui olhe, eu morei nesse sítio... Num tem esse pé de côco aí? Nós moremo aí. Pra lá é da fazenda Santa Luzia, pra cá é da Usina Miriri e mais pra cá era a fazenda Santo Antônio. Essa região aqui é da Santo Antônio. Engenho Novo e Santo Antônio é um negócio só. Aqui na Igreja era um dono só até esse pé de jenipapo. Até a Cerâmica era de Maria da Penha. E aí ele foi tomando na marra, não comprava não. Olha, o dono falecia e ficava os herdeiro... Eles iam e compravam uma terra ao lado do rio. Aí ele botava o olho naquela terra. Aí depois ele mandava capanga pra amedrontar os dono da terra. Aí, com o tempo, aí ele mandava um comprador. O senhor quer vender essa terra? Dizia que ouviu um boato e não sei o que... E dizia, venda essa terra e vá embora daqui, homem! Você tá correndo risco! E por fim, quando os caba num saía, os caba vinha de noite e botava pra fora mesmo. E o dono da justiça era eles mesmo aqui em Cruz do Espírito Santo. Eu vi muito administrador dele dá nos trabaiaador, Cumade! Eu trabaiaava de [profissão não pode ser identificada] na fazenda nessa época, e eu fui botar uma caiga d'água lá e o administrador entrou dentro da casa do morador, saiu dando nele até dentro da delegacia. Eu digo porque eu vi, eu era garoto, tinha treze ano e quando o caba caía, ele danava o burro que nem eu vejo o caba empurrar o garrote pendurado no cavalo. Eu mesmo assim, tenho gado aí, mas não faço isso com meus bicho não. Danava as espora no burro, o burro peitava nele e saía de quatro pé que nem um... E dizia ao caba: _Levante! Quando o caba levantava ele metia o cacete. Isso melhorou de 1974 prá cá, homem! Eu tinha dezessete ano na época. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Nos documentos pesquisados no INCRA relativos ao período posterior ao informado pelos entrevistados, constatamos que a propriedade do imóvel referia-se apenas a José Fernandes Ribeiro Coutinho, filho de Renato Ribeiro Coutinho, de quem adquiriu a propriedade.

A Fazenda Engenho Novo assim como muitas propriedades adjacentes localizadas no Litoral Paraibano pertencia à oligarquia rural Ribeiro Coutinho, que detinha o controle daquelas áreas desde os anos de 1920, aproximadamente. Tradicionalmente essas áreas destinavam-se ao plantio da monocultura de cana-de-açúcar, sobretudo a partir dos anos 1970

por incentivos governamentais destinados à produção de açúcar e do álcool, através do Programa do Açúcar e do Álcool (PROÁLCOOL). Como parte das terras de usina, essas que incorporaram os antigos engenhos a fazenda Engenho Novo encerrava um quadro característico da Zona da Mata Paraibana, como descrito por Moreira e Targino (1997, p.62-65):

alta produtividade destinada ao setor açucareiro, alta concentração fundiária da propriedade da terra, surgimento do fornecedor de cana-de-açúcar à Usina quando se perde o controle sobre o processo de produção industrial, poluição do meio ambiente em virtude do uso indiscriminado de insumos e fertilizantes químicos e mecanização agrícola, a intensificação da sazonalidade do emprego agrícola e finalmente, o senhor de Engenho, um fornecedor de matéria-prima que passa a ser substituído pelo usineiro, este que passa a deter apenas o controle sobre a produção industrial.

A concentração fundiária intensificada causava profundas transformações nas relações de trabalho. Por ocasião da implantação dos engenhos predominou o trabalho escravo substituído, posteriormente pelo trabalho semi-assalariado. Após a criação do Estatuto da Terra nos anos 1960, algumas das grandes propriedades subdividiram-se em propriedades menores denominadas de empresa rural.

Essa transformação reflete a tentativa de desmobilizar os movimentos sociais que defendem uma reforma agrária justa tendo por base a distribuição da terra e, por outro lado, fortalecer o setor competitivo do campo baseado na exportação de *commodities* do agronegócio, conforme justifica Carvalho (2005, p. 47).

Nesse mesmo diapasão atuam os grandes proprietários de terra a embalar seus latifúndios nas explicações, inclusive de intelectuais progressistas, de que não há mais “latifúndio no Brasil” e sim, o que há agora, são modernas empresas rurais. Alguns mesmos acreditam que a modernização conservadora transformou os grandes proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tornando seus latifúndios propriedades produtivas. Não haveria assim mais terra improdutiva no campo brasileiro.

De acordo com depoimento do presidente do STRCES a empresa rural seria uma estratégia encontrada pelos grandes proprietários de terras

para subdividir a terra e evitar a desapropriação de terras no sentido de burlar as leis, ludibriar a inteligência dos homens, mas essencialmente, enquanto estratégia do próprio capitalismo, as fazendas eram subdivididas em empresas agropecuárias rurais, pois desta forma, além de parcelar a terra, diminuindo o tamanho das áreas contíguas, serviria como um novo impasse

a realização da desapropriação de terras. Entretanto, as empresas rurais continuavam nas mãos dos mesmos proprietários de terra. (Liderança Sindical, 2005).

No caso específico da Fazenda Engenho Novo, essa foi subdividida em duas áreas, uma parte continuou com a mesma denominação, perfazendo uma área aproximada de 481,0600 hectares, enquanto a outra parte recebeu a titulação de Empresa Agropecuária Vale do Paraíba (AGROPAR) possuindo uma área de 281,2100 hectares. A titularidade desses dois Imóveis permaneceu nas mãos do antigo proprietário, José Fernandes Ribeiro Coutinho.

A existência e reconhecimento dessa empresa não foram detectados por nenhum dos entrevistados o que se depreende a partir deste depoimento de uma Liderança Sindical da Várzea Paraibana: “Não sei direito sobre essas terra da AGROPAR, mas acho que eles bota esses nome pra confundir a cabeça do povo, né? Pra ninguém tomar conhecimento até de quem são os dono mesmo das área, isso é coisa deles. É tudo deles mesmo!...”.

Entretanto, essa transformação do latifúndio em empresa rural não modificou as relações de trabalho, senão elevando o morador à categoria de trabalhador assalariado pela expropriação daquele. Conforme Moreira & Targino (1997, p. 63), a transformação da condição de morador em trabalhador assalariado da cana-de-açúcar se deu lentamente nos anos 1950-1960, em virtude da manutenção da característica nesta área litorânea desse sistema de morada onde se manteve o “cambão”, pagamento em trabalho realizado pelo morador ao proprietário da terra, em troca da morada na terra.

A partir do ano de 1975 com o advento do PROÁLCOOL, assim como nos anos 1980 e 1990, houve uma intensificação da expansão das áreas destinadas ao plantio de cana-de-açúcar, em substituição às áreas de vegetação natural, fato que também ocorreu nas áreas destinadas ao cultivo de policultura alimentar elevando a Paraíba ao quinto maior produtor nacional de cana-de-açúcar, cujo registro é de uma produção em 1984/1985 de 229,3 milhões de litros de álcool em contraposição a 806 mil litros na safra 1975/1976 (MOREIRA, 1997, p. 110, Grifo nosso). Esse aumento permitiu a expansão de novas destilarias de álcool, assim como a recuperação de outras que haviam entrado em decadência.

O Estado funcionava como aparelho subsidiador da atividade canavieira, e no período de 1979/1984 ocorreu uma retração nos referidos subsídios que passaram da qualidade de “crédito subsidiado genérico para a de crédito subsidiado dirigido”. Segundo Moreira & Targino (1997, p. 111) “não houve perdas no setor canavieiro, senão um maior incentivo à produção de cana-de-açúcar em detrimento de outras culturas”, o que conferiu a continuidade e aumento expressivo da produção canavieira nas áreas litorâneas, assim como nas áreas

oriental e agreste do Estado devido, respectivamente, à estiagem e à praga nos algodoads, levando a expansão das áreas de cana-de-açúcar.

A expansão canavieira se por um lado levou ao incremento da economia estadual, por outro levou ao aumento da sazonalidade do emprego agrícola com impactos negativos sobre a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, cujos salários defasados implicaram em um processo de inversão, ao passo que produziam riqueza para o capital, dela não se apropriavam, faltando-lhes o básico em sua mesa.

Outro fator que trouxe impactos no mundo do trabalho foi a criação/destruição de empregos agrícolas, pois se aumentou o trabalho sazonal, provocou também a expropriação dos trabalhadores do campo, expulsos em direção às periferias das cidades, transformados em novos trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar. Esta dinâmica influenciou na paisagem litorânea que ganhou um novo panorama cujo “traço homogeneizador se deu a partir do verde dos canaviais”.

De acordo com Moreira & Targino (1997, p. 120-134), nos anos sucessivos entre a década de 1980 e 1990, o setor canavieiro mesmo demonstrando sinais de maior produtividade com prejuízo, especialmente do aumento das áreas destinadas ao plantio de cana-de-açúcar, foi aos poucos sendo reduzida devido a uma série de motivos referendados por alguns estudiosos. Dentre eles, a acusação por parte dos proprietários de não receber incentivos suficientes por parte do estado; a diminuição da importância da burguesia açucareira nordestina frente à do sul do país em plena fase de ascensão; a acelerada concentração fundiária nas áreas de Usinas com perda da figura do fornecedor de cana-de-açúcar; a perda da qualidade de vida da classe trabalhadora frente à concentração fundiária e, o conseqüente aumento dos problemas sociais, devido ao descumprimento da função social da terra por parte das Usinas.

Ao serem expropriados alguns camponeses da Fazenda Engenho Novo, assim como de outras áreas, os que vieram mais tarde a compor o quadro de famílias do Assentamento Dona Helena, não se renderam ao conformismo.

Para alguns camponeses, o reconhecimento da luta se dá no período anterior à chegada das famílias, o que é expresso na seguinte afirmação: “as família de fora ainda não tinha chegado, mas as daqui já tava em movimento”. Neste sentido reconhecemos o caráter de resistência do camponês, a exemplo dos camponeses do Assentamento Dona Helena, de se tornarem assalariados e perderem sua historicidade, portanto lutam, resistem, e vem a concretização do acampamento com a chegada das demais famílias integrantes do

movimento, reafirmando a peculiaridade do campesinato brasileiro como aquele que resiste e/ou retorna à terra.

As relações de trabalho que se davam no período anterior ao Assentamento eram variadas conforme constatamos entre as famílias entrevistadas a exemplo da existência de antigos trabalhadores que viviam na condição de foreiros, moradores e os trabalhadores assalariados do campo que haviam sofrido processos de expulsão/expropriação e residiam nas cidades. Alguns dos foreiros que residiam na porção norte do atual Assentamento se referiram ao antigo proprietário, o senhor Ursulino Fernandes, com o qual tinha uma relação de compadrio, demonstrando afeição e gratidão pelo tempo em que residiram em sua propriedade.

Os herdeiro nunca apareceram e então, a viúva de Ursulino foi e vendeu essas terra a usina porque ela sozinha não podia tomar de conta. Não pagamos mais o foro porque já era da usina. O foro era em dinheiro. O Santo Fernando era bom, era um pai pros moradores, deixava a gente plantar, tinha a terra só pra nossos cultivo, deixava a gente cuidar dos bichinho da gente, a gente tinha muitos direito. Ele dizia: - Meus morador eu tenho como meus filhos. Eu nunca trabalhei na casa do patrão. Trabalhava numa roça e procurava juntar pra fazer suador e esterote para animais. Com isso eu criei meus filho. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2005).

Por longos anos foi mantido esse tipo de relação entre o proprietário da terra e os trabalhadores, moradores, foreiros o que garantia a manutenção de relações patronais, clientelistas, de compadrio, que se traduzia para os trabalhadores como uma aparente normalidade. Mas, por ocasião da venda da terra como é o caso de algumas propriedades que foram anexadas à Fazenda Engenho Novo, o proprietário José Fernandes Ribeiro Coutinho comprava as terras, ou “as tomava à força” conforme depoimentos já citados e muitas das famílias eram expulsas, ou eram transferidas de sua área de origem para outras áreas, ocorrendo, muitas vezes, por parte do trabalhador o abandono da terra que lhes era “destinada”. Muitos outros eram expulsos de suas áreas de morada quando sofriam represália por parte do proprietário.

Os caba muitas vez era mandado sair e se não quisesse as vez ele oferecia outra casa. Mas antes ele passava o trator no pedaço de terra e entregava sem um pé de pau, nem fruteira, então o caba não agüentava ficar lá e ia embora porque daqui que ele plantasse e colhesse, dava tempo ele morrer de fome (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

O grau de exploração e violência a que se expunham esses camponeses era tamanho, a ponto de muitas vezes não suportarem permanecer na terra, e com isso, abandonavam suas

terras de morada, ou então sofriam pressões quando viam as áreas de suas terras serem constantemente diminuídas pela expansão do latifúndio. Esses camponeses, via de regra, eram expulsos pelo proprietário da terra, de forma abrupta e sem garantias quaisquer de seus direitos.

Alguns depoimentos refletem a problemática da questão agrária do Nordeste em meados do Séc. XX quando o camponês não tinha a quem recorrer para pedir providências, uma vez que os grandes proprietários tinham o controle do poder político-administrativo”.

No tempo de doutor Renato, o pai de Zé Fernandes [proprietário da Fazenda Engenho Novo] a gente sabe que os capanga vinha, ficava olhando e derrubava as casa. A Polícia aqui encruzava os braço a serviço do patrão. Cada bocada dessa tinha uma mão de polícia. Ele mandava pegar os trabaiador e pendurava de cabeça para baixo numa corrente. Muitos já foram mortos e enterrados aqui dentro. Tem esqueleto até atrás da igreja (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Assim como ocorria nas grandes propriedades monocultoras de cana-de-açúcar do Nordeste, na Fazenda Engenho Novo a estratégia para expropriar os trabalhadores também se deu pela supressão das áreas de cultivo e a expulsão dos camponeses em decorrência das pressões e violências como o corte das lavouras e também a prática de soltar o gado nas plantações, a fim de forçar a expulsão dos camponeses da área do imóvel. Essas eram as estratégias encontradas pelos grandes proprietários de terra para garantir a área livre, disponível à expansão da cana-de-açúcar.

No final do ano de 1992 instaurou-se um clima de terror na Fazenda Engenho Novo. Em 01 de janeiro de 1993, o proprietário José Fernandes, insatisfeito e bastante preocupado, pois temia que recaísse sobre o seu imóvel um processo de desapropriação, agiu com selvageria e prepotência, perante os moradores, ao ordenar aos seus capangas, residentes na fazenda, que passassem o trator nas áreas de posse até as portas da frente e de trás de suas casas, destruindo as roças que já estavam para serem colhidas.

Ato contínuo, o proprietário plantou cana-de-açúcar nessas áreas, e tal prática se repetiu sucessivas vezes, nos anos de 1993 e 1994: o patrão plantava a cana-de-açúcar e o trabalhador arrancava-a e plantava sua roça; sendo a recíproca verdadeira, processo esse que ocorreu sucessivas vezes que acabou por ocasionar a denúncia feita pelo proprietário à Polícia, que interveio por duas vezes na tentativa de evitar a devastação da cana-de-açúcar e a derrubada e queima das cercas; porém, em ambas as ocasiões, quando de sua chegada, o ato já havia sido concretizado, pois era realizado durante as madrugadas.

(...) tava tudo tranqüilo. Quando a gente viu foi os capanga passando o trator só deixando a casa da gente e destruindo tudo que a gente prantou. E restou pra nós uma tristeza só de ver seu traiaio destruído e não ter mais o que dar pros fio comer. (...). (Camponês do Assentamento Dona Helena, antigo posseiro do Imóvel, 2005).

Os depoimentos seguintes atestam que nesse conflito, fizeram-se presentes a CPT e sua Assessoria Jurídica, o STRCES e a Igreja Católica do município de Cruz do Espírito Santo, na defesa dos camponeses.

O Sindicato foi quem entrou com a primeira denúncia para desapropriar a terra. E aí começou a confusão. Particpei do conflito do começo ao fim, fui até preso dois dia e o advogado da CPT soltou eu e os outro. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Essa área aqui, ele [o ex-proprietário, José Fernandes] comandava, dizia que era dele, aí foi quando começou a sair esses conflito. De violência que eu lembro, o carro foi queimado, me lembro sempre dos capanga deles junto de nós e nós fazendo nosso trabalho, né! Porque a gente se sentia forte com a ajuda dos amigo [a CPT]. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Foi mais ou menos de 1994. O proprietário era José Fernandes Ribeiro Coutinho. Ele começou a entrar com o trator nas áreas de posses e os posseiros começaram a resistir. Ele cortou cerca de dez hectares de área em cada posse. Eles arrancaram a cana e plantaram a lavoura deles, entre elas, a batata-doce. O Biu-do-Bar, Vice-prefeito na época tinha o pessoal das frentes de trabalho. A CPT começou a fazer trabalho com os canavieiros de Itatuba [PB], Alagoa Grande [PB], e outras áreas e eles demonstravam a vontade de possuir seu pedaço de terra. Nestas áreas de Sapé [município do Litoral Paraibano] já existiam ocupações de terra. Então se juntou os canavieiros com os posseiros. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A interação a que nos referimos entre a CPT, como parte do segmento mais progressista da Igreja Católica e os camponeses, deu-se no sentido de apoiá-los em seus pleitos. De acordo com a Irmã Marlene “este apoio se dá a partir de uma reflexão e posterior ação que se expressa nos mutirões, acampamentos em rodovias, em praças públicas, caminhadas e/ou romarias, dentre outras”.

Essa prática remete ao processo educativo que não deve ser analisada de forma isolada. Todos os obstáculos encontrados se contrapõem ao processo educativo e interagem entre si, de forma que devem ser analisados em seu todo. Durante esta pesquisa nos deparamos com alguns grupos formados no interior do Assentamento que agem em conjunto, ou isoladamente, em favor dos camponeses.

A CPT tem sido o principal mediador social na liderança, desde o princípio do conflito de luta pela terra, o que vem sendo um trabalho continuado até o momento atual. Como segmento da ala progressista da Igreja Católica com “ação preferencial pelos pobres”³¹ tem influenciado no processo da educação não-formal³², assessorando-os e conscientizando-os politicamente de seus direitos, através de uma fé que liberta.

A Igreja Católica como parte do sistema de dominação que defendeu por longas datas as classes mais favorecidas, tinha a “formação de uma ideologia da classe dominante, transferida à classe dominada através de formas repressivas e de pregação ideológica; a grande aliada do latifúndio” (ANDRADE, 1987, p. 43), tem agora uma parte mais progressista que inicia então numa outra lógica, a da Teologia da Libertação, que constitui, primordialmente, um espaço de politização, seguido da fé, e engaja-se numa luta social reivindicatória travada pelos camponeses na luta pelo direito à terra³³.

Nesta teologia, é o potencial revolucionário do Evangelho que é lançado por estes pensadores [Leonardo Boff, Henrique Dussell, Gustavo Gutierrez] na análise e como substrato às ações frente às injustiças e desigualdades sociais que caracterizavam (e caracterizam) a realidade. O Evangelho é pensado como um documento que afirma a missão socializadora e comunitária da Igreja na Terra. O Reino de Deus começa na Terra afirma os teólogos da libertação³⁴.

É na luta contra a opressão das classes dominantes que a Teologia da Libertação, baseando-se na trilogia - ver, julgar e agir-, proporciona aos camponeses a interpretação da realidade próxima. Sobre esta posição adotada, sobretudo pela CPT, Bazarra (1987, p. 12), afirma:

A Teologia da Libertação se fixa no desconforme do criado, miséria, pobreza, com o criador, na dor e na luta para mudar esta situação (transformação). Não lhe interessa a analogia, mas sim, a dialética, a ruptura com a injustiça. Não é a sua obsessão conhecer primeiro o caminho, senão percorrê-lo.

³¹ Depoimento de Religiosa, membro religioso da CPT. Pesquisa Direta, 2005.

³² Trata-se do processo de transmitir o saber podendo ocorrer em todos os lugares. A educação não-formal provém de grupos sociais distintos a partir de reuniões, seminários, cursos; experiências estas que oportunizam aos camponeses o desenvolvimento de práticas indispensáveis ao seu modo atual de vida em comunidade, práticas coletivas que contribuem para a construção/reconstrução, conservação/transformação do ideal coletivo.

³³ As mudanças internas ocorridas na comunidade eclesial nestes últimos anos, sobretudo em nosso continente fazem com que a Igreja já passe a desempenhar um papel muito especial, devido à falta de partidos políticos em condições de canalizar as aspirações populares e de instituições jurídicas capazes de reagir ao arbítrio do poder. FREI BETTO. In: **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, 1978, p. 96.

³⁴ MITIDIERO JUNIOR, 2005, p. 1-7.

A condição de oprimido e sua busca deste pela libertação traduzem-se ambos em formas educativas onde os sujeitos desta ação são os homens e mulheres que inseridos num processo de educação popular, a partir de organizações como a CPT, se auto-reconheceram como oprimidos, assim como reconheceram as causas dessa opressão, e, portanto, se orientaram na libertação para resolução dos motivos que lhes oprimiam, engajando-se nos movimentos de luta pela terra. Wanderley (1985, p. 63) trata da educação popular voltada para a libertação e afirma que:

Compreende as experiências que, com maior ou menor consciência de seus agentes, objetivaram estimular as potencialidades do povo e valorizá-las como eixo central em suas atividades educativas, tentaram uma crescente identificação com o povo e sua realidade cotidiana e forneceram meios para que o próprio povo se auto-sustentasse e se autopromovesse.

No movimento da Teologia da Libertação, encontram-se imbricadas a religião e a política, que formam um elo onde transparece a relação dialética, denotando os aspectos simultâneos religioso e político, o dever cristão-espiritual e os aspectos sociais e materiais. No entanto, saliente-se que o papel da CPT como difusora da Teologia da Libertação, não se responsabiliza e nem é seu objetivo apropriar-se da política, mas difundir o caráter de criticidade nos “*pobres*” em relação à política e à religião.

[...] Há fusão e unidade [entre política e religião], mas é importante nos referirmos também a diferença e a distância entre os dois: não sendo um movimento político, a teologia da libertação não tem um programa, nem formula objetivos econômicos e políticos precisos. Admitindo a autonomia da esfera política, ela deixa essas questões para os partidos políticos de Esquerda, limitando-se a fazer uma crítica social e moral à injustiça, a aumentar a consciência da população, a espalhar esperanças utópicas e a promover iniciativas de “baixo para cima”. (LÖWY, 2000, p. 64)

Na opinião do Presidente do STRCES, durante o movimento de luta pela terra na fazenda Engenho Novo ocorreram atos desnecessários por parte dos camponeses e da CPT, inclusive acusa esta última de atos de agressão e radicalidade em relação ao movimento e seus participantes.

O conflito não era necessário. Até as terra já tava desapropriada, mas a gente observou que tem muitas pessoa aventureira que vem nesse meio que vem somente tirar proveito mode tirar proveito da luta dos trabalhador. Eu num vi muito resultado porque a gente recebeu as terra depois da desapropriação, todo mundo recebeu umas terra beneficiada e por causa desses pessoal estranho que apareceu nas nossas área hoje se encontra quase mais pobre do que quando era assalariado por conta desse tipo de trabaio

dessas pessoa que entrou aqui. Não é as família que atrapalhou não, mas era as pessoa que representava as família. Numa parte atrapalhou porque no meio veio umas pessoa que só tava pensando no dinheiro que era beneficiado pelo governo, num sabia plantar, colher, fazer nada, e nunca foram trabalhador rural. Foi pessoas que veio do meio deles porque muitos deles e mesmo assim, muitos que veio de fora, tem muitos que são bons trabalhadores, são muito produtivos, só que quando existe esse tal de conflito, de acampamento, entra no meio desses acampamento as pessoa que não são trabaiadores. A lista de famílias foi feita pelo INCRA e pelo representante das família. **A CPT era muito radical** e a área que aconteceu mais problema foi o Assentamento Dona Helena. Esses problema eu atribuo a CPT. Toda a agressão que houve aqui foi da CPT. Mas a CPT causou o conflito, incentivou o conflito arrancando plantação onde o pessoal tinha. Não acho isso justo!... Porque todo mundo sabe que eles sabe com toda a certeza é de interesse próprio. Porque qual é o representante hoje que num sabe que tudo que tiver plantado hoje é em benefício dos trabalhador? Eu acho que o camarada, a pessoa que é representante do povo e diz que quer a terra pra plantar é procurar onde tem uma terra desocupada e botar o pessoal pra trabalhar, mas não arrancar o que tem e destruir. (Liderança Sindical, 2005).

Esse depoimento demonstra uma situação de dubiedade em relação à defesa da classe trabalhadora, assim como a fragilidade em relação à atuação de alguns mediadores durante o movimento de luta pela terra, quando ora atuam conjuntamente em favor do trabalhador, ora demonstram situação de confronto em defesa de luta comum. Essa situação verifica-se no depoimento dessa Liderança Sindical que afirma: “eu comecei a luta quando pedi a desapropriação pelo Sindicato”. E por outro lado: “o conflito não era necessário”, “essas família não precisava vir” e “o INCRA disse que sozinho era muito difícil de conseguir porque os dono era forte demais”.

Ao passo em que testemunha o papel desempenhado pela CPT, define sua importância desde a fase do conflito no imóvel até os dias atuais, ora com satisfação, ora com desagrado. Assim, encontramos forças que se interpelam demonstrando posições contrárias em relação ao papel deste mediador e a ação dos camponeses.

A fazenda Engenho Novo não tava mais toda plantada de cana-de-açúcar em 1995 quando começou o conflito. Não. Se ela tivesse toda plantada de cana-de-açúcar o INCRA não tinha feito a desapropriação. Ela tava talvez com uns 30% da cana, mas a cana nova, cana recém-plantada e isso deveria ser de ninguém mexer com ela, porque de certeza ia ser dos trabaiador porque a desapropriação tava na certa e, por isso, eu fiquei satisfeito. Então eles me acusaro muito [a CPT], porque jamais eu pegava e saia ajuntando, pegando um bocado de trabaiador e fazer uma coisa dessas sabendo que podia haver uma morte como tem acontecido por aí. E nesses conflito essas morte tem algum pai de família que deve ter perdido a vida... Eu não posso culpar outra pessoa. A gente num tem dúvida que a CPT que também incentivava a violência. Se eles querem a terra pra plantar, fazendo conflito, ele tem que

receber a terra e usar a terra pra plantio e não usar esse tipo de coisa. (Liderança Sindical, 2005).

A ligação dos canavieiros com os posseiros foi a CPT quem propôs, pois havia fragilidade do grupo. Eles acolheram, pois viram que precisavam de mais gente pra história acontecer. Os que vieram acreditavam que podia ser a realização do sonho. Entre os acampados tinha mais preparo do que os posseiros. A CPT se dá mais direta, freqüente na luta, no conflito. O acompanhamento depois da luta é mais complicado, mas há continuidade. (Religiosa, 2005).

Confrontando os depoimentos percebemos a capacidade dos camponeses mesmo sendo apoiados por mediadores, de reagir nos momentos em que necessitam discordar da ação deles.

Nesse tempo quem apoiava nós era o Sindicato. Mas aí depois aí virou uma bola de neve porque acharam que a diretoria do sindicato não estava apoiando bem os agricultores de Dona Helena e o pessoal começou a querer inventar uma chapa e aí o Sindicato não ficou a mesma coisa. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Há depoimentos que demonstram o envolvimento, a conscientização e a luta política por parte dos camponeses junto à Igreja e a CPT.

A gente era apoiado pela igreja daqui de Cruz do Espírito Santo. O Padre Hermínio era coordenador da CPT e ele organizou muito os trabalhadores, só que existia um padre em Sapé no ano de 1991, quando a usina Santana faliu. Então eles retomaram o sindicato e passou pra mão dos trabalhadores e então a luta avançou. Mas foi um trabalho que foi feito na região pela CPT porque existia através de trabalho dos canavieiros... E pegava daqui, e se arrastava pelo lado de Mamanguape, um trabalho concentrado na Várzea da Paraíba. Então foi quando sentiu a necessidade dos trabalhadores discutir, do fechamento das usinas, e da usina Santa Helena, se travou uma luta muito pesada, uma batalha, e teve momento que os trabalhadores acampou na Assembleia Legislativa, e o povo pra o governo ter a intervenção de não deixar nossa família ir embora. E também tinha o apoio do Arcebispo Dom José Maria Pires que não deixava os trabalhadores, que o sonho dele era ver essa região aqui na mão dos trabalhadores. Então nessa fazenda Engenho Novo a gente conhecia que existia. Eu não sabia que eu vinha pra cá, eu fazia parte da CPT no Vale do Mamanguape. Era eu, Dona Helena [cujo nome foi dado ao Assentamento em sua homenagem], seu Antônio, Manoel, Vicente... E a gente foi convidado pra vim pra cá pra Engenho Novo [imóvel]. Mas antes disso, Dona Helena foi convidada pra vim visitar essa propriedade e ela foi quem formalizou esse Assentamento. Então ela me convidou e quando foi em 24 de abril de 1995 a gente acampamos aqui e no dia 27 houve o despejo. Aqui na fazenda havia um pedido de desapropriação, só que em 1995 o presidente do INCRA se chamava José Costa e ele não atendia a reivindicação dos trabalhadores. Então houve um

acampamento no Estado todinho com mais de sete mil trabalhador e ficou acampado. Passou quinze dia no INCRA e só saiu quando a gente foi ouvido. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Em entrevistas realizadas junto aos camponeses, sobre a importância da CPT no Assentamento, estes expressam a opinião unânime de que “sem ela [a CPT] a luta não teria acontecido, a terra não teria sido conquistada e a expropriação prevaleceria”, ou seja, sem a conquista da terra, os posseiros do antigo imóvel haviam sido literalmente, expropriados de suas terras. Também enfatizaram que na luta pelos direitos humanos há entraves e subjetividade no Direito que prejudicam a luta, assim como o descumprimento das políticas públicas a exemplo da Política Fundiária e da Reforma Agrária.

2.2 Desterritorialização, Luta e Resistência pela Terra: da Desterritorialização ao Território Transitório do Acampamento

Em entrevista realizada com uma Religiosa da CPT (2005), coordenadora do grupo da Zonal da Várzea Paraibana, ela nos informou sobre o contato inicial e o apoio dado pela CPT aos camponeses, denunciando as práticas de violência e os desmandos do poder local:

Na Paraíba a CPT já nasceu diferente, pois antes ela era a Pastoral Rural, que se tornou uma Pastoral de luta pela terra. Nós somos uma CPT com trabalho de base. Essa grande frequência de pessoas trabalhando aqui na Paraíba apareceu com os grupos de promoção humana com um trabalho comunitário de assistência à saúde. O contato direto da CPT com os camponeses do Assentamento Dona Helena se efetiva a partir do ano de 1994 quando o proprietário do latifúndio inicia a perseguição aos moradores do imóvel passando o trator nas áreas de posse onde havia as lavouras dos trabalhadores, e quando esses iniciam o processo de resistência. No entanto este contato com os trabalhadores já se dava anteriormente, pois trabalhávamos com outros municípios da Várzea Paraibana, especialmente os canavieiros que demonstravam a vontade de possuir um pedaço de terra. Nestas áreas de Sapé já havia ocupações de terra, então se juntou os canavieiros com os posseiros do Assentamento Dona Helena. [...] Houve grandes despejos, a polícia veio com uns cem a duzentos homens, sempre em grande número de policiais. Eles [os posseiros] foram tirados de lá e sendo enxotados como gado até Cruz do Espírito Santo. Lá eles foram acolhidos pela Igreja e depois retornaram ao acampamento. Nós apoiamos os trabalhadores porque o grande reage e nem sempre se vence eles. Houve repressão dos padres por capangas, foi sempre um trabalho de riscos. Há momentos de constrangimento como o que aconteceu com frei Hermano que foi pego pelos capangas e espancado. Hoje a repressão é mais pela justiça, mas há capangas.

A CPT sugeriu ao grupo de famílias já residentes na fazenda Engenho Novo reunir um número maior de famílias no intuito de fortalecer o movimento, assim como dar possibilidades a outras famílias, de poder receber “um pedaço de chão”. Afirmou a Religiosa que durante o conflito por terra existente na Fazenda Engenho Novo “a CPT sentiu a necessidade de agregar mais famílias, pois fortaleceria o movimento frente às forças do grande proprietário e do poder dominante”. Embora apresentasse situação de desconforto para algumas famílias posseiras do imóvel, a CPT conseguiu convencê-los de que o imóvel teria características locais de fertilidade e extensão favoráveis à possibilidade de integrar mais famílias Sem-terra. Entretanto o sentimento de direito à terra levou alguns posseiros e foreiros a recusa em dividi-la com outras famílias, mas a concordância também se revela o que se depreende de alguns depoimentos a seguir:

Nós que temos direito a isso aqui. Essas família não precisava ter vindo não. Tenho certeza que a gente sozinho ganhava essas terra porque já tava encaminhado pelo Sindicato. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Pra mim foi bom né? Se não fosse esse povo que veio de fora a gente num ganhava a terra não. Eles era forte demais e amedrontava todo mundo e quem num queria morrer corria e ia embora. A gente tava ameaçado aqui na terra. Foi uma felicidade vir esse pessoal aqui pra lutar pela terra, porque mesmo sendo difícil plantar, mas a gente fica tranqüilo cada um em sua casa, porque os capanga ficava com os pau nas casa da gente. Eu comprava um bicho e vendia pra botar na terra. Meu fio dizia: _ mãe, não dá... Zé Fernandes era gente boa, mas os capanga dele, você num sabe que trabalhador quer mandar mais do que o dono? Meus dois filho foram ameaçados várias vezes... (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Até 1964 a gente foi muito castigado... as coisa viero mudar muito com as Ligas. Aqui havia uns duzentos morador, e ficaram mais ou menos umas quarenta família. As família chegaram em 24 de abril de 1995. As família de fora ainda não tinha chegado, mas as daqui já tava em movimento. Ainda não tinha o acampamento. Pro acampamento vir pra aqui, home, nós lutemo uns quatro mês, home! Aí também começou na semana de ano, num tinha nem começado o ano de 1995. A CPT foi quem reuniu essas pessoa. Foi... Aí a CPT vinha no domingo né? Fazia uma reunião com a gente lá na casa de Dedé Batista. De vez em quando, passava vigia por lá. Aí quando acertou tudinho, aí terminou o programa da emergência da seca. A CPT disse:_ agora só vai ficar vocês sozinho? Vai ter que entrar gente de fora... Dona Quinha [camponesa, antiga posseira] num queria ninguém porque o homem ia botar tudinho pra fora. Aí a CPT disse: Pra fora???! Se vocês já começaram, se desistir vocês num fica nenhum aqui... Agora vocês têm de encarar de todo jeito. Ou perder, ou ganhar... Aí apertou... Quando foi no dia 24 de abril chegou os quatro caminhão de gente... (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Quanto ao número de famílias existentes na Fazenda Engenho Novo, ouvimos depoimentos distintos, mas em todos eles estava presente a denúncia de expulsão, violência, um movimento de saída e chegada de camponeses que buscavam a terra para morar. Consideramos este último aspecto de inconstância do camponês na terra sob o movimento de des-re-territorialização no objetivo de territorializar-se.

Aqui em Engenho Novo já existia mais de duzentos e cinquenta família, gente que morou, que trabalhou, que foram expulso pelo proprietário, só que Dona Quinha, seu Pedro, Dedé Batista, seu Pedro, Luis Vieira pediram a CPT, a Irmã Marlene, a Irmã Tânia, ao Padre Hermínio que já acompanhava e pediram pra trazer esses trabalhador pra cá. Então, por isso, que a gente veio se juntar ao povo daqui. Então foi isso que aconteceu, era pra encaminhar um processo que já encaminhava há três, quatro ano. Mas num houve um conflito travado não. Era cento e poucas família... Era quarenta e duas família que restava na terra, só que trinta e cinco família queria a luta. Mas muita gente temia a reação do proprietário. Então a gente chegou aqui no dia 24 de abril de 1995 e quando foi no primeiro de maio aí Júlio Cezar [Superintendente do INCRA] tomou posse no INCRA e o processo subiu pra Brasília. Quando foi no dia quatro de setembro de 1995 aí saiu à desapropriação e aí o povo quis resolver a questão da associação (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

O primeiro acampamento foi levantado em 24 de abril de 1995, com a participação de sessenta e nove famílias, as quais trabalharam na construção do mesmo, que foi feito com barracas de junco e palha de coqueiro e a organização do roçado coletivo.

Após três dias da ocupação, o senhor José Fernandes, proprietário do imóvel, acompanhado por seus capangas, armados com espingardas, calibre doze, juntamente com reforço policial do Batalhão de Choque de Guarabira, com duzentos e cinquenta policiais, procuraram concretizar a expulsão tendo em vista ter conseguido da Justiça a Reintegração de Posse do imóvel³⁵.

O primeiro contato entre o comandante da operação e os líderes do movimento deixou uma certeza de que sairiam daquela área e ocupariam a área de posse de um antigo posseiro. Confiantes no acordo celebrado e certos de que teriam tempo para isso, não se preocuparam muito. Porém, ao fim daquele mesmo dia foram surpreendidos, quando por determinação judicial, o Batalhão de Choque da polícia Militar retornou e executou a ação de despejo, destruindo todas as barracas e queimando os seus pertences. Esta ação foi denunciada na

³⁵ A concretização desta ação significaria a liberdade para o proprietário dedicar-se ao cultivo da cana de forma extensiva; e livrar-se de todos os trabalhadores posseiros há tantas décadas ali residentes, evitando inclusive, os encargos trabalhistas referentes aos posseiros resistentes.

imprensa local ao mesmo tempo em que se exigiram das autoridades competentes providências cabíveis para solucionar o litígio³⁶ (ANEXOS A, Q e R).

Os posseiros da Fazenda Engenho Novo estiveram ontem reunidos com o presidente do INCRA na Paraíba para denunciar as represálias ocorridas na área nos últimos dias pela Polícia Militar (A UNIÃO, 1995, p. 7).

Ontem pela manhã, uma comissão de posseiros acompanhados por Frei Anastácio da Pastoral da Terra, foi ao INCRA para pedir providências ao presidente Júlio César Ramalho Ramos... Segundo ele, as providências já estão sendo tomadas [...] (O NORTE, 1995, p. 5).

Durante esse período o Pároco da Igreja Católica de Cruz do Espírito Santo os acolheu na sede da Casa Paroquial até que fossem realizadas outras tentativas de acampamento, quando foram novamente despejados e retornaram à Igreja, na sede da Casa Paroquial.

O posseiro, senhor Biu do Bar que exercia o cargo de Vice-prefeito da cidade de Cruz do Espírito Santo cedeu aos acampados um terreno com área de dois hectares próxima à PB-004, de propriedade da Prefeitura local e solicitou ao prefeito daquele município que fizesse a concessão da referida área para uso dos trabalhadores até o momento de resolução do litígio.

Obtida a concessão, os trabalhadores foram transferidos da Casa Paroquial para o terreno, situado vizinho à área da Fazenda, onde montaram acampamento para abrigarem-se durante o dia ao mesmo tempo em que retornavam à Fazenda para cultivar seus roçados.

Durante o período de acampamento, muitas foram as tentativas de represálias por parte do grande proprietário que culminou em forte repressão contra os acampados, tendo como marco principal a morte de uma trabalhadora, Dona Helena, que sofreu um derrame cerebral, após presenciar atos de violência contra os trabalhadores acampados, a exemplo do corte das lavouras realizada no roçado coletivo dos acampados, e simultaneamente, quando ouviu dizer que a terra estaria desapropriada.

O tempo de permanência como acampados revela traços da solidariedade camponesa. Dividiam as moradias, ajudavam-se mutuamente nos roçados. No primeiro ano de vida no Assentamento, frente às dificuldades, muito dessa solidariedade prevaleceu. Com a conquista

da casa e de parte da infra-estrutura, as distâncias geográficas e as dificuldades individuais repercutiram no processo organizativo, sobretudo, no coletivo.

³⁶ Cf. Jornal O Norte, edição de 28/04/1995: PMs impedem invasão de terra.; Jornal A União, edição de 28/04/1995: Posseiros denunciam violência em fazenda.

A conquista da terra legou aos camponeses do Assentamento Dona Helena a vitória de apenas uma batalha contra o capital, a possibilidade de viver dignamente com suas famílias, porém, incitando a continuidade da luta. Esse momento representa o grande marco, a ruptura entre a situação pré-existente em que predominava o latifúndio de um único proprietário de terras, que se apropriava do sobretrabalho camponês, da renda da terra, que não cumpria a função social da terra. Semelhante ao que ocorreu com os camponeses com a queda do feudalismo entre os séculos XIII e XIX em países Europeus. Referindo-se àquelas circunstâncias históricas, Marx (1984, p. 262) afirma “eles não pertencem diretamente aos meios de produção, nem os meios de produção lhes pertencem (...)”. Reflete-se na condição do camponês ao ser expropriado da terra, pois, aqueles são separados dos meios de produção o que constitui o grande trunfo do capital em seu processo de reprodução.

Trata-se da ‘expropriação do povo do campo de sua base fundiária’ e sua transformação em trabalhador livre rumo ao assalariamento nas cidades. A dissociação entre trabalhadores e “controle” (domínio ou apropriação dos meios de produção da terra para cultivar à fábrica ou aos instrumentos para produzir) é a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo à construção e à reprodução do capitalismo.

O campesinato, embora inserido no interior do capitalismo, possui características distintas, pois ora se subordina àquele, ora resiste, através da luta coletiva. No período anterior ao assentamento das famílias, alguns camponeses participavam de reuniões promovidas por mediadores sociais que atuavam na Várzea Paraibana. As reuniões ocorriam, em geral, às escondidas, a fim de evitar represálias por parte dos grandes proprietários de terra da região.

Referenciados na história das Ligas Camponesas, os camponeses da região da Várzea Paraibana organizados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), na Pastoral Rural e, posteriormente, na CPT³⁷ tiveram como princípios a conscientização política e religiosa, realizando ocupações no campo, em latifúndios e à margem das rodovias, bem como na cidade em órgãos e praças públicas, onde muitas vezes, sofrem represálias por parte do poder público. Entretanto essas ações culminaram na conquista e adesão de setores da sociedade civil, à sua luta, nas grandes cidades.

A questão que move esses trabalhadores na luta por terra remete à leitura feita por diversos autores quando discutem o território e os vários movimentos que atingem os

³⁷ Cf. Religiosa, membro da CPT.

movimentos sociais, seja na apropriação desses, seja sua expropriação que os atinge, que se traduz nos movimentos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização.

Cheios de controvérsias, mas refletindo fatos da realidade vivenciada pelos camponeses e mediadores, a luta se deu por uma causa comum: a conquista da terra. Ao caracterizar o campesinato brasileiro como um campesinato sem terra e que mesmo quem foi expulso dela constantemente retorna, Oliveira (1998, p. 484) demonstra a necessidade que tem o camponês de territorializar-se, de buscar construir seu território. Essa busca, segundo Haesbaert (2004, p. 16), é reveladora da importância do território e contribui para desvelar o mito da desterritorialização, ou seja, “o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição dos territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases”.

Essa perspectiva é vista em Haesbaert (2004, p. 99) em concordância com Deleuze E Guattari (1988) ao se reportar à reterritorialização e a desterritorialização:

[...] construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte.

Reterritorialização que compreendemos a partir dos autores citados como sendo “o movimento de construção do território” e desterritorialização representando o movimento de abandono do território, “a operação de linha de fuga”; movimentos que se expressam na fala dos camponeses do Assentamento Dona Helena:

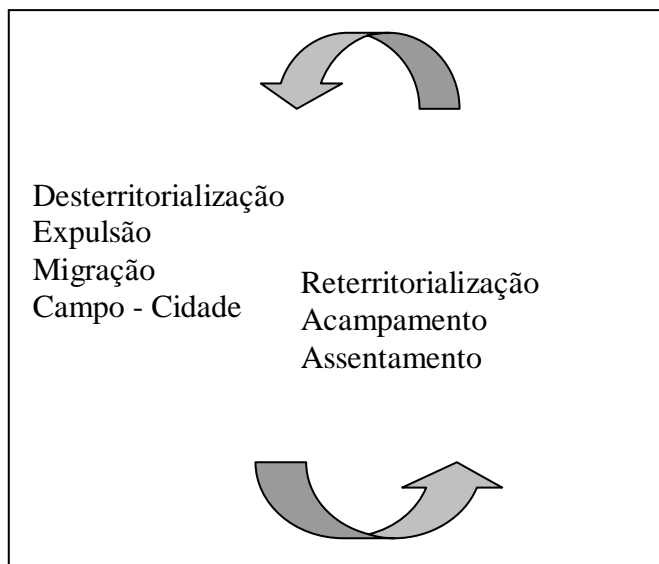
Morava com meus pais no sítio e depois a gente teve que ir prá cidade. A gente ficou com medo da violência do patrão. Acabamo indo morar na cidade e quando soubemo do movimento a gente resolveu se juntar e a CPT inscreveu a gente na lista e a gente conseguiu a terra (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Quando a gente morava aqui na Fazenda era tudo muito difícil, mas ficou pior na rua porque lá a gente não tinha mais a terra pra plantar, pra pegar lenha, as criança ficava pelo meio da rua. A gente perdeu a paz. Quando acampemo foi bom porque aí a gente sentiu a força do povo todo unido e

ficamo junto e conseguimos a terra (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Quando a gente conquistou a terra a gente sentiu a segurança de que tinha conseguido um lugar pra gente viver pro resto da vida. Quando a gente

entrou ali, na hora que soubemo que tava desapropriado, aí a gente entrou prá viver e prá morrer, mas a gente tinha que conquistar... E conseguimos... (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).



A representação gráfica anterior demonstra a trajetória do campesinato brasileiro, em seu movimento de territorialização/desterritorialização.

Constatamos nos depoimentos que quando os camponeses buscaram as cidades no intuito de territorializar-se, declaravam estar desterritorializados, pois se encontravam numa situação de estranhamento em relação ao novo ambiente. Nesse sentido, retornam a terra e resistem com o objetivo de conquistá-la e garantir dignidade pra sua família.

O movimento camponês desencadeador da desapropriação do latifúndio gerou a reterritorialização camponesa em novas bases, e no caso específico do Assentamento Dona Helena, área da reforma agrária, provocou a formação de novas consciências a partir da ação social, conferindo um novo modo de vida e cotidiano. Essa mudança nos leva a lembrar as palavras de Alberoni (1991, p. 38) ao afirmar: “quando um grupo se dispõe à construção de um novo modo de vida, diferente da cotidiana e institucional, a esse, são dadas novas forma e estrutura, tornando um projeto concreto, contraditório ao padrão vigente, originando uma transformação em outra instituição e cotidianidade”.

Eu participava, mas fui contra porque na minha cabeça eu achava que ia roubar o que não era meu. Meu esposo me convenceu e quando eu cheguei e vi aquela cena toda... Todo mundo junto, eu vim prá ver e não prá ficar, e eu fiquei chocada e tocada. Voltei pra casa com outro pensamento e decidi. Enfrentei a família que mandou escolher entre roubar o que é dos outros ou ficar com os pais. Quando eu cheguei foi uma cena mais triste e apesar de não ter nada lá eu só tinha a lona, a lama, as panelas no chão, as crianças

doentes com escabiose, maltratadas e eu comecei a chorar. As Irmãs [religiosas da CPT] vieram e começou todo o sofrimento. Mas eu não perdi a esperança. Foi duas cenas: a que eu vim e voltei e a que eu vim e fiquei. A cena era horrível, era triste, era como se fosse um bocado de verme, de inseto, e o que fazia a gente ficar ali era o carinho e o apoio das pessoas. Então mesmo triste, dormindo e acordando debaixo da lona, era uma só história: ou morrer ou viver. Era como Margarida Alves [ex-sindicalista] dizia: - é melhor morrer na luta do que morrer de fome. Eu ficava mais na oração, me recolhia sempre pra orar. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2005).

Eu vim pra aqui porque eu num tinha casa e vim pra morar aqui também. Eu vivia morando já numa casa de minha mãe em Sapé. Ai ela disse: Filha, vamo embora lutar pela terra. Pensa que eu sabia o que era isso! Mas fui com ela e a gente lutou até o fim, e sofremo muito preconceito, até que a gente venceu com muita dificuldade de mostrar que nós temo nosso valor. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Esses depoimentos corroboram com a acepção de Oliveira (2001c, p. 255), ao afirmar que esse movimento camponês

pressupõe um estado de contestação. Os ideais e as práticas contestantes são relevantes à medida em que constituem uma interpretação divergente da ordem estabelecida, ou do “novo” que desestrutura as relações sociais existentes. São comportamentos adquiridos pelos indivíduos como forma de resistência podendo se desdobrar em movimentos mais amplos, criando novas condutas que pressupõem linguagem, rituais e práticas inovadoras muitas vezes no sentido de reinvenção, elaborando um referencial utópico no qual se protegem do presente e se inserem no futuro.

Há, portanto, uma transitoriedade no processo de territorialização. Ao ser expulso da terra, o trabalhador passa por um processo de desterritorialização implicando uma busca da reterritorialização.

A construção do território camponês no Assentamento Dona Helena institui o processo de territorialização a partir da resistência, em contraposição à manutenção do latifúndio. A situação de transitoriedade se deu com o acampamento, seguido do Assentamento, ambos representando formas diferenciadas da territorialização camponesa.

O acampamento como território temporal ou território transitório envolve uma série de ações onde se enfrentam o latifúndio e os camponeses que recebem o apoio de outras instituições e mediadores sociais. De acordo com Fernandes (1994, p. 174),

neste caso a CPT que ora se manifesta na defesa dos “pobres”, ora os denomina classe trabalhadora, traduz apenas uma interpretação discursiva que desconsidera o passado cultural e as condições específicas de cada segmento em particular, configurando que o espaço interativo não é o espaço

do consenso, é um espaço político e, portanto, de enfrentamento de lutas e de idéias.

O acampamento representa “o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e os latifundiários. É a ocupação do latifúndio cujas conseqüências são (im) previsíveis”. (FERNANDES, 1994, p. 178).

A luta pela terra no Brasil traz consigo uma história cujos registros denunciam a violência contra as milhares de famílias camponesas, contribuem para fortalecer com esses números a ação dos poderes públicos e do poder judiciário³⁸, conforme denunciam os estudos de Stédille (2004 p. 173-186) e Marques (2004, p. 255-284), praticando a judiciarização e criminalização da luta pela terra de acordo com os estudos de Fernandes (2004, p. 1-5).

Muitos foram os relatos ouvidos acerca do cotidiano desses camponeses durante o período do conflito, no acampamento. Esses relatos traduziam a ação do Estado que, freqüentemente promove o despejo em geral fazendo uso da violência através de policiais, mas, por outro lado, expressa também a violência dos proprietários da terra que se utilizavam de jagunços ou capangas como forma de intimidar os camponeses.

A gente tava assim quando dava fé chegava as policia mandado por Zé Grande [trabalhador (capanga) da fazenda]. Tava na cara que as policia era mandada por eles porque se num fosse o empregado que era Zé Grande que era administrador num ia mandar buscar policia em Guarabira, e juntava com as daqui e fazia as ordem. Só podia ser mandado por eles, era policia e patrão (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

De modo geral, durante esse tipo de conflito, ocorrem atos de violência que causam intimidações, ferimentos e até casos de morte entre camponeses, capangas, inclusive, policiais, e a destruição de lavouras, pois há por parte dos camponeses um sentido de resistência contra o poder opressor, conforme fica evidenciado nos relatos, a seguir:

Particpei do conflito, e o que mais me marcou foi a questão dessa destruição de lavoura que houve porque quando nós chegamo aqui tava todo mundo passando necessidade, e você ver todo mundo passando necessidade e você vê cinco hectare de milho maduro, de feijão e você vê tudo de água abaixo

se acabar, então, você nunca esquece. E a questão das batata também que destruíram e o pessoal passando fome e eles destruindo tudo. Era um roçado comunitário e a morte de Dona Helena se causou por aí. O desgosto foi grande porque houve a destruição desses cinco hectares de milho e com uns três dia houve essa destruição dessas batata, com mais três dia, aí veio a desapropriação das terra... Aí ela teve aquele desgosto... Ai ela teve aquela

³⁸ Cf. ANDRADE, 1987, p. 09-12. “Os proprietários de terras, via de regra, resguardados pelo Judiciário realizam sua prática com atos violentos contra os camponeses sem terra”.

notícia de emoção e juntou emoção com desgosto e o coração dela num agüentou (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A cena que mais me lembro foi o dia em que tava um monte de criança tudo passando fome, e eu Biu do Bar dava o leite. Parei a venda de leite pra fornecer o leite, levava o caldeirão de leite. Quando foi um dia, os policial chutaro os caldeirão de leite e as mulher correndo e eles pisando por cima de tudo, e chutando prá fora. Eles, os policial era mandado por eles da fazenda (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A gente tava lá e veio a polícia e levou a gente prá igreja, saiu rebocando assim como um objeto qualquer, num respeitava as criança, nós tava fazendo comer, aí eles derramaram o leite dos meninos. Padre Pedro e o Frei Anastácio pediram calma e a gente deixou passar. Aí veio a posse, antes da posse a gente entrou ali na fazenda e tinha os capanga, e naquele momento a gente tava ali pra viver ou morrer, né? (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

No processo de luta pela terra ocorreram sucessivos despejos e constante retorno dos camponeses à terra, demonstrando as práticas de resistência, o que deixou nas famílias camponesas participantes do conflito, marcas que revelam diferentes faces da violência material e simbólica:

O que mais marcou foi a fome, o sofrimento, sem casa, longe da família, a violência. A senhora acredita que eu nunca me esqueço do conflito? Já faz dez ano e foi mesmo que ter acontecido ontem. Apesar do sofrimento que nós tivemos, principalmente eu que sofri demais. Apesar das pressões do usineiro, do dono, dos capanga, dos vigia, e também tive dificuldade no meio dos amigo. Sofri muito (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Marcas que se revelam através da ação da polícia:

Foi sofredor, né? A gente sofremo muito. Era a polícia, mais polícia botando barraca abaixo, dando tiro e a gente sempre sofrendo. Botava a barraca da gente abaixo e a gente ia pra dentro de novo, aí mais... nós sofremo muito, demais até... Foi o assentamento que mais sofreu aqui dentro prá conseguir essa terra. E as outras terra eles entraro pra dentro e num tivero esses sofrimento todo (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Eu era criança e me lembro quando a Polícia botou a gente prá correr. Houve espancamento sim. Espancaro, o vigia também espancou. Até a freira baixinha mais forte, cortaro o pneu dela. Os vigia espancava (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Mas se revela, sobretudo, na ausência do estado na garantia de direitos fundamentais. As dificuldades pelas quais passaram os camponeses traduziam situações desesperadoras e revelam a violência moral e o desrespeito aos direitos humanos.

Um dia um seminarista disse que ia almoçar na minha casa no acampamento. Eu disse: _eu sou filha de Deus, mas não vou dizer o que vou comer. Eu forrei a toalha no chão e coloquei a comida no chão. Era brejo com farinha, amargava tanto... E eu pedi perdão a ele. Meu filho me perdoe! Mas eu só tenho isso pra comer! E ele tão bonito e novo, comeu tudo. **Se existe um céu e se for um banquete lento, nós estamos salvos. Nós vamos para o céu** (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Expulsão, arranque e plantio de lavoura e cana-de-açúcar, despejos, retorno à terra, acampamento, conflito, violência, acolhimento são expressões que marcaram o cotidiano dos camponeses durante o movimento de territorialização da luta pela terra na fazenda Engenho Novo onde construíam a territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena.

Percebemos o território como um a posteriori, “um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma nova forma de poder [...] poder concedido pela receptividade” (FERNANDES, 2004, p. 4). O território é ao mesmo tempo uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

De acordo com Fernandes (2004, p. 5), a territorialização é um processo geográfico entendido como “o resultado da expansão do território, contínuo ou ininterrupto”; enquanto a territorialidade é “a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas”.

A territorialidade para nós constitui-se no modo como os camponeses se relacionam entre si, com o meio externo e com a sociedade como um todo. Ao sofrerem a expulsão/expropriação da terra os trabalhadores sofrem a desterritorialidade local, e são reterritorializados em outras localidades com outros padrões distintos do anterior, implicando construção de novas territorialidades. Posteriormente com o retorno à terra por ocasião da luta pela terra e pelas práticas de resistência ocorre a reterritorialidade destes, e segundo Martins (1990, p. 16) ao retornar “reconstitui suas histórias e práticas de solidariedade”.

Ao se reterritorializarem, os camponeses constroem uma nova territorialidade tendo em vista tratar-se de uma nova realidade. São áreas que a partir da conquista da terra lhes conferiram olhar mais crítico frente à realidade que os cerca. Entretanto, essa nova concepção de mundo não se dá de forma homogênea entre os trabalhadores, pois têm origens diversas e encontram-se em estágios distintos de conscientização política, a exemplo daqueles que continuam participando de movimentos de luta pela terra através de mutirões, assembleias, conflitos, acampamentos, atos que fazem o cotidiano dos camponeses Sem-terras, conforme

podemos constatar nas seguintes falas que relatam os limites e fragilidades da nova territorialização:

Aqui tem muita gente que é legal, que respeita, mas tem uma parte que é ruim. Não respeita ninguém, leva as pessoa que nem um bocado de basculho. Quando nós vivia acampado a coisa era outra, era bonito, quando precisava de uma coisa ia tudinho ajudar. Depois do assentamento aí mudou muito. Cada qual queira fazer prá si. Só um grupinho que ainda fica sustentando ainda desde o acampamento (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Acho muito fraca a organização daqui. Os grupos estão fracos. É difícil lutar com a cabeça do povo. Acho desgraçada a unidade do Assentamento. Uns querem plantar cana-de-açúcar e outros não querem deixar plantar a cana (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Eles tentam se organizar no que é possível. Mas não são todos, mas já há grande preocupação para garantir a sobrevivência com os filhos (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Esse pessoal daqui faz as reuniões sem ninguém saber, tá entendendo? No tempo de fazer as terra, aí meu marido era aposentado e eles num aceitava aposentado. Eu tenho filho assentado aqui nesse assentamento. A gente mandou cortar a terra, a gente prantá,a porque se num prantá, diz que é abandono, né? Mas aqui num dá nada, a gente pranta milho, mas num dá resultado de nada (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Compreendemos o território a partir de suas dimensões e relações sociais que nele se dão, considerando, portanto, sua historicidade, na qual vemos sob uma ótica mais restrita, que representa seu contexto histórico-social, o território conquistado na luta pela terra contra o modo de produção vigente. Consideramos também que esse território não se constrói isolado, ele se conecta inteiramente com seu meio externo não se fechando em si. Daí, concordamos com Haesbaert (2004, p. 79) quando este afirma “não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas”. E ao se conectar com o meio externo, os demais territórios, compreendemos seu sentido relacional quando nele se dão processos e relações sociais entre o homem e a natureza, mas também, entre os próprios homens, que em seu agir, produzem na historicidade as relações sociais que lhes conferem a identidade própria.

Compreendemos o território formado pelas relações sociais que nele se dão, dotado de historicidade, e corroboramos com Haesbaert (2004, p. 127) quando diz que “sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização, um processo dinâmico de des-re-territorialização”.

O processo de desapropriação desse imóvel e a posterior imissão de posse da terra por parte do INCRA tiveram como consequência a destruição/transformação do imóvel,

especificamente monocultor de cana-de-açúcar num outro território. Surgiu nova territorialização pela ação social dos camponeses e os mediadores sociais, que nos embates, forçaram o Estado a desapropriar a terra, onde se formou o novo território: o território camponês do Assentamento Dona Helena.

O atual nível de satisfação dos camponeses demonstra que a desapropriação da terra no Assentamento Dona Helena conferiu às famílias camponesas não apenas a garantia do território conquistado, mas, também a possibilidade de continuarem a ser camponeses com o resgate da cultura e dos costumes, e de poder permanecer na terra de forma digna com suas famílias, e no âmbito mais geral, pensando na melhoria de vida da própria comunidade, pois:

O movimento camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando é essa a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes: a cultura, a religião, a língua ou dialeto, a raça ou etnia entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais do que isso. Pode-se dizer que a luta pela terra é sempre e ao mesmo tempo uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de ser e de trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta como componente do modo de ser e de viver do campesinato (CARVALHO, 2005, p. 164).

A compreensão acerca do território conquistado se revela em alguns depoimentos, conforme registramos a seguir:

Eu sou dono da terra, produzo de forma agroecológica, minha esposa é professora, produzo, vendo, sou assessor na associação, eu tenho valor, posso falar, produzo, sou cidadão (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2005).

Pra mim isso aqui é o céu. Acho que Jesus disse assim, vou botar num lugar pra tu viver e nunca mais sofrer do jeito que eu sofri. Porque eu já vivi na paia da cana, eu chorei tanto na paia da cana, eu chorava dentro dos mato porque era umas tarefa bem ruim que eles me davam pra fazer (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Hoje moro no que é meu, não pago aluguel, não tenho patrão. É muito melhor, tenho morada, trabalho pra mim a hora que quero. Quem tem sua terra tem bucho cheio. Até hoje nunca trabaiei alugado pra ninguém aqui na terra (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Hoje ta melhor do que antes. A gente planta e tem de tudo porque antes a gente tinha que comprar tudo e hoje a gente não precisa comprar de tudo como antes. Me considero rica. A vida com os filhos no sítio é outra coisa, é livre, tranqüila (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A luta pelos interesses comuns não é homogênea nesse grupo social. Há rupturas, compreensões de ser e de mundo distintas entre os próprios camponeses, desde as questões

relacionadas aos cuidados com o meio ambiente, ao modo de ver e agir na comunidade perante a idéia de conjunto, de vida em comunidade, pois é idéia que predomina entre os camponeses do Assentamento Dona Helena e através da qual se auto-reconhecem. É por meio desse auto-reconhecimento que adquirem maior representação política junto à sociedade civil, as instituições governamentais e não-governamentais e constroem possibilidades mais amplas de acesso a políticas agrícolas de financiamento.

A luta travada pelos camponeses na tentativa de garantir os direitos humanos que lhes são negados tem legado ao Estado da Paraíba um histórico de luta pela terra cujos registros, até o mês de janeiro do ano de 2007, eram de um total de 244 projetos de Assentamento consolidados com 12.731 famílias assentadas regularmente; enquanto oitenta e oito áreas estão em conflitos na atualidade com cerca de 1960 famílias que aguardam o processo de desapropriação das terras.

Em pesquisas anteriores constatamos que:

A partir do ano de 1993 quando ocorreu a falência das Usinas Santa Helena, Santana e Santa Rita, devido à seca que assolou toda a Região Nordeste, somada ao processo findo dos incentivos advindos do PROÁLCOOL, ocorreu desemprego em massa dos trabalhadores rurais da cana, que passaram, a partir de então, a integrar o contingente populacional que pratica a mendicância como forma de sobrevivência, ou a engrossar as pontas de ruas nas cidades mais próximas às rodovias. Os camponeses, que foram assentados na área em estudo [Assentamento Dona Helena], tinham predominantemente esta caracterização: eram trabalhadores assalariados, expropriados dos meios de produção, sendo também denominados de bóias-frias. (DI LORENZO, 2003, p. 38)

O Assentamento em estudo foi declarado de interesse social para fins de reforma agrária, através do Decreto de quatro de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 05/09/95 (ANEXO S), tendo o INCRA dado a imissão de posse em 07/06/96 (ANEXO T) com as devidas Certidões Cartoriais de pedido de Averbação do imóvel.

2.3 – A Reterritorialização: Território Conquistado da Agricultura Camponesa

O Assentamento Dona Helena é composto por cento e quatro famílias assentadas, sendo que cerca de vinte e quatro famílias, dentre elas, filhos de camponeses desse Assentamento, que aguardam a designação por parte do INCRA para assentá-las em parcelas no próprio Assentamento ou em outras áreas reformadas. Isso se dá, principalmente, em virtude da mobilidade existente de camponeses que se deslocam de suas parcelas, abandonando-as ou negociando-as, conforme depoimentos de camponeses e dos demais, também reconhecidos pela comunidade como “agregados”.

Após a imissão de posse dos camponeses no Projeto de Assentamento Dona Helena, ficou a área dividida em parcelas de sete hectares³⁹. O critério adotado como referência foi o Módulo Fiscal, adotado para a “região”. Entretanto, devido à grande quantidade de famílias que participou da ocupação, a área concedida a cada uma foi de sete hectares. Há depoimentos de desagrado e insatisfação em relação ao número de famílias selecionadas e o tamanho da área a ser desapropriada.

A gente pegou essas terra e ficou muito pequena prá nós. Como o cadastro que foi feito tinha família demais, então se resolveu deixar todo mundo aqui. Mas aí diminuiu e prejudicou todo mundo. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Essas família que entrou tudinho, isso causou também muito prejuízo para o pessoal do município porque as terra quase só dava pro que era do município, mas com essas pessoa que chegaro diminuiu muito o tamanho da terra. O INCRA... Tenho um grande respeito pelo pessoal que trouxero, ao Frei Anastácio da CPT que é um deputado, né? Então por conta disso, teve que diminuir a área porque num foi respeitada e o INCRA teve que respeitar o deputado que era uma pessoa que tava de frente aos conflito. O módulo fiscal aqui da Várzea [Várzea Paraibana] é de dez hectare, tem gente com sete hectare, até quatro hectare. É porque botaro muita gente né? Sem saber do tamanho da área. Porque onde tinha uma área que dava pra cem família, aí foi dividida pra cento e vinte, cento e trinta família, aí diminui a terra. Por conta disso, a gente não pode dizer que foi produtivo. (Liderança Sindical, 2005).

A insatisfação com a área de terra inferior ao estipulado pela lei retrata a realidade posta nos estudos de Marques (2004, p. 255-284) e Stédile (1994, p. 173-176) ao denunciarem as lacunas da lei de Reforma Agrária e dos parâmetros estabelecidos na normatização do Módulo Fiscal regional. Os problemas detectados por esses estudiosos também se revelam entre outros depoimentos:

³⁹ A parcela de fracionamento mínimo – FPM – adotado pelo INCRA nesta microrregião é de quatro hectares e o Módulo Fiscal é de dez hectares. (INCRA: 2002).

A gente é assim, nós num tem nada, né? Aí pega dá um pedacinho de terra só e dá a pessoa prá pessoa se virar. Aí num dá não. Falta até a água...! Falta um trator, água, recursos, o trator a gente tem, mas, ao mesmo tempo não tem, mas a associação daqui não vai pra frente não (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A divisão do imóvel realizada pelo INCRA após a desapropriação seguiu o seguinte padrão: foram distribuídas parcelas de sete hectares, cada parcela, entre as cento e quatro famílias cadastradas, restando-lhes uma área de doze hectares, reconhecida como a área coletiva do Assentamento, onde está situada a sede da antiga fazenda Engenho Novo na qual se situa a sede da ATRADH e, atualmente, encontram-se as instalações do CRF (Ver Figuras 03 e 04). Nessa área coletiva ainda constam cinco casas frontais, conjugadas, situadas na parte frontal à sede que atualmente serve como moradia para as famílias agregadas que aguardam providências por parte do INCRA (Ver Figura 05). Essas casas também serviam como armazéns na época da colheita. As garagens de automóveis do antigo proprietário, atualmente servem como sala de aula para o CRF. Os armazéns laterais à sede da fazenda que serviam como depósitos da produção da antiga Fazenda Engenho Novo, atualmente abrigam famílias de agregados (Ver Figura 06); o galpão que funcionava como garagem para guarda dos veículos de trabalho da fazenda, atualmente abriga os equipamentos coletivos de trabalho da comunidade.

Nestes últimos dois anos a sede da antiga fazenda sofreu modificações em função da instalação do CRF que tem construído e reconstruído uma estrutura adequada as atividades educacionais com salas de aula, cozinha ampla destinada ao atendimento das demandas dos camponeses por ocasião de encontros, sala de informática e das atividades de formação propostas pelo CRF, salão de reuniões onde ocorrem as assembléias dos camponeses e demais encontros na comunidade; todos reconstruídos a partir de ruínas de antigos armazéns (Ver Figuras 07 e 08). Há ainda dois dormitórios que servem de alojamentos para recepção dos participantes de cursos e visitantes, dois jardins onde se dispõem experiências demonstrativas como o minhocário, o tanque de peixes consorciado com poço artesiano, horticultura orgânica com a instalação de uma mandala consorciada, destinada ao plantio de floricultura e fruticultura; a secretaria do CRF e a secretaria da ATRADH.



Figuras 03 e 04 - Antiga sede da fazenda Engenho Novo, atual sede da ATRADH e CRF. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2003; 2006.



Figura 05 - Residências dos moradores no período da Fazenda Engenho Novo. Atualmente abriga as famílias agregadas, filhos e parentes de camponeses beneficiários da terra. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2003.



Figura 06 - Armazéns laterais à sede da fazenda que serviam como depósitos da produção da antiga Fazenda Engenho Novo, atualmente abriga famílias de agregados. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2003.



Figuras 07 e 08 - Ruínas de antigos armazéns. Atualmente sede da ATRADH. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.

Conforme observamos através da figura 07, o patrimônio da antiga fazenda Engenho Novo se encontrava bastante degradado pela ausência de conservação das instalações. A instalação do CRF na sede do Assentamento promoveu a transformação da estrutura antiga com a finalidade de atender às necessidades atuais que se referem ao processo educativo, atinente ao atendimento de jovens e crianças, filhos de camponeses na área da Várzea Paraibana, assim como é o local onde ocorrem as reuniões, assembléias, encontros entre camponeses, movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais ONG's e demais componentes da sociedade que se envolvem no cotidiano do Assentamento.

A estrutura da sede da antiga fazenda, embora degradada pelo tempo, demonstra as rugosidades que, segundo Santos (1980, p. 3) revelam “o modo de produção que, por intermédio de suas determinações, cria formas espaciais fixas, pode desaparecer – e isto é freqüente - sem que tais formas fixas desapareçam. O momento se cristaliza em memória e, para repetir *Morgenstern*, é como a memória de um presente que foi”; memória de um período próspero, vivido no apogeu da cana-de-açúcar no Estado, via incentivos creditícios do PROÁLCOOL, fortalecedor da questão da concentração fundiária e de relações de trabalho como de morador, posseiro e renteiro, consideradas relações tipicamente não capitalistas.

No local onde funcionava, anteriormente, a sede da ATRADH, atualmente estão instaladas cerca de vinte e cinco famílias que se distribuem nos antigos armazéns, ainda não reformados, mas que estão na proposta de reforma por parte do projeto do CRF, assim como nos antigos armazéns que estão na parte frontal da sede da fazenda, e atualmente funcionam como residências. Estas famílias agregadas são filhos de camponeses falecidos que aguardam uma posição do INCRA-PB em relação ao problema da repasse de parcelas, assim como fazem a cobrança para que esse Órgão ofereça soluções atinentes às questões da reprodução familiar e permanência da família na terra. Nesses casos, conforme o Novo Código Civil em seu Art.1791, e seguintes que dispõem sobre a herança e sua sucessão, tratam sobre o inventário do espólio em favor dos herdeiros, cônjuge e filhos, os quais só herdaram na ausência daquele. Porém, no Assentamento Dona Helena, há casos de contratos verbais entre os herdeiros⁴⁰:

Já que a parcela só dá pra viver uma família, a gente resolveu deixar a parcela pro filho mais novo e cada um seguiu seu destino. Eu vim morar aqui e invadi este quarto na sede da fazenda até que a Associação resolva alguma coisa (Filho de camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Não vou pra cidade, pois só sei trabaiá na enxada. Não dava pra ficar na parcela de mãe, então invadi aqui e fico plantando lá porque meu irmão deixa. Isso é até resolverem o que vão fazer com a gente (Camponês “agregado”, filho de camponês assentado, 2005).

A gente mora aqui na parcela todos os filhos juntos, cada um vai fazendo sua casa, mas já sabe que a terra não dá pra todo mundo e aí a gente se vira trabalhando fora da parcela pra sustentar as famílias (Camponês “agregado”, filho de camponês assentado, 2005).

⁴⁰ Conforme depoimentos de algumas famílias agregadas à ocupação por parte dessas famílias tem sido uma estratégia de forçar aos camponeses do Assentamento junto ao INCRA, a tomarem uma decisão no sentido de permitirem sua estadia e permanência no local definitivamente, ou mesmo de solucionar o problema de forma a contemplá-los com a concessão do direito a terra.

Quanto às famílias agregadas que residem nas dependências da sede antiga da fazenda, algumas foram incluídas pelo INCRA-PB como beneficiárias de parcelas, ou seja, na Relação de Beneficiários (RB) no próprio Assentamento, em virtude de haver nove parcelas submetidas a processos de repasse ou negociação. Embora tenham sido incluídas como beneficiárias, aguardam a posse da terra, pois, os responsáveis pelas parcelas negociadas, ou seja, os que residem atualmente nas parcelas, objeto de negociação, recusam-se a retirar-se da terra, afirmando que reconhecem ser beneficiários da parcela e se enquadram nas exigências da política de Reforma Agrária. A maioria das famílias entrevistadas não apóia a presença dos agregados nas casas da sede da comunidade, exceto quando são familiares dos entrevistados.

Sobre aqueles morador ali nós somos muito revoltado. Porque ali tem o quê? Filho de posseiro. Se você não lutou pela terra você não tinha direito de chegar na parcela e fazer uma casa não. Mas se eu sou irmã, cunhada e parente, se eu tenho sete hectare de terra não ficaria bonito tudo junto numa parcela só? E aqui o que a gente vê é gente que é assentada aqui, tem terra, bota os filho pra ficar brigando por lá e não quer que se meta naquelas parcela daqui. Diz que esses pessoal que vendeu as parcela vai perder pra esse povo que mora na fazenda. Porque primeiro são filho de posseiro e devia fazer a casa na sua parcela. A gente não assina, não lutou com a gente. Essas venda e essas troca logo de início se há um tesoureiro um presidente e um fiscal e um secretário, quando chegou o primeiro a vender qual era a atitude da associação? Ter cortado o primeiro, mas aceitou o 1.º, o 2.º, o 3.º, então virou bagunça. A maioria do povo aqui é assentado, é tudo doido pra comprar parcela, vender parcela. Não sou de acordo. E eu digo só existe aqui dentro por causa da própria Associação. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Não existem apenas agregados, mas também famílias denominadas pelos camponeses de “ocupantes”, a exemplo da família do senhor Bui João, um camponês que era um dos funcionários do ex-proprietário do antigo imóvel Engenho Novo e que, após a desapropriação, “ocupou” uma das casas de moradores. O senhor Bui João cultivava uma pequena área em redor de sua casa com culturas variadas de macaxeira, de inhame, de batata, de milho e de feijão.

A respeito das ocupações ocorridas frequentemente nas casas da sede coletiva do Assentamento Dona Helena, há várias correspondências dirigidas ao INCRA no sentido de buscar uma solução para o problema da moradia dos agregados (ANEXO U).

No Assentamento Dona Helena os camponeses residem nas parcelas, pois se recusaram à proposta inicial do INCRA-PB de construí-las na forma de agrovila⁴¹.

⁴¹ A agrovila constitui-se na construção de residências no meio rural, na forma de uma pequena vila, característica de algumas áreas de assentamentos rurais.

O INCRA queria agrovila. Se fosse pra morar na rua eu já morava. Eu morei quase um ano nessas barraca, pra poder olhar os bicho eu usava uma bateria e só tinha um radinho de pilha. Com um ano veio o projeto das casa e a gente só aceitou as casa na parcela. Tomamo conta da sede, esperamos o proprietário desocupar a sede, e a gente foi lá pra dentro da sede. A gente foi pra dentro das parcelas, depois veio o fomento, cada um deu R\$200,00 e fizemos a estrada e aí o INCRA não queria as casas nas parcela. Esse assentamento é modelo entre aspas porque o INCRA queria agrovila e a gente só queria nas parcelas, e foi uma dificuldade, mas, a gente só aceitou nas parcelas, aí a gente começou a marcar e nós mesmos sorteamos as parcelas, das cento e quatro família e entregava o número da parcela a cada família. E a gente decidiu em assembléia, e a gente ia na terra mesmo, ia passando e sorteando: esse lote aqui é de fulano. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Construir a casa na parcela conferiu aos camponeses a possibilidade de cuidar de seus lotes com maior facilidade de acesso, tendo em vista terem que percorrer menores distâncias e poderem realizar os cultivos e criações pecuárias, cuidar dos animais domésticos com maior liberdade e possibilidades.

Quando a gente começou não tinha nem onde morar. Não vê todo mundo? Tinha gente aqui que nem tinha casa pra morar. E hoje a gente tem porque aqui também tem paz, tranqüilidade, conseguimos que num fosse agrovila, porque agrovila o povo que mora nela sofre muito. É a mesma coisa de tá na cidade onde todo mundo se vê frente a frente e só dá confusão esse povo de porta em porta. Aqui é cada um nas suas casa e cuida de seus bicho, de sua casa, de sua lavoura e a gente vê os menino pode ficar brincando sossegado. Se fosse na agrovila tinha que ta direto de olho neles. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

A construção das residências se deu conforme a distribuição e divisão linear das parcelas na área do Assentamento. Em sua totalidade o Assentamento é entrecortado pela estrada que dá acesso às parcelas e essas, por sua vez se interligam as localidades circunvizinhas.

O crédito destinado à construção das residências dos camponeses se deu após um ano da desapropriação da terra. Enquanto isso, os camponeses se acomodaram na sede da antiga Fazenda, atual sede da ATRADH, onde as famílias permaneceram amontoadas em quartos e armazéns, por ordem de prioridade. Ou seja, as famílias que tinham filhos com família constituída, os mais velhos tinham direito a permanecer nos quartos onde dividiam o mesmo recinto com outras famílias. As demais famílias se dispunham nos espaços restantes, quais sejam, as salas e armazéns.

Houve famílias que decidiram se instalar em suas parcelas construindo casas, barracos improvisados de taipa aguardando a chegada do investimento; alegavam a necessidade de permanecer próximos de sua área de cultivo e poderiam protegê-la, além de facilitar o trabalho da família na própria parcela.



Figura 09: Casa de taipa construída na parcela de Dona Neura após a desapropriação da terra no aguardo do financiamento das residências. Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, Maio de 2006.

De acordo com depoimentos dos camponeses no período anterior à desapropriação, o aspecto moradia apresentava um quadro diverso do atual. Cerca de cinquenta por cento das residências eram do tipo taipa com chão batido, sendo as demais em alvenaria. As casas eram construídas pelos posseiros, e apresentava alta precariedade, o que se depreende a partir desse depoimento de um camponês: “eu morava numa casinha de taipa, que só tinha uma sala e a cozinha. A gente num tinha banheiro não. Hoje a gente já tem uma casinha bem boazinha. Num deu pra terminá não, mas dá pra gente morá bem”.

Por ocasião do projeto de assentamento, e conseqüente desapropriação da terra as condições de moradia melhoraram, pois os camponeses assentados tiveram acesso ao crédito habitação⁴² (ANEXO V).

Para o projeto do INCRA, foi liberada, via Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), uma quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada família construir sua casa. Ao escolher o modelo a ser construído, a cada camponês ficou determinado que, ao final, haveria a prestação de contas, e a casa construída deveria

⁴² Quando da desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária as famílias são beneficiadas com o crédito habitação que se destina a construção da residência familiar em alvenaria. O valor a receber depende do tamanho da família, de tal forma que os camponeses no Assentamento Dona Helena foram divididos em três grupos, ou seja, houve três padrões de residências em relação à área do imóvel, conforme o tamanho da família, quais sejam: 6x8m²; 6x9m² e 6x10m².

apresentar condições satisfatórias para uma moradia digna (Figura 10). Segundo entrevista concedida por uma camponesa “em outras palavras, ele [o INCRA] só exigia de nós casa coberta e com portas, apenas. Prá eles já era o suficiente”.

Ressalte-se que, para a maioria dos camponeses, o fato de ter sua casa construída denota o marco da vitória da conquista da terra, o que é complementado com a criação de animais e plantio de árvores como fruteiras e sombreiros nos arredores das casas (Ver Figuras 11 e 12).



Figura 10 – Residência de camponês construída em alvenaria. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2005.



Figura 11 – Animais no “terreiro”, confinados em galinheiros. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.



Figura 12 - Fruteiras no “terreiro” destinados ao consumo familiar e quando disponível, à venda do excedente e/ou doação. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.

Em virtude da escassez dos recursos e o desejo das famílias em construir uma casa mais confortável ao convívio familiar é que as casas têm padrões variados, inclusive, algumas residências ainda não possuem acabamento final, o que, denota uma diferenciação na distribuição de renda entre os camponeses. Vale destacar que alguns camponeses já dispunham anteriormente ao período da desapropriação, de alguns recursos como gado bovino, veículos, podendo através da venda desses, obter alguma renda e empregá-la na reforma de sua residência, como se pode verificar no depoimento que se segue: “eu tinha uma vaquinha e então vendi para ajudar na construção de minha casa para ela ficar melhor”. Igualmente detectamos em algumas famílias que possuem maior número de membros e afirmam: “eu trabalho muito com toda a minha família, e como é muita gente, eu fui melhorando minha casa aos pouco” (Camponesa do Assentamento Dona Helena. Pesquisa Direta, 2006).

Em todas as parcelas pesquisadas os entrevistados demonstraram o desejo de recuperar suas casas por problemas de rachaduras nas paredes, mas principalmente, externou o desejo de aumentar a área construída, o que se confirma nos seguintes depoimentos de camponeses:

Eu queria fazer uma recuperação, ajeitar o piso, fazer uma fossa, que eu não tenho e pintar a casa todinha. Dá mais vida, né.

Gostaria de fazer um quarto, um terraço, uma sala, ter minha pia de prato, minha lavanderia, uma área de serviço e um alpendre porque a gente fica mais a vontade.

Em 2006 verificamos o aumento do número de casas construídas, assim como o melhoramento no padrão residencial, constituído, por esforço próprio dos camponeses, mas principalmente por ocasião da liberação do financiamento destinado à recuperação das casas que estavam com problemas em sua estrutura. Foi liberado o valor de R\$2.500,00 para as residências que apresentavam tais problemas, assim como para aqueles que desejassem aumentar a área construída oferecendo-lhes maior conforto.

2.4- Territorialidade e Trabalho

Quando solicitados a falar sobre o período anterior ao assentamento das famílias assim os camponeses se expressaram:

Tinha o cabresto na venta, era sujeito a trabaiá pra fazenda. Quando o cabra não ia, a gente era cobrado deles (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2005).

Trabalhava de alugado, de terça, de meia, arrancava toco, comendo farinha seca, os meus catorze filho iam crescendo e eu colocando pra trabalhar. Era explorado, sofrido, ganhava mixaria, sempre demitido. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Trabalhava pela minha vida e pros meus filho para dar uma educação melhor pros filhos e não consegui. Tem gente da minha família que estudou e se formou e eu não tive direito. Sou a mais fraquinha. Trabalhava de faxineira, lavadeira, cozinheira, no roçado e doméstica. Chegava em casa tão cansada que até o espírito ficava cansado. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

A minha vida era muito difícil. Eu trabalhava na terra dos outros, tinha que colher rápido porque ele colocava o gado na lavoura. Eles não deixavam plantar macaxeira, mandioca, planta acima de seis mês. Só queria roça de três mês pra não dá prejuízo pra ele. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Das setenta e seis famílias entrevistadas, 97,37% informaram que após a desapropriação da terra suas vidas melhoraram substancialmente em relação à situação anterior quando não dispunham da terra.

Acho que o padrão é diferente, acho que muitas dessas pessoa se num tivesse vindo tava pior. Mas acho que aqui as pessoa começaro a melhorar e vão comprando suas coisinha. Veja aquele vídeo da luta pela terra e me diga se num tem diferença daquele povo que fez aquela luta e os de hoje como é grande a diferença. É muita diferença mesmo. Acho que a Reforma Agrária ainda não saiu do papel não, ainda tá muito a desejar. Mas é a saída para o pobre. É uma saída pra quem num tem uma casa pra morar, é uma saída pra quem num tem um lugar pra viver, pra ficar fora da violência, da marginalidade. Falta que o governo ligue mais pra Reforma Agrária porque a condição de vida nos assentamento é muito precária, falta um investimento muito bem feito. Eu tenho crédito a pagar, e graças ao governo Lula que parcelou pra gente, pois nenhum governo fez isso (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Graças a Deus hoje melhorou, hoje a bem dizer eu sou liberto, eu trabalho somente no meu, naquele tempo eu lutava no que era meu e precisava trabalhar no dos outro. E se num fosse trabaiá, nem tinha o que comer e o vigia tava na porta. Comigo nunca houve isso não, mas muita gente aconteceu sim. Hoje a gente trabalha, num tem mais capataz atrás da gente mandando a gente, e hoje, a bem dizer, eu tô no céu. Dizer que era rojão, naquele tempo era. Eles trabaiava o dia todinho até terminar, e se não terminar entrava pela noite, era meia noite, uma hora da madrugada (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2005).

Aqui é perto de tudo. É um pedacinho do céu. É do jeito que eu pedi a Deus. Quando a gente chegou aqui eu passei aqui nesse pedaço de terra onde tá minha parcela e eu pedi a Deus que ele fosse meu. Porque aqui eu vi que era meu lugar e consigo tirar daqui tudo que eu preciso mais minha família. É uma parcela privilegiada porque daqui eu vou pra todo lugar (Camponesa do Assentamento Dona Helena).

Estes depoimentos demonstram que embora haja dificuldades e entraves na reforma agrária há uma infinidade de fatos que os deixam orgulhosos de poderem ser administradores de suas parcelas, assim como a alegria de poder ter uma vida mais digna, distinta da vida das populações que moram nas periferias das cidades, que não têm a casa, não têm um quintal, não têm árvores, não têm o alimento, não têm os filhos brincando tranquilamente.

Entretanto, o caminho percorrido por estes camponeses no intuito de fazer-se cumprir a reforma agrária no território conquistado, demonstra a fragilidade das políticas públicas específicas desse processo, que em geral, não têm cumprido regularmente a implantação da infra-estrutura necessária à permanência do camponês na terra. Nas palavras de um camponês do Assentamento Dona Helena (2005), a desapropriação e os processos dela decorrentes ocorrem, em geral, em conseqüência da luta dos camponeses do que por força da legislação vigente.

Graças à luta nossa e o processo que encaminhou pra Brasília que a desapropriação saiu, mas se não fosse a luta, não tinha saído. Os recurso dos proprietário é o que dificulta muito a luta. Às vezes sai o decreto, mas, o proprietário consegue derrubar o decreto. É um desgaste pro trabalhador. A reforma agrária ela é justa, mas ao mesmo tempo é um desgaste pro trabalhador porque num país como o Brasil você precisa acampar, precisa passar por muita circunstância na sua vida, e chega o ponto de você ficar revoltado. Aí quando você consegue a terra não é aquilo que você pensava, é totalmente diferente. O grande desafio maior é você ficar, permanecer na terra. Muitas vezes há também a omissão muito grande dos poderes públicos, essa questão dos governos estaduais, municipais, federal, tem muitas barreira que deixa a questão da reforma agrária contrária. No meu entendimento que eu sei, no Brasil nós temos uma reforma agrária falsa porque até hoje não tem uma reforma agrária de verdade. Em outros países, fora o Brasil, os outros governo deu subsídios ao povo da reforma agrária. Como é que foi isso? Ele garantiu a compra de seu plantio, do que você produziu, porque se você produzir e entregar seu trabalho pro atravessador você tá jogando o fruto do seu trabalho no mato. Então o que acontece no Brasil é que muitas pessoas pegam, não têm condições, e mesmo se desapropriar milhões de hectares de terra, as pessoa abandona, não tem condições, mas o que ele dá não corresponde aos anseio, e as pessoa abandona não é porque não tem competência não, é porque recebe as pior terra possível, terra já cansada, usada muito veneno pelas usina. Aí você pode dizer: e vocês num lutaram pela terra num foi prá vocês trabalharem, pra sustentar a família de vocês? Mas, só que quem tá lá fora, uma coisa é quem tá lá fora, outra coisa é quem tá aqui.

De modo geral, as entrevistas denunciavam essas preocupações, entretanto, apenas 2,63% das famílias afirmou que houve regressão da qualidade de vida, e, portanto, sentem-se insatisfeitos, principalmente por encontrarem-se endividados.

Nós num temo nada aqui, a gente tem alguma coisa quando tem o documento, mas nós num temo. Eu me considero uma pessoa que num tenho nada. Eu tenho uma casa que foi o governo que fez, tem a terra aí, mas até hoje a gente num recebeu esse título dessa terra aí. Não é nossa... eu tenho o que? Eu tenho dívida pra pagar. Dívida eu tenho certeza que eu tenho no banco. Porque esses dinheiro que viero tudo aí pra gente trabaiá e a gente perdemo tudo, e eu tenho certeza que dívida eu tenho. Eu acho que a gente tem que respeitar. Essa casa aqui é minha porque você tá vivendo debaixo dela... Tudo bem... é só o que a gente tem, você tem um controle, mas dizer que sou dono daqui, eu me considero pior do que quando eu vim da terra onde eu morava. Porque lá a terra era de herdeiro, porque aqui você faz as coisa que os outro quer. Porque tá vindo um projeto aqui da reforma das casa, mas o INCRA-PB é quem diz o que você tem que fazer, eles diz eu quero assim, que você faça uma calçada assim e assim, e eu queria fazer do jeito que eu quero. Acho que foi pior. Quando tem uma diretoria que realmente quer mostrar trabalho, quer buscar melhoria pra dentro do assentamento, aí vai pra frente. Mas quando é uma diretoria muito parada, que só quer, às vezes, criar só conflito, aí num vai a lugar nenhum! Eu num vou criticar mais porque eu num tô participando bem, não posso criticar. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Hoje eu tô pior do que o que eu era. Não tenho nada, tô trabalhando pra usina, tô endividado. Antes eu tinha até conta em banco e hoje tô assim, sem dinheiro pra nada. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

O Assentamento Dona Helena expressa os traços de uma comunidade heterogênea no modo particular de produzir, de se organizar, de comercializar e de agir. Sendo assim, há famílias que mesmo assentadas na terra, continuam a participar de acampamentos em outras áreas de conflito, as caminhadas, e mesmo nas ocupações realizadas na cidade em prédios, praças públicas e às margens das rodovias. Durante o período do conflito, a Praça João Pessoa, na Capital deste Estado constituiu-se em palco deste tipo de ação, onde os camponeses reivindicaram algumas vezes dos poderes públicos que se fizesse executar os seus direitos garantidos constitucionalmente, “mesmo que de forma precária” (STÉDILE, 2004, p. 173-186).

É provável que a proximidade desse espaço com a sede do município tenha contribuído para lhe conferir alguns traços do urbano. Semanalmente transitam pelas estradas vicinais do Assentamento veículos do tipo caminhões com equipamentos de som fazendo propaganda de lojas, supermercados. O mote é sempre de promoções, na tentativa de atrair a

atenção dos camponeses. Também é comum a presença de caminhões de empresas que comercializam bebidas e percorrem as estradas vicinais do Assentamento destinados à distribuição dos produtos nos bares e em outras comunidades adjacentes ao Assentamento. A presença de antenas parabólicas, televisores, dentre outros equipamentos retratam aspectos do urbano no rural. Mas, a relação inversa também ocorre, ou seja, o rural se manifesta no urbano, e no caso dos camponeses beneficiários da reforma agrária, esta ocorrência se dá de modos distintos, iniciando-se, primordialmente, com a denúncia pelos camponeses de suas histórias de exploração e expropriação da terra, traduzida pela demonstração dos conflitos, ocupação de prédios públicos, praças, dentre outros.

As ocupações lhes rendem algumas titulações por parte da sociedade e da mídia que por vezes, denigrem sua imagem e distorcem o real sentido da luta camponesa.

Como é que a gente é visto em assentamento? Que chama a gente de quadrilha, vagabundo, bandalheiro, os preguiçosos que quer tomar tudo do grande. Diz até que a gente ganha a terra. Quem disse que a gente ganha a terra? Nós tem que pagar tudinho, e o governo num perdoa não. Eles num vem aqui pra mostrar as dificuldade que a gente passa pra tirar nosso alimento da terra e mandar também pra eles comer. Porque, ai deles se num fosse a gente pequeno pra produzir alimento pra eles. Mas qualquer coisinha que dá errado, eles mostra logo os que erra (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Ao se dirigirem à cidade para reclamar seus direitos demonstram os camponeses que a luta pela terra é um movimento que se estende do campo à cidade, uma vez que os seus direitos foram constantemente violados e “o camponês sozinho percebe que não tem força política e organização suficiente para cobrar da sociedade, equidade social e a garantia de seus direitos que são violados pelo grande capital”⁴³. Dessa forma, os camponeses seguem até as cidades, em geral, aos grandes centros urbanos, onde acampam nas sedes de prédios públicos, como ocorreu com esses camponeses na sede do INCRA, quando acamparam para reivindicar que se fizesse valer a desapropriação da terra no imóvel Fazenda Engenho Novo.

Desde o princípio da história do conflito da luta pela terra neste Assentamento, fato que marca a construção de sua territorialidade, há registros da necessidade de integração entre a sociedade civil e o grupo de camponeses que estava se formando no intuito de conquistar a terra.

Conforme depoimentos de alguns camponeses, embora tendo sido registrada a desapropriação do imóvel em virtude de o INCRA ter atestado que se tratava de terra

⁴³ Fala proferida pelo Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira em mesa redonda no II Simpósio Internacional de Geografia Agrária realizado em Presidente Prudente – SP, novembro de 2005.

improdutiva viável⁴⁴, houve morosidade na desapropriação. Outros momentos de reivindicação ocorreram com a ocupação de prédios como a sede do Projeto Cooperar⁴⁵, no período posterior à desapropriação, quando os camponeses, não dispostos da infra-estrutura adequada, garantida Constitucionalmente em seu Artigo 187, resolveram acampar e lutaram juntos pela instalação da rede elétrica no Assentamento.

Depois que a gente conseguiu aí o INCRA disse: - Olhe, vai ter muita dificuldade de liberar a eletrificação pra vocês. A gente disse: - Vamos esperar, recebemo a terra, fomo pra parcela, depois a gente ocupou a prefeitura e depois ocupemo a CAIXA. A Prefeitura que tem muita marcação com o Assentamento Dona Helena. Esse Assentamento é sempre marcado! (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Lembro que nesse dia a gente se reuniu tudinho porque a gente cansou de reivindicar e nada aparecia... Então a gente resolveu acampar e levou um candeeiro bem grande aceso e colocou em cima do birô no Projeto COOPERAR pra forçar e lembrar a eles que a gente só saia dali com a energia da gente. Era Governo de Zé Maranhão [Ex-governador do Estado da Paraíba] que dizia que “ia apagar o último candeeiro da Paraíba”. Mas, o da gente a gente levou o candeeiro aceso, fumaçava mais do que num sei o que e botamo lá em cima da mesa deles. Nós só saimo de lá quando tivemos uma resposta (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

São esses momentos de reivindicação e luta que mostram a mobilização dos camponeses deste Assentamento no intuito de cobrar dos governos o cumprimento da lei constitucional em relação à lei da Reforma Agrária.

São diversas relações que se estabelecem e se estendem do campo à cidade, uma vez que a luta pela Reforma Agrária vem incorporando além dos povos do campo, a cidade e sua população. Segundo Oliveira (2004, p. 25-36):

A cidade é hoje palco e lugar das lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão da cidade passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo... A cidade e o campo estão unidos dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta.

O Assentamento Dona Helena é, pois, uma territorialização dada e organizada pelo Estado, porém sua configuração e a territorialidade construída se dão pelos sujeitos que nela se relacionam. De acordo com Lima (2006, p. 6).

⁴⁴ Improdutiva viável se refere à terra dita produtiva, mas que não está sendo devidamente utilizada pelo proprietário, ou seja, não está sendo cultivada, ou cultivada adequadamente, de modo que não está sendo cumprida a função social da terra da qual trata a Constituição Federal do Brasil, Artigo 186.

⁴⁵ Projeto desenvolvido no âmbito do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), realizado pelo Governo Federal, na gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso.

as áreas desapropriadas da Reforma Agrária permanecem sob ingerência do Estado pelo menos por dez anos (tempo médio para emancipação do assentamento) e ficam influenciadas por projetos pensados e decididos de acordo com as necessidades da cidade.

Desde o período do conflito até o momento atual o Assentamento Dona Helena passou por profundas transformações no que diz respeito ao processo produtivo e ao modo de viver de seus moradores.

Entretanto, o ato desapropriatório da terra não implicou aplicação eficaz da lei pertinente à causa. Ou seja, houve o processo de distribuição da terra, mas não houve até o momento a implantação de infra-estrutura adequada que possibilite a permanência dos camponeses na terra, com dignidade.

Mas é fato que a desapropriação da fazenda Engenho Novo deu origem a uma nova territorialização, a formação do território camponês do Assentamento Dona Helena visto por nós em sua transitoriedade. Embora tendo ocorrido a reterritorialização camponesa no Assentamento alguns camponeses nos relatam situações que revelam fragilidades e situações de subordinação frente aos usineiros da região.

As ações que se dão neste território vão além do local e se estabelecem frente às relações mantidas entre o poder local. No que compreende as constantes relações mantidas com os setores públicos municipais e as usinas localizadas no entorno do Assentamento, tomamos como base o entendimento de Marx (1986, p.1012) que afirma a existência de três classes sociais, duas das quais se destacam neste trabalho, e em geral, são representadas pelo mesmo sujeito social: os capitalistas e os proprietários de terra, formando uma classe una. No caso específico do município de Cruz do Espírito Santo há o fortalecimento dessa classe, pois o poder público municipal é por ela representado, ou seja, o prefeito, o senhor Rafaelito Fernandes é também um dos proprietários de terra e grande capitalista, dono de usina.

Discutimos as formas encontradas pelos camponeses ao se contrapor ao modelo capitalista, pois o campesinato reflete uma contradição do próprio capitalismo como estratégia de criação e recriação. O cultivo de cana-de-açúcar nas parcelas tem sido uma destas estratégias do capitalismo, e os camponeses se manifestam de formas distintas desde a recusa de submissão ao capitalismo pela presença da usina e cultivo de cana-de-açúcar nas parcelas, até a subordinação àquela, pois em cerca de 86,29% das parcelas pesquisadas, as famílias propõem-se ao cultivo de cana-de-açúcar, e essas seguem defendendo ser esta a única cultura que condiciona o pagamento de suas dívidas obtidas através de financiamentos de

investimentos e custeios. Constatamos nos depoimentos dos camponeses, momentos de ação, reação e subordinação por parte deles às propostas constantes advindas do poder municipal, bem como das usinas da região no sentido de plantar cana-de-açúcar nas parcelas.

Quanto aos donos de usinas, de acordo com depoimentos tem sido freqüente a proposta por parte daqueles de plantar cana-de-açúcar nas parcelas. Registramos alguns depoimentos de pessoas que se posicionam favoráveis a essa prática:

Os assentamento, o que eu vejo é que tem até umas pessoa que tem uma classe mais... Que num tão... Num é muito desgastenta demais é do Assentamento Dona Helena. Esses outros assentamentos eu acho eles mais fraco aqui no nosso município. Acho eles muito mais pobre do que o de Dona Helena, na cara da pobreza mesmo, né! Porque aqui mesmo em Dona Helena nós temo essa varge que eu fiz um incentivo muito grande pra usina plantar umas caninha que é essa área de cana aqui da varge. O incentivo que eu fiz pra plantar pros menino, de eles plantar cana nessa varge foi mais eu que o próprio INCRA num aceitava e os menino da Associação não aceitava e eu via que a cana era um gênero de necessidade do trabalhador, que ela é que resiste no sol quente, ela que resiste as praga maior, as lagarta, os inseto, a cana ela resiste a tudo isso e, no final do ano, a gente tem um dinheirinho com ela, enquanto as lavoura branca a gente gasta muito com inseticida todinha, era adubo e as vez a gente ainda acontece de a gente ter prejuízo muito. E a cana não dá prejuízo. Aí eu vejo que a cana deve plantar que nem o caba planta macaxeira, planta batata, planta inhame, que nem eu tô esperando aí pela chuva e tem a criação. Mai também tem que ter uma bolinha de cana pra no final do ano a gente ter um dinheirinho pra comprar uma roupa pra uma criança, pra fazer uma feira do Natal. E sempre eu faço com cana. É pelo Natal que a minha vida fica até mai folgada quando eu tô vendendo uma caninha. Então eu dô muito incentivo pros menino plantar uma bolinha de cana que é o que sustenta a gente aqui no final do ano (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Eu acho que eles deve plantar aquela cana porque a terra que eles recebero é menor que o módulo fiscal, eles recebe pouco recurso e demora a sair. Pra eles trabalhar na lavoura branca em qualquer área, eles tinha que ter um projeto de irrigação e isso não existe. E lavoura branca só dá em terra molhada. E a cana ainda é a que resiste a alguma coisa. E às vezes com muito sacrifício, quando é uma pessoa muito controlada, dá uma agoaçozinha, uma, duas, três... E quando é no final do ano é onde ele vai arrumar um dinheiro para ele pagar talvez uma parcela das dívidas dele. Porque só a lavoura dele num vai pagar e pra o futuro dele isso não é bom, porque a pessoa vai passar a vida toda na terra sem pagar. Isso não existe. Agora se ele for beneficiado com recurso do governo, ele podia gerar mais uma agricultura, mas, o problema é que não tem preço na feira e no comércio. A pessoa leva muita coisa e traz pouco dinheiro. Por isso não sou contra, porque se eu for a gente vai colocar o trabalhador numa situação que só vai piorar a vida dele, porque ele não tem mais de onde arranjar. (Liderança Sindical, 2005).

Esses depoimentos expõem as ambigüidades e a lógica do capitalismo que ao mesmo tempo em que se apropria do trabalho camponês, por meio da renda capitalizada da terra,

conseqüentemente, gera a diferenciação e, para alguns autores, a destruição do campesinato. Mas por outro lado, interessa ao próprio capital a continuidade deste tipo de relação de trabalho para seu próprio desenvolvimento, pois,

A apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas (CARVALHO, 2005, p. 24).

O cultivo de cana-de-açúcar no Assentamento se faz presente em cerca de 90,79% das parcelas ocupando em cada parcela extensões distintas (Ver Tabela 01).

Tabela 01

Área cultivada – hectares (ha)	1ha	2ha	3ha	4ha	Não cultivada
Número de parcelas	06	34	25	03	07
%	7,89	44,74	32,89	3,95	9,21

Tabela 01 – Dados sobre o cultivo de cana-de-açúcar nas parcelas segundo a extensão cultivada.

Fonte: Pesquisa Direta. Di Lorenzo: 2006.

Depreendemos, portanto, que há grande número de famílias que cultivam cana-de-açúcar em suas parcelas. Por um lado, implica o comprometimento da área destinada à subsistência familiar, e por outro, aumenta o nível de subordinação dos camponeses ao capitalismo quando se propõem ao cultivo desse produto.

Ressalte-se o percentual de 9,21% que se recusa a cultivá-la, além de outros camponeses que lutaram no período do conflito pela extinção da cana-de-açúcar, mas que, atualmente, estão se propondo a realizá-lo. Para tanto argumentam:

Comecei a plantar porque vejo hoje que é muito difícil de pagar as dívidas só com a lavoura branca. A cana é a possibilidade da gente pagar as conta. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Tô plantando porque a usina [cita a usina] reconhece e paga os direito do trabalhador, paga um salário melhor e procura não usar agrotóxico. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

São depoimentos que demonstram tanto a necessidade do camponês de garantir sua subsistência, a conscientização dos direitos humanos, como também, que o capitalismo busca meios de se apropriar do sobretrabalho camponês, e com isso, extrair a renda da terra.

Participamos de reuniões onde constatamos a forma como se comportam alguns mediadores como o Estado através do INCRA-PB, da Assistência Técnica, o Governo Federal representado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a EMATER-PB, o CRF e a CPT, dentre outros, que acompanham a discussão no âmbito dos assentamentos rurais, mediante a aplicação das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da agricultura familiar no campo, em áreas reformadas.

Durante uma reunião do CMDRS em abril de 2006, um camponês argüiu se poderia “pegar cana na usina pra plantar...”. Sobre essa indagação assim se pronunciaram os representantes do INCRA-PB, do BNB e do MDA:

Isso é complicado. Eu acho que se você faz um plantio através de um projeto, discutido com sua comunidade, dentro do PRONAF é uma coisa. A intenção dessas pessoas é muito clara, por isso que tem que pensar dez vezes, vinte vezes, se possível. Você deve fazer um projeto, você lá dentro precisa da cana pra alimentar um animal, é outra coisa, você dentro de um projeto discutido na comunidade, discutido com os técnicos, e você não pode financiar só por financiar, o projeto tem que ter uma viabilidade, você tem que ter um lucro. Você vai ter que ter essa noção da viabilidade da experiência. Aí, dessa forma não há proibição disso não. Mas a questão da usina é perigoso! Dentro do que eu coloquei, se você tiver um projeto dentro do PRONAF, se for um projeto discutido pela sua comunidade, se você tiver aonde colocar, porque hoje você não pode tá plantando sem ter um mercado não. Você tá perdendo tempo se não planejar isso. (Funcionário do INCRA-PB, 2006).

No PRONAF não há proibição desde que essa cana tenha sido colocada no projeto. Se você compra uma máquina forrageira, mas você tem que ter convênio com a usina, a pessoa que vá absorver essa produção. (Funcionário do BNB, 2006).

Não é proibida plantar cana não. Eu acho que se a vocação do pessoal aqui e tem mais rentabilidade mais do que a agricultura de subsistência, a batata, o milho, é a cana, então vamos investir. O MDA tem recurso pra isso. Faça um projeto, nós temos o PRONAF agroindústria, porque não fazer uma agroindústria? De juntar vários assentamentos ou um assentamento desses e dizer nós vamos produzir, fazer a cachaça, a rapadura, ou seja, o que for! O MDA tem isso. Nós não queremos aceitar é você começar a arrendar a terra, plantar cana na sua terra, daqui a pouco isso pode dar um problema sério! Essa é outra questão. Vamos pensar no projeto de agroindústria que tenha um comércio garantido. (Funcionário do MDA, 2006).

As relações que se fazem presentes no cotidiano deste Assentamento, as interferências e estratégias do poder local, variam no Assentamento desde a aceitação até a recusa de propostas advindas de outras classes. Ou seja, os grandes capitalistas ou os grandes proprietários de terras, os usineiros ou os donos de engenhos, e conforme alguns depoimentos de camponeses do Assentamento Dona Helena, afirmam que, inclusive, alguns políticos do

próprio Assentamento tentam “subjugar” o modo de vida camponês para se apropriar da sua renda.

Há uma trama de interesses que se interconectam das relações mais simples, comunitárias, até as mais complexas que envolvem os interesses num grau maior. A exemplo citamos o grau de influência dos camponeses na construção do poder municipal de Cruz do Espírito Santo, como é o caso da presença no período do conflito do senhor Biu do Bar. Posteriormente ao assentamento das famílias na área em estudo, esse camponês foi eleito prefeito do município na gestão de 1997 a 2000. Saliente-se que sua gestão se dava em parceria com o vice-prefeito, Rafaelito Fernandes, um usineiro da região da Várzea Paraibana. Atualmente mudou a configuração do poder, pois Rafaelito Fernandes é o Prefeito e Biu do Bar ocupa o cargo de Secretário de Agricultura do município.

Conforme depoimentos há constantes tentativas por parte do poder público municipal de interferências no âmbito das decisões da comunidade; a exemplo das propostas por parte das usinas dirigidas aos camponeses de cultivar a cana-de-açúcar. Esta prática se dá continuamente, mesmo depois da implantação do Projeto de Assentamento e vem se intensificando nos últimos anos, sobretudo, pela presença marcante de representantes políticos locais ligados às Usinas, assim como de alguns camponeses do próprio Assentamento com expressiva atuação no poder local.

Concordamos com Dowbor (1999:36) ao discutir o poder local. Afirma que o mesmo deve ser visto como “eixo de transformação de modo como tomamos as decisões que concernem ao nosso desenvolvimento econômico e social”.

O processo de construção do território no Assentamento Dona Helena invoca a necessidade de uma reforma agrária justa e revela uma experiência inusitada de gestão econômica do território. Também reflete a conjuntura sócio-política, bem como as contradições e possibilidades das áreas reformadas.

A realidade de um assentamento deve ser analisada tendo em vista sua inserção local/regional, considerada no contexto do desenvolvimento local, onde se inserem as ações dos distintos agentes locais, incluindo-se o poder dominante, que acaba por interferir e definir as políticas agrícolas da reforma agrária.

Os camponeses encontram-se em situação de dubiedade, ora subordinados às políticas públicas e poder local, ora autônomos como gestores de seus próprios lotes. Em geral há uma tentativa de luta coletiva em nome da própria comunidade, de modo que todos participam e juntos decidem sobre o presente que viabilize perspectivas para o futuro da comunidade.

Eu ia plantar a cana, mas “os dono da terra”⁴⁶ não deixou porque diz que não é pra deixar a Usina entrar aqui de novo não, porque um dia a terra já foi deles (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A gente quer que a comunidade seja soberana e quem tem que resolver é a comunidade. É Júnior [camponês residente em uma parcela objeto de troca] que tem direito a parcela, então quem tem que resolver é a comunidade, porque Júnior trocou à parcela com a conivência do INCRA e agora eles querem botar outro no lugar de Júnior. Não sou aqui por ninguém, agora ocorreu uma troca de parcela e tem que ser analisada. E quem decide é a Assembléia do Assentamento (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Nós temos autonomia pra resolver o problema de venda de parcela e evitar a entrada da usina no Assentamento Dona Helena. A gente tem como resolver nossos interesses aqui dentro (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Eu não quero plantar cana não porque é dito pelo INCRA que o trabalhador rural tem um dito: não dê o seu direito ao usineiro porque o usineiro toma o seu direito (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

A insatisfação dos camponeses sobre a ineficácia da Política Agrícola e Fundiária da Reforma Agrária, desde a aplicação de investimentos, à distribuição da terra e a assistência técnica inadequada é revelada constantemente na história desse grupo. A omissão dos poderes públicos na aplicação dessa lei tem causado grande insatisfação desses trabalhadores e reações que vão desde a tomada de atitudes que culmina no processo de venda, troca, e/ou repasse de parcelas, até as denúncias ao poder público a respeito dessas situações conflituosas, conforme se observa a seguir em documento protocolado no INCRA:

Prezado Senhor Presidente do INCRA: Venho por meio deste denunciar irregularidades no Assentamento Dona Helena como a venda de lotes e arrendamento, que segue nomes de compradores: [camponês A] comprou dois hectares de [camponês B]; [camponês C] arrendou dois hectares ao Senhor [Camponês D]; [camponês E] vendeu o lote; [camponês F] vendeu a parcela ao [Camponês G]. Por falta de conhecimento da Associação e do Presidente camponês H, foi realizada irregularidade, compra, venda, troca, arrendamento de parcelas (...) (BRASIL. INCRA, 2004).

No mesmo processo os camponeses apresentam sua defesa:

⁴⁶ Alguns camponeses que se opõem politicamente aos membros da ATRADH costumam intitulá-los “os donos da terra”. Geralmente, isso ocorre nas situações em que há pauta reivindicativa no sentido de preservar o meio ambiente e conservar a policultura alimentar autônoma no Assentamento Dona Helena, esquivando-se do cultivo da cana-de-açúcar.

Não vendi minha parcela, e sim, abandonei por não ter condições de sustentação da minha família. Quando o verão é forte ninguém planta. Quando chove demais, fica alagado, e o acesso é bastante difícil e minha esposa sofre de pressão alta. (BRASIL. INCRA, 2004).

Repassei livre, espontaneamente e gratuitamente para um filho de um colega do assentamento que é agricultor, o qual conheço desde criança. Me afastei por problemas de saúde e precisava morar na zona urbana para ter maiores cuidados médicos. (BRASIL. INCRA, 2004).

Durante uma reunião do CMDRS onde se fizeram presentes o INCRA-PB, MDA e o BNB, alguns camponeses denunciaram as irregularidades na venda ou arrendamento de parcelas no Assentamento Dona Helena, solicitando do INCRA e MDA providências cabíveis e os mesmos afirmaram:

O INCRA sabe da realidade e já está tomando providências. Há os processos administrativos que vocês assentados deram entrada e o processo está caminhando... Lentamente... Mas há um retrocesso que é a quantidade de recursos que existem na justiça. Um processo desses de reintegração de posse de parcela vendida, negociada chega a se arrastar por oito anos, às vezes. A gente sabe que tem gente que comprou essas parcelas que nem é beneficiário da Reforma Agrária. Também que já está errado porque foi vendida a parcela. Então é um erro na frente do outro. Penso que vocês deviam denunciar e o INCRA devia fazer a seleção das famílias a serem assentadas. Mas quando a gente chega já está tudo arrumado pela associação e pelos movimentos sociais. Essa questão do arrendamento é ilegal, você precisa analisar que vocês já passaram por tudo isso, lembre de tudo isso que vocês passaram, e não é possível que vocês vão passar de novo por um negócio que vocês já sofreram tanto. Depois vocês vão ver que abacaxi vocês tão enrolado. Porque você ter um problema com um que é igual a você é uma coisa, mas você ter um problema com um poderoso é outra coisa, você sabe disso. Apesar de existir a Lei e a norma, o poderoso empurra com a barriga. Ele mesmo estando errado, ele mesmo estando claro que ele é o culpado, mas você vai arrumar por um tempo um problema na cabeça. Vocês pensem dez mil vezes antes. Outra coisa é que nós temos que coibir de fato porque senão nós vamos desmoralizar uma coisa tão bela, importante que é a Reforma Agrária. Não podemos deixar ir pro descrédito. A questão da venda dos lotes, isso é crime! Não existe nada dentro das áreas de Reforma Agrária que proteja quem faz arrendamento. Os técnicos do INCRA colocam isso bem claro que é proibido. A questão da cana tem que ser vista da maneira que está sendo colocada. No meu entendimento, essa questão das pessoas que tão arrendando terra pra usina, isso é perigoso, é uma questão de consenso. (Funcionário do INCRA-PB, 2006).

Não é necessário procurar arrendar sua terra ao usineiro não. Essa reunião aqui é muito proveitosa. Com crítica ou sem crítica ao MDA ou a quem quer que seja, mas é preciso a gente tá ouvindo as críticas pra gente apertar, pra gente não continuar no erro. Esse que é o objetivo do MDA e do Governo Lula. Pra gente não continuar errando, porque se você erra uma vez, tudo bem, mas continuar no erro é burrice. Nossas portas estão abertas para aqueles que querem produzir para a sua família, para o seu assentamento, ter

sustentabilidade, qualidade de vida, mudança de vida, o MDA está aberto e o Governo Lula também. (Funcionário do MDA, 2006).

A negociação de parcelas e o cultivo de cana-de-açúcar no Assentamento Dona Helena tem sido problemas enfáticos e pontos de discussão constantes no cotidiano dessa comunidade. Entretanto, o cultivo da cana-de-açúcar tem se manifestado progressivamente, conforme ilustra o depoimento a seguir:

Os assentados do Assentamento Dona Helena foram os primeiros a fundar os assentamentos aqui na Várzea Paraibana. A cana está tomando a área da agricultura e é o momento da gente voltar nossas raízes. As áreas de agricultura familiar estão se expandindo, enquanto as áreas de reforma agrária estão fechando os olhos. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2005).

De acordo com depoimentos de alguns camponeses, o Prefeito desse município, grande proprietário de terra e usineiro da região da Várzea Paraibana, assim como outros grandes proprietários de terra insistem em estabelecer parcerias destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar no Assentamento, e para isso recorrem às velhas práticas do clientelismo político, de modo que percebemos que é crescente o tamanho da área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar, subtraindo-se a área destinada ao cultivo de culturas de subsistência familiar.

Há grupos de camponeses, especialmente os representantes da ATRADH que assinalam as tentativas contínuas de impedir que a usina se utilize da fragilidade dos camponeses, no que se refere às dificuldades de se manter na terra. Já a ATRADH tenta impedir o estabelecimento do poder das usinas no interior deste e de outros assentamentos.

Destacamos como as principais forças atuantes nesse Assentamento o capital gerado pelo agronegócio da cana-de-açúcar, os órgãos públicos responsáveis pela Reforma Agrária, e o poder público municipal como agentes presentes na formação do que se convencionou chamar de poder local, e também os camponeses e a sociedade civil.

O baixo nível de informação e capacitação dos camponeses, conforme revelam os dados a respeito do quadro educacional a ser demonstrado mais adiante, associado à precariedade da Política Fundiária e da Reforma Agrária reflete-se nas condições locais de “submissão” de alguns camponeses aos desmandos dos grandes capitalistas locais e proprietários de terra. É o *poder do atraso* que segundo Martins (1994), “no Brasil o atraso é um instrumento de poder”, onde as forças políticas e oligárquicas do passado continuam arraigadas na cultura presente.

Nesse Município há uma continuidade do poder do passado. São as mesmas famílias que continuam dominando, estão como representantes políticos do Município. Então eles são de mãos dadas, sem dúvida. O que existe hoje é um passado que sempre existiu, não é coisa nova, mas os trabalhadores, pelo que já passaram hoje, estão querendo tomar uma nova posição. (Liderança Sindical, 2005).

Os camponeses que resistem às propostas do poder público e do capital industrial, neste Município, são exatamente aqueles que demonstram preocupações com os valores pertinentes à preservação da cultura camponesa, do respeito e da solidariedade humanos. Para tanto adotam posturas voltadas para a preservação do meio ambiente a exemplo da realização de correção do solo, manejo adequado de recursos, combate às pragas com uso de produtos naturais, evitando o uso de insumos e fertilizantes químicos, compostagem com aproveitamento de materiais orgânicos; enfim, realizam um conjunto de práticas sob a ótica da agroecologia.

Registramos na pesquisa direta a adoção crescente de medidas preventivas em relação aos cuidados com o meio ambiente, embora seja também, progressivo o aumento da área de cana-de-açúcar plantada neste Assentamento, e que contribui para a redução da área destinada ao plantio de culturas destinadas à subsistência familiar e a criação de pequenos animais destinados ao complemento da renda, obrigando-os a consumir mais produtos comercializados.

O plantio de cana-de-açúcar impõe o uso excessivo de insumos e fertilizantes químicos, ações que se distanciam das práticas camponesas de utilização dos recursos disponíveis em seu território, assim como aponta para o surgimento de conflitos que variam desde a aceitação de propostas até a resistência contra as propostas advindas do capital através das Usinas, entre os distintos sujeitos que se inter-relacionam nos âmbitos local e regional.

A construção cotidiana deste Assentamento se dá através da participação política, da participação nas decisões da comunidade, em âmbito local e regional, como forma de garantir a descentralização do poder e democratização das decisões, pois, ao constituírem uma classe camponesa, reconhecem a própria capacidade transformadora da sociedade e do território onde vivem.

As formas de autogestão e/ou a importância das estratégias autônomas adotadas na luta para permanecerem na terra, as estratégias de que se utilizam para se unir ou se contrapor aos políticos locais e ao poder dominante, ligado às usinas no sentido de subordinar-se ou recusar-se ao plantio de cana-de-açúcar nas parcelas, exprimem a existência de conflitos, tensões e resistência na relação estabelecida entre o Assentamento e o poder local.

A proximidade do Assentamento Dona Helena em relação à cidade de Cruz do Espírito Santo – PB traz consigo contradições que ora favorecem, ora prejudicam os camponeses, ou seja, tanto lhes gera oportunidades como traz conseqüências que possam causar impasses na comunidade. Enquanto caminhávamos pelo Assentamento, percebíamos algumas situações que nos levavam a interrogar-nos e a buscar respostas para nossas dúvidas. Encontramos em algumas parcelas a inexistência de cultivos agrícolas, pecuária, ou quaisquer atividades humanas, inclusive a ausência total ou parcial do camponês e sua família.

Além das setenta e seis parcelas pesquisadas, encontramos três parcelas onde não havia nenhuma pessoa para nos receber, tampouco havia algum sinal de atividade humana em relação à manutenção de trabalho familiar e cultivo agrícola. Em quatro parcelas pesquisadas encontramos famílias que comparecem à casa em alguns períodos do dia, pois, em geral, a família reside na cidade e comparece à parcela apenas para desenvolver o trabalho agropecuário.

Eu venho todo dia na parcela, venho ver as coisa e de tarde eu volto. Não gosto de ficar lá pra morar. Tem mais conforto na minha casa da rua. Lá é mais difícil as coisa. Tem as criança que estuda na rua e prefiro morar lá. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Eu moro tão perto que num precisa sair de casa pra morar no Assentamento. Aqui a gente tem mais conforto e dá certo pra gente trabalhar na parcela e voltar todo dia pra casa. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Nove lotes foram repassados para outras pessoas distintas daquelas que receberam a parcela no período de desapropriação do imóvel. De acordo com depoimentos de alguns camponeses a negociação de parcelas tem o envolvimento de pessoas da comunidade tanto pelo incentivo a outras pessoas externas à comunidade, não beneficiárias da reforma agrária; assim como há a tentativa de “forçar” a cessão das parcelas negociadas para filhos de camponeses titulares de parcelas.

Tem gente aqui que faz de tudo pra mandar o filho morar nas casa da sede pra ver se consegue uma parcela dessas que tão sendo vendida. Eu nunca fazia isso porque num quero que nenhum companheiro saia da terra porque quero beneficiar meu filho. A gente num tem terra? Então faça a casa na terra da parcela da gente e não ficar mandando incentivar pra pegar parcela de quem tem direito. Porque tem uns aqui que num é beneficiário não, mas têm outros que sim. A maioria é companheiro nosso. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Aqui dentro tem gente que num é beneficiário não. Foi incentivado por alguém aqui de dentro pra comprar e ta aí plantando. Nem morar mora aqui dentro da comunidade. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2005).

Os entrevistados consideram que a ATRADH e o INCRA-PB são os culpados pela ocorrência e continuidade do processo de transferência das parcelas “porque ambos não tomaram as providências cabíveis”. Também há entrevistados que afirmam que houve conivência por parte dos membros da diretoria da ATRADH nesse processo. Ao ser indagado sobre a acusação, um ex-membro da ATRADH se posicionou:

O INCRA fez o cadastramento, o pessoal vendeu as parcelas que foi tudo por conta própria. Eles vieram procurar a gente, ofereceu dinheiro e a gente disse: - meu amigo! Não leve a mal não, mas nós não trabalha assim não. O que você quer fazer faça por sua conta. Nós aqui não tem nada a ver com isso não! Aí ele disse: - ah!, é assim mesmo? A gente num trabalha dessa maneira não.

Membros da ATRADH nos informaram que as nove parcelas foram repassadas e conforme detectamos no processo de denúncia ao INCRA-PB por parte dos camponeses há distintas denominações deste processo: “repasse, venda, compra, troca e negócio”.

Aqui tem gente que num tem nada a ver com a Reforma Agrária. Chegou aqui, se aproveitou que a pessoa tava em dificuldade e acabou comprando a parcela, e tá plantando até hoje e a gente sabe que ele num tem nada a ver com a gente de Reforma Agrária. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Repassei a minha parcela porque minha mulher estava doente e eu também não podia mais trabalhar. Então passei a parcela pra alguém de minha família. Mas não quero perder. Se o INCRA não aceitar que ele fique, então eu quero dizer que eu gostaria de voltar. (...) Repassei a terra, porque ele [receptador da parcela] me deu um dinheirinho pelas benfeitorias e eu entreguei a terra. Entreguei porque eu me separei de minha mulher e tinha que comprar uma casa pra ela. Então com o dinheirinho apurado eu comprei uma casa pra ela e tô trabalhando aqui e ali. Mas resolvi meu problema. (BRASIL, INCRA, 2004).

O dono de uma parcela daqui não plantava nada e trocou a parcela dele por outra lá em Cobé. Mas lá ele também num planta não. Aqui ele roubava muito (peixe, bode, vaca). Com a saída dele ficou mais calmo. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Não há registros de parcelas arrendadas, mas de porções destas parcelas que são cultivadas em parcerias com outras pessoas do próprio Assentamento, e por pessoas de outras localidades, a exemplo das usinas, seja pela procura deste camponês pela usina representada por pessoas identificadas como “fornecedores de cana”, ou por iniciativa própria do camponês em cultivar e posteriormente vender o produto à usina. Posteriormente no capítulo dois iremos abordar esta questão do cultivo de cana-de-açúcar nesta área de reforma agrária.

Há casos de denúncia nas entrevistas em que parcelas foram subdivididas e negociadas entre camponeses do próprio Assentamento.

Enfim, são motivos distintos que têm levado alguns camponeses ao repasse de parcelas e afirmar o principal motivo desse processo que preocupa os camponeses do Assentamento Dona Helena, assim como alguns mediadores sociais a exemplo do INCRA-PB, da CPT e da UFPB, o que demandaria maiores estudos atinentes a essa temática. Entretanto, demonstra que mesmo tendo lutado, sonhado e conquistado a terra de morada, alguns camponeses estavam desterritorializados.

Esses camponeses se relacionam com a terra de modos distintos, da mesma forma que distintas são suas origens, tendo em vista que suas histórias de vida não indicam necessariamente sua aptidão para as atividades do campo, ou seja, se o camponês tem sua origem no campo não necessariamente desenvolveu aptidões compatíveis com a realidade do campo, podendo ocorrer o inverso com aquele camponês que viveu na cidade.

A gente morava na rua. Nunca pensei que a gente fosse conseguir organizar nossa terra assim. Não é fácil, mas a gente perdeu muito também. A gente tem muito pouco, mas perto de uns que num conseguiram fazer nada, nós temo muita coisa direitinha já (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Ouvimos depoimentos a respeito de alguns camponeses que estariam acostumados com a cidade e preferem o conforto da cidade, principalmente quando se considera que o Assentamento localiza-se vizinho à área urbana do município de Cruz do Espírito Santo.

Tem gente que prefere sair e trabalhar alugado lá fora. Tem os que já era assim na rua e quando teve a luta, aí resolveu vim e pensava que ia ganhar uma terra e ficava melhor pra ele. Mas quando chega aqui vê que num dá pra ele viver na terra e aí ele passa a parcela (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2005).

De acordo com esse depoimento a proximidade da cidade pode ser um dos fatores que contribuem para que a família não resida na parcela, ou mesmo que repasse a parcela para outrem. Mas não é apenas esse o motivo de residir fora da parcela. Também dentre outros fatores, a forma como se distribuem os recursos financiados pelos programas de crédito destinados à agricultura familiar, que em geral é liberado parcelado, o que para os camponeses representa um entrave ao sucesso da produção agrícola.

A proximidade do Assentamento em relação à cidade tanto facilita o escoamento da produção seja para o mercado interno municipal, seja para outros centros como a capital do

Estado, como tem ocasionado problemas referentes à insegurança no campo onde são constantes as queixas a respeito de roubo nas parcelas, o uso de drogas no interior do Assentamento, dentre outros problemas.

De acordo com depoimentos dos camponeses tem ocorrido com relativa frequência o roubo de produtos cultivados nas parcelas desde a fruticultura até a “lavoura branca”, realizados periodicamente, assim como o roubo de animais, o arrombamento de residências com roubo dos pertences das famílias. Em alguns depoimentos constatamos que a proximidade do Assentamento com a cidade e a existência de estradas vicinais em número bastante significativo, cerca de seis estradas de acesso que facilitam a movimentação de pessoas e transportes de veículos de cargas no interior do Assentamento, propicia maior facilidade na resolução dos problemas mais imediatos das famílias, embora facilitem o trânsito de pessoas desconhecidas na área do Assentamento.

Durante reunião do CMDRS alguns participantes denunciaram a violência e a insegurança no interior do Assentamento, assim como a falta de apoio e infra-estrutura necessários por parte do poder público.

Eu gostaria de assinalar ao INCRA, MDA, BNB a questão da insegurança, dos assaltos nas áreas de assentamento. Hoje não sei como a gente encaminharia isso, através do INCRA, do MDA, que a gente chegasse até a Secretaria de Segurança porque é grave nos assentamentos o roubo, a prostituição e por aí vai. (Liderança Sindical, 2006).

Um problema sério é a insegurança no campo. A delegacia tem dois policiais e fazem a cobertura da cadeia, e o orelhão fica do lado de fora da delegacia. A estrada passa as margens e por dentro dos assentamentos. Muitos tem suas coisas roubadas. Se planta a cana, quando chega está colhida. Não podem criar que roubam. (Membro do CRF, 2005).

A gente já foi roubado demais aqui no Assentamento. No meu quintal eu fico sempre com um quintal de vara porque tem uns enxerido que vem de noite fazer visita e levar o que não é deles. Então meu quintal é todo cercado de vara e de noite ainda solto o cachorro porque, senão, o povo vem e leva os bicho do terreiro. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

O representante do MDA se pronunciou e afirmou a necessidade de maior organização por parte da comunidade junto à sociedade civil e os poderes públicos locais no sentido de viabilizar propostas destinadas a combater o problema da insegurança e dos roubos.

A insegurança é uma questão que é necessária que não está na responsabilidade do MDA, nem do INCRA. É uma questão da sociedade, que deve provocar uma reunião com o governo do estado, prefeitura

municipal, todos os interessados que juntos irão resolver o problema. (Funcionário do MDA, 2006).

Na luta pela permanência na terra, como estratégia na construção da territorialidade camponesa, o camponês luta tendo em vista, as dificuldades de permanecer na terra por deficiência da política de reforma agrária, desde a sua implantação até à forma precária em que a mesma se encontra. As resistências que marcam o cotidiano camponês neste Assentamento demonstram a contínua luta reivindicatória pela implantação de infra-estrutura e pela conquista de direitos necessários à vida digna. Dessa forma, a luta por moradia, água, estradas, energia elétrica, educação voltada para a realidade do campo, créditos destinados aos cultivos agrícolas e assistência técnica, têm se constituído no ponto de pauta desde o período de desapropriação até os dias atuais.

Capítulo III – Terra, Produção e Cultura no Território Camponês

A abordagem dada a este capítulo está centrada nas estratégias de resistência, a partir da diversidade de práticas camponesas adotadas no Assentamento Dona Helena. Assim, procuramos identificá-las a partir dos registros da cultura, dos costumes e práticas que se revelam, sobretudo, baseadas na adoção de práticas comunitárias, uso de tecnologias rudimentares, apropriando-se de formas de trabalho menos agressivas ao meio ambiente, que tenham maior aproveitamento do trabalho de base familiar, prevalecendo princípios de respeito, solidariedade e ajuda mútua no interior do núcleo familiar, inclusive na formação e manutenção do ideal comunitário.

3.1 – Aspectos Sócio-Econômicos dos Processos Produtivos

Constitui característica marcante do modo de vida camponês a produção agrícola associada à criação de animais. No período anterior à desapropriação da terra cerca de 82,89% das famílias não dispunham de criação pecuária, ou seja, apenas 17,11% dispunham de tal recurso. Após o assentamento 78,95% das famílias dispõem de criação pecuária. Este tipo de

recurso se destina inicialmente ao consumo doméstico associado à venda, quando necessário, cujos valores se reverterem no atendimento às necessidades da família (Ver Gráfico 01).

Gráfico 01

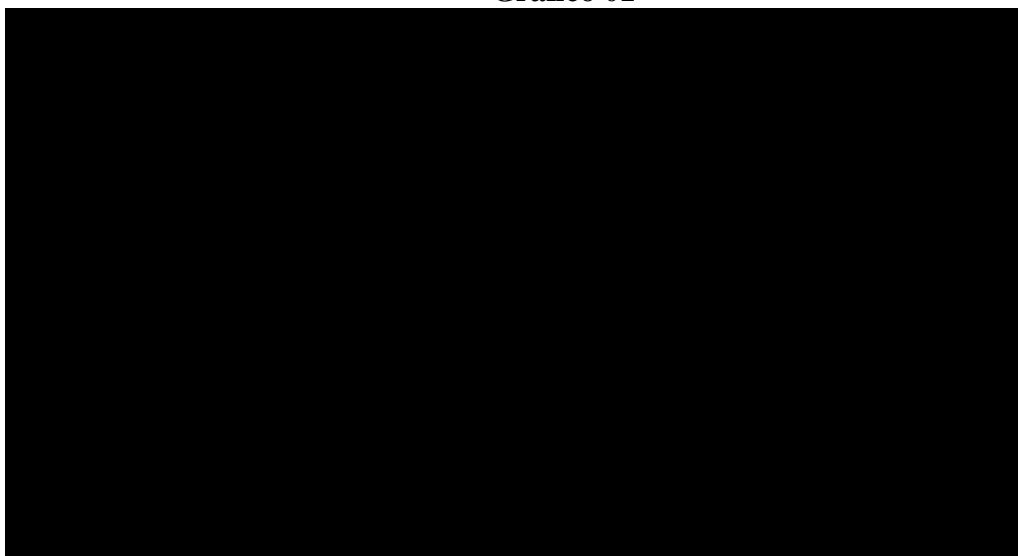


Gráfico 01 – Criação Pecuária nos Períodos Pré e Pós Desapropriação. Fonte: Pesquisa Direta, 2005 /2006.

A variedade da criação pecuária se distribui entre as parcelas conforme verificamos no Gráfico 02:

Gráfico 02

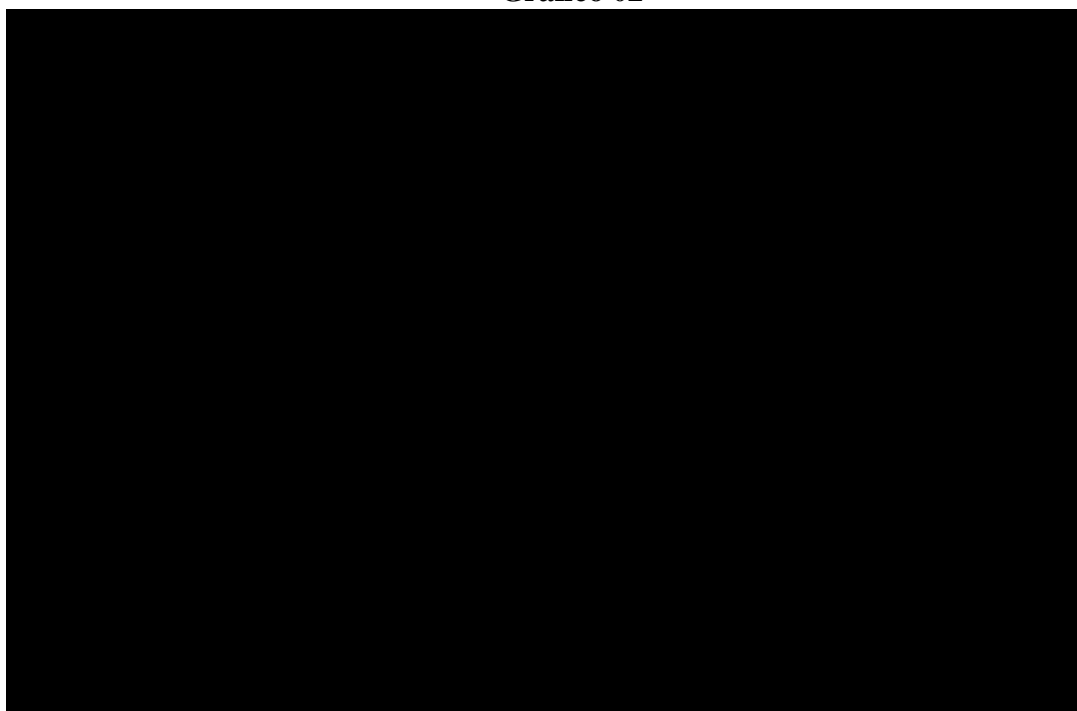


Gráfico 02 – Criação de Animais no Assentamento Dona Helena. Fonte: Pesquisa Direta, 2005 /2006.

A presença de fruteiras no “terreiro” faz parte da organização familiar e do desejo que as pessoas têm de dispor de conforto, beleza, disponibilidade de alimentos e também de reflorestamento. A sombra da árvore no terreiro é a extensão do espaço privado da casa, o lugar do descanso, do lazer e do encontro. Em conformidade com GARCIA JR., (1983:202) “a existência de árvores no ‘terreiro’⁴⁷ compõe a imagem da casa. A árvore marca a perenidade daquele espaço social e das relações sociais que aí se estabelecem, à imagem do longo ciclo de vida dessas plantas”.

A EMATER-PB considera que a existência de três espécies de fruteiras no terreiro ou na parcela, como um todo configura a formação de um pomar⁴⁸. Sendo assim, constatamos no Assentamento Dona Helena cerca de 94,74% do total de parcelas pesquisadas onde há pomares cultivados, possibilitando maior obtenção de alimentação e renda para as famílias. A variedade de fruteiras se distribui pelas parcelas como vemos na Tabela 02, a seguir.

Tabela 02

Variedade de Fruteiras	Número de Parcelas que Cultiva	%
Acerola	60	78,95
Banana	55	72,37
Caju	55	72,37
Manga	51	67,10
Côco	49	64,48
Laranja	47	61,84
Mamão	43	56,58
Maracujá	39	51,32
Melão	25	32,89
Seriguela	23	30,26
Jaca	21	27,63
Graviola	13	17,10
Goiaba	13	17,10
Oliveira	12	15,79
Cajá	07	9,21
Limão	06	7,89
Pinha	05	6,58
Tomate	04	5,26
Jaboticaba	02	2,63
Jambo	02	2,63
Pitomba	02	2,63
Abacate	02	2,63
Condessa	01	1,32

⁴⁷ Parte externa das residências onde circulam as pessoas diariamente, assim como os animais domésticos.

⁴⁸ Informações cedidas pela funcionária Keyla Deininger do setor de Extensão Social da EMATER-PB, 2007.

Umbu	01	1,32
Abacaxi	01	1,32
Côco-católé	01	1,32
Figo	01	1,32

Tabela 02 – Cultivo de Fruticultura no Assentamento Dona Helena. Fonte: Pesquisa Direta. Di Lorenzo: 2005 /2006.

Como complemento da atividade agrícola e característica da cultura camponesa, as famílias costumam plantar ervas medicinais nos quintais e ou arredores de suas residências, a fim de solucionar problemas de saúde, a exemplo de inflamações, dores de cabeça, diarreias, dentre outras, que muitas vezes, dispensam o uso de medicamentos não naturais. Detectamos em 68% das residências o cultivo e uso de ervas medicinais, as quais discriminamos na Tabela 03.

Tabela 03

Tipos de Ervas medicinais	Número de Famílias	%
Caju (uso da casca)	55	72,37
Capim Santo	40	47,37
Mastruz	38	50,00
Anador	27	35,53
Colônia	19	25,00
Hortelã da folha larga	16	21,05
Manjeriçã	14	18,42
Hortelã da folha miúda	14	18,42
Goiaba (uso da folha)	13	17,10
Aroeira	08	10,53
Abacate (uso da folha)	02	2,63

Tabela 03 – Cultivo e Uso de Ervas Medicinais no Assentamento Dona Helena. Fonte: Pesquisa Direta, Di Lorenzo: 2005 /2006.

O uso de ervas medicinais na tradição da cultura camponesa se dá com chás, lambedores, banhos e garrafadas.

A exemplo da fruticultura e das ervas medicinais, também há diversidade no cultivo agrícola de lavouras e horticultura em geral, conforme podemos constatar na Tabela 04.

Tabela 04

Produtos cultivados	Número de Famílias que Cultiva	%
Cana	69	90,79
Macaxeira	61	80,26
Batata	60	78,95
Feijão	57	75,00
Inhame	50	65,79
Milho	45	59,21
Mandioca	43	56,58
Alface	36	47,37
Fava	35	46,05
Horta	31	40,79
Capim	31	40,79
Gergelim	22	28,95
Quiabo	19	25,00
Jerimum	12	15,79
Pimentão	12	15,79
Couve	04	5,26
Amendoim	03	3,95
Palma	02	2,63
Beterraba	01	1,32
Flores	01	1,32
Jenipapo	01	1,32
Repolho	01	1,32
Chuchu	01	1,32
Jiló	01	1,32
Cenoura	01	1,32
Pepino	01	1,32

Tabela 04 – Produção agrícola no Assentamento Dona Helena. Fonte: Pesquisa Direta. Di Lorenzo: 2005 /2006.

A análise da tabela acima comparada aos dados de estudos anteriores no período de graduação (DI LORENZO, 2003, p. 106; 115) demonstra que houve aumento significativo do cultivo de cana-de-açúcar em detrimento das áreas de cultivo de lavoura branca como denominam os camponeses. O significativo aumento das áreas de cultivo da cana-de-açúcar no interior do Assentamento vem a coincidir com os incentivos da Política Agrícola do Governo Federal voltada para o cultivo da cana-de-açúcar para a produção do etanol. Dessa forma, há uma inobservância da Política Agrícola Fundiária e da Reforma Agrária quando algumas áreas da reforma agrária, a exemplo do Assentamento Dona Helena, cultivam, indiscriminadamente, tanto em relação à área cultivada como nas formas de cultivo e uso de insumos químicos. Somando-se a estes, os incentivos da nova Política Agrícola para a produção do agro combustível, dentre outros, são fatores que vem contribuindo para a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar em detrimento da redução das áreas de cultivo de lavoura de subsistência.

No ano de 2003 havia 38% das famílias que cultivavam a cana-de-açúcar, elevando-se para 90,79% das famílias no ano de 2006. Entretanto, o volume de produção da lavoura

branca foi reduzido se compararmos os percentuais proporcionais dos anos de 2003⁴⁹ e 2006⁵⁰, respectivamente. As lavouras do tipo macaxeira apresentaram 74% e 80,26%; a batata com 56% e 78,95%; o feijão com 92% e 75%; o inhame com 64% e 75,79%; o milho com 96% e 59,21%; a mandioca com 50% e 56,58%; a fava com 34% e 46,05%, respectivamente, nos anos de 2003 e 2006. Em contrapartida, foi detectado neste estudo o cultivo variado de verduras e legumes, sobretudo, orgânicos.

Embora realizem cultivos agrícolas e disponham de criação animal, em geral, em algumas épocas do ano, alguns camponeses, necessitam realizar trabalho em áreas distintas de sua propriedade, tendo em vista as dificuldades de se manter na terra com a renda agropecuária obtida na parcela. No caso específico dos filhos, por vezes, se assalariam permanentemente, em geral nos centros urbanos.

Algumas das dificuldades elencadas pelos camponeses na luta para permanecerem na terra são o tamanho do lote que é inferior ao módulo fiscal da região, a qualidade do solo que inviabiliza alguns cultivos agrícolas, a ausência de água em quantidade suficiente que se destine não somente ao consumo doméstico, humano e animal, mas também à irrigação desses cultivos. Segundo depoimento de um camponês:

É difícil começar uma história. Nós aqui no assentamento não temos a estrutura pronta. Eles [o governo] oferece um investimento de R\$3.000,00. Eu tenho capacidade pra isso, mas não vou pegar porque não tem água, como é que eu vou fazer projeto pra irrigação? Se eu partir pra um projeto desses eu vou jogar dinheiro no mato, não tem água! Ta vendo aqueles pé de côco morrendo ali, oh! E tem momento que a gente fica triste. Eu não vou morrer de carregar água em carro de mão pra agoar pé de côco, se quando o cacho de côco vem botando, não dá porque no cacimbão também a água é pouca. Tem gente que passa e diz: aquele danado num trabaia não!? Até hoje, no início, quando apareceu a assistência técnica aqui e fizeram uma análise dessa terra aqui e dissero você pode fazer o que quiser aqui, mas nunca vai ser suficiente pra você porque o solo é raso. Quando chove alaga muito, quando cava três palmo dá na terra, então muitas vez leva a desanimar, outros prefere também trabaia fora. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Nesse sentido, em algumas épocas do ano, a exemplo dos chefes de família, há a procura pelo trabalho sazonal nas usinas e engenhos de cana-de-açúcar; nas propriedades vizinhas ao Assentamento; na cidade, em atividades como moto-taxista, taxista, empregada doméstica, pedreiro, servente de pedreiro. Já no que se refere aos filhos de camponeses, em geral, cerca de 90% dos entrevistados procuram serviços, primordialmente, como mão-de-

⁴⁹ Refere-se à pesquisa com 50 famílias (DI LORENZO, 2003).

⁵⁰ Refere-se à pesquisa com 76 famílias, (2005/2006).

obra assalariada temporária, ou mesmo permanente, como denominam alguns, o trabalho “fichado”⁵¹ em exercício de funções diversas, tanto no Assentamento como na cidade, quais sejam professores, agentes de saúde, técnicos de apoio educacional, destacando-se o cargo de Secretário de Agricultura exercido por um camponês, o senhor Biu do Bar.

Complementar a renda para esses camponeses tem sido primordial como garantia de subsistência da família. A esse respeito, afirma Mielle (1998, p. 77):

Muito embora o roçado constitua-se, no interior de um assentamento rural, sua principal fonte de renda da família camponesa, seja diretamente pela venda da produção, seja indiretamente pelo consumo da mesma, a busca por outras fontes complementares tem sido significativa.

O trabalho realizado por alguns membros da família em outras localidades distintas da parcela destina-se a garantir a sobrevivência familiar. Geralmente, ocorre em simultaneidade com a permanência de outros membros no lote familiar como símbolo da resistência da luta pela permanência na terra.

As atividades desenvolvidas no interior de cada parcela conferem uma variedade na obtenção de renda das famílias, das quais, detectamos que 18,42% percebem até um salário mínimo; 52,63% percebem de 1 a 2 salários mínimos; 22,37% percebem de 2 a 3 salários mínimos; 5,26% percebe 3 salários mínimos, e 1,32% percebe 6 salários mínimos, conforme representado graficamente a seguir e na Tabela 05, adiante.

Gráfico 03

⁵¹ “Trabalhar fichado” se refere à atividade de trabalho reconhecida legalmente, com Carteira de Trabalho assinada e pagamento de Previdência Social.

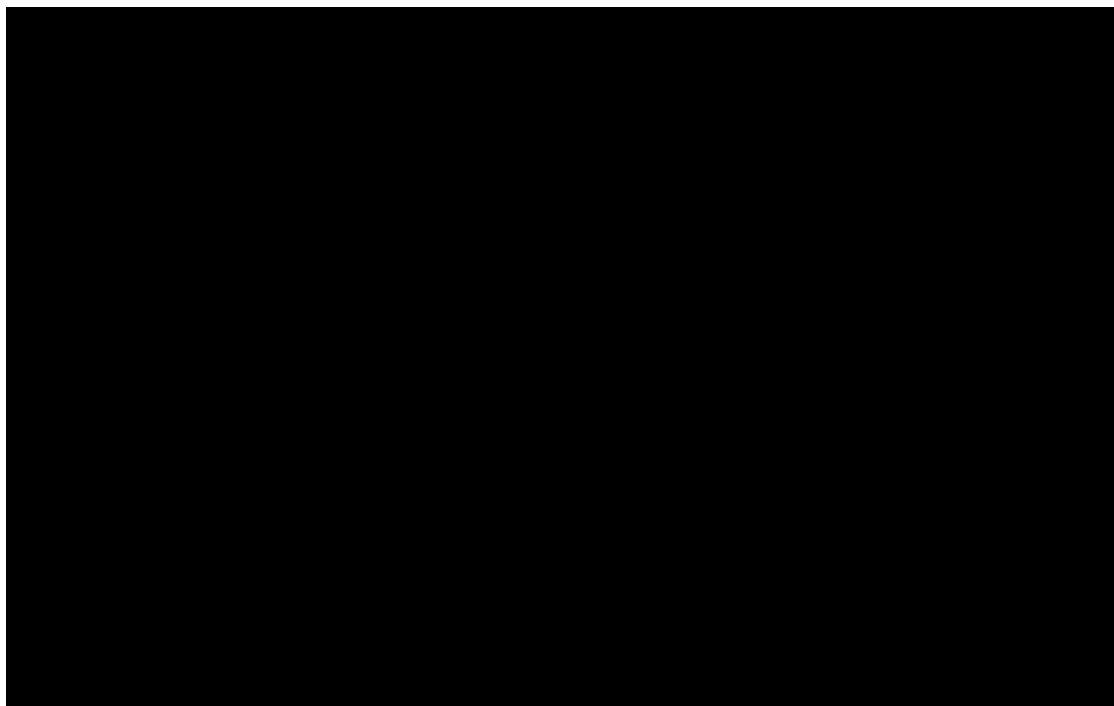


Gráfico 03 – Distribuição da Renda por Número de Famílias (Salário Mínimo – SM). Fonte: Pesquisa Direta, 2005/2006.

No cálculo da renda total obtida, consideramos o cálculo obtido a partir da produção realizada na parcela, ou seja, em 100% dessas e a venda do excedente produzido e demais rendas porventura existentes, tais como empregos fixos, cerca de 17,11% das famílias; aposentadorias e benefícios do INSS presentes em 56,58% das famílias; e cerca de 51,32% das famílias que apresentam um ou mais membros realizando trabalho sazonal e/ou fixo assalariado⁵². Consideramos também a produção da cana-de-açúcar realizada em 90,79% das parcelas que é vendida anualmente nas usinas de açúcar do município como complemento das atividades agrícolas da parcela, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 04

⁵² Neste caso, o trabalho sazonal se dá nas circunvizinhanças e mesmo em terras de usinas adjacentes ao Assentamento, incluindo-se atividades distintas como serviços da construção civil, domésticas, moto-taxistas, taxistas, serviços diversos. Quanto ao trabalho assalariado fixo detectamos as atividades de empregada doméstica, trabalhadores das usinas.

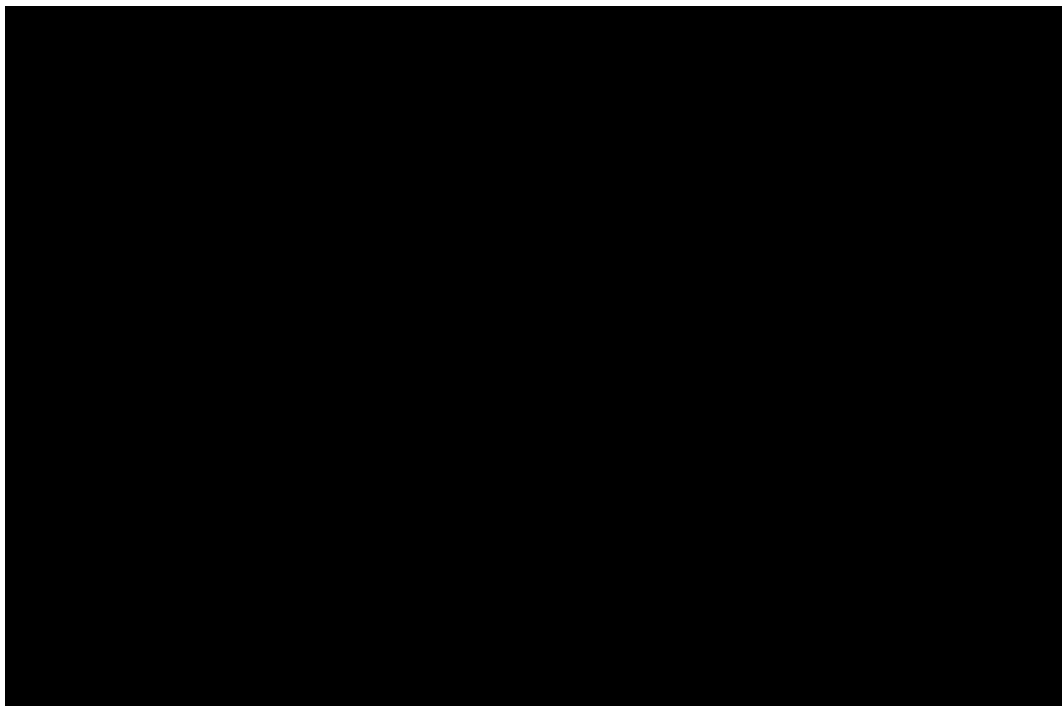


Gráfico 04 – Origem dos recursos obtidos na geração de renda das famílias. Fonte: Pesquisa Direta. 2005/2006.

Quanto à renda obtida consideramos, inicialmente, os produtos consumidos diretamente pela família, e 73,68% afirmaram produzir e consumir um valor inferior a 1 salário mínimo; 19,74% produzem e consomem 1 salário mínimo; 3,95% de 1 até 2 salários mínimos e 2,63%, 3 salários mínimos, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 05

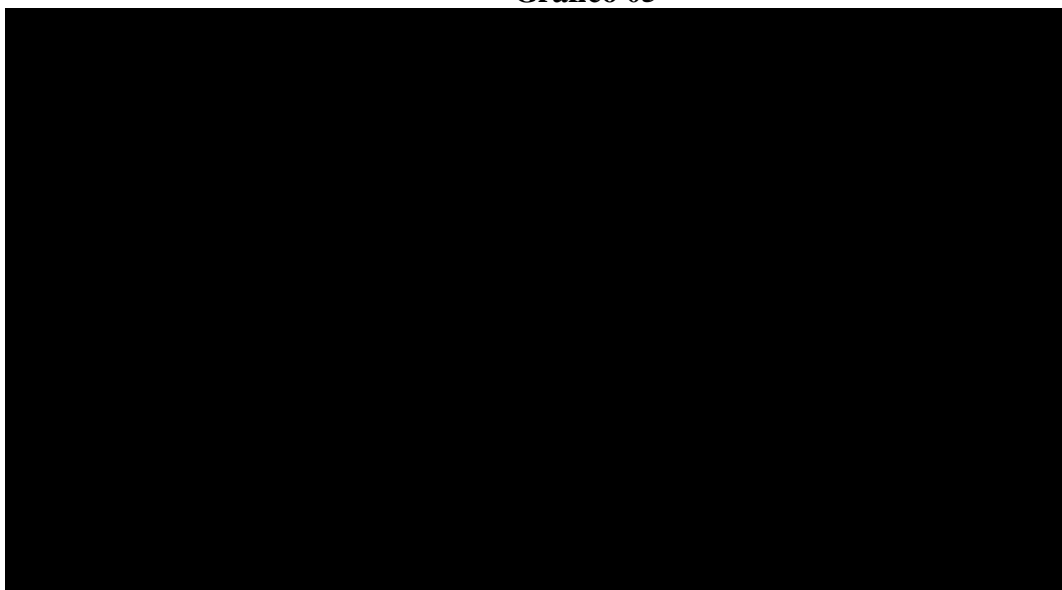


Gráfico 05 – Renda em produtos por família (SM). Fonte: Pesquisa Direta. 2005/2006.

Das setenta e seis famílias entrevistadas, todas afirmaram que a terra, em si, não comporta a subsistência da família, para tanto, necessitam complementar a renda com venda do excedente, e/ou renda assalariada complementar.

Tabela 05

Renda (Salário Mínimo – SM)	Número de Famílias	%
1 SM	14	18,42
>1SM a <2 SM	40	52,63
2 a 3 SM	17	22,37
>3 <4 SM	4	5,26
6 SM	1	1,32

Tabela 05: Distribuição da Renda por Número de Famílias. Pesquisa Direta. Di Lorenzo: 2005/2006.

Diante dos dados obtidos, confrontamos os valores apresentados na Tabela 05 e fizemos uma comparação com os dados obtidos em estudos anteriores sobre este Assentamento, os quais estão dispostos na Tabela 06.

Tabela 06

Assentamento	Até 1 SM	Mais de 1- 2 SM	Mais de 2-3 SM	Mais de 3 SM
Dona Helena	---	28,60	42,80	28,60

Tabela 06 – Distribuição da Renda no Assentamento Dona Helena. Fonte: IENO; BAMAT (1997). In.: VARELA, 2002, p. 168.⁵³

Confrontando-se os dados das tabelas acima, observamos que há divergência nos dados obtidos, verificando-se que houve déficit no nível de renda obtida entre as famílias, se considerarmos o número de famílias que obtém renda de até 1 salário mínimo, que no ano de 1998 não foi detectado, ao passo que no ano de 2006 são registrados 18,42%. Igualmente ocorreu nas faixas superiores a 2 salários mínimos que obteve 28,95%, portanto um déficit de 42,45%. Em contrapartida, elevou-se o percentual na faixa salarial de 1 a 2 salários mínimos que em 1998 era de 28,60% e no ano de 2006 atingiu o patamar de 52,63%.

Portanto, se por um lado a Tabela 05 mostra um déficit na renda, por outro demonstra que 81,58% possuem renda superior a um salário mínimo, conferindo a essa comunidade num espaço temporal de onze anos, desde a implantação do Projeto de Assentamento (PA), uma mudança na qualidade de vida em relação ao período passado, quando se inseriam no cenário de expropriação. Consideramos, entretanto, que esses dados não devam ser inquestionáveis ou

⁵³ O Autor considerou a renda total por número de famílias no Assentamento Dona Helena. VARELA, 2002, p. 168.

acabados, afinal desconhecemos o critério de análise na pesquisa anterior (1998), bem como necessitaríamos de uma análise mais detalhada na forma de mensurar a renda em produtos obtida na terra, cujos valores podem ser indicativos de uma aproximação aceitável da realidade. Cabe ressaltar que a renda do camponês deve ser auferida, considerando tanto o valor da renda em produtos consumidos pela família, quanto o valor obtido pela venda do excedente de produção. Entretanto, ao serem questionados sobre a renda obtida, muitos camponeses afirmam “não terem renda alguma”, pois, associam à concepção da renda camponesa ao modo de vida urbano que tem como referência as relações assalariadas.

Quanto à divisão do trabalho, constatamos que há participação massiva do sexo masculino nas atividades agropecuárias, em geral, sendo complementadas com a participação das mulheres, que se dedicam ao cultivo de hortaliças em geral, atividades domésticas e/ou agrícolas, e criação de aves e suínos (Figura 13). Igualmente ocorre com a participação dos idosos e das crianças. Cerca de 86% desses se dedicam às atividades no Assentamento como forma de auxílio, com a criação de animais, cuidados com as plantações e na colheita e seleção dos grãos para a subsistência familiar. Os 14% restantes ficam ociosos. Quanto às crianças, estas se dedicam primordialmente à educação escolar, participando, muitas vezes, das atividades do campo e domésticas. Por ocasião da pesquisa de campo constatamos que nos tempos de plantio e colheita, alguns alunos costumam faltar às atividades escolares tendo em vista a necessidade de complementar o trabalho familiar.



Figura 13: Dona Lurdes realizando trabalho doméstico e cuidando dos animais. Arquivo: Di Lorenzo/. Pesquisa Direta, 2002 a 2006.

Como característica da cultura camponesa, a produção tem por base, primordialmente, atender as necessidades de subsistência familiar, associada à comercialização do excedente de produção, quando disponível. Desta forma, homens, mulheres, jovens e crianças vêm

desenvolvendo a produção orgânica de hortaliças, legumes, frutas, dentre outros, destinados tanto ao consumo familiar como a venda direta ao consumidor através da Feira Agroecológica.

3.2 – Comercialização da Produção Camponesa - A Feira Agroecológica da Mata Paraibana: dimensões culturais e políticas

A Feira traduz-se na iniciativa dos camponeses de quatro assentamentos rurais, quais sejam os Assentamentos Dona Helena (Cruz do Espírito Santo - PB), Padre Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista (Sapé - PB), e o acampamento Ponta de Gramame (João Pessoa - PB), e embora enfrentem a precariedade de assistência técnica e incentivos do Estado, conseguem a partir da solidariedade e cooperação desenvolver esta experiência com êxito. O nosso interesse se detém nos dados do Assentamento Dona Helena, experiência pautada na construção de uma sociedade cuja alternativa de desenvolvimento tem como proposta a melhoria da qualidade de vida e a busca da autonomia como princípios.

Os camponeses que participam da Feira se reúnem ordinariamente na última quarta-feira do mês na cidade de Sapé – PB, na Associação da Ecovárzea Paraibana⁵⁴ e, semanalmente, após a realização da Feira.

A organização da Feira teve em seu projeto inicial um custo de R\$5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), valor financiado pela CÁRITAS ARQUIDIOCESANA⁵⁵, o qual já foi devidamente quitado pelos camponeses participantes da Feira, mediante a arrecadação do fundo de feira equivalente a 5% da venda dos produtos, dos quais, um total de 3% destinava-se ao pagamento do financiamento, e os 2% restantes, tinha como destino o custeio das despesas com a alimentação, as reuniões, a manutenção das barracas da Feira, o transporte da produção⁵⁶, inclusive o auxílio-doença para os participantes da Feira. Esse repasse tem-se

⁵⁴ A Ecovárzea é a associação dos agricultores e agricultoras agroecológicos da Várzea Paraibana que abrange aqueles cuja organização tem como base a produção agroecológica e o escoamento de seus produtos, baseada em princípios educativos de cooperação e economia solidária. A economia solidária tem em sua lógica a proposta de outra economia', onde se considerem o elemento humano e a preservação do meio ambiente. Ver SINGER (2000; 2002); GAIGER (2003).

⁵⁵ Ligada a Arquidiocese da Paraíba.

⁵⁶ Por não disporem de transporte próprio os produtores da feira apresentam uma preocupação comum, pois almejam consegui-lo, porém não dispõem de condições financeiras para tal empreendimento, além de encarecer muito, o que dificulta a obtenção de lucros satisfatórios na organização da Feira.

mantido na atualidade o que denota certa satisfação sobre a Feira, conforme atesta o senhor Luís Sena⁵⁷ ao afirmar (09/2005):

Cada vez mais a Feira vem melhorando. O apoio que a Universidade tem dado ajudou muito. Viu o lucro que nós conseguimos hoje! Me ajuda a contar o dinheiro! Eu gosto de fazer esse controle. Eles têm confiança. Isso é uma prova que a organização está dando certo. A Feira está cada vez mais crescendo. (Assistência Técnica da CPT, 2006).

Parte dos camponeses do Assentamento Dona Helena se organizou para comercializar o excedente da produção numa feira que tem como objetivo a adoção de práticas agroecológicas, que vão desde as formas de manejo tradicionais, como o aproveitamento das podas e dos defensivos orgânicos à incorporação de novas práticas, a exemplo da produção de biofertilizantes com o aproveitamento dos recursos locais.

É no rastro dessas práticas que se construiu o projeto das feiras agroecológicas que guarda em si uma peculiaridade, pois se constituiu numa outra lógica onde comprar e vender, encontrar e ser encontrado são elementos construídos, tendo por base a necessidade de comercialização do excedente produzido sem agrotóxicos. Como requisito a participação na Feira são realizadas capacitações com vistas a mudança dos padrões de consumismo vigentes. A Feira Agroecológica é, portanto “um espaço de comercialização pelos próprios produtores, enquanto espaço educativo de integração cooperativista entre agricultores e consumidores” (REGIMENTO INTERNO, 2001: 2)⁵⁸.

O objetivo central da Feira é:

Incrementar a comercialização de produtos orgânicos, ampliação de consumo e produtos ecológicos ao maior número de consumidores; fortalecer a autogestão dos associados pela organização, administração e comercialização de seus produtos; criar novos canais para escoar a produção dos trabalhadores assentadas nas áreas de reforma agrária; eliminar o intermediário na comercialização dos produtos; inserir o produtor no ato de aprendizagem nas questões da comercialização e; fornecer a troca compensatória dos produtos entre os próprios produtores (REGIMENTO INTERNO; 2001, p. 3)

Participar da Feira Agroecológica para comercialização do excedente da produção, significa também que os camponeses não vivem, portanto, numa economia fechada. De fato,

⁵⁷ Luís Sena é Técnico Agrícola da CPT, Coordenador da Feira Agroecológica e presta assistência técnica aos camponeses que produzem e comercializam seus produtos nessa Feira.

⁵⁸ Os próprios camponeses que comercializam na Feira Agroecológica desenvolveram esta definição quando do ato de constituição e organização desta.

esta é uma estratégia que segundo Oliveira (1988) e Moura (1986) faz parte da história do campesinato,

O homem do campo não vive em uma economia fechada. Ele cultiva a terra e a beneficia em função da produção de mercadorias que são levadas ao mercado e comercializadas diretamente com o consumidor. (OLIVEIRA, 1988, p. 35)

[...] 'Habitado igualmente a trocar aquilo que a terra produz, seus contatos sociais podem ocorrer tanto dentro da pequena localidade em que vive, como se estender a habitantes distantes, mais especificamente à população das cidades. (MOURA, 1986, p. 9)

A partir desta experiência procuramos identificar na história do Assentamento se as formas encontradas pelos trabalhadores para sustentar o modelo de produção atual vem contribuindo para o crescimento da unidade política do grupo de trabalhadores e se as técnicas pautadas na agroecologia têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos. Detectamos em alguns depoimentos que a participação na Feira tem conferido melhorias e satisfação aos camponeses.

Como segmento da conquista da terra no Assentamento Dona Helena a Feira Agroecológica confere aos camponeses a mudança na qualidade de vida, reforça também a relação com toda a área do assentamento por se tratar de uma comunidade onde está em curso a construção de laços de solidariedade e cooperativismo. É centrada nestes laços que a CPT, na qualidade de mediadora social incorpora a concepção conservacionista do ambiente e sugere a sua aplicação no Assentamento Dona Helena, onde os camponeses que participam da Feira Agroecológica produzem organicamente para o autoconsumo, e dispõem o excedente da produção para a comercialização. Quanto às preocupações dos camponeses com as práticas de uso e manejo dos recursos naturais, podemos destacar depoimentos que corroboram com essa compreensão:

A gente não vende nossa produção na Feira Agroecológica porque nem sempre a gente tem os produto. Pra entrar na Feira tem que ter o compromisso de ter sempre o produto (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

A luta pra gente conseguir vender na Feira foi muito grande. Agora a gente tem que segurar e não deixar cair. Porque a gente aqui é conhecido. O freguês faz a encomenda dele e a gente traz depois. E ele sempre vem buscar. Aqui a gente se conhece pelo nome. Os cliente da gente confia na gente. Tem gente que vem aqui desde o começo da Feira. É porque confia e

acredita no trabalho da gente (Camponês do Assentamento dona Helena, 2006).

A gente precisa cuidar da natureza porque ela é quem dá tudo a gente. Se a gente não cuidar, não vai sobrar nada nem ninguém prá contar a história e continuar o que nós estamos fazendo. Não pode usar o “veneno”, senão vai destruir a terra, e contamina os produtos. E depois, quem vai confiar na gente? (Camponesa do Assentamento dona Helena, 2006).

Quem quer aprende e cuida. Nós temos que cuidar de nossa saúde e tem que ter a confiança dos outros. Tenho que cuidar direito porque tem meus filhos que vão continuar na luta. Eles têm que aprender também (Camponês do Assentamento dona Helena, 2006).

O princípio que norteia a feira Agroecológica funda-se na busca da conservação dos recursos naturais, de modo que estes sejam acessíveis às gerações atuais e futuras. Usando palavras simples e ao mesmo tempo fazendo uma reflexão sobre a proposta de agricultura agroecológica o coordenador geral da Feira Luis Sena afirma:

Começamos com o trabalho agroecológico, mas estamos numa ótica agroecológica. Sabemos que demora para se obter um produto puro, agroecológico, mas há uma mudança no pensamento. A família está se envolvendo na produção. Foi a partir da realização da Feira que se observou que se faz necessária a organização coletiva, pois é esta que confere a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, e que estes só se integram ao processo de comercialização mediante a organização; pois do contrário, não conseguiriam produzir e comercializar exitosamente, isolados (Assistência Técnica da CPT, 2006).

Essa organização tem permitido que sejam revistas às necessidades de demanda e o planejamento familiar no processo produtivo. Os camponeses do Assentamento Dona Helena e estão organizados em grupos formados no interior do Assentamento. Segundo o Sr. Luís Sena, a CÁRITAS responsabiliza-se pela organização da Feira Agroecológica, enquanto que a assistência técnica na produção é de responsabilidade da CPT.

Atualmente, a Feira vem sendo realizada na cidade de João Pessoa, nos bairros do Bessa e no estacionamento da UFPB, às sextas-feiras, desde 18 de novembro de 2001 (Ver Figura 14).

Em entrevista realizada o senhor Luís Sena (2005), nos informa:

A proposta inicial de criação da Feira pautava-se na necessidade de criar-se uma central de comercialização destinada à venda de produtos da Reforma Agrária, e que após algumas experiências em outras feiras como a de Abreu e Lima em Pernambuco, decidiu-se por desenvolver o cultivo agroecológico dos produtos a serem comercializados. Inicialmente a feira contava com a participação de apenas doze produtores, e atualmente participam trinta

produtores diretos e vinte produtores indiretos⁵⁹, sendo onze famílias do Assentamento Dona Helena com seis participantes diretos, e cinco indiretos. Há atualmente vinte propostas de produtores para participar da feira, mas estão em processos de análise, pois se necessita que sejam solidárias. Gostaríamos que os trabalhadores se interessassem mais em participar da Feira, mas ainda há um caminho longo a seguir. Muitos ainda preferem continuar assalariado, pois não acredita que seja possível produzir, acredita que agricultura não alimenta ninguém. Muitos trabalhadores ainda não mudaram a maneira de pensar e continuam com o mesmo pensamento de que tem que ter a presença do patrão. Precisamos conscientizá-los da necessidade de trabalhar, produzir para o consumo, para a comercialização, e que não exista a competição nem o trabalho assalariado. Não há desistências de participantes da Feira, embora alguns demonstrem preocupações constantes em virtude dos problemas que enfrentam no processo produtivo⁶⁰.

A reduzida participação dos camponeses na Feira, de acordo com a nossa pesquisa, dá-se, entre outros motivos, em função da pouca produção do excedente; das dificuldades dos camponeses para se manterem na terra; dos endividamentos obtidos para custeio da produção; o processo de empobrecimento de algumas famílias em relação ao período anterior à desapropriação; fatores como a localização da parcela em terrenos de solos impróprios ao cultivo; distância da parcela em relação ao mercado local; deficiência da assistência técnica no acompanhamento aos trabalhadores; ausência de projetos de irrigação, dentre outros.



Figura 14 - Feira Agroecológica realizada no pátio da UFPB, Campus I. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2005.

Nos depoimentos dos camponeses que participam da Feira estão registradas algumas dificuldades que surgem desde o processo produtivo até a comercialização. Mencionam,

⁵⁹ Produtores diretos é terminologia adotada pelos participantes da Feira que comercializam e que mantêm contato direto com o consumidor. Os produtores indiretos são assim denominados por não participarem deste processo ativamente no contato com o consumidor.

⁶⁰ O ingresso de novos participantes na feira está vinculado à realização de visitas a parcela do camponês, verificação mediante parecer técnico se o produto é plantado conforme as normas (sem uso de insumos químicos).

sobretudo, os problemas advindos da falta de planejamento da produção; da ausência de projetos de irrigação; e embora afirmem que a produção é suficiente para o abastecimento da Feira, verifica-se a insuficiência na variedade dos produtos.

Às vezes o cliente chega prá comprar e não leva nada, pois só encontra um produto que ele quer. Então ele não leva. Acha melhor comprar nos mercados porque lá ele encontra tudo que ele quer, mesmo que seja com agrotóxico (Camponesa do Assentamento Dona Helena).

Participar é difícil, pois, é muita despesa; e mesmo mandando o produto pelos amigos que vão prá Feira, não fica quase nenhum lucro. O produto vendido fica de meia. Eu já participei mandando produto, mas não estou mais. E tem as dificuldades com a água que é meio ‘amaldiçoada’... num ano falta, no outro sobra demais. O problema do transporte é um pensamento coletivo. Dava prá comunidade se juntar e comprar o caminhão. Tem tanto empréstimo aí (Camponesa do Assentamento Dona Helena).

Em entrevistas realizadas em junho de 2005 com consumidores escolhidos aleatoriamente, do público alvo da Feira, 87% dos quais participantes assíduos da Feira, verificou-se que cerca de 70% são predominantemente vinculados à Instituição UFPB onde é realizada a Feira, destacando-se dentre esses, a presença de professores, funcionários e alunos, sendo os demais, membros da comunidade adjacente (ANEXOS A e B). A grande maioria entrevistada demonstrou ter com os produtores, relações de proximidade, confiabilidade e amizade, e embora alguns desconheçam a forma de trabalharem numa perspectiva agroecológica, dizem confiar nos produtos, reconhecer e achar justa a sua luta:

Você acha que a gente tinha um produto assim, uma alface miúda dessa, usando o agrotóxico? A gente precisa dar crédito a eles, ao trabalho deles, não é? (Frequêntador da Feira Agroecológica, 2005).

Você trouxe a encomenda que lhe pedi? Trouxe. Eu estava esperando a senhora chegar. Pensei que não vinha mais! _É, amigo é assim mesmo! (Diálogo estabelecido entre uma frequêntadora da Feira Agroecológica e um camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Eu sempre venho aqui. Ele engorda peru e galinha de capoeira pra mim. Sempre venho pegar também a buchada que ele faz porque é limpa (Frequêntadora da Feira Agroecológica, 2005).

Dentre os consumidores há um consenso de que ainda é pouco expressiva a divulgação deste tipo de trabalho, e que os produtores precisam do apoio da sociedade.

De acordo com depoimentos constatamos que a Feira tem proporcionado aos camponeses uma mudança de vida qualitativa, pois confere uma maior renda para suas

famílias, contribui para uma maior organização do grupo de trabalhadores, assim como, reforça a tradição camponesa de cuidar da terra como “terra de trabalho”, o que pressupõe cuidados com o meio ambiente além de se constituir na possibilidade justa de comercialização da produção.

Era a saída que tinha pra vender os produto. Antes a gente não tinha o Assentamento e a gente entregava tudo ao atravessador de graça, então hoje, graças a UFPB, nós temos aquele espaço da Feira que a gente vende a todo mundo. Porque gente, não é fácil vir lá da roça, ser como a gente é, discriminado, com características diferentes e ser aceito! Mas, cada vez mais a gente vais sendo mais aceito (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A Feira se traduz num indicativo de que este país necessita de uma reforma agrária urgente, justa e verdadeira, que valorize experiências como esta, que contraditoriamente, se desenvolve dentro do modo de produção capitalista, uma vez que o camponês é dono de sua própria produção. Segundo Oliveira (1990, p.12), “na pequena agricultura familiar ocorre uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital necessária ao seu desenvolvimento, distinta do modo de produção capitalista, no qual ocorre a reprodução ampliada do capital com relações especificamente capitalistas”.

Há em sua proposta elementos como a autogestão, a socialização do saber, as relações de gênero e de gerações, os cuidados com o meio ambiente e com a saúde do trabalhador e do consumidor.

A família toda começa cedo no trabalho. Enquanto eu tiro o leite do gado, vai o menino e começa a agoar as planta da mandala. Depois eu vou lá e dou as orientação que tiver, outro vai e ajuda a limpar, vem a mulher e vê a comida dos bicho que fica no centro da mandala, e assim, a gente vai se revezando, se ajudando e faz tudo junto. As menina que estudaram no curso de agropecuária tem o controle das plantação nos dia certo, de fazer as muda das planta, e quando é na sexta-feira, elas ficam a quinta-feira de tarde arrumando os produto de levar pra Feira. Quando é na sexta-feira de madrugada vai o menino e a menina pra Feira pra vender, enquanto eu fico aqui organizando as outras coisa. O serviço de casa envolve todo mundo... É mulher, é menino, é homem, é moça, é tudo... Ninguém fica de fora! Também, as vez os menino reclama que tem muita coisa pra fazer, mas a gente faz pra nós mesmo e nós tem nossos dias de descanso, de parar quando a gente quer, como agora que eu tô conversando aqui com você (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A autogestão é compreendida a partir da autonomia na produção, porém contando com a participação dos trabalhadores na etapa do processo produtivo. O aumento da renda que confere melhoria na qualidade de vida das famílias. A socialização do saber é posta em

prática a partir do intercâmbio realizado para verificar experiências semelhantes pelos trabalhadores em outras comunidades. As relações de gênero se dão de forma mais expressiva. Vê-se a mulher desenvolvendo uma série de atividades e tomando decisões no grupo, vê-se também a crescente participação dos jovens neste processo. As relações com o ambiente buscam reconstruir um novo modelo voltado para a conservação dos recursos naturais, tendo em vista, inclusive, os cuidados com a saúde humana.

A pesquisa realizada nos mostrou que a Feira Agroecológica da Várzea Paraibana é uma proposta inovadora para as unidades de assentamentos rurais, tendo em vista a estrita orientação e processo educativo voltados para uma perspectiva solidária, o que contribui para a redução do risco e perda da identidade coletiva do grupo mediante a comercialização. Ademais, tem se revelado viável, pois embora os camponeses enfrentem inúmeras dificuldades desde o processo produtivo até a comercialização, é na Feira onde os mesmos obtêm resultados satisfatórios.

Quem quer aprende e cuida. Nós temos que cuidar de nossa saúde e tem que ter a confiança dos outros. Tenho que cuidar direito porque tem meus filhos que vão continuar na luta. Eles têm que aprender também (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Quanto a pouca participação dos camponeses na Feira, é um processo que merece maior atenção e necessita ser mais bem averiguado em estudos específicos desta temática. Entretanto, o que foi salientado por muitos camponeses é que há inúmeras dificuldades em relação à ausência de infra-estrutura adequada, que impede ou dificulta a produção constante e conseqüente manutenção de uma determinada quantidade e variedade de produtos excedentes destinados a comercialização na Feira Agroecológica.

3.3 - Aspectos Sócio-ambientais Relativos ao Uso da Água e do Solo no Território Camponês do Assentamento Dona Helena

As questões referentes à água trazem à tona algumas preocupações de ordem maior que se referem à preservação ambiental e ao nível educacional dos camponeses.

De acordo com Torres & Di Lorenzo et al (2006, p. 1),

No Nordeste Brasileiro, a luta pelo acesso à água nas comunidades rurais perpassa a natureza física da região, envolvendo também a necessidade de formação dos camponeses com relação aos seus direitos e responsabilidades de gerir a água. Historicamente, enquanto não existia a técnica, o problema de acesso à água, tinha como justificativa principal, a natureza física da região. Com a evolução das técnicas, passaram a existir possibilidades de extrair represar ou transpor a água, e o problema passou a ser uma questão política. (...) Ampliar as práticas educacionais voltadas para a conscientização e capacitação de filhos de camponeses residentes em áreas de assentamentos rurais, no tocante ao manejo dos recursos hídricos, torna-se uma questão vital para, efetivamente, se ter uma gestão onde a comunidade tenha a capacidade de intervir, sugerir e constituir uma gestão local participativa.

A oferta de água, saneamento básico e energia elétrica vêm ocorrendo no Assentamento com morosidade, uma vez que o projeto de reforma agrária do Governo Federal anda a passos lentos. Afinal, embora existam bons planos a respeito do tema, percebemos e concordamos com a percepção de alguns camponeses do Assentamento Dona Helena ao afirmarem que “existe apenas, políticas de assentamentos, ao invés de implantação de uma verdadeira reforma agrária”.

Quando da institucionalização do Projeto de Assentamento Dona Helena, todos os camponeses foram beneficiados com o crédito habitação, e, por conseguinte, para a instalação de fossas. Entretanto, segundo informaram os camponeses os valores do custeio foram insuficientes para a construção da casa com área adequada ao atendimento familiar, ficando muitas vezes prejudicada a construção de fossas nas residências. No que se refere a essa questão, detectamos na pesquisa direta que em cerca de 63,16% das parcelas pesquisadas, as casas dispõem de fossas coletoras de resíduos, enquanto 36,84% aguardam a possibilidade de construção com recursos próprios ou a liberação de algum crédito que os favoreça neste sentido. Da mesma forma, não dispõem de esgotamento sanitário, e as águas utilizadas correm em esgotos a céu aberto, assim como, algumas parcelas recebem o despejo de esgotos da área urbana.

A área urbana de Cruz do Espírito Santo – PB por não possuir esgotamento sanitário, causa prejuízos aos cursos do rio, que por vezes, é receptor de esgotos que correm a céu aberto da cidade em direção ao rio e ao Assentamento; e nesses, a deposição de dejetos e lixo inorgânico, oportunizando a frequência de animais domésticos, contribuindo, portanto, na

contaminação e assoreamento das nascentes e fontes de recursos hídricos (Figuras 15 e 16). Aspectos como estes têm sido pontos de pauta nas assembleias da ATRADH, nas quais a própria comunidade recoloca à necessidade de preservação das fontes de recursos hídricos.

Precisamos ter uma resposta do Prefeito sobre o esgotamento da cidade. As parcelas recebendo muito lixo e água de esgoto da cidade. Eu cuido da minha parcela, mas vem a cidade todinha e joga tudo que não presta na terra da gente. Isso é justo? (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Eu quero que a Associação que marque um dia pra gente ir junto falar com o morador da Fazenda Santa Luzia [fica na porção mais alta do Assentamento] que contratou com a Prefeitura para colocar o lixo da cidade na terra dele. É porque quando chove a água vem lá de cima trazendo a sujeira do lixo e vem por dentro da minha parcela. Aí contamina a água do poço, do cacimbão e a horta que eu planto (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Precisamos ter a consciência de cuidar do meio ambiente. Eu fico contente hoje porque há um tempo atrás era muito grande a quantidade de pessoas que usavam veneno nas plantações e hoje a gente vê que muita gente já usa produto natural. A gente precisa olhar os nossos atos porque o que a gente faz na nossa parcela, pode prejudicar o vizinho. Não pode desmatar nem jogar lixo na parcela. Tem que preservar as nascentes... Se a gente cuidar delas a gente vai ter sempre água correndo e assim, onde abrir cacimbão a gente encontra água (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

O Assentamento está situado à margem esquerda do rio Paraíba. Apesar de ser um rio perene, o rio Paraíba demonstra sinais de cansaço, pois, vem sofrendo constante e progressivo processo de assoreamento e degradação ambiental devido à retirada da mata ciliar e da submissão contínua das áreas de várzea ao uso de insumos agrícolas, herbicidas e fertilizantes destinados à correção do solo empobrecido pelo uso de monocultura, aragem mecânica e pela conseqüente perda de material orgânico. Também ocorre a retirada indiscriminada de areia para a construção civil em determinados trechos de seu curso. Somado a essas práticas degradadoras há a precariedade do acesso à água pelos camponeses, pelo comprometimento, em parte, da qualidade das águas subterrânea e superficial, que recebem, continuamente, o despejo de agrotóxicos devido à plantação de cana-de-açúcar em escala considerável ao longo da várzea desse rio; e em parte, pelas limitações de ordem financeira e técnica que impedem o uso adequado das águas.



Figura 15 - Esgoto à céu aberto com despejo direto em pequenos riachos no interior do Assentamento Dona Helena. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006



Figura 16 - Esgoto e resíduos sólidos da área urbana despejados diretamente no interior de algumas parcelas do Assentamento Dona Helena. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006

A geografia do assentamento no aspecto dos recursos hídricos ora favorece, ora prejudica alguns camponeses pela localização da residência. Algumas se situam nas proximidades da porção Sul do Assentamento, margeando o rio Paraíba. Entretanto, o uso dessa água, como já foi dito, merece análise em virtude do considerável despejo de agrotóxico no leito do rio que é margeado com a monocultura da cana-de-açúcar. Por outro lado, as famílias que residem nas porções norte, leste e oeste do Assentamento têm maior dificuldade de acesso à água por estarem situados mais distantes em relação ao leito do rio. Saliente-se que mesmo a área do Assentamento sendo heterogênea, ou seja, parte desta localiza-se em terras de várzea do rio Paraíba, enquanto outra parte localiza-se nas áreas de tabuleiros, mas a divisão parcelar foi realizada de tal forma que a maioria das famílias foi contemplada com uma parte da parcela na área de tabuleiros e outra na área de várzea. Dentre estas não se verifica diferenciação nos cultivos nas áreas de várzea, pois a proximidade da estrada tem sido

um dos fatores responsáveis pela recusa de muitos camponeses realizarem seus cultivos de subsistência, tendo em vista as questões da insegurança no campo, sujeitando-se ao cultivo da monocultura da cana-de-açúcar. Pequena parte das famílias, em geral, os antigos posseiros já residentes na fazenda Engenho Novo, continuaram em suas áreas de posse, na porção leste do Assentamento que compreende apenas a área de várzea, onde realizam, igualmente aos demais camponeses a policultura alimentar associada ao cultivo da cana-de-açúcar.

No que diz respeito ao uso da água procuramos identificar as formas encontradas pelos camponeses com o apoio de alguns mediadores sociais, para que seja cumprida minimamente a legislação sobre a Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária em seu Artigo nº 187⁶¹ da Constituição Federal.

Algumas preocupações e indagações têm norteado as discussões dos camponeses do Assentamento Dona Helena durante as assembléias e reuniões na ATRADH, no INCRA e nas reuniões do CMDRS na Câmara Municipal de Cruz do Espírito Santo, conforme destacamos a seguir: “enquanto bem de domínio público, comum a toda a sociedade, não deveria ser a água garantida a todos? E porque as disposições legais da política agrícola e fundiária sobre a questão da água, não são cumpridas nas áreas reformadas?”. São questões como essas que envolvem cotidianamente as pautas dos movimentos sociais no Assentamento Dona Helena que tem, contraditoriamente, por um lado, um rio perene que o margeia, mas por outro, não tem acesso à água em suas parcelas para quaisquer usos devido à considerável distância, bem como a pouca água a que têm acesso, recebe considerável volume de agrotóxicos.

Em nosso trabalho de campo verificamos que a escassez de água no Assentamento Dona Helena dá origem a um conflito gerado pela ineficácia das políticas públicas da reforma agrária que não define as prioridades no uso da água, desde o momento em que cria uma área reformada desconsiderando a legislação referente à Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária⁶², quando no Artigo 187 propugna a oferta de infra-estrutura social e produtiva, destinada à organização da produção e ao bem-estar das famílias camponesas assentadas. Essa infra-estrutura poderia ser disponibilizada, também, através de projetos de irrigação nas áreas de assentamento.

⁶¹ Art 187: A política Agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes levando em conta especialmente: VII – a eletrificação rural e a irrigação.

⁶² Cf. Constituição Federal do Brasil de 1988. Arts. 184 a 191, Título VII: Da Ordem Econômica e Financeira, Cap. III.

Sabemos, portanto, que a questão da água no Assentamento Dona Helena está relacionada à ineficácia da política agrária, mas, remete também aos problemas mais amplos que dizem respeito à gestão da água e à posse da terra no Brasil.

Perante a inoperância do Estado frente aos parâmetros legais que dizem respeito à Reforma Agrária em seu sentido amplo, os camponeses do Assentamento Dona Helena participam, regularmente, de atividades educativas com fins de suprir as necessidades da própria Comunidade no que concerne à educação, à produção e à comercialização da produção agrícola. Ao desenvolver tais atividades, percebemos que essas incluem, necessariamente, o uso e os cuidados com as fontes de água e as possibilidades de acesso às mesmas, pois, compreendem que a relação homem versus natureza e as relações entre os próprios homens estão intrinsecamente interligadas. Enquanto não dispõe de água encanada e/ou irrigação no Assentamento Dona Helena, os camponeses têm desenvolvido estratégias junto aos movimentos sociais, no sentido de buscar possibilidades de armazenamento de água destinado a atender as necessidades mais imediatas, quais sejam: consumo humano, doméstico e animal.

Os representantes de entidades diversas a exemplo de órgãos públicos e ONG'S que atuam no Assentamento Dona Helena, vinculados aos movimentos sociais, têm se proposto à cessão de financiamentos (INCRA), concessão de empréstimos de fundo rotativo e orientações de cunho educacional não-formal (CPT), desenvolvimento de projetos (UFPB), orientação educacional a partir de cursos realizados para crianças e jovens (CRF), dentre outros.

Em entrevista, a Religiosa da CPT afirma:

A orientação prestada pela CPT aos camponeses se dá no intuito de considerar a ação participativa do grupo, assim como estimular a organização na comunidade, promovendo o repasse do saber, considerando os saberes locais, aproveitando a experiência dos camponeses.

Corroborando com essa posição, diz Blum (1999, p. 89):

A forma democrática de atuação grupal, o estudo das lideranças, a noção de dinâmica de grupo e o estímulo à forma participativa de planejamento, decisão e execução devem ser incentivados em todas as instâncias de vivência dos agricultores em comunidade.

Sobre essa forma de planejamento participativo concordamos com Bergamasco (1994, p. 10-16), ao afirmar que “a liberdade de opinar e sugerir devem ser uma grande marca na produção coletiva, pois a liberdade é condição fundamental para o exercício da democracia”.

A vida em comunidade tem propiciado aos camponeses do Assentamento Dona Helena a necessidade de organização do grupo, e a possibilidade de transmissão do saber, das trocas de experiências, que os levem a conquista da água, traduzido na construção de açudes, poços, cisternas de placas e preservação das fontes de recursos hídricos. Dessa forma, são realizadas entre os camponeses, reuniões periódicas que proporcionam discussões no sentido de viabilizar de forma consensual a distribuição de recursos destinados às construções de cisternas e a aquisição de financiamentos destinados a construção de poços e açudes, assim como, na destinação das cisternas adquiridas por ordem de prioridade.

Após o assentamento das famílias, elas contaram com o apoio dos movimentos sociais através dos quais, foram encorajadas a organizarem-se, formando assim, uma série de grupos destinados a lutar por uma sociedade menos excludente, e pelo fortalecimento da própria comunidade, através de laços de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, verificados, através dos relatos orais, nas formas distintas de uso dos recursos naturais, nos cuidados às nascentes dos rios, preservando as matas, ou reflorestando as áreas desmatadas, conforme demonstram os relatos a seguir:

Quando eu cheguei aqui não tinha árvores na minha parcela. Então eu fiz uma pequena reserva de mata. Tem árvores nativas e tem árvore que serve pra fazer remédio. Fica mais ventilado e mais bonito. Os pássaros cantam o dia todo porque tem árvore pra eles ficar. Eu plantei porque também protege o solo. As raízes das plantas seguram a terra e aí ela não vai pra dentro dos rios. E aí as folhas que caem servem de adubo para o solo (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Os técnicos da Assistência Técnica quando vêm aqui eles ensinam a gente muita coisa. Luís [o técnico da CPT] ensinou muito a gente desde o começo. Ele disse que a gente não tirasse as árvores das vertentes porque se tirar aí o solo desce e vai direto pro leito do rio e aí o rio não presta mais pra correr água direto. Quando a gente ganhou essa terra aí quem veio primeiro foi meu filho. Ele não sabia, então tinha uma pequena mata aqui e ele derrubou quase tudo. Quando eu cheguei aí eu disse que não era mais pra derrubar a mata, então ele parou. Essas vertente corria água direto, mas tiraram a mata e aí não tem mais. Só na época de chuva. Hoje eu tô ficando prejudicada porque o vizinho de cima não respeita e deposita o lixo da cidade na parcela dele. É uma área mais alta do que a minha, então toda sujeira de lá desce na chuva e contamina tudo na minha parcela. Eu uso essa água pra aguar a horta. Não tem outra. Mas aí a gente vai lutando sempre (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Em geral, observamos que os camponeses mantêm relação com o ambiente considerando-o sob uma perspectiva sistêmica e relacional, e afirmam que a divisão parcelar do assentamento representa, muitas vezes, um entrave a preservação do ambiente, quando se considera a relação de vizinhança e as distintas concepções desta nos cuidados com o ambiente.

Registramos uma variedade de tratamentos em relação à construção de poços. Em geral, os camponeses no Assentamento Dona Helena não seguem orientações técnicas na perfuração destes, pois, resulta a construção dos mesmos, de suas próprias iniciativas, sem nenhum estudo prévio sobre a localização ideal. Somadas às iniciativas individuais, verificamos a construção conjunta de poços, que podem levar ao comprometimento do lençol freático, culminando no seu esvaziamento. O tratamento dado aos poços construídos varia: alguns são cobertos com tela ou mesmo fechados, entretanto, a grande maioria se encontra aberto, exposto ao tempo, às vezes circundado por paredes baixas, o que permite a entrada de pequenos animais, ou mesmo, causando acidentes de grandes animais como os bovinos.

Percebemos que a luta pelo acesso à água no Assentamento Dona Helena traduz um ideal da coletividade. Em assembléias mensais que ocorrem, regularmente na primeira segunda-feira de cada mês, a água tem sido ponto de pauta constante. Em geral, ouvimos depoimentos de busca coletiva:

Não adianta o Prefeito prometer água só até a escola que está no ponto central do Assentamento. Se a primeira casa do Assentamento [em relação ao aspecto vizinhança da cidade] conseguir água, tem que colocar água até a última casa do Assentamento. O direito é o mesmo para todos. Se a gente, povo da comunidade de Dona Helena, não lutar pra conseguir água, todo mundo unido, a água não vai sair. Tão lembrados que tudo que a gente consegue aqui é com luta, suor e briga?! (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

De acordo com pesquisa realizada, é possível analisarmos a partir da Tabela 07 que, embora haja incentivo de implantação de infra-estrutura necessária por parte da Política da Reforma Agrária, especialmente no que se refere a saneamento básico, ainda há muito que se fazer, a fim de possibilitar condições sanitárias satisfatórias. Do total, cerca de 76,84% das residências possui banheiros, 68,42% possui vaso sanitário e 63,16% possui fossas secas⁶³,

⁶³ Reservatório construído com pedra calcária e areia, com o objetivo de escoamento dos dejetos humanos, cuja parte líquida, escoar diretamente para o interior da terra.

ficando as demais com esgotos a céu aberto; e, ainda, 58,95% daquelas dispõem de pia de cozinha, apenas 2,11% possui pia de banheiro, 22,11% possui caixa d'água e 24,21% têm tanque de lavar roupa.

Tabela 07

Equipamentos	Possui	%	Não Possui	%
Banheiro	73	76,84	22	23,16
Pia de cozinha	56	58,95	39	41,05
Pia de banheiro	02	2,11	93	97,89
Caixa d'água	21	22,11	74	77,89
Vaso sanitário	65	68,42	30	31,58
Fossa seca	60	63,16	35	36,84
Tanque lava roupa	23	24,21	72	75,79
Esgotos	-	-	95	100,00

Tabela 07 – Saneamento Básico. FONTE: Pesquisa Direta. Di Lorenzo: 2005/2006. Amostra de 95 residências, incluindo titulares e agregados em 76 parcelas.

Registramos as formas de uso e captação de água no Assentamento Dona Helena, cujos resultados obtidos demonstraram informações qualitativas que nos permitiram compreender melhor essas formas de uso da água e as informações quantitativas serviram de base para a formação de um banco de dados a partir do qual fizemos o tratamento georreferenciado destinado à confecção de mapa temático, com representação gráfica sobre as práticas adotadas pelos camponeses relativas ao uso e gestão da água.

Das 104 parcelas pesquisadas existentes no Assentamento, apenas cinco possuem água encanada devido a sua situação de vizinhança em relação à cidade. As 99 parcelas restantes, não dispõem deste recurso, o que leva os moradores a deslocar-se por até cinco quilômetros à procura de água. Diante da forma variada de recursos de armazenamento de água (poços, cacimbas, açudes e cisternas), decidimos questioná-los sobre a forma de aquisição, o transporte da água que consomem, a sua origem e o estado em que a utilizam (Figura 17).

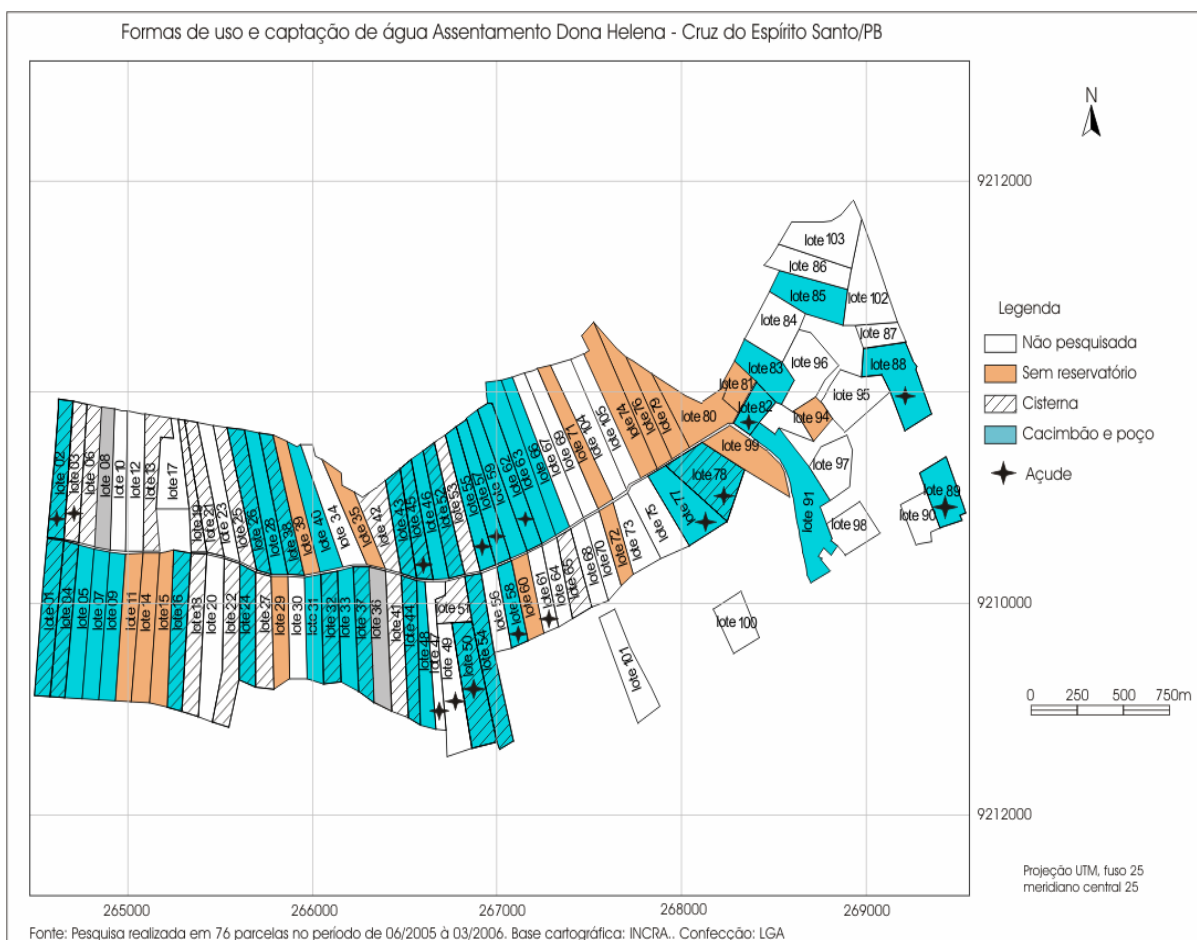


Figura 17 - Mapa temático de formas de captação de água no Assentamento Dona Helena. Pesquisa Direta, 06/2005 a 03/2006. Base cartográfica do INCRA. Confeção LGA.

Constatamos que das 76 parcelas pesquisadas, 19,74% utilizam latas; 34,21% utilizam carroças ou carrinhos-de-mão; 34,21% fazem uso de animais (burros, cavalos, jumentos); e 5,26% de bicicletas para o transporte de água da fonte até suas residências (Ver Gráfico 06).

Gráfico 06

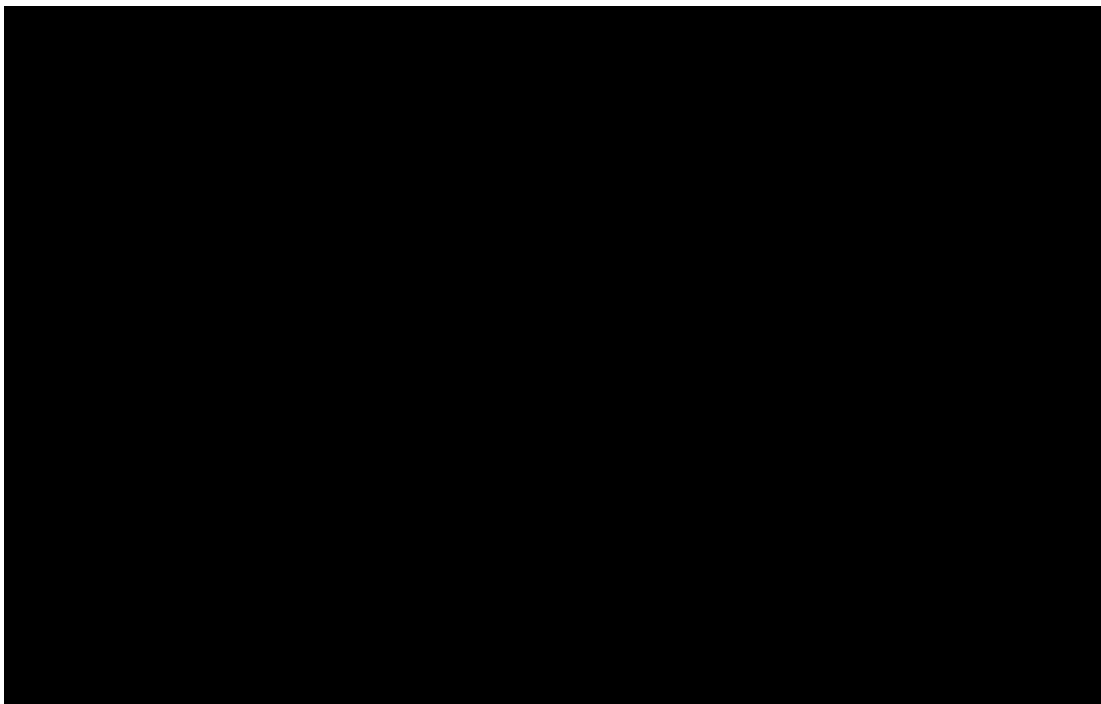


Gráfico 06 – Transporte de água da fonte até as residências. Considerando que cinco residências dispõem de abastecimento d água no Assentamento Dona Helena. Fonte: Pesquisa Direta, 2005/2006.

Quanto à origem da água utilizada, 76,31% das famílias pesquisadas afirmam adquiri-la da Companhia de Abastecimento de Água da Paraíba– CAGEPA, localizada na sede do Município. A forma de consumo diverge, e demonstra a precariedade nos cuidados com a água. Apenas 21,05% afirmam que a água consumida é oriunda da CAGEPA, portanto é clorada, e eles realizam a filtragem; 56,60% afirmam que utilizam à água da CAGEPA apenas clorada; e 22,37% afirmam utilizar a água sem tratamento algum, e sua origem é das cacimbas, açudes e poços (Ver Gráfico 07).

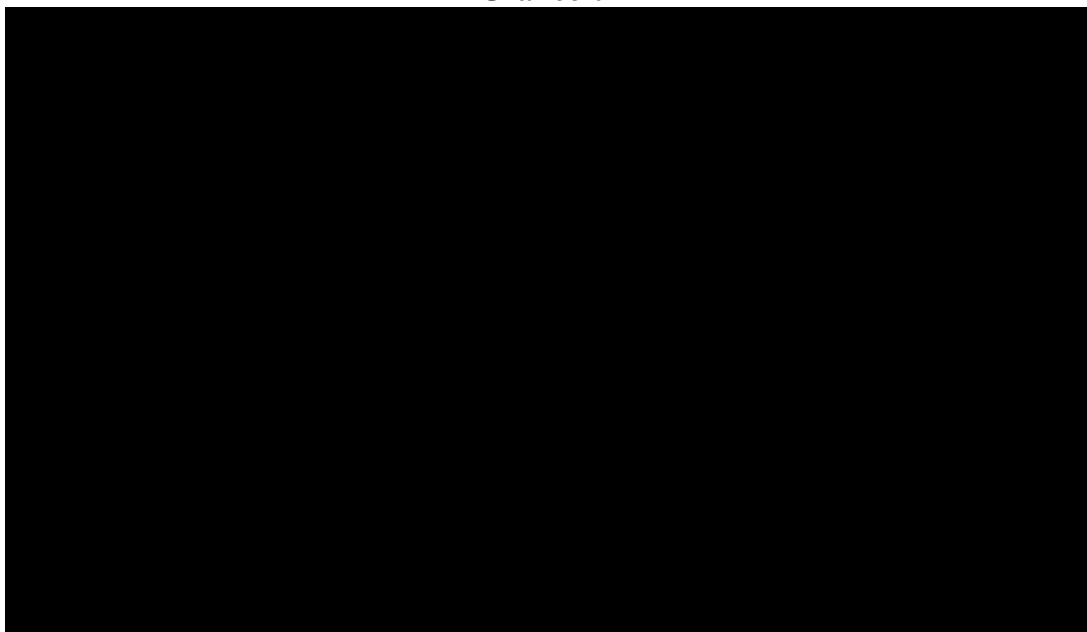
Gráfico 07

Gráfico 07 - Origem da água consumida no Assentamento Dona Helena. Fonte: Pesquisa Direta, 2005/2006.

Utilizam também água da mesma fonte para o consumo doméstico e dessedentação de animais. Quanto à água utilizada para o consumo humano as famílias afirmaram que advém das seguintes fontes: 34,62% delas utilizam água de cisternas; 77,65% utilizam água da CAGEPA e 22,37% utilizam água de cacimbas, poços e açudes. As duas categorias indicadas inicialmente utilizam à água da CAGEPA, mas fazem a combinação entre água das outras fontes já citadas (Ver Gráfico 08).

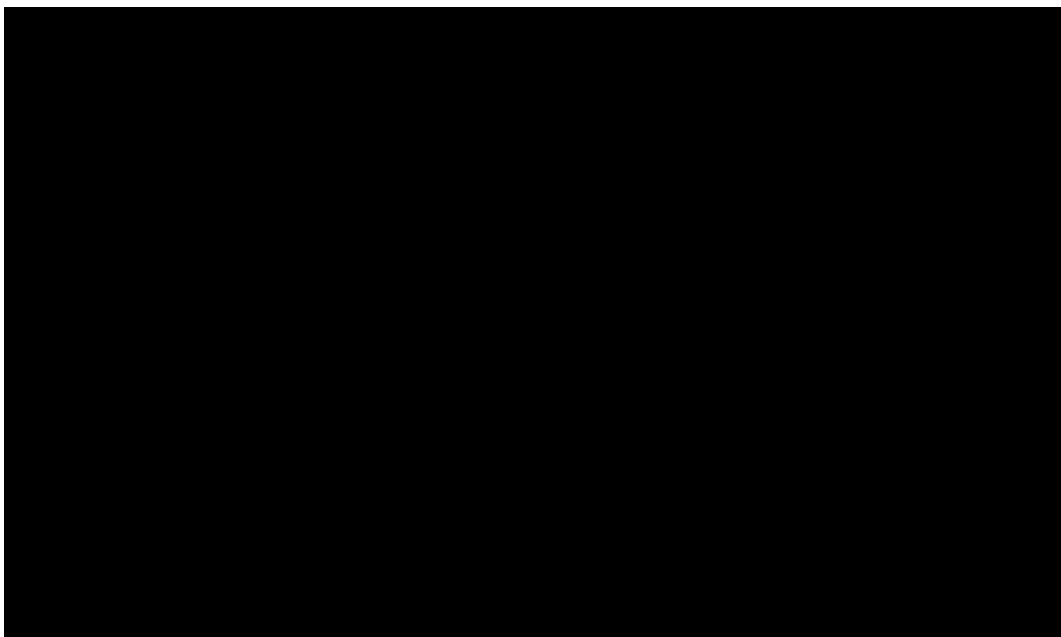
Gráfico 08

Gráfico 08 – Origem da água para consumo humano no Assentamento Dona Helena. Fonte: Pesquisa Direta, 2005/2006.

A aquisição de cisternas originou a formação de um grupo de interesse⁶⁴ entre os camponeses, denominado Grupo de Cisterna de Placas e refere-se a uma ação realizada pela CPT junto aos camponeses a partir do emprego de recursos advindos do exterior, especialmente da Itália e da Holanda, onde há organizações como bancos privados, e membros da sociedade civil que se reúnem e buscam, através de campanhas ou competições, angariar recursos para doações aos “pobres”, com vistas a incentivos fiscais, mas também uma maior preocupação de extensão dos direitos a todos os cidadãos do mundo à água. A cisterna é um reservatório cilíndrico, construído à base de concreto, coberto com laje e destina-se ao armazenamento de água para o consumo humano e doméstico. No Assentamento Dona Helena, as cisternas, em geral, têm a capacidade de seis mil litros, e são construídas pelos próprios camponeses sob a forma de mutirão.

O dono da parcela que ganha a cisterna cava o local de fazer a cisterna e depois a Comunidade vai ajudar a construir. A gente paga 50% do valor da cisterna a CPT e o restante é a fundo perdido. Esses 50% que a gente paga é pra ajudar a conseguir outras cisternas pra quem ainda não tem (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Atualmente trinta e seis parcelas, ou seja, 34,61% do total de parcelas do Assentamento, já dispõem de uma cisterna de placas, enquanto as demais famílias aguardam a

⁶⁴ Conforme a EMATER-PB o Grupo de Interesse refere-se à reunião de pessoas que se juntam com um ideal comum.

chegada desses recursos que se dá por etapas para construção da sua cisterna. Quando da aquisição de cisternas, a decisão a respeito de quem se beneficiará depende de um consenso do grupo reunido junto a CPT.

A Irmã Marlene fez uma reunião e quem estava participando ganhou uma cisterna. Prá fazer uma cisterna é muito difícil. Tem que ter ajuda da comunidade. Para fazer o primeiro grupo das cisternas, houve uma capacitação e participaram cinco pessoas. Essas cinco pessoa passou conhecimento prá mais doze que participou do trabalho de construção das cisterna. A Irmã Marlene foi que conseguiu as cisterna (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Depoimentos como esses revelam que é nas reuniões, nos encontros cotidianos, no trabalho, que ocorre a troca de experiências e sua solidificação como práticas educativas, típicas da cultura camponesa.

Os poços Amazonas também denominados pelos camponeses como “cacimbões”, consistem na construção de reservatórios cilíndricos em alvenaria, com aproximadamente um metro de raio, com profundidade variada, destinados à captação de água do lençol freático. Do universo pesquisado, detectamos que 51% dos camponeses dispõem de poços em suas parcelas (Ver Figura 18).

As cacimbas são pequenas perfurações no solo que permitem a captação de água mais superficialmente (Ver Figura 19). Em geral, encontramos nas parcelas pesquisadas um número variado de cacimbas que garantem o abastecimento de água para uso doméstico e dessedentação de animais. Não foi possível precisar o número de cacimbas em virtude de sua escavação constante, e conseqüente mobilidade, seja pelo esvaziamento destas, seja pela pouca quantidade de água disponível.

Outro reservatório que tem se encontrado freqüentemente nas parcelas refere-se aos açudes (Ver Figura 20). São reservatórios de água de maior profundidade e capacidade de armazenamento, receptadores de águas de escoamento pluvial superficial. Algumas famílias se utilizam dessa água para consumo humano, mas há necessidade de se realizar análise sobre a qualidade da água, em virtude de sua localização nas áreas de várzea onde realiza a cultura da cana-de-açúcar, em geral com aplicação de herbicidas e fertilizantes químicos. Constatamos que 21% das parcelas pesquisadas dispõem de açudes.



Figura 18 - Cacimbão ou Poço na parcela de Seu Antônio Severo. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.



Figura 19 - Cacimba na parcela de Dona Ilza. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006



Figura 20 - Açude na parcela de Seu João. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006

3.4- Infra-estrutura no Território Camponês do Assentamento Dona Helena

No período anterior à desapropriação do imóvel, os moradores não dispunham de energia elétrica, utilizando-se de candeeiros e lâmparinas. Após a imissão do título de posse da terra, os camponeses, por reiteradas vezes, buscaram uma solução junto ao Governo Federal, durante um período de quatro anos e seis meses, até lograrem êxito⁶⁵. E mais uma vez foram capazes de unir forças e lutar para conquistarem a implantação de energia elétrica

⁶⁵ Cf. Ofício N° 002/99, Arquivo da ATRADH. Cruz do Espírito Santo, 07 jan. 1999.

no Assentamento, que necessitou nova investida por parte dos camponeses no sentido de acampar na sede do Cooperar, na capital do Estado, e novamente confrontar com os poderes públicos, ou seja, a Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo, o INCRA-PB, o Projeto Cooperar e a CEF, a instituição responsável pela liberação do crédito.

Segundo depoimentos de alguns camponeses, o objetivo da ocupação de prédios públicos era o de obter respostas satisfatórias e convincentes da realidade que estava posta de ausência de energia e descumprimento da Política Fundiária quando da desapropriação da terra, o que fora elucidado a partir de um encontro planejado entre os camponeses, ocasião em que flagrariam a presença do Prefeito da Cidade, o senhor Biu do Bar, junto a Caixa Econômica Federal (CEF). Ambos se recusavam a resolver o problema, além de não responder-lhes convincentemente, e da tentativa de confrontos entre os dois últimos, o Prefeito e a CEF, esta que tentou por a culpa no Prefeito de não ter liberado o recurso anteriormente⁶⁶, conforme relato de um camponês do Assentamento Dona Helena: “a gerente da Caixa [CEF] ficou furiosa com o Prefeito e disse que ele não devia mentir, e que o projeto já estava pronto há meses, só faltando que ela assinasse”.

Naquele momento, o prefeito assinou o projeto da energia, fato ocorrido em dezembro de 2001, cinco anos após a desapropriação da terra; já a instalação desse serviço no Assentamento deu-se na mesma semana. Este foi o modo encontrado pelos camponeses para forçar o governo municipal ao cumprimento da lei, o que resultou numa melhoria das condições de vida para essa população. A referida melhoria é visualizada, especialmente através do acesso de alguns camponeses aos eletrodomésticos como geladeira, ventilador, liquidificador, aparelhos de som e televisão.

Quanto à comunicação, o Assentamento Dona Helena dispõe de dois telefones públicos que viabilizam a comunicação. Entretanto, o número de orelhões é insuficiente devido à extensão do Assentamento. Os dois orelhões se encontram instalados na escola, na parte central do Assentamento, e no CRF, que se localiza na entrada de acesso do Assentamento. A insuficiência de telefones públicos dificulta o acesso a esse serviço pelas famílias que residem nas parcelas mais distantes em relação a estas duas localidades.

Detectamos na pesquisa que cerca de 53,15% das famílias dispõem de aparelho celular móvel, proporcionando maior conforto e facilidade de comunicação.

No aspecto da saúde as famílias que residem no Assentamento Dona Helena não contam com assistência de posto de saúde no local, e responsabilizam a Prefeitura Municipal

⁶⁶ Cf. DI LORENZO, 2003, p. 70.

e o INCRA pela ausência desse serviço. Essa demanda constitui também ponto de pauta nas assembléias e reuniões realizadas no Assentamento e no CMDRS, na Câmara Municipal.

O cargo de agente de saúde da comunidade é ocupado por uma camponesa do próprio Assentamento, a senhora Gorete Simplicio que tem boa representatividade e aceitação na comunidade, pois é mencionada como uma das responsáveis pelo desenvolvimento da comunidade. Mensalmente realiza visitas às residências orientando a todos a respeito da necessidade de prevenção de doenças, cuidados com a vacinação, as águas com distribuição de Hipoclorito de Sódio destinado ao tratamento dessa, bem como também orienta em relação aos cuidados que se deve ter com o tratamento do lixo (Ver Figura 21).

Na área coletiva do Assentamento Dona Helena, onde foi construída a escola, há uma área reservada pelo INCRA com cerca de sete hectares, destinados a um projeto que engloba a construção de um posto de saúde e um campo de futebol, mas até o momento, esses projetos não foram concretizados, senão um campo de futebol improvisado no entorno da escola, onde se formam pequenos times e disputam jogos de futebol, cotidianamente aos finais de tarde e nos horários de aulas por ocasião da atividade de educação física (Ver Figura 22).



Figura 21 - Gorete, camponesa e Agente de Saúde Comunitária, realizando seu trabalho nas residências dos camponeses, medindo e pesando as crianças. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.



Figura 22- Campo de futebol improvisado ao lado da escola do Assentamento. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.

Não há transporte regular no Assentamento para seus habitantes se locomoverem até a sede do município, ou cidades circunvizinhas, e mesmo no interior da comunidade. Em geral as pessoas andam a pé ou com uso de semoventes⁶⁷, ou então se utilizam de transporte de particulares, em geral, através de fretes, pois em sua grande maioria não dispõem de

⁶⁷ No Direito Brasileiro são assim denominados os animais que servem como meio de transportes de cargas e/ou pessoas.

transporte próprio, exceto em 4% das residências pesquisadas que possuem veículo automotor, 13,16% possuem motocicleta e 55,26% possuem bicicletas.

Os dados, obtidos no campo, revelam a precariedade dos transportes, tendo em vista que a distância a ser percorrida pelas famílias é de aproximadamente seis quilômetros, deixando aqueles que vivem nas áreas mais longínquas em relação à cidade, prejudicados, sobretudo, no período mais chuvoso quando os camponeses residentes nas áreas mais colinosas, ou seja, as porções oeste e sul do Assentamento, ficam praticamente impossibilitados de trafegar devido às cheias nos cursos d'água e pela ausência de passagens elevadiças⁶⁸. Estando na sede do município, os camponeses podem contar com algumas linhas de ônibus de tráfego intermunicipal, além de táxis e moto-táxis, embora mantenham maiores contatos com a própria sede do município. Semanalmente, às sextas-feiras, por ocasião da realização da Feira Agroecológica, eles se locomovem com auxílio de um caminhão, pagando um frete até a cidade de João Pessoa.

Na via de acesso do município ao Assentamento e ao Conjunto Júlia Paiva, área periférica do município, limítrofe com o Assentamento, um percurso de, aproximadamente um quilômetro. encontra-se calçado, embora sofra periodicamente necessidade de manutenção devido ao tipo de solo⁶⁹ aplicado quando de sua construção, provocando modificações em sua estrutura. Porém, o calçamento nesta via de acesso se dá apenas até o Conjunto Júlia Paiva, onde coincide com a estrada que corta o assentamento em seu sentido Leste-Oeste. Os períodos chuvosos são os que representam as maiores dificuldades para os camponeses, pois em alguns trechos das estradas fica inviável o trânsito de veículos automotores.

Enquanto não há soluções, os próprios camponeses buscam organizados fazer o melhoramento da mesma com constantes reparos, ou reivindicam do poder municipal a construção de bueiros para as áreas de curso de rios solicita a máquina de corte e terraplenagem para planificação da estrada, dentre outras solicitações.

⁶⁸ Refere-se à construção de bueiros e pequenas pontes que têm sido ponto de reivindicação da comunidade junto ao INCRA e a Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo – PB.

⁶⁹ Foi construído um dique com aplicação de material argiloso que possui alto grau de expansibilidade provocando deformações no calçamento e necessitando de reparos constantes, o que inviabiliza o tráfego de quaisquer tipos de transportes, causando transtornos aquela comunidade, pois tem que se locomover por outros acessos mais longínquos.

3.5 - A Relação Campo-Cidade

A relação campo-cidade tem-se dado continuamente tanto no momento anterior à desapropriação do imóvel, assim como posterior a esse processo, com a implantação do Projeto de Assentamento. As dificuldades pelas quais passam os camponeses os obrigam ao intercâmbio cotidiano com a sociedade externa no intuito de estabelecer trocas, buscar serviços dos quais não dispõe no interior da comunidade, e de um modo geral, lutar pela melhoria da qualidade de vida da comunidade como um todo, ou individualmente no seio da família.

Esse inter-relacionamento campo-cidade demonstra que o campo não implica economia fechada. Silva (1998, p. 7) considera a cidade e o campo como “territórios econômicos-políticos-culturais que se efetivam através de relações consubstanciadas via interdependência entre eles”. Essas relações configuram arranjo e rearranjos na organização, reorganização e a conformação de novos territórios, os quais são formados a partir do espaço, ou nas palavras de Corrêa (1989, p. 52), é a “transformação pela sociedade da ‘natureza primitiva’ em campos, vilas, cidades, estradas, espaços de lazer”. Entretanto, essas organizações se dão em detrimento da existência de alguns mediadores sociais a exemplo do Estado que funciona, ora como elemento regulador e organizador de territórios, cujas relações se estendem do local ao global, não se restringindo, portanto, apenas às relações locais.

Na sede da cidade do próprio município, assim como na Capital do Estado são percebidas as formas como os camponeses ocupam espaços com características peculiares. É o caso da produção e comercialização do excedente produzido. No Assentamento há camponeses que comercializam seus produtos e dispõem continuamente de produção para o autoconsumo; outras famílias dispõem desse recurso, apenas em algumas épocas do ano, em geral, durante ou logo após a colheita; enquanto outras famílias já não dispõem de quaisquer formas de cultivo e/ou comercialização em sua parcela, ou não cultivam, e, por conseguinte, não colhem.

Ao produzir alimentos os camponeses também dispõem muitas vezes do excedente da produção, que se destina tanto ao armazenamento como à comercialização. Todos os entrevistados armazenam uma parte do excedente produzido, enquanto 93,42% dos entrevistados além de armazenar para o autoconsumo comercializam parte do excedente produzido e o fazem em locais distintos, desde a residência até as feiras livres no próprio município e nos grandes centros, a exemplo da Feira Agroecológica realizada na UFPB, em João Pessoa.

No conjunto das informações gerais registradas, dentre as setenta e seis famílias entrevistadas detectamos que 57,85% vendem seu excedente aos atravessadores na própria residência, 8% praticam a venda “de porta em porta”; 19,74% comercializam na feira do município, 3% vendem na CEASA em João Pessoa; e 39,47% comercializam seus produtos diretamente ao consumidor na Feira Agroecológica da Ecovárzea na UFPB e 6,58% não comercializam sua produção, utilizando-a apenas para autoconsumo. Estes últimos afirmam ser pouca produção e possuem renda, a exemplo de aposentadorias e benefícios da Previdência Social. Finalmente, 90,79% produzem cana-de-açúcar e a comercializa diretamente com as usinas de açúcar da região (Ver Gráfico 09).

Gráfico 09

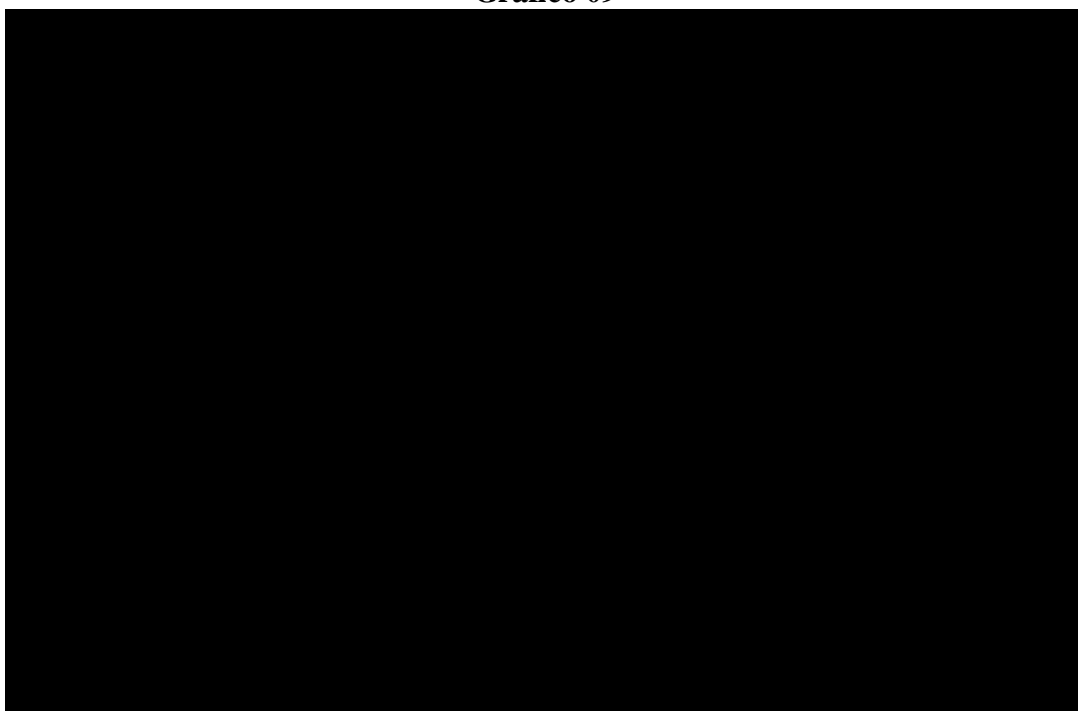


Gráfico 09 – Comercialização da Produção. Fonte: Pesquisa Direta, 2005/2006.

A necessidade de comprar produtos voltados para o abastecimento doméstico, dos quais não se dispõe na parcela, a exemplo de alguns alimentos e remédios, implica fortalecimento da relação campo-cidade. Nesse caso, destacamos na pesquisa que as famílias entrevistadas afirmaram que, em casos de doenças mais comuns, eles procuram soluções a partir dos recursos locais a exemplo de remédios caseiros como chás e lambedores. Na impossibilidade de resolver o problema, costumam ir às farmácias no próprio município ou em outros adjacentes, da mesma forma que buscam atendimento médico nos hospitais tanto municipal, como nos centros urbanos mais próximos. Todos os entrevistados afirmaram que buscam inicialmente o hospital municipal, mas à medida que há maior grau de complicação

do problema de saúde, cerca de 82% das famílias entrevistadas procuram a cidade de Santa Rita, 18% a cidade de Bayeux, e em casos mais graves, todos procuram atendimento na Capital do Estado.

Devido à proximidade do Assentamento em relação à cidade, a questão do atendimento educacional se dá de formas distintas. Há atendimento na primeira fase do Ensino Fundamental em escola situada no próprio Assentamento, porém há alunos que estudam as séries iniciais na sede do município. Quanto aos alunos ingressos na segunda fase do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, esses necessariamente recorrem aos serviços nas cidades próximas⁷⁰.

Há outras necessidades como os serviços de Correios e Telégrafos e bancos, lazer, religiosidade, dentre outros, sendo estes dois últimos realizados nas praias, clubes recreativos, festas, igrejas, procissões, caminhadas, viagens destinadas às romarias, dentre outros.

A realização de assembleias, reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que acontecem mensalmente onde se fazem em presentes alguns representantes da comunidade, jovens que se interessam em participar da construção política e social no âmbito municipal, também expressa essa relação. Representa uma construção que inclui principalmente, no caso desses camponeses, a procura constante pelos órgãos públicos no sentido de fazer cumprir a Lei da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária quanto à implantação da infra-estrutura adequada no Assentamento, sendo que para isso recorrem ao BNB, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal (CEF), a órgãos como o PRONAF, o INCRA, a EMATER-PB, o STRCES, ao Governo do Estado, dentre outras instâncias como os poderes judiciário e legislativo, a delegacia de polícia, o governo municipal.

3.6- Aspectos Culturais do Assentamento Dona Helena: Religiosidade e Solidariedade Camponesa

A CPT incentiva entre os camponeses a partilha, a satisfação das necessidades demonstrando a necessidade de integração da comunidade e a formação de grupos que se

⁷⁰ Deter-nos-emos mais adiante a esta descrição no Capítulo 4.

interconectam, pois há a ocorrência de um mesmo participante em distintos grupos de interesse.

Outros grupos formados no Assentamento que possuem maior organização por parte dos camponeses, pois refletem características de sua cultura, são os Grupos Religiosos que se destinam a realização de encontros na comunidade e fora dela, favorecendo a divulgação da religiosidade, da solidariedade nas trocas entre parentes e vizinhos, nos encontros com aqueles que estão fora e vêm periodicamente visitar os parentes e as pessoas da comunidade.

Há entre os camponeses participantes destes grupos o tácito acordo de participação nos eventos religiosos e a prática de atos em coletividade, com divisão de tarefas, de modo que todos exercem tarefas distintas, mas integradas. Nesse sentido, são divididas as responsabilidades entre a comunidade desde a realização de mutirões para limpar a igreja, o salão comunitário, e em alguns casos, as residências dos camponeses onde, periodicamente ocorrem encontros religiosos. Da mesma forma, em relação aos cuidados com as roupas do Grupo Litúrgico que participa das celebrações religiosas, a preparação da hóstia, a confecção dos textos e cânticos para a missa. Enfim, existe a colaboração, portanto, um envolvimento da comunidade nas atividades religiosas.

Há alguns camponeses de maior destaque nas atividades religiosas no interior da comunidade, os quais são reconhecidos como homens de muita paz e união, que possuem espírito acolhedor. São os senhores Bonifácio e Manoel Messias, camponeses, reconhecidos como os Ministros da Comunhão.

Sobre a importância da atividade religiosa no Assentamento relatou o senhor Bonifácio, membro do Grupo Litúrgico:

O meu agir, o meu testemunho é a humanidade vai dizer a minha história. Eu não posso dizer quem sou eu. A gente tem que se espelhar em Maria que tinha humildade, não tinha inveja, e mandava que se fizesse o bem sem olhar a quem. E Jesus que mandou fazer boas obras. A gente tem que ser unido porque um reino dividido só termina em ruínas. Os Grupos religiosos no Assentamento se dividem em subgrupos, de modo a atribuir tarefas distintas a cada um. Tem os Grupos de Catequese; o de Crisma; o de Liturgia; o de Jovens. Tem a participação de homens, mulheres, jovens e crianças. Todos esses ajudam a permanecer a comunidade unida e mais próxima de Deus, na luta por dias melhores, pela justiça Divina aqui na terra (Membro do Grupo Litúrgico, camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A cultura camponesa se revela também nos objetos que enfeitam seus lares e se fazem presentes em rituais religiosos por meio do dinamismo da cultura camponesa como fotografias e objetos e símbolos ligados à religiosidade (Ver Figura 23).

Ao adentrarmos em algumas residências, encontramos fotografias e imagens de personagens que representam entidades da Igreja Católica, a exemplo do José e Maria, conhecidos como os pais de Jesus, ao lado de fotografias dos membros da família, e até mesmo de camponeses falecidos que têm grande expressividade na luta camponesa. Fatos como esse não só foram registrados nas residências, mas também na Igreja local do Assentamento onde convivem, lado a lado, os símbolos da religiosidade e a história da luta pela terra, expressa pela fotografia daquela que, para os camponeses expressa “a grande líder” da luta durante o conflito no imóvel, a camponesa falecida Dona Helena (Ver Figura 24).

A gente tem a foto da minha avó [Dona Helena] lá na Igreja de Santo Antônio aqui do Assentamento porque a gente vê ela como uma heroína e a gente vê que ela foi uma grande lutadora e morreu lutando por todo mundo aqui pra conquistar essa terra (Filho de camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).



Figura 23 - Residência de Reginaldo, filho de Dona Helena, onde permanece a cruz, um dos símbolos da luta pela terra nesse Assentamento. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, novembro de 2006.



Figura 24 - Fotografia de Dona Helena no altar da Igreja de Santo Antônio. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, novembro de 2006.

Outra forma de expressividade da cultura camponesa no Assentamento foi detectada pelas crenças religiosas, as rezas onde uma representante da comunidade, antiga posseira, realiza rezas em pessoas da comunidade que depositam sua fé acreditando na “cura de doenças, doenças de criança, cólica, ou na ‘retirada de mau olhado’” como afirma a camponesa.

Presenciei alguns rituais dos saberes tradicionais como “reza para “tirar mau olhado” realizada pela camponesa sob o olhar atento de pessoas da comunidade. Ela disse-me que não

tem problema nenhum que haja pessoas a observar o momento em que se realiza a reza e foi no terraço de sua casa que assisti um “benzimento”. Primeiro ela rezou o Pai-nosso, depois a Ave-maria, pegou um ramo [galho] de uma árvore e fez o sinal da cruz várias vezes sobre a cabeça da jovem. A reza se deu em tom baixo, sob a forma de cochichos, mas ouvíamos quando ela dizia:... “e será tirado tudo que tiver contra essa menina [a jovem]...”. Ao terminar a reza, a benzida agradeceu e se despediu. A rezadeira recomendou: “se você sentir alguma coisa volte aqui na minha casa!”. Ao final, ela relatou como aprendeu a rezar:

Eu já fui muito sofrida... Eu não sabia nem rezar nada meu Deus... é tão bom... Eu nem comia, nem bebia, fui até pra colônia [manicômio]. Aí eu escutava aquela pessoa me rezando aí eu aprendi. Aí eu via muito as pessoa de outro mundo que já morreu passava com a enxada nas costa... aí eu comecei a rezar em uma vaca, e rezava nos canto, nos menino, pra mim rezava de noite, aí eu aprendi (Rezadeira, camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

A fé ligada à política que representa a cultura camponesa, mas também os laços de solidariedade de um povo que se dá nas relações cotidianas de solidariedade e cooperação, lutando para reconstruir suas histórias e construir sua territorialidade, garantindo-lhe dignidade no sentido de torná-los territorializados, sem que haja necessidade e/ou obrigatoriedade de desterritorialização.

Na liturgia a gente tá aí de inverno a verão, as vez com chuva, as vez com sol, a gente vai caminhando. Eu sinto que eles têm muita confiança e respeito por mim, e isso me ajuda muito porque nessa caminhada de dez ano, nós começamo a celebrar, pegar a palavra de Deus enquanto estava acampado. Comecemo na Liturgia e nós formamo o Grupo de Liturgia com oito ou nove pessoa e depois foi afracassando, deixando... E eu fiquei só! Fui eu quem acolheu sozinho, depois foi formando o grupo novamente, e aí foi que Gorete veio também morar aqui junto com nós e ficou só nós dois na Liturgia, que era pra tudo na comunidade. Depois foi aumentando a Liturgia foram surgindo novos grupos, e hoje nós temos bastante pessoas, a catequese, os monitores, os ministros, o dízimo... Temos tudo isso, e as reza continua de inverno a verão, todos os domingo, nos sábado, diretamente. Nos domingos a gente tem celebração com os animadores da comunidade que são Rafael, Manoel Messias, Bonifácio, Marinalva, Antônio Severo, os jovens e as crianças. A Festa do padroeiro do ano de 2006 foi feita na escola com barracas de comidas típicas, danças, mas a missa foi na igreja. Em setembro a gente comemora o mês da Bíblia com oito encontros durante o mês e é feito nas casas daqueles que solicitam a reza na casa deles. Toda quarta-feira tem os estudos do Círculo Bíblico que acontece no Salão das Mulheres, e está aberto para aqueles que querem estudar e entender o que a Bíblia fala pra gente, porque ela tem muitos ensinamentos. A gente aprendeu que a partir da nossa união a gente, os pequenino, ia vencer os grande que

oprime... Porque Deus disse: “ai daquele que oprimir meus pequeninos!”. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Quando a gente chegou só tinha metralha e mato na Igreja Santo Antônio e a gente, quando chegaram as Irmãs, a gente reuniu e construiu a Igreja e a Irmã trouxe a imagem do Santo Antônio. Na Igreja tem padre todo primeiro sábado do mês. A missa é celebrada todo domingo com a comunidade. A celebração é também no Salão das mulheres [Salão Comunitário], tem as reuniões do mês de maio, tem reunião mensal pra avaliação da liturgia, tem o evangelho pra avaliar o que foi bom e o que foi ruim na comunidade. No Salão acontece o Ofício de Nossa Senhora no sábado à noite, mediado pelo Grupo de Liturgia (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

De um modo geral, homens, mulheres, jovens e crianças se reúnem no intuito de manter o espírito de religiosidade na comunidade cujos eventos ocorrem em distintos lugares, desde a Igreja, as residências, o salão das mulheres, a Associação; enfim, há sempre uma oportunidade de praticar a religiosidade, não apenas com o intuito religioso, mas também como forma de reflexão sobre a realidade, os problemas da comunidade. A participação dos jovens tem importância considerável, salientando-se a presença de um jovem que tem maior destaque e reconhecimento por parte da comunidade que é o Rafael.

Rafael, neto de Dona Helena, camponesa falecida, é um jovem de expressiva religiosidade que exerce papel relevante na comunidade que vai desde a participação em atos religiosos até as preocupações de ordem geral no que tange aos cuidados com o meio ambiente. Em sua prática, Rafael une a religião e a conscientização educacional e política da comunidade. Presenciamos a participação de Rafael, assim como de outros jovens nas assembleias da ATRADH, nos cursos realizados pelo CRF, nos eventos religiosos, na igreja e nas residências dos camponeses, cuja participação se fazia evidente.

Queremos convidar a todos os presentes e que todos façam a divulgação que neste sábado, estaremos nós do Grupo de Jovens, nos reunindo pra fazer um mutirão da limpeza. A gente pretende passar nas parcelas, fazer um grande arrastão e conscientizar as pessoas de tratar seu lixo, não jogar a céu aberto. Com isso, a gente pretende chegar às parcelas, conversa com o dono, a gente se propõe a apanhar, coletar o lixo dele, e pedir, dar orientação pra que ele não mais jogue lixo daquele jeito. Depois quando a gente volta, a gente percebe que eles mudam de postura e deixam de jogar o lixo. É um trabalho que a gente faz por etapas e a gente pede que eles vão repassando também o que eles aprenderam (Filho de camponês do Assentamento Dona Helena).

Os Grupos Religiosos no Assentamento trazem consigo forte influência da Teologia da Libertação. Seus rituais religiosos são sempre precedidos de uma mística, na qual se utilizam instrumentos musicais que se misturam aos cânticos entoados pelo Grupo de Jovens, que se reveza entre leituras de alguns textos bíblicos e cânticos. O senhor Bonifácio enfatizou

que esses encontros representam o “momento da participação, orientação e de um chamamento a ouvir a Palavra [de Deus]”.

Em entrevista a nós concedida o senhor José Bonifácio, Ministro da Comunhão nos relatou que os Grupos Religiosos se dividem em subgrupos, aos quais são atribuídas tarefas distintas. São eles, o Grupo de Catequese que prepara as crianças para a Primeira Eucaristia com Cristo; o Grupo de Crisma que prepara as crianças e os jovens para a confirmação do Batismo; o Grupo de Liturgia composto por jovens, crianças, homens e mulheres que se organizam para preparar as celebrações, as novenas, as missas, a Via Sacra, o Ofício de Nossa Senhora, o Terço, o Círculo Bíblico e a Festa de Santo Antônio, o padroeiro da comunidade.

De acordo com informações do senhor Bonifácio, as celebrações religiosas ocorrem da seguinte forma:

Todo domingo a gente tem uma Celebração que é feita por nós mesmos. Mas, a Missa é rezada pelo Padre no primeiro sábado do mês. Nós do Assentamento somos os animadores [entoadores de cânticos]. Sou eu, Manoel Messias, Rafael que quer ser padre, Marinalva, tem Dona Marilene, os jovens, e agora, tem muitas crianças participando. A Via Sacra é feita pelo Grupo de Liturgia com o povo numa caminhada nas casas e começa na quarta-feira da Quaresma. Dura toda a Quaresma essa caminhada e as pessoas da comunidade estão ali, sempre fiéis a participar. As Novenas acontece no mês Mariano [maio] nas casa do povo com a caminhada das mulheres. O Ofício de Nossa Senhora acontece no sábado no Salão Comunitário, à noite, ou então, se a pessoa pedir é nas casa das pessoa. O Terço é rezado nas casa das pessoa no dia dos Santo. É no dia de Santa Luzia, de São Sebastião, de São José... A Festa de Santo Antônio acontece com uma missa na igreja de Santo Antônio aqui da comunidade, aí junta a procissão do mês Mariano e realiza a festa na Igreja. É assim: Vem duas procissão, uma das mulheres representando o mês Mariano e a outra que é a procissão dos homens que vem com a imagem do Santo Antônio e seu encontro acontece na última casa das trezenas que são as treze noites de oração a Santo Antônio. E daí vão prá Igreja. É uma bonita caminhada de muita fé. O mês da Bíblia acontece em setembro e a gente faz oito encontros. O Círculo Bíblico acontece toda quarta-feira no Salão Comunitário.

Ao ser indagado sobre a importância da manutenção dos encontros religiosos e a ligação que existe entre estes e a história da terra conquistada, assim se pronunciou seu Bonifácio:

A gente se esforça muito para manter a humildade, a solidariedade aqui no Assentamento. A Palavra de Deus é força, é fé, é ensinamento. Com ela a gente aprendeu a lutar junto e aí a gente conquistou o nosso sonho da terra prometida. Foi com união e muito esforço que a gente conquistou essa terra. Com essa união nessa Palavra [de Deus] a gente aqui do Assentamento já

conquistou muita coisa. A gente conquistou o Dízimo, tem o Ministro da Comunhão, tem os Catequistas de crianças, a Igreja, o Salão Comunitário, o banheiro da Igreja que a gente construiu, a reconstrução da Igreja, a formação do Grupo de Jovens na Liturgia. Mas a gente tem conseguido muita coisa porque o povo tem muita solidariedade, generosidade e tem vontade de ajudar aos outros, aos mais necessitados.

Reforçando a declaração de senhor Bonifácio presenciamos durante uma celebração dominical, quando o senhor Manoel Messias, camponês, leu o Evangelho e comentou:

a Palavra de Deus nos ensina a ser sábio, a não querer juntar coisas na terra, porque mais vale aprender a fazer bem e para isso a gente tem que olhar pro outro; e olhar pro outro quer dizer não querer só prá si. Precisamos aprender a dividir com o nosso próximo, e isso, a gente só aprende praticando.

Durante os eventos religiosos há todo um ritual de chegada onde todos se cumprimentam e procuram sempre um lugar apropriado para ficar. Esses encontros são a oportunidade de evidenciar a importância da celebração e o significado do santo homenageado e sua relação com as histórias da terra. Também são avisadas sobre os eventos, mutirões, reuniões, as festividades, as assembléias e as últimas notícias da comunidade e até mesmo do Município, a exemplo do que se segue:

A gente tem que aproveitar esses momento em que vem muita gente da comunidade, porque aí quem não veio, fica sabendo pela boca dos que vieram. Vai haver um mutirão pra limpar as cana da área coletiva e a gente quer avisar porque quem se interessar e quiser contribuir a gente tá esperando que os interessado se pronuncie (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

No decorrer desta pesquisa participamos de algumas celebrações religiosas e registramos o “acontecer” das mesmas. Observamos que uma pessoa da comunidade fica responsável pela recepção dos camponeses e, principalmente, pela saudação e boas vindas aos visitantes durante essas celebrações. O ritual é organizado pelo Grupo de Liturgia, cuja vestimenta, é distinta da dos demais participantes. Nesse ritual, no princípio da celebração, o Grupo Litúrgico composto por homens, mulheres e crianças, entra pela porta frontal da Igreja, disposto em fila, cada membro levando consigo um símbolo da Igreja, dentre eles, a Bíblia, a hóstia consagrada e o vinho. Após a entrada do Grupo, há a realização de uma mística, onde se utilizam instrumentos musicais que se misturam aos cânticos entoados pelo Grupo de Jovens, que se reveza no altar para fazer leituras em períodos alternados de alguns textos

bíblicos, seguidos da reflexão trazendo à tona as histórias de vida, da comunidade e da terra conquistada.

A pregação do Evangelho é feita geralmente pelo senhor Bonifácio ou pelo senhor Manoel Messias, homens de forte expressão religiosa na comunidade.

No mês Mariano ocorre as novenas com a caminhada percorrendo em cada noite, distintas residências da comunidade, conforme a solicitação das famílias para receber a Santa Maria em sua casa, que é conduzida num “andor” pelas mulheres. Aos poucos vão se aproximando os vizinhos, os parentes que vêm a pé, de bicicleta, de motocicleta. Após realizar o Terço, a comunidade faz as orações de adoração a Santa Maria, oferece flores, fazem os pedidos de fé, os agradecimentos a Maria e em seguida se despede, retornando as suas casas. No dia seguinte, pela manhã, as pessoas da residência onde ficou a Santa recolhem as flores, que vão sendo armazenadas dia-a-dia até o final do mês de maio. Na última noite desse mês, após a novena, recolhe-se todas as flores oferecidas a Maria durante o mês. Nesta residência é feita uma fogueira onde se realiza mais um ritual - a queima das flores. As crianças se vestem de anjos e os demais participantes entoam cânticos de agradecimentos a Maria ao redor da fogueira, enquanto os “anjos” lançam as flores na fogueira, uma a uma. O “andor” da Santa permanece nesta residência até o dia 13 de junho quando ocorre a procissão de Santo Antônio.

No dia seguinte, o primeiro de junho, inicia-se à noite, as Trezenas de Santo Antônio. São treze noites até o dia treze de junho quando esse santo é homenageado. Da mesma forma que ocorre no mês Mariano, o “andor” é conduzido pelos homens pelas residências daqueles que o solicitam, onde se realiza a celebração religiosa.

No dia treze de junho, dia de Santo Antônio, ocorre a Procissão do Santo. A Festa de Santo Antônio, o padroeiro do Assentamento Dona Helena, constitui-se num dos eventos de maior importância para a comunidade, celebração que expressa o momento em que os camponeses se despedem das comemorações do mês Mariano e das Trezenas de Santo Antônio.

Como de costume, pela manhã, alguns camponeses se reuniram em mutirão e fizeram a limpeza do mato em torno da Igreja e a lavagem da mesma. As famílias camponesas fizeram doações de pães simbolizando a vida de Santo Antônio que, segundo informações dedicou-se aos pobres fazendo a distribuição de pães. Ouvimos o depoimento de uma camponesa que falava sobre a importância desse ato, de saber partilhar e ser solidário com os que necessitam:

A gente costuma distribuir os pães de Santo Antônio. Tem gente que faz em casa e têm outros que compram. A gente chega em casa e bota o pãozinho na lata com farinha ou com arroz, e esse pão dá pro ano todo e não estraga. Ter ele em casa é muito bom porque é sinal de fartura e de que não vai faltar alimento em casa. É milagroso mesmo! Depois da missa aí é distribuído o pãozinho pra todo mundo (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Às 13:30 horas do dia treze de junho de 2007, como de costume, fez-se a primeira chamada da comunidade para a festividade. Na residência onde se encontrava o a imagem de Santo Antônio, o camponês, dono da casa, soltou um foguetão. Lembro-me quando o Seu Antônio Severo disse: “olhe! Já vai começar! Tá chamando todo mundo! Quando ele soltar outro fogo de tiro é porque já vai começar! Melhor se apressar”! Seguimos em direção à residência onde estava o Santo e no caminho ouvimos os fogos de vários tiros que anunciavam o início da procissão. As pessoas da comunidade vinham de diversas direções, se aproximando, trazendo terços nas mãos, vestidos com camisas em homenagem ao Santo Padroeiro (Figura 25).

Na casa do senhor Fernando estava a imagem de Santa Maria acompanhada pelas mulheres que aguardavam a procissão (Ver Figura 26). Na casa de Josenilson encontrava-se a imagem de Santo Antônio onde se reuniam os homens que foram solicitados pelo jovem Rafael a iniciar as orações (Figura 27), procedimento semelhante ocorrendo na casa onde se encontrava a imagem de Santa Maria. Em ambas as casas iniciaram-se os cânticos em homenagem aos respectivos santos.

As procissões iniciaram-se partindo de dois lugares opostos do Assentamento. A primeira seguiu da residência onde ocorreu a última novena do mês Mariano, donde seguiu o “andor” conduzido pelas mulheres; enquanto a segunda procissão seguiu da residência onde houve a última Trezena de Santo Antônio⁷¹, com o “andor” conduzido pelos homens. Ambas encontraram-se na bifurcação da estrada vicinal central do Assentamento (Ver Figura 28), ligando-a à Igreja de Santo Antônio que se localiza às margens da rodovia que faz divisa com o Assentamento na porção sul deste (Ver Figura 29).

⁷¹ A Trezena de Santo Antônio corresponde a décima terceira noite de novena realizada na comunidade em homenagem ao Santo Antônio, padroeiro do Assentamento Dona Helena.



Figura 25 - Camponesa utilizando vestimenta em homenagem ao Santo Padroeiro. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.



Figura 26 - Imagem da Santa Maria na casa de seu Fernando aguardando o início da procissão das mulheres no dia de Santo Antônio. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.



Figura 27 - Imagem de Santo Antônio na casa de Josenilson aguardando o início da procissão dos homens no dia de Santo Antônio. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.



Figura 28 - Encontro das duas procissões realizadas pelas mulheres em homenagem a Maria e pelos homens em homenagem a Santo Antônio. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.



Figura 29 - Igreja de Santo Antônio localizada às margens da rodovia que liga Cruz do Espírito Santo a Sapé - PB, porção Sul do Assentamento. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.



Figura 30 - Celebração da missa aos domingos realizada pelos camponeses. À direita o Grupo Litúrgico, à esquerda, o Grupo de Jovens entoando cânticos, ambos com a presença de crianças. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.

Durante a caminhada realizada em direção à Igreja, alguns camponeses aguardam nas estradas próximas, ou vem ao encontro da procissão a fim de acompanhar o ato. Durante a caminhada da procissão seguiu um camponês soltando os fogos, anunciando a celebração. A chegada na rodovia merecia maiores cuidados por parte dos camponeses que logo se organizaram para a chegada à Igreja de Santo Antônio, onde já havia alguns camponeses que aguardavam a chegada dos fiéis que adentravam a igreja aplaudindo os santos. Os santos foram dispostos junto ao altar em lados opostos: Santa Maria do lado esquerdo e Santo Antônio do lado direito. Fora da igreja se encontrava o camponês que soltava os fogos a cada instante durante a celebração da missa.

A escolha do padroeiro da comunidade, Santo Antônio deu-se em virtude da existência de uma igreja em ruínas nas terras da fazenda Engenho Novo. Por ocasião da desapropriação do imóvel conta um camponês que um dia adentraram a igreja e encontraram um escrito na parede pedindo “socorro”. Sensibilizados os camponeses se reuniram em prol da reconstrução da igreja de Santo Antônio, adotando-o como padroeiro da comunidade.

Os cânticos entoados durante as celebrações, especialmente, durante a procissão de Santo Antônio remetem às histórias da terra onde se misturam religião e política.

Santo Antônio que estais junto a nós, nos ajuda a plantar o mundo novo / onde a paz, a justiça e a verdade sejam força e esperança do povo. (...) / Santo Antônio do povo sofrido, vem mostrar novo tempo florir, onde tudo será partilhado, nova era de um povo a sorrir. (...) / Santo Antônio, que em gesto e palavra, fostes sempre um louvor à trindade / és bendito de Deus e do povo que proteges no amor e caridade.⁷²

A Ladainha de Santo Antônio representa outro cântico de pedidos e agradecimentos:

Glorioso Santo Antônio / irmão dos pequeninos / ajudai nossos jovens que andam peregrinos. / Prá nós ele é exemplo / na fé e no amor / liberta Dona Helena da fome e da dor. / Bendito Santo Antônio / seguidor de São Francisco / das mãos dos poderosos, livrai os oprimidos.⁷³

⁷² Impresso dos hinos religiosos confeccionados pelo Grupo Litúrgico, destinada a programação religiosa no dia de Santo Antônio, junho de 2007.

⁷³ Impresso dos hinos religiosos confeccionados pelo Grupo Litúrgico, destinada a programação religiosa no dia de Santo Antônio, junho de 2007.

Sobre a importância dessa celebração e a forma como se organizam nela, verificamos que a história de vida dos camponeses, suas origens distintas, são responsáveis pela diversidade de símbolos e atos existentes na celebração. Alguns membros da comunidade afirmam que algumas características daquela festa foram trazidas da comunidade onde viviam no período anterior ao assentamento das famílias.

Onde eu morava o padroeiro também era o Santo Antônio. Então a gente trouxe de lá o “andor”. A história dos pães de Santo Antônio também fomos nós que trouxemos prá cá. Santo Antônio é o protetor da igreja, protetor dos pobres, e a gente guarda o pãozinho porque sabe que nunca vai faltar nada pra gente (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A religiosidade se constitui numa importante característica desta comunidade, inclusive representa o maior elo entre os camponeses servindo como mediação na educação não-formal e informal na comunidade. Sempre que há necessidade de reunir a comunidade para a tomada de decisões, as comemorações, os eventos, dentre outros, o convite possui dupla conotação – política e religiosa.

Tem um chamamento pra gente ajudar os companheiro que estão em luta num conflito de terra. A gente precisa se organizar e ver quem vai porque a gente precisa retribuir as graças que a gente recebe. A gente conseguiu a terra aqui graças a nossa luta, graças a Deus e a gente precisa ajudar os nossos irmão que tão ainda na luta. É pela união e pela nossa força que a gente conquista os nossos direito (Camponês do Assentamento dona Helena, 2006).

Durante a celebração da missa pelo Padre Gabriele, um camponês interveio no sentido de saber sobre os três nós do cordão de Santo Antônio. O Padre Gabriele respondeu:

Santo Antônio é o protetor dos pobres. A pobreza não é miséria. É sinal de ter apenas o que necessita para viver e partilhar a sobra. Então é essa a história de vocês. Se lhes restam pouco, mas este pouco vocês partilham com aqueles que nada têm. Muitos de vocês sabem o que é não ter nada porque um dia já foram assim também. Os três nós do cordão representam a obediência, a dignidade e a castidade. A obediência quer dizer que devemos ser democráticos e não tomar decisões sozinhos, mas em comunidade como vocês devem fazer aqui em Dona Helena. A dignidade quer dizer que mesmo na pobreza, devemos partilhar o que sobra porque de muito pouco necessitamos para viver. A castidade é ver o sentimento do jeito que está em nossa casa, respeitando a todos igualmente, partilhando os sentimentos na normalidade. Então a vida em comunidade, aqui em Dona Helena, tem que se aprender a viver com dignidade, partilhando com os que têm necessidade, fazer da comunidade uma família única, onde cada um participe das decisões

da comunidade. Não é pra ter uma assembléia pra ter quem mande não. É pra fazer com que todos participem das decisões (Membro do CRF, 2006).

Da mesma forma este se pronunciou em relação ao aspecto educacional alertando para a necessidade de a comunidade buscar capacitar-se para a atividade agrícola e a conscientização política.

Santo Antônio é lembrado como o doutor da igreja. Significa que dedicou tempo prá estudar e levantar as questões. Assim devem ser as crianças, os jovens que devem ficar atentos para se esforçar e acompanhar a vida com o estudo, dedicando tempo para ler, estudar, conversar, participar dos eventos e não deixar as possibilidades que lhes são oferecidas serem desperdiçadas. Se eles têm tanto esforço pra não perder a procissão, as trezenas e as novenas, então devem se esforçar também pelos estudos. (Membro do CRF, 2006).

No Assentamento Dona Helena a religiosidade se apresenta com forte expressividade ao mesmo tempo em que exprime a necessidade de reflexão sobre o modo de vida camponês, as formas de organização comunitária, trazendo à tona a necessidade de integração entre os sujeitos que ocupam o território conquistado para a transformação não apenas de suas realidades, individualmente e no seio da família, mas, principalmente, da vida comunitária.

3.7 - Política de Crédito e Assistência Técnica

O Assentamento Dona Helena, a exemplo de muitas áreas de assentamentos rurais, sofre as conseqüências da insuficiência da Política Fundiária e da Reforma Agrária por parte do Estado.

Na condição de beneficiárias da Reforma Agrária, as famílias necessitam de todo o aparato legal no que concerne à implantação de infra-estrutura necessária, habitação, energia, água, educação, estradas, lazer, projetos de custeios e investimentos necessários ao desenvolvimento da produção e comercialização, assim como da assistência técnica.

O descaso com a implantação da infra-estrutura, voltadas para a produção camponesa gera conseqüências danosas. Se por um lado o Estado se ausenta da assistência a esses grupos sociais, por outro, demonstra sua marca por meio da construção de estradas, que embora sirvam como vias de acesso à comunidade, foram construídas com a finalidade de escoar a

produção da cana-de-açúcar produzida em quantidade bastante significativa no interior do Assentamento, no sistema de parceria com os usineiros da região da Várzea Paraibana que se apropriam do sobretrabalho camponês e assim, da renda da terra. Nesse caso, essas vias de escoamento configuram relações estreitas entre o Estado burguês e setores dominantes do modo de produção capitalista.

Quanto aos aspectos da produção e comercialização, os camponeses estão inseridos nos programas de crédito, custeios que integram o Projeto de Reforma Agrária aos quais há sérias críticas na tentativa de encontrar soluções para a comercialização da produção camponesa no Assentamento.

Os membros da ATRADH mantiveram a discussão a respeito da possibilidade de inserção no Programa da CONAB⁷⁴ através da Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar - CAEAF⁷⁵. Dessa forma, os camponeses teriam a possibilidade de comercializar a produção localmente, além de evitar o atravessador e valorizar a produção local com aproveitamento desta na merenda escolar, por exemplo. De acordo com informações obtidas durante uma palestra proferida pelo Superintendente da CONAB, o senhor Paulo Eduardo Oliveira “no mecanismo da CAEAF há a possibilidade de aquisição pelo Governo Federal da produção familiar camponesa destinando-se esta à merenda escolar, não como substituição, mas em complementação a esta”⁷⁶.

Essa preocupação surgiu mediante discussões no interior do Assentamento na ânsia de resolver duas questões básicas: a comercialização da produção e o aproveitamento dos produtos locais na merenda escolar como forma de valorização e divulgação da produção camponesa local. Desta forma, incluir-se-ia no projeto a compra da produção de inhame, mel de abelha, batata, macaxeira, dentre outros.

A aceitação de propostas de crédito e financiamentos tem forte significância quando verificamos o montante de famílias que aderiram a tais propostas. Cerca de noventa e seis famílias no Assentamento aderiram a alguma proposta creditícia do PRONAF em distintas

⁷⁴ Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da CONAB tem como objetivos a- Incentivar a produção Agropecuária e promover a sustentação de preços; b- Promover ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários a pessoas em situação de risco alimentar e à formação de estoques estratégicos (Cf. PAA do Governo Federal, Convênio MDA / MDS / CONAB).

⁷⁵ A CAEAF visa à formação de estoques ou doação simultânea. No caso de doações, as entidades beneficiárias (cunho eminentemente social) são indicadas pelas Associações, com todo um controle e supervisão pela CONAB (Cf. PAA do Governo Federal, Convênio MDA / MDS / CONAB).

⁷⁶ Informação concedida pelo senhor Paulo Eduardo Oliveira, em Palestra ocorrida na CONAB. Pesquisa Direta, setembro/2007.

modalidades⁷⁷, às quais, não tivemos acesso, pois a gerente do BNB informou-nos que seriam “informações sigilosas”. Já o quadro de adimplência nos pagamentos denota a realidade quando nos acercamos desses números. Das cento e quatro famílias assentadas no Assentamento Dona Helena, apenas oito não aderiram a nenhuma modalidade de crédito do PRONAF. De acordo com a gerência do BNB (2007), das noventa e seis famílias integradas ao referido programa, apenas trinta e quatro, ou seja, cerca de 35,42% encontravam-se adimplentes, contrapondo-se a sessenta e duas famílias, ou seja, 64,58% que estavam inadimplentes.

Esses dados revelam também o índice considerável de insatisfação por parte de alguns camponeses que estavam inseridos no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), por motivos que variavam desde a dependência das famílias pelas normas do Banco Central durante o financiamento a necessidade de avalistas na realização destes.

Quando indagados sobre os resultados obtidos a partir da utilização de recursos adquiridos via PRONAF, 15,79% das famílias demonstraram satisfação na aquisição dos custeios e investimentos; enquanto a grande maioria, 81,58% demonstrou insatisfação por perda de lavouras, falta de fiscalização por parte do INCRA, má qualidade do solo, ausência de irrigação, tamanho da parcela insuficiente para a família trabalhar, dentre outras.

Apesar dos percalços na realização dos seus projetos, os camponeses reconhecem alguns avanços na política de crédito adotada pelo Governo Federal para resolver a problemática agrária, mas reconhecem a insuficiência da mesma. Portanto, resistem, lutam, reivindicam junto aos órgãos públicos e governos pela melhoria de suas condições de vida e produção. Utilizam-se dos espaços de discussão a exemplo da ATRADH, do CMDRS, da Prefeitura Municipal através da Câmara Municipal, espaços nos quais se defrontam com os distintos mediadores, principalmente o Estado, o INCRA, o MDA, o BNB, e outros que intervêm no campo.

Inquietos com a situação deficitária e com as dificuldades de cumprimento no pagamento das parcelas, e com o repasse de parcelas, dentre outros problemas da comunidade, os camponeses costumam solicitar aos órgãos competentes a resolução dos problemas que estão postos. Presenciamos uma reunião do CMDRS em abril de 2006 em que

⁷⁷ O PRONAF é um Programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações. Dentre as linhas de crédito do PRONAF, destacamos as específicas às áreas de agricultura familiar em assentamentos rurais, quais sejam o PRONAF A, B, C, D, E, A/C, PRONAF Agroindústria, o Grupo A complementar, PRONAF Custeio de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Agroecologia, dentre outros.

se encontravam o MDA, o INCRA, o BNB e os camponeses, momento em que foram dadas explicações por parte do BNB sobre as regras atuais relativas ao crédito. Também, o INCRA informou sobre as mudanças na assistência técnica dividida agora em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)⁷⁸ e Assistência Técnica e Extensão Social (ATES)⁷⁹, cujo principal fundamento é a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)⁸⁰.

Os técnicos presentes deram explicações sobre as dívidas contraídas pelos camponeses no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e sobre as condições atuais do crédito, especialmente sobre o PRONAF.

Há momentos em que nos deparamos com camponeses que expressam seu entendimento sobre o sentido da reforma agrária. São depoimentos que traduzem o conjunto dos problemas de uma reforma agrária equivocada que tem como pressuposto uma visão difusionista, tecnicista, distributivista, com assistência técnica deficitária despreparada para lidar com o crédito e acompanhamento às famílias, infra-estrutura deficitária, assentamento de famílias que não são da região e, muitas vezes, desconhecem a realidade local, dentre outras questões.

Eu tenho pouco conhecimento. Inté pararo mais de falar nessa Reforma Agrária. Antes do Lula [Presidente da República] ganhar era um movimento grande. Muitas vezes eu saia daqui pra João Pessoa e se falava no País inteiro da Reforma Agrária; se falava de muitos problema. Só que depois que

⁷⁸ Pelo Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) passaram a ser coordenadas pelo Departamento de Ater (DATER), da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa Política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Entre os pilares fundamentais que sustentam a Política Nacional de Ater, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater.

⁷⁹ Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). Art. 28, inciso V do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 164, de 14 de julho de 2000, e alterado pela Portaria MDA/Nº 224, de 28 de setembro de 2001, com fundamento no art. 4º Instrução Normativa INCRA nº 15, de 30 de março de 2004. Art. 3º Conceitos Básicos e Abrangência: I - compreendem como serviços de ATES, o conjunto de técnicas e métodos, constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, voltado para a construção do conhecimento e das ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes nos projetos de assentamento, tomando por base a qualificação das pessoas, das comunidades e de suas organizações, visando a sua promoção em termos ambientais, econômicos, sociais e culturais, no âmbito local, territorial e regional, dentro do que enseja o conceito de desenvolvimento rural sustentável.

⁸⁰ Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 sancionou a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). (Cf. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional do CONSEA).

Lula entrou, parou esse movimento porque tinha umas pessoa aqui no Assentamento que incentivava o movimento. Hoje em dia parou. Eu entendo que Reforma Agrária é socorrer os necessitado, a classe trabalhadora, porque os empregos são poucos, o pessoal tá sofrendo, é muita gente desempregada. A única solução é o pequeno ter a terra. É muita terra improdutiva por aí nas mãos de poucos e muitos sofrendo com fome, necessitado. O pessoal que tá no poder tem que fazer alguma coisa. A Reforma Agrária tem que distribuir a terra e dar uma oportunidade pra gente trabaiá, porque se for dá a terra e não dá oportunidades da pessoa produzir alguma coisa, aí se torna quase um nada. Que nem a gente aqui quando a gente entrou aqui que na época, eu mesmo, se tivesse a experiência que tenho hoje, eu teria pagado o dinheiro do banco. Só que naquele tempo eu sem experiência não sabia nem o que era banco, eu nem nunca tinha tirado dinheiro de banco. Na época que a gente tirou esse dinheiro os técnico que são funcionário do governo tinha medo de dar uma dica boa a gente. E nem o dinheiro todo eles dão porque parece que tem medo da gente tirar todo de uma vez. Ai eu tirava de duas vez, três vez e as vez gastava tanto só de passagem pra lá e pra cá (Camponês do Assentamento dona Helena, 2006).

A assistência técnica deficitária tem sido um dos problemas que afeta o Assentamento Dona Helena se constituindo num entrave ao desenvolvimento da produção e, por conseguinte, gerando dificuldades de permanência na terra.

Então a Reforma Agrária da gente tá desmantelada. Não vem o técnico e a gente tem que pagar com a perca de água ou com a perca da seca. Reforma Agrária pra mim é assentamento na terra, o Governo Federal e o INCRA mandar recursos, pois é erro mandar a gente pra aqui sem nenhum tostão pra produzir e botou a gente aqui sem nada pra produzir e com assistência técnica sem vim aqui. Acho que o técnico era pra vir aqui pelo menos duas vez por semana (Camponês do Assentamento dona Helena, 2006).

Há que se considerar que no estado da Paraíba há a assistência técnica prestada pela EMATER-PB em todos os municípios com trabalho de ATER, além de atender, prioritariamente, vinte e cinco áreas de assentamentos rurais com trabalhos de ATER. As demais áreas de assentamentos rurais são atendidas por ONG's ou Cooperativas ao que os camponeses denominam de "assistência técnica de projetos"⁸¹, modalidade esta em que se inclui o Assentamento Dona Helena.

No momento da pesquisa observamos as preocupações dos camponeses com as dificuldades de assistência técnica efetiva, tendo em vista os constantes atrasos na liberação dos projetos e nos pagamento por parte do Governo Federal à Empresa contratada, que no

⁸¹ De acordo com informações de um funcionário do INCRA-PB a assistência técnica de projetos possui caráter temporário, sofrendo constantes alterações, o que dificulta a vida do camponês, pois nem sempre está disponibilizada para as áreas de assentamentos, em virtude de problemas internos a exemplo de atraso nas prestações de contas das empresas contratadas, morosidade na aprovação de projetos e Medidas Provisórias relativos a questão. Pesquisa Direta, 2006.

caso específico deste Assentamento, os camponeses optaram pela assistência técnica prestada por uma ONG, a COAGEP, Cooperativa responsável pela assistência técnica até o ano de 2006.

A deficiência na assistência técnica se reflete de forma negativa no desenvolvimento local, sendo um dos pontos de pauta nas discussões dos camponeses nas assembleias da ATRADH, nas quais, geralmente, a COAGEP se fazia presente.

A agricultura camponesa tava parada. Com essa história de cultura de abacaxi, cana, de agricultura de grande propriedade. Agora, se fala em agricultura familiar, mas tem muita coisa... Na prática, tá muito longe. Como é que as pessoas vão viver só trabalhando seis meses de inverno e passando seis meses parado? Nós batalhamos demais por um bom projeto de irrigação, aí pode suscitar uma mentalidade nova, uma referência, uma mudança... Está suspenso o nosso trabalho com o INCRA. Só ficaram conosco quatro meses e nós continuamos a trabalhar demais. Nós continuamos a trabalhar para não deixar vocês desacobertados. Terminou só para dezembro e janeiro e sobrou um dinheiro, mas a gente continuou atendendo os assentamentos. Mas a gente atendeu a vacinação da febre aftosa, e o atendimento a vocês. Mas, a gente vai ter que devolver o dinheiro. Era pra gente passar quatro meses sem por o pé no assentamento. Infelizmente no Brasil é assim. Ficamos de fora, isso no inverno! Vocês viram o que passou na televisão sobre a aftosa?! Vocês correram o risco de perder o patrimônio de vocês! O INCRA diz que tem auditoria e temos que prestar conta. Mas nós provamos que gastamos o dinheiro. Eles não aceitaram e tivemos que devolver o dinheiro. O INCRA não tem condições para arcar com tantos projetos de assistência. O nosso papel tem sido mais por amor mesmo. A gente sente que não pode abandonar. Já faz quatro meses que o contrato acabou e a gente não tem atendido direto na parcela, mas a gente vem pelo menos nas reuniões. E procura acompanhar esses trabalhadores (Assistência Técnica da COAGEP, 2005).

Durante uma entrevista concedida por um funcionário do INCRA, ele nos relatou que “há muitas pendências nos contratos que, muitas vezes, impede a recontração da empresa de assistência técnica e continuidade do trabalho de extensão”. Os depoimentos desse funcionário do INCRA, bem como o da Assistência Técnica oficial, neste caso de uma Cooperativa, demonstram a fragilidade na prestação de serviços de ATER que, acabam tornando-se empecilhos ao desenvolvimento rural.

A necessidade e importância da assistência técnica foi enfatizada tanto pelos camponeses como por alguns mediadores.

Precisamos chamar esses novos técnicos que estão aprendendo assim, se formando, e convidar a vestir essa camisa da agroecologia. E a mesma coisa é esses técnicos que estão formados há muito tempo, e falar da dedicação exclusiva sobre o enfrentamento e a participação junto com os trabalhadores.

Porque uma coisa é a gente trabalhar para o público, e outra é a gente trabalhar pro agricultor. Então a gente tem que chamar atenção desses técnicos pra eles enfrentar e dar continuidade esse trabalho que nós já fazemos [trabalho da CPT com propostas na agroecologia]. Que num é pra chegar aqui e dar um curso não. É pra ir pra dentro do mato, pra horta, ver o gado. Se houver o acompanhamento desses trabalhadores por pessoas mais maduras, mais experientes, essa pessoa vai crescer e os técnicos também vão aprender com essas pessoas. Se não fosse os trabalhadores eu também não era o que eu sou hoje. Eu acho que tem muita gente querendo uma oportunidade de pegar esse processo. Tá precisando desse calor humano, dessa relação trabalhador e técnico, técnico e trabalhador. É uma conversa muito boa e só aprende é praticando. Eu aprendi muito depois que cheguei aqui em Dona Helena que eu vim como técnico de Instituição, de órgão público. E eu resolvi mudar com os trabalhadores. E o técnico deve também lutar pelo seu interesse. Porque a gente trabalha com pessoas que não tem condições de comprar nenhum regador, ciscador, não tem uma carrada de estrume. (Assistência Técnica da CPT, 2006).

O depoimento acima vem a corroborar com a necessidade de assistência técnica eficiente no campo, bem como a exigência de um perfil do novo extensionista rural, na busca pelo desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia, proposta esta inserida na nova Política Agrícola e Fundiária do MDA, a qual vem sendo discutida, continuamente pelos camponeses nos espaços coletivos do Assentamento Dona Helena.

Capítulo IV – Território, Sociabilidade e Educação

Neste capítulo dissertamos sobre as formas encontradas pelos camponeses e alguns mediadores na tentativa de sustentabilidade local a partir de uma rede de relações, nas quais, ensinar e aprender reflete os processos inerentes a cultura camponesa e que se dão a partir da sociabilidade, solidariedade e cooperação. Destacamos as interações mantidas entre os próprios camponeses que se dão desde o espaço privado, a casa e a família, até o público. O papel de alguns mediadores a exemplo da CPT, do CRF, do CEDESP'S, do Estado, da Assistência Técnica, do INCRA, dentre outros, se faz importante pela conotação política e educacional que é atribuída às ações por eles empreendidas junto à comunidade.

4.1 Os Mediadores Sociais

Os mediadores sociais são por nós reconhecidos como aqueles que se fazem presentes na comunidade e que estão dispostos a encaminhamento e apoio; realizam a conexão entre o Estado e a comunidade, e entre esta e a sociedade civil. Como mediadores destacamos no Assentamento Dona Helena aqueles que empreendem ações interativas, ou seja, não se reserva apenas a mediação isolada, mas agem numa interdisciplinaridade, evitando, muitas vezes, a investida de projetos em repetição⁸². São eles, a UFPB, a CPT, o CEDESP'S, o CRF, o Estado, a Assistência Técnica, o INCRA, dentre outros.

Sujeitos de sua própria história, os camponeses organizados em movimentos sociais são desafiados cotidianamente a enfrentar as disputas na sociedade na qual se encontram inseridos, assim como, enfrentar a mídia que os expõe aos julgamentos da classe dominante, e que os acusa de tradicionais, arcaicos e inferiores⁸³.

⁸² A exemplo desta integração entre alguns mediadores sociais temos o Projeto da Feira Agroecológica onde se reúnem periodicamente a UFPB representando os projetos do CNPq e Petrobrás, assim como a CPT e a CÁRITAS, ONG's, BNB e BB dentre outras no intuito de planejar ações que se dêem de modo integrado, evitando que as mesmas práticas sejam repetidas por mediadores distintos.

⁸³ Ver mais nos estudos de CHAUI (1986), MARTINS (1990), OLIVEIRA (2001), MARQUES (2004) e CARVALHO (2005).

O engajamento nos movimentos sociais lhes dá força política, unidade, sentimento de pertença à terra, a possibilidade de luta contra o poder hegemônico capitalista, pois, no campesinato há a possibilidade de renascimento e surgimento de antigos “novos” valores como as questões de gênero, etnias, as questões relativas à educação do campo, as preocupações típicas deste modo de vida, que tem como base à produção para o autoconsumo, contrapondo-se aos ditames do capitalismo que tenta subordiná-los à produção destinada ao mercado.

Imbuídos de uma força política, mas também influenciados pelo sentimento religioso, os movimentos camponeses são o resultado de lutas, muitas vezes esquecidas pela sociedade, que resistem ao tempo e ao espaço na produção de novos territórios onde ressignificam seus valores representados também através das místicas⁸⁴ que revelam crenças e tradições.

Entretanto, muitas atribulações ocorrem no interior dos movimentos camponeses por lutarem na contracorrente do modelo econômico vigente, hora enfrentando a violência, hora lançando novas utopias.

Esse caminhar constante que está no ideário camponês de buscar o novo, descreve sempre a superação presente como missão. Por isso, em vários momentos, quando as transformações sociais e econômicas provocam crises no interior da vida desses grupos, torna-se iminente o surgimento de um líder capaz de traduzir as angústias e as esperanças na possibilidade de um mundo novo – uma nova geração no caso do messianismo; ou de lideranças que articulem esse novo momento à construção da reforma agrária. (OLIVEIRA, 2001c, p. 261).

A tentativa de viver com dignidade por parte desses camponeses também inclui a busca pela sustentabilidade social e econômica no lugar. Daí a razão de alguns conflitos, por resistirem, ou mesmo aceitarem propostas advindas dos setores dominantes que tentam estabelecer parcerias para o plantio de cana-de-açúcar em suas parcelas. O debate sobre o plantio da cana-de-açúcar une uns e separam outros, internamente.

Através da “luta e da resistência”, palavras de ordem que os orientam, é que os camponeses têm recebido respostas do Estado e da sociedade civil no atendimento as suas reivindicações, em relação à conquista da terra, mesmo que precária, violenta, morosa e

⁸⁴ A “mística” refere-se a rituais e/ou dinâmicas praticadas em grupos destinadas a incentivar e instigar nos participantes a conscientização e a reflexão de suas ações e da programação a ser realizada. No Assentamento Dona Helena, assim como nos movimentos de luta pela terra, é comum a utilização das místicas no início de missas, reuniões, assembléias, enfim, onde haja a reunião de interessados em discutir problemas e celebrar dádivas no interior destas comunidades.

tardia, mas, só mediante a união, apoio mútuo e solidariedade, é que essa luta tem alcançado grandes proporções na história da luta pela terra no Brasil.

Entretanto, essa luta tem obtido resultados distintos desde os registros da “barbárie causada pela modernidade”⁸⁵, expressos na violência física e moral contra as famílias camponesas, até as inúmeras conquistas, entre elas, a desapropriação de terras e implantação de projetos de assentamentos, que, embora revelem a precariedade da política agrícola, essas lutas camponesas têm legado ao campesinato a titulação de “classe incômoda”⁸⁶. Para tantas conquistas os camponeses têm contado com a presença de alguns mediadores sociais.

O modo como se defrontam cotidianamente, seja no contato direto ou indireto (camponeses *versus* camponeses, camponeses *versus* poder público, camponeses *versus* mediadores e mediadores *versus* poder público) gera um quadro que expressa distintos interesses, tensões, ações, cujos objetivos também são diferenciados. Sendo assim, os camponeses reagem distintamente perante a ação do poder local, resistindo, ou, aceitando as propostas advindas de outros setores do poder público e privado. Essas atitudes, em geral, acabam por gerar conflitos internos no relacionamento dos camponeses, e entre eles e alguns mediadores ligados ao Estado, a exemplo dos técnicos do INCRA, da Assistência Técnica, da EMATER, do BNB, dentre outros que configuram as políticas públicas destinadas ao programa da Reforma Agrária.

Verificamos a existência de ações que buscam fortalecer as tentativas de sustentabilidade local por parte dos camponeses e dos mediadores já mencionados; mas também observamos a força que tem o capital pela inserção das usinas de açúcar localizadas nas adjacências do Assentamento, mantendo parcerias com alguns camponeses no cultivo da cana-de-açúcar no interior das parcelas sem quaisquer ônus empregatícios, e desta forma, se apropriando da renda da terra. Ações como essas, além de violarem os direitos dos camponeses pela negação de seu trabalho, ainda desconsidera seu contexto cultural, pois não se consideram as práticas de cultivo adotadas, seus costumes, quando prevalece à lógica produtivista do desenvolvimento econômico.

Verificamos que há relações que se desdobram entre os sujeitos sociais envolvidos neste processo e é decisiva nas questões pertinentes à problemática da reforma agrária. São relações que configuram “campos de forças”, conceito expresso por Bourdieu (1989, p.125-146; 1997, p. 57) como o

⁸⁵ Cf. OLIVEIRA, (2003d, p. 113-156).

⁸⁶ Ver estudos de SHANIN, (1980, p. 15-26).

espaço social especializado no qual se defrontam sujeitos sociais que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa. (...) Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças.

No Assentamento Dona Helena, os campos de força se expressam pelas relações que nele se dão, pelos tipos de tensão que atingem os sujeitos que agem e interagem no interior e no exterior da comunidade, especialmente, no entorno delas gerando disputas entre os distintos grupos envolvidos, cujos resultados se dão de duas formas: a resistência ou a aceitação de propostas.

De acordo com o que observamos os camponeses possuem considerável grau de organização e muitos deles reconhecem a importância que tem a presença cotidiana dos mediadores sociais e sua influência na realização e concretização dessa organização.

Essa mediação exprime a ação produzida na fala consciente de um camponês:

Olhe, se o boi soubesse a força que tinha o homem não amarrava ele não. Então os grandes não querem que os pequenos aprendam. Eles querem encurralar a gente. Eu aprendi as coisas no mundo e na luta, e o patrão ficou assustado quando descobriu que eu descobri os meus direitos. Eles ficaram com medo de mim porque viu que eu cunhicia das leis, que eu protegia. Eu não caí nas mãos deles porque já ficava me reunindo. Esse povo aqui é uns coitados! Era as reuniões com as Irmãs [religiosas] da CPT, nos conflitos, nos movimentos que eu aprendi. O patrão dizia: _Tá vendo esse homem? Ele vai terminar tomando um tiro! Ninguém acompanhe ele não! As Irmãs dizia que quem não lutasse ia morrer de fome nas ruas. E a gente via o povo de rua indo pediculado, morrendo de fome. Então ali eu me lembrei das Irmãs que tudo que elas disseram parecia que estava tudo escrito (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Vale lembrar que nem todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa reconhecem a importância mediadora da CPT, uma vez que a acusa de “provocadora de conflitos, violenta e radical” durante o período do conflito pela posse da terra.

Não obstante, a importância mediadora se deu no período de luta pela terra e atualmente, na luta pela permanência na terra e, para tanto, lutam por infra-estrutura adequada conforme propõe a Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

4.2- Territórios da Educação: Rural e do Campo – A Luta por Escola no Campo

A educação também foi e tem sido um processo que demanda grande esforço por parte de algumas famílias, e alguns mediadores como a CPT, o CRF, o CEDESP'S, a UFPB, dentre outros, que desencadeiam uma série de ações educativas interdisciplinares. Eles se mobilizam com os camponeses na cobrança dos seus direitos junto ao poder municipal.

A questão educacional constitui um dos pontos de maior destaque na construção da territorialidade nesse Assentamento, pois, de um lado temos a aprendizagem mútua como elemento característico do modo de vida camponês; e por outro, esse Assentamento via de regra reflete a situação educacional do País, cuja precariedade tem sido o fator que mais justifica a presença de alguns mediadores. Essa preocupação se dá, principalmente, pelo alto índice de analfabetismo e defasagem idade/série das crianças em idade escolar, estendendo-se também em relação aos adultos. Nesse sentido, o campo brasileiro tem sofrido profundas transformações a partir da segunda metade do Século XX quando ocorreu o incentivo à modernização da agricultura, cujo modelo expropriador vem acompanhado de uma lógica voltada para o desenvolvimento econômico, porém sem conexão alguma com a atenção às necessidades humanas, especialmente as dos pobres do campo.

O elemento propulsor desse elevado índice de analfabetismo tem suas raízes na forma como se direcionou a educação no Brasil, cujas medidas voltavam mais a atenção para a formação das elites⁸⁷. Dentre essas medidas destaca-se o paradigma da educação rural⁸⁸ que tem por base o entendimento da educação a partir da ótica produtivista, portanto, do desenvolvimento de uma monocultura, destinada basicamente à exportação; um processo concentrador de riquezas, de descuido com o meio ambiente, de competitividade, de desprezo pelas culturas locais e a negação dos direitos dos povos do campo, o que culminou no fenômeno do êxodo rural, no inchaço das cidades, com o aumento da pobreza e suas conseqüências.

No âmbito da educação rural o Estado deu continuidade a esta política educacional alheia à realidade dos educandos; uma educação que se mantém ao longo da história do Brasil com poucas diferenças. A própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nas propostas de uma

⁸⁷ Ver estudos de FERNANDES & MOLINA, [s.d], p. 1-3.

⁸⁸ Ver estudos de FERNANDES & MOLINA [s.d] e ARROIO, CALDART & MOLINA, 2004.

educação no campo não avançou no sentido de consolidar um projeto educacional sintonizado com a realidade do campo. Só recentemente o Estado Brasileiro assume timidamente a proposta dos movimentos sociais de uma “educação do campo” o que é distinto de uma “educação no campo”.⁸⁹

O Assentamento Dona Helena estando inserido em área que embora seja uma área promissora do ponto de vista do desenvolvimento dinâmico, encerra a contradição da miséria e pobreza e da ausência dos direitos fundamentais, e tem na educação as marcas do descaso das políticas públicas voltadas para o meio rural. Prova disto é o elevado número de camponeses com nível baixo de escolarização alcançando índices de 34,21% dos entrevistados que sequer chegaram aos bancos escolares; 9,21% que passaram por algum processo de alfabetização, 21,05% dos entrevistados que apenas cursaram a primeira série do Ensino Fundamental, percentuais esses que somam 64,47%, conforme Tabela a seguir.

Tabela 08

Nível de Escolarização	Nº de Entrevistados	Valores (%)
Sem escolarização	26	34,21
Alfabetização	7	9,21
1ª. Série	16	21,05
2ª. Série	8	19,53
3ª. Série	5	6,58
4ª. Série	8	10,53
5ª. Série	3	3,95
6ª Série	1	1,32
7ª. Série	2	2,62

Tabela 08 – Nível de Escolarização dos Entrevistados. Fonte: Pesquisa Direta realizada em 76 famílias, considerando-se o chefe de família, predominantemente o pai, e em ausência deste, a mãe, com idade superior a 15 anos. Di Lorenzo: 2005/2006.

Em muitos depoimentos destes camponeses foi possível ouvir o lamento acerca da realidade a que estão submetidos:

⁸⁹ De acordo com a Resolução CNE/CEB, de 3 de abril de 2002, Artigo 2º As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, com base na legislação educacional constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32. In.: ARROIO, M. G.; CALDART, R. S. & MOLINA M. C., 2005, p. 202-206.

Eu não estudei não, nem o meu marido. O caderno que meus pai me deu foi o cabo da enxada prá engrossar minhas mão. Saía muito cedo já desde os seis ano com minha mãe e ia ajudar na cana. Eu saía de duas hora da manha e chegava as cinco. Os empreiteiro recramava proque eu levava meus fio com três, quato ano e lá botava debaixo duma barraca. Peguei meus dois fio e botei pa adubá a cana comigo. Não botei na escola. O caderno dele era o trabalho alugado. Eu já sofri muito na minha vida. Eu era bem magrinha... Mas, hoje eu sou outra. Eu sonho em ver minha filha grande. O estudo dela é bom todo. Ela lê bonito! Quero que ela seja gente, mais que ela more aqui com a gente (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Meu caderno foi o cabo da enxada. Eu não tive direito ao que meus fio tão tendo não! Num dava tempo pra isso não porque tinha que dar conta dos serviço do patrão e num tinha escola por perto. Tinha tempo que a gente trabaiava dia e noite sem parar (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Depoimentos como estes se traduzem nas taxas de analfabetismo com valores bastante expressivos que andam conjugadas à pobreza encontrada na região da Zona da Mata Paraibana que sobrevive à custa da exploração da mão-de-obra barata e da mecanização do campo.

Nesse contexto é que se inserem os camponeses do Assentamento Dona Helena que contam com a participação dos mediadores em seu cotidiano não só na luta por terra, mas na luta por água, por creches para os seus filhos, por saúde, por recursos, por educação.

Durante cerca de seis anos, após o assentamento das famílias, a comunidade não dispunha de um prédio próprio destinado à educação dos camponeses, bem como a de seus filhos. As atividades educacionais de cunho formal ocorreram em lugares distintos. Por algum tempo as atividades educativas se deram nas residências dos próprios camponeses (Ver Figura 31) que recebiam da Prefeitura Municipal uma oferta de contrato por uso de um dos cômodos da residência.

A escola conta com uma diretora, quatro professores, uma merendeira, uma auxiliar de serviços, dos quais, apenas os professores são funcionários efetivos da rede municipal de ensino, sendo os demais apenas funcionários contratados sem vínculo efetivo. Os professores possuem formação de magistério, são residentes na zona urbana, enquanto os demais funcionários são camponesas do próprio Assentamento. A diretora é Pedagoga e o pessoal de apoio possui escolarização em nível de Ensino Fundamental.

A luta pela construção de uma escola no Assentamento representou impasse entre os camponeses e o Poder Público Municipal que no ano de 2002 tinha como administrador o senhor Bui do Bar. Até então as instalações educacionais no Assentamento Dona Helena eram “itinerantes”, passavam pelas residências dos camponeses até se instalar em sede própria.

Várias foram as tentativas de conciliação para a construção da escola adequada às necessidades dos camponeses e filhos de camponeses no Assentamento, sem lograr êxito.

A construção da escola foi possível mediante a organização de alguns camponeses, especificamente os mais engajados na ATRADH que resolveram construir no mês de maio de 2002, uma barraca de palha, na área coletiva central do Assentamento destinada pelo INCRA ao uso comunitário (Ver Figura 32).

Segundo o depoimento de um camponês do Assentamento Dona Helena “quando ele [Biu do Bar] chegou, a gente se afastou e ficou só olhando o jeito que ele ficou. Ele mandou a polícia derrubar tudo. Ele ficou furioso”.

Segundo depoimento de outro camponês a construção da barraca seria uma forma de tornar notável a necessidade e o desejo da comunidade de concretizar as reivindicações relativas à implantação de infra-estrutura educacional naquela comunidade. Durante a construção da barraca, o Prefeito foi informado sobre o ato, e este irritado, dirigiu-se ao local, acompanhado de policiais que logo efetuaram a derrubada da barraca, enquanto o Prefeito anunciou a construção da escola que seria iniciada na primeira semana de junho de 2002. Construído, o prédio escolar recebeu a denominação de Escola Municipal Maria José Francisca, nome da mãe do então Prefeito Biu do Bar. (Ver Figura 33).



Figura 31 – Residência onde foi iniciada a atividade educativa formal. Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, Maio de 2006.



Figura 32 – Barraca de palha construída pelos camponeses que serviria de sala de aula. Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, Maio de 2006.



Figura 33 – Escola Maria José Francisca construída em 2002. Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, Maio de 2006.

Igualmente tem sido uma constante, a luta dos camponeses por um ensino de qualidade com profissionais capacitados a atividade específica da educação do campo. Sobre o conjunto desses problemas Frago (1998, p.73; 61-62) afirma:

A aceitação da necessidade de um espaço e de um edifício próprios, especialmente escolhidos e construídos para ser uma escola, foi historicamente o resultado da confluência de diversas forças ou tendências. (...) E outra mais específica em relação ao trabalho docente. Da mesma maneira que para ser professor ou mestre não servia qualquer pessoa, tampouco qualquer edifício ou local servia para ser escola (...). Qualquer atividade humana precisa de um espaço e de um tempo determinados. Assim acontece com o ensinar e o aprender, com a educação. Resulta disso que a educação possui uma dimensão espacial e que, também, o espaço seja junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa. (...)

A ausência de políticas voltadas para uma educação do campo repercute na vida do educando, tendo em vista a incapacidade de muitos profissionais da escola de desenvolver suas atividades, tomando como ponto de partida a realidade do educando, e estes, assim como os educadores, por não perceberem o seu entorno, conseqüentemente, não o trazem para a sala de aula, causando perdas nestas relações.

O depoimento a seguir vem a corroborar com a necessidade de um olhar diferenciado em relação aos povos do campo, especialmente às áreas de assentamento onde prevalece o ideal comunitário e no que diz respeito à educação que urge pela conexão entre os conteúdos escolares e a realidade dos educandos.

É preciso trabalhar com a realidade do aluno nas escolas regionais. É a partir do ouvir, do escutar, do ver, é que se descobre como são as pessoas e o lugar onde se vive. A questão da Reforma Agrária devia ser vista a partir da educação que se muda os hábitos. Isso é em casa, é na alimentação, é no respeito. Os pais têm que participar da escola porque no Assentamento tem muita coisa que não dá certo. É fora da realidade da gente (Camponês do Assentamento dona Helena, 2006).

As escolas rurais ao invés de desenvolverem uma educação do campo acabam, muitas vezes, por retratarem situações distanciadas da realidade do educando. Sendo assim, há todo um processo de perda por parte do educando de poder apreender a sua realidade, ou seja, a partir do lugar onde vive, considerando-se as relações concretas que nele se dão. Essas lacunas são observadas pelos camponeses em seus depoimentos sobre a escola quando afirmam:

O trabalho da educação deve andar junto com a escola e a família. Se um faz e o outro não faz, aí fica difícil. E às vezes o pai não sabe nem ler, então como é que vai ajudar a criança? (Camponês do Assentamento dona Helena, 2006).

Tem umas coisa que eu não entendo. Se incentiva a comer produto natural, mas na escola se vende bombons. Como é que eu vou ensinar a minha filha a comer as verdura da horta? E quem disse que eu posso arrumar moeda prá dar a ela todo dia prá comprar bombons? (Camponês do Assentamento dona Helena, 2006).

A avaliação que fazem os camponeses acerca da escola assim como de suas expectativas assemelha-se ao que a escola proporciona nas atividades voltadas para o aproveitamento da vivência do aluno. Afirma Cavalcanti (2002, p. 33) ao referir-se ao papel da escola como “o lugar de ensinar, e como nas palavras de Piaget 'ensinar provocando a aprendizagem'. A escola é um lugar de encontros culturais, de saberes, de saberes científicos e de saberes cotidianos, ainda que o seu trabalho tenha como referência básica os saberes científicos”.

Alguns camponeses enfatizaram a necessidade de envolver o aluno em seu cotidiano, de possibilitar uma maior compreensão da realidade onde vive. Desta forma, o educador deverá utilizar-se tanto de conceitos pedagógicos e geográficos condizentes com a realidade quanto utilizar recursos que levem os alunos a apropriar-se de sua realidade.

Nesta perspectiva o educando vivencia experiências interativas com a escola e a sua própria vida, agregando saberes de cunho político, econômico, social, geográficos, e a partir de uma perspectiva construtivista, o aluno que utiliza conhecimentos adquiridos, consegue compreender a realidade com maior facilidade, pois tem como referencial sua própria vida, ao contrário do que fazem, tradicionalmente, os educadores ao se utilizarem de livros didáticos que nenhuma relação apresenta com a realidade do aluno.

É através desse processo dialógico entre educador, educando e sua realidade, que o trabalho de educar se torna significante e prazeroso, de modo a proporcionar saltos qualitativos no processo de apreensão do real, pois como afirma Freire (1993, p. 120),

o diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro (...). Enquanto relação democrática, o diálogo é a possibilidade de que disponho de abrindo-me ao pensar dos outros, não fenecer no isolamento.

Foucault (1979, p. 224) fala da sala de aula como sendo “o palco”, ou um dos observatórios onde se reproduzem relações de poder. Contudo, no Assentamento Dona Helena não há um consenso sobre as práticas educativas no âmbito da sala de aula. Também em seu entorno, alguns pais de alunos se revoltam com a forma de trabalho e a metodologia adotada pela escola.

Mister se faz relacionar a forma como presenciamos o cotidiano desta escola que, em diversas práticas, muito se aproximam e refletem a realidade da educação rural, que por vezes, deseduca, distinguindo-se, portanto, do que busca o paradigma da educação do campo. A ausência de profissionais adequados ao trabalho educacional do campo, desde o corpo docente até o pessoal de apoio, ausência de recursos materiais, salários deficitários, corpo técnico pouco presente no cotidiano escolar, falta de aluno por motivo de trabalho, e dentre tantas outras, o principal, as atividades escolares desconectadas da realidade do aluno. Entretanto, a existência de situações desconfortantes presenciadas no cotidiano escolar, não exclui atitudes que sinalizam no aproveitamento do potencial dos alunos, conforme nos descreveu a funcionária da Escola:

É difícil se conseguir um bom trabalho, mas esta situação de incertezas como a falta de merenda, troca-troca de professor, falta de capacitação no programa da Escola Ativa⁹⁰, e outros, deixa a gente preocupada. Mas esse Programa da Escola Ativa é muito bom. Tem um bocado de atividade que a gente pode envolver os alunos para que eles participem e comecem a pensar o seu modo de vida. A gente tem que aproveitar a história de vida deles. Como atividades que a gente faz tem a frequência que é feita pelos alunos mesmo; tem a caixa de compromisso assumido por eles todo dia pra eles aprender os deveres deles; têm a caixa de sugestão com as reivindicações, os direitos deles. O governo estudantil também é um projeto bonito de incentivo para eles aprenderem o espírito de liderança. É para escolher os representantes da classe. Eles discutem o que é eleição e no recreio eles se reúnem para falar sobre o dia da eleição e no dia da eleição eles fazem as propostas, as faixas. A gente tenta, mas essa situação de não ter um professor certo e capacitado pra nossa realidade, nessa proposta de ver o lado do aluno, aí dificulta o trabalho da gente e os pais não acreditam.

A concepção dessa funcionária, diretora da escola condiz com a proposição de Frago (1998, p. 74-76) em que “é preciso analisar a projeção espacial do estabelecimento de ensino e as relações com o seu entorno, isso é, a sua área de captação e influência, aquela determinada pelas características e procedência geográfica e, portanto, social, de seus alunos”.

⁹⁰ Programa da Educação Rural com o Projeto Escola Ativa

Portanto, “a escola é espaço que educa, pois possui uma dimensão educativa. [...] É algo físico, material, mas também uma construção cultural que gera ‘fluxos energéticos’”.

Tabela 09

Grau de Instrução	Número de Pessoas por Sexo			
	Masculino	%	Feminino	%
Sem escolarização	40	17,24	25	13,09
Pré-escolar	10	4,31	8	4,19
Alfabetização	9	3,88	5	2,62
1ª. Série	50	21,55	40	20,94
2ª. Série	22	9,48	14	7,33
3ª. Série	18	7,76	15	7,85
4ª. Série	17	7,33	25	13,09
5ª. Série	14	6,03	10	5,24
6ª. Série	4	1,72	2	1,05
7ª. Série	5	2,15	5	2,62
8ª. Série	4	1,72	4	2,09
1º. Ano	7	3,02	4	2,09
2º. Ano	3	1,29	2	1,05
3º. Ano	7	3,02	2	1,05
*EJA	4	1,72	5	2,62
Ensino Superior	1	0,43	2	1,05
**Técnico Profissionalizante	3	1,29	4	2,09
Sem idade escolar	12	5,17	18	9,42
***Deficiente Físico	2	0,86	1	0,52
TOTAL	232	54,85	191	45,15

Tabela 09 – Grau de Escolaridade por Sexo no Assentamento Dona Helena. Fonte: Pesquisa Direta. Di Lorenzo: 2005/2006. *Educação de Jovens e Adultos; **Magistério e Técnico em Agropecuária; ***Impossibilitado para quaisquer atividades.

A Tabela 09 mostra o quadro educacional no que concerne ao grau de escolaridade em que se encontravam os camponeses do Assentamento Dona Helena no ano de 2006. Os dados registrados demonstram uma discrepância nos valores encontrados, pois os valores obtidos superam a média nacional (24,8%), nordestina (39%) e, sobretudo, paraibana (41,3%), pois conforme destacamos em negrito até a 1ª Série os valores para o sexo masculino são de 46,98% e para o sexo feminino de 40,84% superando ambos, todas as médias apresentadas anteriormente. Isso reflete, portanto a característica fundamental da Zona da Mata Paraibana quando nos referimos ao caráter de inclusão precária dos sujeitos expropriados da terra devido ao modelo econômico vigente. Embora haja políticas públicas educacionais voltadas para a transformação deste quadro, ainda há muito que se realizar em termos educacionais neste Assentamento, incluindo-se, portanto, o trabalho integrado entre camponeses e a mediação do Estado.

O elevado índice de analfabetismo no Assentamento reflete a condição histórica do nosso país. Preocupados com os resultados obtidos, resolvemos pesquisar sobre a situação atual de escolarização, ou seja, qual a série e o número de pessoas matriculadas no ensino formal, conforme tabela a seguir.

Tabela 10

Grau de Instrução	Número de Pessoas por Sexo			
	Masculino	%	Feminino	%
Pré-escolar	10	10,63	8	8,60
Alfabetização	9	9,57	5	5,38
1ª. Série	18	19,15	15	16,13
2ª. Série	9	9,57	10	10,75
3ª. Série	7	7,45	12	12,90
4ª. Série	11	11,70	11	11,83
5ª. Série	6	6,38	8	8,60
6ª. Série	3	3,19	2	2,15
7ª. Série	4	4,26	2	2,15
8ª. Série	3	3,19	2	2,15
1º. Ano	3	3,19	4	4,30
2º. Ano	2	2,13	2	2,15
3º. Ano	3	3,19	2	2,15
*EJA	4	4,26	5	5,38
Ensino Superior	-	-	2	2,15
**Técnico Profissionalizante	2	2,13	3	3,23
TOTAL	94	50,27	93	49,73

Tabela 10 – Número de Pessoas Matriculadas no Ensino Formal. Fonte: Pesquisa Direta. Di Lorenzo: 2005/2006.

Na amostragem apresentada nas Tabelas 09 e 10 constatamos que há uma tendência a rarificar os números referentes à escolarização a partir da 6ª. Série, especialmente na Tabela 09. Entretanto, na Tabela 10 verificamos um aumento nos percentuais indicando um fator positivo por parte da comunidade, especialmente para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Técnico Profissionalizante.

Quanto às matrículas efetivadas no próprio assentamento observamos que as famílias das crianças que residem nas porções nordeste, leste e sudeste do Assentamento estudam, em geral, desde as séries iniciais até o ensino médio na sede do próprio município, em virtude de que a escola situa-se na porção central do Assentamento, ficando inviável o deslocamento dos alunos e dos pais que acompanham seus filhos no trajeto casa-escola. Já as famílias que residem na região mais central, ou seja, as porções norte, sul e parte da porção oeste mantêm seus filhos que estudam a primeira fase do Ensino Fundamental ou quinto ano na escola do Assentamento, em virtude da proximidade e facilidade de levar seus filhos até a escola. Da

mesma forma ocorre com os jovens e adultos que cursam estas mesmas séries no turno noturno. Já as famílias que residem na porção oeste do Assentamento, e portanto, mais distantes da escola do Assentamento costumam matricular seus filhos na escola localizada no Assentamento Cobé, área limítrofe ao Assentamento tendo em vista maior proximidade daquela.

Em geral, os alunos que já concluíram a primeira fase do ensino Fundamental ingressos na segunda fase do Ensino Fundamental e também no Ensino Médio, não dispõem de estrutura educacional que os atenda no Assentamento e saem para a cidade para cursar essas séries nas escolas estaduais ou municipais. Detectamos cerca de cinco alunos que estão cursando o técnico em agropecuária na cidade de Areia – PB.

Os alunos que cursam o ensino fundamental (da 5ª a 8ª série) e ensino médio na área urbana são atendidos em escolas municipais e estaduais onde se deparam com inúmeros problemas, a exemplo da baixa qualidade de ensino; falta de professores; ensino alheio à realidade do aluno⁹¹; forma de transporte inadequada, uma vez que há grande quantidade de alunos sendo transportada num mesmo veículo; alunos que trazem cadeiras de casa porque na escola não dispõem de mobiliário suficiente; salas de aula incompatíveis com a quantidade de alunos matriculados.

Há entre alguns camponeses a afirmação de que “não é possível mais aprender”, entretanto, acreditamos que a educação recebida por eles foi de extrema precariedade ou sequer tiveram acesso à escola como afirmam 15,37% dos camponeses, práticas essas que denunciam a violação dos direitos humanos no aspecto educacional⁹² comprometendo assim a possibilidade de transformação de suas realidades.

A Escola Municipal Maria José Francisca, constitui-se um marco da luta dos camponeses. Nessa escola ocorre o saber sistematizado atendendo a primeira fase do Ensino Fundamental nos períodos diurnos e EJA no período noturno.

⁹¹ Cf. DI LORENZO, 2006a, p. 1-12.

⁹² Ver estudos de DI LORENZO, 2006a, p. 1-12.

4.3 - Ações Informais no Campo da Educação

Paralelamente a educação formal desenvolve-se ações educativas não-formais. Nesse quadro se destacam o CRF, o CEDESP'S, dentre outros que consideram que a educação dos povos do campo requer uma atenção especial, exigindo outro olhar onde se sobressaia o paradigma da educação do campo, que considera a realidade dos povos do campo, sua cultura, em oposição ao paradigma da educação rural.

A partir das entrevistas depreendemos que a ação desses mediadores junto aos camponeses se justifica, por entenderem que se faz necessária outra perspectiva de educação em consonância com o paradigma da educação do campo, como aponta Molina & Jesus (2004, p. 18-19):

o debate de outra concepção de campo e de projeto de desenvolvimento que sustente uma nova qualidade de vida para a população que vive e trabalha no campo; vinculadas ou não, a estas lutas sociais, a presença significativa de experiências educativas que expressam a resistência cultural e política do povo camponês frente as diferentes tentativas de sua destruição.

É neste sentido que a CPT e o CRF, se unem aos camponeses, dando apoios e firmando parcerias para a garantia da conquista desses direitos e pela possibilidade de construção da territorialidade camponesa.

A mediação cultural representada pela presença e/ou influência de distintas instituições, organizações, contribui para que o homem descubra e represente a sua realidade, quando se utilizam dos ensinamentos, experiências e informações recebidas e transformadas em lições de vida. Dessa forma temos que esses relacionamentos têm significações distintas e servem de mediação entre as pessoas, pois como afirma Martins (2000, p. 60) “os significados que mediatizam os relacionamentos entre as pessoas estão sujeitos a um complexo mecanismo de deciframento (...) não há apenas negociação e interpretação de significados, mas também critérios para seu uso (...)”.

Ao remetermos ao processo de disseminação do saber e das trocas de experiências no Assentamento, temos como parâmetros as preocupações com a Reforma Agrária e a luta pela terra, a agricultura camponesa e, as estratégias voltadas para a agroecologia, para tanto, uma perspectiva que aborde as características sociais, econômicas, mas, sobretudo, culturais dos camponeses. De acordo com Arroio, Caldart & Molina (2004, p. 25-36),

a concepção de Educação do Campo retrata a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais.

São mediadores como a CPT, o CRF e o CEDESP'S que diante da inércia do Estado, desenvolvem práticas comunitárias como forma de apoio, valorizando os traços culturais desta comunidade. Molina & Jesus (2004, p. 31) afirmam que

o vínculo da Educação do Campo com os movimentos sociais aponta para algumas das dimensões da formação humana que não podem ser esquecidas em seu projeto político e pedagógico: pensar que precisamos ajudar a educar não apenas trabalhadores do campo, mas também lutadores sociais, militantes de causas coletivas e cultivadores de utopias sociais libertárias.

Em linhas gerais, os camponeses do Assentamento Dona Helena desde o princípio da história da luta pela terra, em fase de acampamento, e mesmo anteriormente, quando em fase de composição do grupo de famílias a ser assentado, até o momento atual por ocasião da luta na terra, defrontam-se com momentos propícios ao aprendizado. São nesses momentos que são constantes as trocas de experiências e ajuda mútua de modo a conquistarem êxito em sua caminhada.

Os distintos grupos de camponeses ao se inserirem nos movimentos sociais de luta pela terra trazem consigo uma série de características, e suas práticas dão lugar a novas práticas que refletem os interesses de grupo e, se mantêm ou se aperfeiçoam garantindo a manutenção de aspectos singulares de sua cultura como forma de oposição à sociedade que os oprime. Segundo Oliveira (2001, p. 262):

Se por um lado criam mecanismos de enfrentamento com a sociedade envolvente, por outro, desenvolvem mecanismos internos que permitem manter uma certa identidade enquanto grupos que nem sempre são opostos entre si, pois também se criam entre muitos deles relações de reciprocidade, diminuindo distâncias sociais, aproximando modos de vida.

Na comunidade em estudo está em curso a construção de laços de solidariedade e cooperativismo. É centrada nestes laços que a CPT incorpora a concepção conservacionista do ambiente, assim como estimula um processo de maior organização dos camponeses na produção, e sugere a sua aplicação no Assentamento Dona Helena, onde os camponeses que

participam da Feira Agroecológica produzem organicamente para o autoconsumo, e dispõem do excedente da produção para comercialização.

Apoiados pela mediação da CPT, os camponeses são estimulados a apreender novas práticas, sob a ideologia e concepções de ser e de mundo distintas da relação de dominação que marcou o seu passado, lutando por uma causa única que é a permanência na terra e a proteção da terra conquistada, mas também, por causas particulares, expressando suas lutas pessoais e os interesses da família. A CPT desenvolve junto aos camponeses, práticas coletivas inerentes ao modo de vida camponês, e contribui para a construção/reconstrução, conservação/transformação comunitária.

A ação inicial da CPT se deu pela reunião das famílias que resistiram ao conflito e no engajamento de outras famílias no intuito de fortalecer a luta, assessorando-os, evangelizando, criando espaços de debates que levaram esses camponeses a uma maior conscientização, como sujeitos atuantes, o que conferiu aos mesmos o direito a imissão de posse na terra. Atualmente, atua na formação e assistência técnica a projetos organizados juntamente com a CÁRITAS Diocesana, a exemplo da Feira Agroecológica; nos grupos, a exemplo do Grupo de Mulheres, de Jovens, de Crianças, de Cisterna de Placas, dentre outros, formados no interior do Assentamento incentivando-os para a organização e participação nas decisões cotidianas.

Ao observarmos a história do Assentamento, a partir dos depoimentos dos camponeses e religiosos, verificamos que a presença da CPT junto aos camponeses se deu de forma mais atuante nos períodos de conflito, sendo atenuada no momento presente. Ao ser indagada sobre essa situação, a Religiosa da CPT nos confirma, explica e elogia as iniciativas dos camponeses e nos mostra a importância da presença da CPT junto a este Assentamento:

A presença da CPT se dá mais frequentemente na luta, no conflito. A presença diminui após a conquista da terra, mas é geralmente mensal. Há uma fragilidade em termos de acompanhar esse volume tão grande [de assentamentos]. O acompanhamento depois da luta é mais complicado. Nós somos apoio e não movimento. Acho a história do Assentamento Dona Helena interessante. Tem o Grupo de Jovens, o Grupo de Liturgia, o Grupo de Mulheres, a Associação, a Feira Agroecológica... E eles fizeram uma tentativa de cooperativa. Eles têm suas próprias iniciativas, as assembléias são muito ferrenhas... No Assentamento Dona Helena há vários grupos, mas precisa de plantio, de colheita, de organização para eles industrializarem de maneira simples os próprios produtos, o trabalho das mulheres, das crianças, tudo a partir da fé... A CPT é apoio, é acompanhamento. Se a CPT se retira agora, a realidade não caminha. A gente tem que mostrar que estamos acompanhando e que eles precisam organizar-se (Religiosa da CPT, 2005).

A disposição desses camponeses em transformar suas realidades a partir da luta pela terra possibilita um novo modo de vida distinto qualitativamente do anterior, e para isso, são envolvidos num processo educativo de conscientização política. De acordo com Alberoni (1991, p. 38),

quando um grupo se dispõe a construção de um novo modo de vida, diferente da cotidiana e institucional, a este é dada novas forma e estrutura, o que o torna um projeto concreto, histórico, que se contradiz com o padrão vigente dotado de outras forças concretas e históricas. Desta forma, ocorre uma transformação em outra instituição e uma cotidianidade.

Ao ser indagado sobre o trabalho da CPT assim se pronunciam os (as) camponeses (as):

Eles têm belos projeto, cumade! A senhora já foi no Centro [Salão Comunitário] que tem lá em cima? Foi a CPT que ajudou. Lá eles faz inté remédio, home! (E sorri demonstrando bastante orgulho e passando a mão pela cabeça). A gente não pode esquecer do trabalho da Irmã [Religiosa] aqui de jeito nenhum. Ela deu muita corage a nós (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A CÁRITAS já ajudou muito a gente e continua ajudando. Foi ela que financiou o primeiro projeto para o Grupo das Mulheres para a construção da cozinha. Com a ajuda dos técnico da CPT eu aprendi que a gente num deve usar agrotóxico, o veneno, né! Porque se a gente usar prejudica a natureza e a saúde da gente e dos outro (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Olhe, se não fosse o trabalho das Irmã [Religiosas], essa luta não tinha sido vitoriosa não. Foi elas que deu força a nós. As Irmã foi tudo prá nós. A gente contou com elas nos momento mais difícil de nossa vida. Elas dava apoio a nós (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Das ações educativas e organizativas implementadas pela CPT se destacam a Feira Agroecológica e os grupos de interesses formados no Assentamento, a exemplo do Grupo de Mulheres, Grupos Religiosos, o Grupo de Cisternas de Placas, dentre outros.

O Grupo de Mulheres foi formado ainda no período de acampamento incentivando a organização das mulheres no sentido de participar de reuniões e assembléias, e na produção e comercialização de remédios caseiros. Neste processo organizativo destaca-se a presença da Irmã Marlene, cujo acompanhamento junto às mulheres tem o intuito de encorajá-las à participação na tomada de decisões cotidianas da vida no acampamento e posteriormente, no Assentamento e nas decisões em geral.

A mulher, em geral, tem a responsabilidade da dupla jornada de trabalho, desenvolvendo as tarefas do lar, complementada pelas atividades do campo. No caso em

pauta, elas ainda se dedicam, voluntariamente, participando ativamente das atividades de liderança e organização sem caráter político, ou seja, é no âmbito da religião e das relações familiares que elas desenvolvem sua ação como forma de garantir e praticar a sociabilidade camponesa. Essa ação se dá desde a formação e a atuação no Grupo de Mulheres até as atividades exercidas no âmbito da ATRADH, nas reuniões, assembléias, onde se fazem presentes como pontos de pauta os interesses da comunidade.

Depoimentos de algumas mulheres, membros desse grupo demonstraram sua forma de organização:

O Grupo de Mulheres iniciou no início do acampamento pela necessidade de ter o medicamento. A gente fazia e doava o remédio para os trabalhadores porque as famílias não tinha condição de comprar. O Grupo funciona com as mulheres que se dispuseram a trabalhar juntas, na produção de ervas, de produtos (sabonete, pomada, cascas, mel, lambedor, remédios), nas reuniões, e na doação de produtos para o fabrico dos remédios. O projeto foi financiado pela CARITAS Diocesana para fazer o projeto da cozinha, pois para comercializar a gente precisava de um lugar higiênico e seguro para fazer os remédios. Então, hoje nós temos a cozinha e a horta do projeto. O Grupo funciona com as mulheres que se dispôs a trabalhar juntas. Uma produzem as ervas, outras fabricam os produtos, outras participam das reuniões, e já as outras doam produtos para o fabrico dos remédios (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Embasadas na solidariedade costumeira típica da cultura camponesa é que essas mulheres realizam práticas coletivas, comunitárias de cooperação e ajuda mútua repassando as antigas práticas, além de fortalecer a luta política, individual e comunitária, e, especialmente participando nas decisões familiares e comunitárias.

O início foi assim, olhe: a gente foi acampar no relento, sofrendo muito, exposto ao sol, ao frio, ao perigo dos capanga, dos policiais... Era uma vida de miséria, exposto a tudo, sem assistência técnica nenhuma. Persistimos, resistimos, mas as crianças depois de dois meses não agüentaram e começaram a adoecer, passando fome, com desidratação. Não tinha o que a gente fazer. A pobreza era muito grande. Nessa época Salete [Coordenadora do CEDESP'S, enfermeira e funcionária da UFPB] trabalhava no Conjunto [em Cruz do Espírito Santo] e as pessoas sempre estavam pra ajudar e traziam remédios e Salete ensinava para ajudar a gente. Simone ajudou muito ensinando e a gente formou um grupo de mulheres. A gente já tinha a nossa experiência. Então formamos o grupo de mulheres e começamos a fazer oficinas, e aí conhecemos Salete que deu esse apoio. Não vendia os remédio porque não tinha o acompanhamento técnico. Mas, Salete e a Feira [a Feira Agroecológica] que chegou prá gente e a gente começou a vender o produto porque a gente não tinha a escrita. O que importa prá gente não é vender, não é o dinheiro e sim, saber que as pessoas trazem sua gratidão por ter melhorado da saúde (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Dentre as conquistas deste Grupo destaca-se a construção da cozinha e o salão comunitários financiados pela CÁRITAS Diocesana (Ver Figuras 34 e 35), e a horta medicinal destinada ao fabrico de remédios caseiros para a comunidade e para a comercialização na barraca de remédios da Feira Agroecológica (Ver Figura 36).



Figuras 34 e 35: Salão e cozinha comunitários onde se realizam reuniões, encontros religiosos, e a fabricação de remédios caseiros pelo Grupo de Mulheres. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2002-2006.



Figura 36: Barraca de remédios caseiros produzidos pelo Grupo de Mulheres - Feira Agroecológica na UFPB. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2005.

A formação do Grupo de Mulheres trouxe à tona as questões de gênero, a valorização da mulher e sua participação no grupo de camponeses; pois há muito que seu papel era considerado apenas como responsável pelos trabalhos domésticos, o cuidado com os filhos, com o entorno da casa, sem que tivessem o direito à voz no interior do lar, tampouco nas decisões no âmbito da sociedade. Neste sentido, a CPT realiza, esporadicamente, encontros com o Grupo de Mulheres da Várzea Paraibana para fazer avaliação sobre a sua ação e organização nas respectivas comunidades das quais participam.

No que tange às relações familiares e entre vizinhos, as mulheres também desempenham um papel fundamental. Elas procuram freqüentar com assiduidade a casa dos pais, que se transforma no lugar do encontro semanal, pelo menos das mulheres. É ali que se busca apoio para situações de dificuldade, que têm notícias dos parentes, que trocam informações de toda ordem, articulando-se e mantendo a coesão do grupo social e da própria comunidade.

Embora na atualidade algumas mulheres participem de outras estruturas organizativas, como a Associação, o Grupo de Mulheres, ações comunitárias no Assentamento como a formação de mutirões, realização de festas e atos comemorativos, celebrações religiosas, organização da produção e comercialização, o papel delas é mais evidente naqueles espaços de domínio privado, como os da organização associativa, da vizinhança, da religião e da família (Figura 37).

Nesses espaços, sua participação tem sido enfática como forma de atenuar as discussões que estão postas, ora como elemento de união, ora como de discórdia, mas ao final, o que prevalece é o intuito da construção, não restando contendas, inimizades entre os camponeses que porventura comprometam ou venham a destruir sua sociabilidade.



Figura 37: Célia, camponesa, membro da Diretoria da ATRADH. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2002-2006.

Ao se referirem ao trabalho das mulheres os depoimentos de membros do Grupo são diversos, desde a elevação da auto-estima, a inserção em movimentos sociais, à possibilidade de retorno aos estudos para muitas que sequer tiveram acesso às escolas:

A gente trabalha com muito amor e fica contente quando a gente consegue ajudar aos outro, as pessoa doente, e ajuda no convívio com as pessoa. É bom quando o cliente volta prá dizer que ficou bom com o remédio que a gente fez (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Eu voltei a estudar. Estou fazendo a 5ª série no EJA. Vou terminar agora o meu primeiro ano. Sabe o que é isso prá mim? Isso é minha infância, minha adolescência, é a oportunidade de viver tudo que eu perdi quando eu terminar o meu primeiro ano. Esse trabalho das mulheres, de participar, de dá coragem a gente me faz pensar assim. Hoje eu sou outra mulher (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

A opinião masculina se manifestou, ora a favor, relevando a importância para o crescimento pessoal delas e da importância de seu trabalho para a comunidade, ora contrariamente à participação das mulheres em outras atividades comunitárias.

Esse grupo de mulher eu vejo que é uma boa né, porque é um grupinho, tá fraquinho, mas agüenta, resiste, se reúne. E vejo que é uma boa, porque é difícil mulher se reunir. É difícil delas se encontrar porque e até os marido num gosta não que elas se reúnam. As vez eles dizem que vão conversar besteira. Mas a mulher unida ela vence, mas muitos deles num acredita nessas coisa não (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Acho besteira esse negócio de mulher se reunir. Mulher tem que ficar em casa porque em casa já tem muito o que fazer. Eu participo das assembleia e já sei resolver as coisa. Num precisa dela ir não (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

O CEDESP'S, juntamente com um grupo de mulheres voluntárias, desenvolve e acompanha sistematicamente atividades no emprego de remédios a base de plantas medicinais, esclarecendo a comunidade a respeito de sua importância para a saúde humana e a necessária preservação das espécies para as gerações atuais e futuras. Essa entidade iniciou suas atividades junto às famílias no período do acampamento por ocasião da necessidade de atendimento de saúde das famílias acampadas que se encontravam, em situações insalubres, sobretudo, as crianças e os idosos.

A produção de remédios artesanais destina-se à prevenção de doenças do aparelho respiratório, digestivo e problemas dermatológicos, dentre outros e, como complemento alimentar. O Grupo de Mulheres do Assentamento se reúne, semanalmente, nos dias de quarta-feira e quinta-feira, a fim de produzir os remédios e a metodologia utilizada é a da fabricação de remédios a base de ervas medicinais; matéria-prima produzida pelo próprio Grupo na horta medicinal.

Dando continuidade ao trabalho das mulheres, um grupo de crianças sensibilizado com o trabalho das mulheres do Assentamento solicitou a coordenadora do CEDESP'S a realização de um curso sobre ervas medicinais, o qual foi realizado no último trimestre do ano de 2005, junto ao Grupo de Mulheres do Assentamento, sendo monitorado por uma

camponesa do Assentamento Dona Helena, Gorete Simplício, membro do Grupo de Mulheres.

Durante uma das reuniões desse curso presenciamos a interação entre o CEDESP'S, as crianças e os pais demonstrando a preocupação em preservar e tentar praticar o reflorestamento dos lotes a partir do uso de plantas medicinais e nativas. Nos depoimentos de membros do Grupo de Mulheres, observamos as relações de troca de experiência, o trabalho coletivo, a preocupação com 'o outro' e com o meio ambiente, características estas inerentes ao modo de vida camponês.

É importante o pai passar para o filho. A menina já sabe que tudo. Se tá com febre vai usar a Colônia. Nem sempre precisa ir ao médico. Olha, o apoio das planta medicinal é apoio de Deus. É trabalho coletivo e é por amor. O dinheiro que a gente consegue é só prá manutenção da cozinha. O trabalho é voluntário e a gente só tira uma parte do dinheiro prá pagar o fundo de Feira [da Feira Agroecológica], e o resto é só prá manutenção (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Apesar de tudo, ainda é tempo de fazer alguma coisa. No começo era tudo capim e cana. Hoje tem muita coisa, já tem gente fazendo sua reserva de mata, suas planta medicinal (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Participamos do evento comemorativo em homenagem à formação desse grupo de crianças realizado pelo CEDESP'S no Centro Cultural de São Francisco na cidade de João Pessoa, em dezembro de 2005. A coordenadora do CEDESP'S responsável pelo grupo, em sua proposta de trabalho citou a Conferência de Alma-Ata de 1978:

Os cuidados primários de saúde serão mais eficazes se empregarem meios que, compreendidos e aceitos pela comunidade, seja aplicado por pessoal de saúde da comunidade a um custo que esteja ao alcance da comunidade do país. Esse pessoal de saúde da comunidade, entre os quais se incluem, onde pertinente, os praticantes da medicina tradicional; melhor se desempenharão se residirem na comunidade a que servem e se receberem treinamento social e tecnicamente adequado para atender as necessidades da saúde que a própria comunidade considere relevante. A participação comunitária é o processo pelo qual indivíduos e famílias assumem a responsabilidade pela saúde e o bem-estar próprio e da comunidade. (Membro do CEDESP'S, 2005).

Utilizando-se deste princípio a coordenadora do CEDESP'S demonstra a importância de a comunidade estar presente nas construções e debates cotidianos, possibilitando o uso e aproveitamento racional dos recursos locais.

Nesse evento, nas primeiras horas da manhã as crianças iam chegando aos poucos acompanhadas de seus pais, e timidamente, buscavam um lugar para se acomodar no auditório. Em seguida chegou a Profa. Dra. Rinalda Araújo Guerra de Oliveira – UFPB, que convidou as crianças a sentar ao lado esquerdo do auditório, separados de seus pais, formando um pequeno grupo. As crianças atenderam ao pedido, se acomodaram e a Dra. Rinalda solicitou que as crianças ficassem de olhos fechados e lhes entregou um pequeno galho de planta medicinal, [de Cidreira], e pediu a primeira criança que passasse-o às demais crianças após sentir o odor da planta. Quando todos aspiraram a Dra. Rinalda lhes perguntou o nome da planta e todos falaram em coro: _ É Cidreira, Tia! Logo a Dra. Rinalda parabenizou-os e todos aplaudiram.

Nesta primeira atividade observamos que alguns tentaram manter os olhos entreabertos, meio desconfiados, talvez por receio do desconhecido, quiçá no intuito de adivinhar primeiro que as demais crianças.

Em seguida, apresentaram-se vários tipos de plantas medicinais dentre elas a Chanana, o Hortelã, a Cana-do-brejo, o Saião, o Capim Santo, o Cajueiro, o Neem e a Erva Cidreira. Então quase todos identificaram as plantas, e os que não o fizeram, foram auxiliados pelos demais que já tinham o conhecimento daquelas plantas, de forma que compartilharam do sentimento de ajuda mútua, cooperação e solidariedade, trabalhadas durante o curso. Depois as crianças foram indagadas sobre a utilidade das plantas, e respondiam imediatamente:

Tia, eu sei que a Cana-do-brejo serve pra problema nos rins. Minha mãe me disse e quando a senhora disse eu me lembrei que ela falava nisso.

Tia, o Mastruz é prá esses negócio de verme. Diz que toma o mastruz com leite, ou então ele pisado e toma o caldinho.

Tem a colônia Tia, que eu sei que é prá febre, prá tomar banho quando tá com o corpo quente. E a folha da Goiaba a senhora disse que prá dor-de-barriga, não foi?

A importância da mediação do CEDESP'S se dá pela necessidade de se agregar conhecimento científico ao conhecimento popular da comunidade. A Dra. Rinalda enfatizou que o principal no saber comum “é a dosagem do medicamento, é distinguir a planta nociva e a benéfica ao organismo humano, por isso, se faz necessária a presença do profissional de saúde”. Trata-se de um processo antinômico, portanto, não dicotômico, tendo em vista que um saber não exclui o outro, mas que ambos se complementam.

É dessa forma que alguns dos camponeses do Assentamento Dona Helena costumam interagir em seu cotidiano, promovendo trocas de saberes e favorecendo a integração entre os membros da comunidade.

Num momento de diálogo onde interagiam as crianças e mulheres camponesas, a coordenadora do CEDESP'S salientou "as preocupações em preservar, conservar e repassar o saber popular sobre as plantas aos filhos, incentivando a permanência da cultura, através da fé, de uma religiosidade no sentido de traduzir o potencial revolucionário do Evangelho, como instrumento de libertação":

A gente precisa cuidar da Mãe-Terra. Neste trabalho, participaram de todo o processo de acompanhamento desde o cultivo até a colheita, a transformação de alimento e remédios das plantas como o Gergelim, o Girassol, a Soja e o Cajueiro. Nesse acompanhamento construímos a prática do cuidado do plantar a terra, onde destacamos: 1- Incentivar a construção de uma comunidade auto-sustentável empregando as plantas medicinais para as suas necessidades cotidianas e como renda familiar; 2- respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos; 3- melhorar a qualidade de vida; 4- conservar a vitalidade e a diversidade do planeta Terra; 5- modificar atitudes pessoais; 6- incentivar que as pessoas cuidem do meio ambiente onde vivem; 7- gerar uma rede do cuidar da Mãe-Terra; 8- condicionar a criança a uma visão de plantas medicinais na sua realidade de comunidade. A gente precisa ajudar a passar essa informação para aqueles que não estão presentes nessa reunião. Temos que fazer o plantio de árvores nativas e das que estão em fase de extinção. O Babartimão, Jucá, Angico, Cumaru, Acácia, Ipê-roxo, Batiputá, Catingueira, e outros como a Soja, o Gergelim, o Caju. É importante passar para o filho porque um dia a gente vai morrer e a gente tem que passar. A gente precisa passar prá eles aprenderem que há remédios em casa. Precisa se deixar uma reserva de mata. É legal. Ela dá chuva, Oxigênio, árvores, vida. O trabalho com as crianças é uma garantia de quando elas crescerem, esse pode se multiplicar. (Membro do CEDESP'S, 2005).

Houve um momento em que os membros da comunidade se pronunciaram a frente do auditório, como foi o caso de Gorete e duas crianças que seguravam um cartaz feito em homenagem a coordenadora do CEDESP'S a fim de demonstrar-lhe os resultados do trabalho desenvolvido por elas mesmas, e com grande desenvoltura, uma das crianças começou a falar:

Quando a gente começou com o grupo de crianças, as primeiras plantas estudadas foram o Cajueiro e a Soja. Depois que a gente viu as planta, a gente falou sobre a utilidade delas, prá que elas serve, né! Aí a gente falou que tem a castanha, a polpa para fazer o suco, o doce, as cascas, as folhas e as raiz prá fazer os remédio. Aí cada um falou um pouco do que sabia. Depois a gente fez outros cartaz com o Gergelim e o Girassol. Bom, agora a gente quer, em nome das criança todinha de Dona Helena que não puderem vim, a gente quer agradecer e dizer que Dra. Salete é muito especial prá

gente, que ela ensinô muitas coisa prá gente, e que o curso foi muito bom. (Criança, filha de camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Essa criança sempre remetia ao cartaz mostrando as gravuras e desenhos realizados pelo grupo de crianças que não pode comparecer ao evento em virtude das condições financeiras.

Ao final, essa criança se despediu, posou para fotos, timidamente, ao ser aplaudida por todos. Foi o momento em que a coordenadora do CEDESP'S abraçou-a, beijou-a agradecendo ao grupo de crianças como um todo.

O trabalho das crianças também foi elogiado pela monitora do curso, Gorete, uma camponesa que foi ao palco e falou sobre o trabalho desenvolvido por ela junto às crianças e à coordenadora do CEDESP'S.

O trabalho com as crianças é uma possibilidade e garantia de que quando elas crescerem esse saber pode se multiplicar e essa história não se acabar. O meu recado para os jovens é que a terra é uma mãe e acredito que para o trabalhador a terra é a saída, a sobrevivência. Mas muitos estão estudando já pensando em ter alguma coisa na cidade. A terra é mãe e prá quem nela trabalha consegue tirar a vida. Nela os jovens têm que batalhar pra conseguir tirar a vida. As crianças é essa possibilidade de continuar essa história que a gente faz. A gente quer somente ser o que a gente é, na nossa simplicidade, viver na nossa humildade, tendo somente o que a gente precisa para viver, porque nós somos da terra, do campo e não precisamos muita coisa não. A gente precisa ter o que comer, onde morar e viver com dignidade. Esse trabalho é uma missão. Salete incentivou a trabalhar com as crianças. Então eu comecei a ajudar a esclarecer o que era uma planta. Fiz três meses com as crianças. Eu fiquei besta com tanta sabedoria. Às vezes a gente pensa que eles não sabem de nada. O trabalho é gratificante demais! Elas gostam demais. Pegam na enxada, vão pra dentro do roçado... O que preocupa a gente é que eles aprendam e dêem valor a essa terra que é da gente, onde a gente derramou nosso sangue. O objetivo do trabalho com as crianças é prá gente não se esquecer de nossas origens. Somos de áreas de assentamento, filhos de agricultores, somos agricultores também e temos que preservar nossa cultura, nosso meio ambiente, agradecer aos apoiadores, a CÁRITAS, a Salete, o CEDESP'S as mulheres, a UFPB. É cansativo, mas é gratificante, pois beneficia outras áreas de assentamentos que a gente divulga o que a gente aprende. Tem gente que pergunta todos os passos para fazer um remédio e a gente tem o prazer de ensinar. A gente faz a multimistura, a pomada multiervas, o sabão de melão, o sabão de aroeira. Temos depoimentos de pessoas com tratamento de problemas renais, próstata, que usam os remédios, tem curas e outros estão em tratamento. (Monitora do curso de ervas medicinais, camponesa do Assentamento Dona Helena, 2005).

Sobre os depoimentos de Gorete com o Grupo de Crianças que enfatiza “ser este trabalho uma missão, uma obra de Deus”, assim se pronuncia a Dra. Salete enaltecendo o espírito de solidariedade, fraternidade:

O depoimento de Gorete é essa missão que a gente tem que levar. O CEDESPS é trabalho voluntário para divulgar e unir aqueles que querem trabalhar para o outro. As pessoas que querem receber dinheiro não entram nesse trabalho não; não entra nesse grupo não. É um grupo de missionários. Tem pessoas que tem chegado com revelações de Deus e descobrem com essas revelações um remédio, e divulgam esse trabalho prá gente. Outros passam por isso, vem, divulgam e acabam ficando trabalhando com a gente. É um trabalho feito prá atender essas comunidades carentes, porque tem essa missão. São áreas que só vai lá o enfermeiro, a pessoa que tem a missão. O poder passa. A missão, o amor, o carinho é permanente. Cada cidadão brasileiro deve saber sobre a utilidade das plantas. O tratamento e a prevenção de doenças como o câncer, o fumo, o alcoolismo, as doenças renais pode ser feito a partir do uso de plantas medicinais, e alerta para não usarem as cascas do caule para não estragar ou matar a planta, procurar sempre usar dos galhos mais grossos e procurar se prevenir do sol forte. (Membro do CEDESP`S, 2005).

Após essa fala os trabalhos foram encerrados com a realização de uma mística, em círculo, entoando cânticos e orações em agradecimento a Deus, respeitando-se o ecumenismo religioso.

O CEDESP`S encerrou os trabalhos de acompanhamento à comunidade no ano de 2006, entretanto, as sementes do aprender e do ensinar frutificaram através das práticas orientadas às mulheres e às crianças através da educação não-formal.

Também outra prática de educação não-formal é realizada pela CPT e concretizou-se através do Grupo de Cisterna de Placas. Essa é uma ação realizada junto aos camponeses a partir do emprego de recursos doados advindos da Itália e da Holanda, onde há organizações como Bancos privados, e membros da sociedade civil que se reúnem e buscam através de campanhas e competições, angariar recursos para doações aos “pobres” tendo em vista uma maior preocupação de extensão dos direitos a todos os cidadãos do mundo, inclusive o direito a água⁹³.

A cisterna de placas consiste num reservatório d'água cilíndrico, coberto e semi-enterrado (Ver Figura 38). É destinada ao armazenamento de águas captadas das chuvas. Sua capacidade é em média de seis mil litros de água que serve para o abastecimento familiar por cerca de seis meses, em média, evitando a evaporação e, principalmente, o risco de contaminação causada por animais.

⁹³ Entrevista concedida por Religiosa da CPT, 2005.



Figura 38 - Cisterna de Placas construída na parcela do Seu Antônio Severo. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, novembro de 2005.

Até o ano de 2006 havia no Assentamento Dona Helena cerca de trinta e duas famílias camponesas que já dispunham de uma cisterna de placas, enquanto as demais famílias aguardam a chegada desses recursos que se dá por etapas.

A chegada e distribuição dos recursos financeiros anuncia a construção de mais um equipamento que possibilita a qualidade de vida entre as famílias camponesas. Desta forma, participam de reuniões e capacitações onde serão decididas quais as famílias beneficiárias, em função da necessidade e do compromisso da família em participar do Grupo de Cisternas. Embora sejam recursos doados, há um entendimento no Grupo de Cisternas que o beneficiário deverá se comprometer a pagar 50% do valor do bem que será destinado à aquisição de novas cisternas para o atendimento de outras famílias.

A construção das cisternas é realizada a custo zero, tendo em vista que os camponeses se reúnem em mutirões destinados a tal fim. Neste sentido, se envolvem homens, mulheres, crianças, jovens e idosos que constroem as cisternas em parceria na realização de mutirões e, posteriormente, deslocam-se até outras residências para retribuir e partilhar seu trabalho e solidariedade de outras cisternas.

A Irmã Marlene fez uma reunião e quem estava participando ganhou uma cisterna. Prá fazer uma cisterna é muito difícil. Tem que ter ajuda da comunidade. Para fazer o primeiro grupo das cisterna, houve uma capacitação e participaram cinco pessoas. Essas cinco pessoa passou conhecimento prá mais doze que participou do trabalho de construção das cisterna. A Irmã Marlene foi que conseguiu as cisterna (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Seu [fulano] fez um barreiro e gastou R\$1.000,00. Se ele fosse sabido e tivesse escutado a gente que já tem a experiência, ele tinha feito era uma cisterna e tava sem problema de água prá casa (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A gente tem que ter o cuidado com a cisterna e não pegar a primeira água, pois pode ter sujeira, poeira, coisa de animal, passarinho, morcego. A gente

precisa ter um gatinho pa cumer os bichim. Precisa de gato, lagartixa, sapo...
Prá limpá... (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Os depoimentos acima demonstram as práticas educacionais vivenciadas pelos camponeses, através da educação não-formal prestada pela CPT nas reuniões, nos projetos, nos encontros cotidianos, no trabalho, enfim onde há a troca de experiências, e com ela o ensino-aprendizagem, enfim, a construção, ocorre e se solidifica como práticas educativas e de saber.

Embora apenas 34,61% das famílias disponham de cisternas em suas residências, ocorre entre os camponeses a solidariedade e a ajuda mútua como características inerentes ao seu modo de vida, no sentido de fornecer água às demais famílias quando solicitados. Ou seja, não implica apenas no atendimento das trinta e duas famílias, mas de muitas outras que se utilizam da água de cisternas para consumo humano, tendo em vista a escassez desse recurso. Na falta de água ocorre a cessão de água aos vizinhos que não dispõem de cisternas, os quais prontamente cedem-na àqueles que dela necessitam.

4.4 - A Atuação do Centro Rural de Formação (CRF) no Assentamento Dona Helena

O CRF é uma organização ligada à Arquidiocese da Paraíba e se mantém em grande parte através de recursos doados por fiéis religiosos da Itália e da Holanda. Fundado no ano de 2001, no Assentamento Canudos, também no município de Cruz do Espírito Santo, onde permaneceu até outubro de 2004. Nesse período deslocou-se para o Assentamento Dona Helena tendo à frente o Padre Gabriele com o assessoramento da Maria Cristina.

A instalação do CRF na sede da ATRADH foi importante porque possibilitou a reconstrução da sede do Assentamento cujas instalações se encontravam em grande parte em ruínas. Além disso, seu objetivo maior fundamenta-se na alternância de grupos de jovens, filhos de camponeses, na promoção e difusão de conhecimentos gerais, cursos sobre agropecuária, horticultura e informática.

Durante uma reunião realizada na sede do CRF, no mês de agosto do ano de 2005, em que se fizeram presentes membros da EMATER, da UFPB, de Organizações Não-Governamentais - ONG's, da CPT, do CMDRS, e alguns camponeses do Assentamento, assim se pronunciou o Padre Gabriele:

É uma satisfação muito grande prá nós estarmos à frente do CRF, pois o nosso técnico hoje é um ex-aluno, o Ivanildo, um menino que saiu do CRF. Ele [o aluno, atual técnico] é do Projeto de Assentamento Canudos. Temos como objetivos no CRF o atendimento as necessidades dos jovens no campo agrícola, a criação de vaca, porco, galinha; a educação cidadã. A escolarização daqui do município é péssima! É caso de denúncia! A nossa idéia é a de trabalhar nos jovens o espírito de liderança política, mas com discussão aberta. Aqui na sede a gente montou esta estrutura com mandala, cata-vento, a horta... Isso prá que eles vejam que podem fazer também, além do mais, eles participaram da construção e fica sempre vendo tudo isso! Aqui eles têm de tudo um pouco. Nosso contrato vai até 2010. Então aqui eles têm computador, data-show, impressora, retroprojeto. Um pouco mais do que eles não dispõem normalmente na escola. A formação do CRF é uma satisfação muito grande para nós, pois hoje, o nosso técnico é um menino que saiu do CRF. Ele é do Projeto de Assentamento (PA) Canudos. Ele trabalha a horta da casa dele e a dos camponeses dando orientação. Nós temos sete jovens que ganharam bolsas e que se revezam entre o trabalho doméstico, as reuniões e a prática no cultivo da horta comunitária. Nós conseguimos colocar uma barraca na Feira Agroecológica e os jovens estão gostando de participar (Membro do CRF, 2005).

Os camponeses participantes da reunião interagiram, opinando sobre a importância do trabalho no CRF:

O jovem sonhar fora daqui, ele está perdido! A gente tem que botar nossos jovens prá trabalhar na roça. Eles vão continuar o nosso trabalho. Hoje mesmo, assim que me levantei eu tive que cuidar de três cabritas que deu cria. Oh, que maravilha! Se eu tivesse na cidade eu não ia ter isso prá ganhar e fazer. Acho que o CRF é a tocha que vai incendiar o pavio. Se tá ruim, vamos procurar produzir o que é bom (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A gente produz prá uma semana. Não pode passar disso, senão estraga e a gente perde. Antes eu não ia prá Feira não. Mas agora, a gente colocou a barraca e eu estou gostando de participar. É bom ir prá Feira e conversar com o povo. (Filho de camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

O Padre Gabriele expressou sua preocupação e falou de seu trabalho voltado para os jovens, em virtude das precárias condições das Escolas Públicas Municipais, onde perdura o regime abusivo e inércia do poder local frente às causas sociais.

Em entrevista realizada, uma das alunas bolsistas nos informou que o CRF promoveu a concessão de sete bolsas de estudo aos alunos que mais se integrassem aos cursos de horticultura, bovinocultura e agricultura, oferecidos. Os alunos bolsistas participam três dias por semana das atividades que são diversificadas, havendo revezamento nos dias e nas atividades, condicionando a participação de todos, mas também, para que eles tenham

disponibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em suas parcelas, funcionando como agentes multiplicadores de saber. Às quintas-feiras, todos os alunos devem comparecer ao local onde são realizadas reuniões, ou ministradas as aulas.



Figura 39 - Alunas bolsistas do CRF durante o manejo da horta orgânica. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, outubro de 2005.



Figura 40: Padre Gabriele Giacomelli. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2007.

No relato dessa aluna ficaram registrados os resultados obtidos a partir das atividades realizadas pelo CRF. Suas preocupações e descobertas se dão em todos os âmbitos da aprendizagem, desde as questões políticas, educacionais, sociais, e principalmente a ênfase sobre a realidade do campo e sobre a interação de saberes nas trocas de experiências:

Esses sete alunos bolsistas já têm sua horta caseira e semanalmente nós vamos ao CRF para fazer o manejo da horta do CRF. O Padre Gabriele trabalha com a participação cidadã. A parte da educação ele auxilia na matemática, na política da Cidade. Hoje a gente tá bem informado sobre o que acontece na Cidade, sobre a escola que funciona na Cidade que é bem precário o funcionamento, tem aulas vagas... Tem um convênio da Secretaria de educação do Estado - a Primeira Região de Ensino com a Escola Estadual, e a Cristina e o Padre Gabriele fazem um trabalho com a Escola.

Estamos agora trabalhando com a conscientização do lixo no Colégio. O trabalho do CRF me ajudou muito. A minha perspectiva é a de passar na entrevista em Bananeiras [Curso Técnico de Agropecuária]. Eu me sinto muito insegura, pois o Colégio não me possibilitou esse estudo suficiente para o vestibular. Engraçado que estamos começando a ficar conversando, discutindo sobre a escola. A Diretora diz que isso acontece em todas as escolas, mas a gente tenta mudar essa situação. Hoje eu já busco outras informações. Não gosto mais de ficar em casa, mais acomodada não! Agora eu já participo da audiência, sessão na Câmara, reuniões, já leio as leis... Não entendo tudo, mas já sei procurar! (...). Houve também um curso de defensivos naturais aproveitando o que a natureza nos oferece. Há defensivos químicos que nós podemos usar, pois a natureza é química também. Usamos o Sulfato de Cobre mais a Cal, pois a produção agroecológica permite. Temos as armadilhas de garrafas-pet na cor amarela com um papel amarelo dentro, que atrai insetos. Há repelente que é o cravo. Há as leguminosa que servem para o fabrico de defensivos (feijão guandu, o Nim para defensivo de flores... tem o xixi de vaca mais a cinza, o estrume verde, a cebolinha de molho para a mosca branca (...). Os pais têm certo tabu com novos conhecimentos, mas sinto dificuldade de produzir, pois falta a água. Tento divulgar a minha horta para as pessoas. Meu pai trabalha na Usina e maneja o caju. Ele não acredita no que eu falo. Meus pais são bons, eles me apóiam em tudo que eu faço. Nós fizemos um trato e plantamos juntos com e sem agrotóxicos. O dele morreu e a minha não (Aluna, bolsista do CRF, 2005).

A denúncia oferecida pela aluna em relação ao descaso com a educação naquele município encontra sustentação na fala do Padre Gabriele:

A escola do município na cidade é muito precária, com seu grupo de estudantes do Grêmio bastante precário, pelego, onde a diretora não tem perspectivas renovadoras, e apenas sustenta a ideologia local, representante do poder local. Os alunos não têm iniciativa, são muito passivos a tudo. É bem capaz que os Usineiros só queiram contratar pessoal daqui de Cruz do Espírito Santo-PB, pois são de um nível educacional tão elementar que nada reclamam nem lêem. Na escola da Cidade, professor não dá aula, não tem cadeira prá todos os alunos se sentar, a higiene na escola é vergonhosa. Os alunos, pela realidade que vive, são passivos a toda essa situação.⁹⁴

O conjunto dos depoimentos registrados sobre a escola por religiosos, educadores, estudantes e lideranças políticas indicam questões de ordem moral e ética, relativas à Educação Formal no município quando deixam de considerar, primordialmente, a realidade do aluno, sobretudo, quando os deixam sem aula.

Posterior ao curso oferecido aos jovens das áreas de Assentamento da Várzea Paraibana no ano de 2005 foi desenvolvido um novo projeto, denominado pelos próprios

⁹⁴ Ver no site <http://www.pastoraldajuventude.com.br> o artigo “A Carta de Sofia”. Esta carta foi escrita por uma jovem estudante, filha de camponês do município de Cruz do Espírito Santo – PB denunciando as irregularidades ocorridas no âmbito educacional na Escola Estadual Fernando Milanez localizada na área urbana desse município.

jovens de CRF Mirim. Destinava-se a atender as crianças, filhas de camponeses, e a propositura deste curso partiu das próprias crianças interessadas em realizá-lo no CRF.

“Estão abertas as inscrições para os pais matriculem suas crianças que desejarem participar do curso de horta familiar que vai ser ofertado pelo CRF. É um projeto chamado ‘Aprender a fazer brincando para fazer em minha casa’”. Foi assim que Célia, camponesa, iniciou o convite destinado aos pais das crianças interessadas no referido curso.

Este convite expressa a extensão das atividades educativas desenvolvidas no CRF a grupos de crianças, filhas de camponeses, voluntárias. O primeiro curso a elas destinado se deu de forma integrada com as demais atividades do CRF dirigidas ao Grupo de Jovens.

Marcos (2004, p. 1-2), fala de iniciativas como essas que possibilitam aos participantes, estes grupos para se tornarem os “atores da mudança”⁹⁵. Trabalhos desse tipo têm sido desenvolvidos no CRF, o que foi relatado por um de seus membros:

Esse trabalho é para socializar as crianças porque na escola eles não têm o lúdico, o lápis de cor, a história E eles precisam desse resgate. Então a gente está num momento de eles pensarem e sentar, contar histórias da terra, da família, fazer uma roda de leituras, contos, histórias. Eles não têm isso em casa!... A minha proposta é que a gente continue esse trabalho. Pode ser na casa das crianças, em qualquer lugar, até debaixo de uma árvore... A gente lê, conta histórias, tem o teatro, um contato com a natureza, que seja prazeroso. (Membro do CRF, 2006).

Esse depoimento revela a despreocupação com a fixidez do lugar escolar e sua conseqüente itinerância, o que demonstra a idéia de Frago (1998, p. 66) com a “escola peripatética, que não prescinde um lugar específico, pois, (...) os lugares variam em função dos objetivos” igualmente com a mobilidade do mestre, “os mestres itinerantes”.

O Grupo de Jovens do CRF foi preparado, tendo por base um treinamento voltado para o ensino da metodologia a ser trabalhada com as crianças.

Quanto à metodologia, procuramos aproveitar seu conhecimento prévio, sua realidade, o trabalho dos pais e adequá-los aos conhecimentos que nós tínhamos, de forma que mostrasse para eles a importância de trabalhar, da ajuda em casa, no trabalho dos pais, e dos cuidados com o meio ambiente e com a saúde. Não é nosso interesse que aprenda para vender os produtos, mas que eles façam na casa deles e que divulguem esse trabalho para os pais e amigos. Engraçado que a gente aprendeu muito com as crianças, como trabalhar com elas, na motivação, foi muito bom! Aí a gente ensinou às crianças para que sempre tudo que elas aprendessem, passassem para os pais

⁹⁵ As forças capazes de promover o salto necessário para a mudança em direção a nova forma de desenvolvimento exógeno e recuperando a identidade local nas suas formas mais expressivas.

delas. A Carolina [criança] foi conhecer o CRF e numa conversa com o Padre Gabriele, ele analisou e lançou a proposta para os jovens de trabalhar com as crianças. Dividimos as dez crianças em três grupos na teoria e na prática. A teoria era os cursos de água e solo I, II e III. A prática era pra capinar, raleamento [separar as mudas], escarificar [fifar a terra] e a colheita. Eram dois grupos para a horta e um para galinhas. As aulas eram dadas pelos bolsistas e os alunos passaram de duas a três semanas nesse curso e ficam hospedados aqui no CRF. O Padre ia deixar os alunos de carro na escola e depois ia buscar. À noite, a Cristina ficava com eles e contava histórias, passava filmes. A teoria era dada com aulas, desenhos, músicas, depoimentos e filmes. A prática era na horta. E assim foi feito o curso e eles gostaram muito. E assim foi feito o resgate da história de vida da criança, a forma de trabalhar a terra pela família, os cuidados com o meio ambiente, muitas coisas (...) (Filha de camponês do Assentamento Dona Helena, ex-aluna bolsista do CRF, 2005).

Nas palavras do Padre Gabriele, a história das crianças que se propuseram a aprender junto ao CRF a construir a horta comunitária, e com isso poderem contribuir com o trabalho de sua própria família, traz como proposta aliar a teoria com a prática relacionada com o modo de vida camponês e com isso, a necessidade de incentivar-se a criança a continuidade do trabalho da família no campo. Esse trabalho educativo com as crianças realizado pelo CRF constitui-se numa prática de educação não-formal construída em grupos, que surge a partir da iniciativa das crianças do Assentamento ao observarem o trabalho do Grupo de Jovens do CRF. Ao final de cada grupo formado, o CRF costuma realizar encontros com as crianças e os pais a fim de avaliarem curso (Figura 41).

A continuidade das atividades com esse grupo de crianças se dá na atualidade sob a forma de “rodadas de leitura”, onde são desenvolvidos trabalhos artísticos tendo como temática a história de vida das crianças (Ver Figura 42).



Figura 41 - Reunião dos pais e crianças no CRF. Momento em que o Padre Gabriele pediu que observassem o pátio externo do CRF e os trabalhos realizados pelas crianças. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, outubro de 2005.



Figura 42 - Grupo de Crianças do CRF – Mirim durante um momento de “rodada de leitura” orientada por Cristina, ao fundo. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, outubro de 2005.

É um trabalho que reflete uma preocupação da sociologia do cotidiano ao procurar as “continuidades nos descontínuos”, que é representado no ato do não fazer pela escola refletindo-se na carência dessas crianças. É na preocupação de suprir as necessidades e resgatar a cidadania das crianças e jovens no Assentamento que o trabalho do CRF se aproxima de “Os Sem-terra, ONG’s e Cidadania”, de Gohn (1997, p. 146) que afirma:

os princípios fundamentais da educação apontados pelo MST determinam que a escola de um assentamento deve preparar para a cooperação; a direção da escola deve ser coletiva e democrática; a escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças no assentamento, o ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico; o coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno; o professor tem que ser um militante; a escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística pela luta popular, e a escola também é lugar de viver e refletir sobre uma nova ética.

Entretanto, este percurso de possibilitar às crianças e jovens o ato de criticidade tem levado o CRF a alguns percalços no sentido de concretizar o seu trabalho, pelos déficits educacionais, até a carência afetiva de meios reveladas em seu cotidiano familiar, cuja história de exclusão e pobreza, marca o presente e o futuro dessas crianças.

De fato, o trabalho dos adultos serve de inspiração para as crianças, que em geral, têm uma tendência a desde muito cedo, acompanhar seus pais nos trabalhos do roçado, no trabalho acessório, que se constitui num ensino para a vida, como se depreende do relato de um membro do CRF: “as mães precisam realizar as atividades domésticas e deixam os filhos cuidando dos irmãos. Quer dizer, os irmãos não são poucos”.

As crianças desde muito cedo acompanham seus pais no trabalho diário, seja como um modo de ajudar brincando, e nesse instante, também se constituindo um ensino para a vida; seja como um modo de trabalho indispensável, quiçá um trabalho forçado (Ver Figuras 43, 44 e 45).

Em relação ao trabalho infantil, acessório e indispensável, há um depoimento de um camponês na forma de provérbio que ressalta a importância da mão-de-obra infantil no trabalho familiar, expresso da seguinte forma: “serviço de menino é pouco e quem o perde é louco”.



Figura 43 - Momento do acampamento em que crianças, jovens e adultos estabelecem a partir do trabalho, as trocas de experiências, o saber informal. Fonte: Arquivo Assentamento Dona Helena. Pesquisa Direta, 1995.



Figura 44 – Trabalho realizado numa família camponesa com participação, inclusive das crianças que “aprendem brincando”. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2005.



Figura 45 - Momento em que crianças realizam pequenas tarefas em meio ao trabalho cotidiano.

Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006.

O provérbio reforça situações que envolvem as crianças e que é confirmado por alguns mediadores sobre a existência do trabalho infantil obrigatório, de tal forma que se suprime o tempo de ser criança. Nesse sentido, se pronuncia Martins (1993, p. 51-80), em sua obra “O Massacre dos Inocentes” que trata sobre o trabalho infantil, e no caso de algumas crianças do Assentamento Dona Helena, não apenas o depoimento de alguns mediadores, como também de algumas crianças denunciam essa realidade da necessidade de “ajudar” em casa, enquanto a mãe vai ao trabalho. É um aprender forçado, que prepara para a vida, mas que denuncia “o roubo da infância”. Conforme anuncia Martins em seus estudos ao se referir aos povoados do Maranhão em O Massacre dos Inocentes, (1993, p. 67):

A alegria da brincadeira como exceção circunstancial é que define para as crianças desses lugares a infância como um intervalo no dia e não como um período peculiar da vida, de fantasia, de jogo e brinquedo, de amadurecimento. Primeiro trabalha, depois vai à escola e depois brincam, no fim do dia, na boca da noite. A infância é um resíduo de um tempo que está acabando.

Ao serem questionadas algumas crianças nos relataram:

Eu aprendi com mãe a cuidá da casa. Eu gosto de brincar. Mas primeiro eu tem que arrumar a casa, forrar as cama, lavar os prato e cuidar do meus irmão, enquanto mãe vai trabalhá. Aí a gente vem pra escola. Tem a hora do recreio que a gente brinca um poquim, mas aí quando a gente volta, já é de noite (Filha de camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Eu gosto de fazê as coisa em casa. Fico em casa enquanto mãe lava roupa. Varro casa, lavo prato e cuido dos menino pequeno e depois assisto televisão. Quando dá tempo eu brinco. Eu gosto de ajudá (Filha de camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

O aprendizado dessas crianças leva-as a experimentarem muito cedo as obrigações da vida adulta. A origem humilde, praticamente as obriga ao trabalho como complemento da força de trabalho familiar, deixando de ser apenas um trabalho acessório. E mesmo afirmando que gostam do trabalho, pela necessidade, não conseguem ou “não pode ver que um adulto já nasceu no interior do seu corpo de criança, obrigada a cuidar dos afazeres de casa e trabalhar fora, além de ir à escola, enquanto a mãe trabalha” (MARTINS, 1993, p. 77).

A presença do CRF no Assentamento Dona Helena tem significância considerável, pois ele se constitui num espaço de mediação entre o Assentamento e outras instituições. Essa mediação se dá, inclusive, a partir da disponibilidade da estrutura material composta de uma sala de aula, dois dormitórios com capacidade para receber vinte e quatro alunos e/ou visitantes, cozinha, salão de eventos onde funciona a ATRADH, sala de informática. Na área externa encontra-se jardins, horta, mandala com plantio das flores tropicais, demais dependências onde funcionam a organização central do CRF e os aposentos do coordenador, o Padre Gabriele. Essa infra-estrutura retornará para o domínio da associação após transcorrerem dez anos do acordo efetuado entre o CRF e a ATRADH. Durante esse período o CRF desenvolve as atividades educacionais não-formais, porém, findo o contrato, os equipamentos construídos ficarão sob a responsabilidade da comunidade.

O espaço do CRF é utilizado em diversas circunstâncias. É espaço de formação para a comunidade, mas é também local de reuniões, assembleias da ATRADH, celebrações religiosas, por ocasião de eventos da comunidade, reuniões da Feira Agroecológica, cursos e capacitações de jovens, crianças, camponeses, seminários de histórias da terra, enfim, é o ponto central de referência do Assentamento, assim como o espaço de lutas e tomada de decisões.

4.5 A Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Dona Helena (ATRADH)

A Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Dona Helena (ATRADH) fundada por ocasião da conquista do território camponês do Assentamento Dona Helena constitui-se no espaço político de tomada de decisões da comunidade. É composta pelos sócios fundadores, ou seja, os camponeses e camponesas, os filhos e filhas de camponesas

maiores de idade que participaram da construção do Regimento Interno da ATRADH, e demais familiares desses camponeses associados posteriormente ao momento da fundação desta. Possui um Conselho que é responsável pela fiscalização e resolução dos problemas do Assentamento, sendo constituído pelo presidente, o tesoureiro, três fiscais e um secretário. A vigência de cada gestão permanece por dois anos, não sendo permitida no Estatuto a reeleição do presidente.

É na Associação onde os camponeses se reúnem, ordinariamente, na primeira segunda-feira de cada mês e, extraordinariamente, quando necessário. No domingo que antecede as Assembléias mensais, o Conselho se reúne na sede da Associação para discutir e aprovar a pauta da assembléia (Ver Figura 45).



Figura 46 – Assembléia mensal realizada na sede da antiga fazenda Engenho Novo. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2005

A gente vem no domingo pra fazer a pauta porque a gente tem um compromisso muito grande e a gente tem vontade de que a comunidade seja mais unida. Mas a gente que é da Associação é muito criticado, ameaçado, mas, temos a consciência de que nosso trabalho é como semente que se planta. Os resultados um dia acabam saindo (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A Assembléia é o momento das discussões sobre os problemas da comunidade. É onde são dados os avisos de relevância política, religiosa, social e econômica. As discussões são, geralmente, calorosas, pois são os momentos em que todos expõem suas opiniões acerca dos temas abordados e/ou denúncias de irregularidades no Assentamento. Iniciam-se por volta das oito horas da manhã quando chegam, aos poucos, os membros do Conselho e os camponeses que se acomodam no salão da “sede da fazenda”, assim como denominam a sede da Associação. Antecipadamente os membros do Conselho se dispõem a organizar as cadeiras no

salão, organizar a mesa, verificar os livros de Ata e o de Frequência da Reunião. Verificam também os cartões dos associados, pois esse é também o dia em que geralmente, é feito o pagamento da mensalidade dos associados que é de R\$1, 00 (Um Real).

Ao iniciar a Assembléia o presidente lê a pauta do dia e logo após abre espaço para que alguém realize uma oração e faça a pregação da Palavra de Deus. Momentos como estes são presentes nas assembléias e eventos da ATRADH, a exemplo de datas comemorativas e na posse de membros da diretoria da associação.

Geralmente seu José Bonifácio, Seu Antônio Severo, Seu Manoel Messias e Severino, são os que, freqüentemente, se dispõem a falar. De acordo com o relato do senhor Bonifácio, nesses momentos se traz a ordem às questões relativas “aos cuidados com as palavras que são faladas, ao olhar para si, ao cuidar do meio ambiente, e amar a terra como sendo uma dádiva de Deus”.

Durante uma leitura do Evangelho, assim se pronunciou o senhor José Bonifácio propondo uma reflexão a partir dessa leitura relacionando-a a história da luta pela permanência na terra conquistada:

Essa história conta a história do mensageiro de Deus. O Reino de Deus começa aqui na terra. A colheita é dada pelo que você plantou. João Batista falou que devemos cuidar dos problemas aqui na terra onde começa a vida eterna. Vamos ouvir as pessoas falar porque nós somos uma família de adulto. Que se lembre do ouvido no Evangelho sobre o amor. Vamos viver em paz, escutar a palavra de Deus, pedindo que vamos mudar de atitude aqueles que tem a reação bruta do coração. Que temos que olhar a Mãe-Terra como nossa mãe, que tem o fruto de Deus, o alimento e que não podemos destruir.

Há momentos de grande desconforto durante as assembléias, pois se ouvem gritos, ameaças, pessoas se levantam demonstrando indignação, tornando o momento um tanto crítico para alguns camponeses. No entanto, eles se pronunciam de modo distinto diante dessas situações. Os que mais se integram e lutam em grupos, definem como um momento necessário, de contribuição à construção política da comunidade.

Tá vendo como foi hoje? Hoje foi pesado! Mas é assim que a gente vai pra frente. Aqui a gente se enfrenta e diz tudo que tem pra dizer pra depois não sair falando nos lugar errado. É assim que eu gosto, as pessoas reivindicando, falando e lutando pelos seus direito! (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A Associação aqui do Assentamento Dona Helena tem muita briga, muita discussão, mas ainda é a que funciona. Se a gente procurar aqui nas redondezas não tem nenhuma assim. Olhe que eles são organizados! Eles

têm uma pauta, tem os momentos de cada um falar. Eles ouvem todos! (Membro do CRF, 2006).

Já os mais isolados, desligados do processo de formação de grupos, vêem a situação de forma adversa, e não atribuem a importância desses instantes a momentos de construção política comunitária:

Olha, sempre termina assim... Uma bagunça! Eles num tem moral e deixa tudo virá bagunça. Eu vou terminá num vindo mais prá essas reunião. Só tem confusão. Ninguém houve ninguém... O dinheiro qui recada só dá pa pagá as conta. É só pra que serve (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

É melhor cumê! Assim a gente paga e não sobra nada do dinheiro da sociação! Só fica diva [dívida]! Essa Sociação num tem respeito porque as pessoa só vem pra brigá por porqueira de dinheiro. Eu vou dexá de vim aqui. Só vem agora na eleição (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Mas a ATRADH enfrenta dificuldades, principalmente, ligadas ao fato da inadimplência por parte dos camponeses que tem atualmente, apenas cerca de 50% de sócios cadastrados. A procura pelo cadastramento foi detectada por vários motivos, dentre eles, o direito a voto, a decidir na Associação; a garantia de uma aposentadoria futura, e um fator bastante argumentado é o acesso ao crédito, de tal modo que ao serem comunicados sobre a liberação de custeios e financiamentos, observamos que há um aumento no número de sócios adimplentes, assim como o aumento de presentes nas Assembléias.

Tem muita gente sem pagar a Associação. Eles dizem que não tem nenhum empréstimo em vista, não entra mais nada, então não vai mais pagar, porque não consegue mais nada. Eles também chamam a gente de ladrão, que faz desvio e não acredita na gente não. Mas quando tem custeio aí vem mais gente. (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Dentre as famílias entrevistadas, 78,95% afirmaram que participam das assembléias da ATRADH.

Houve um momento de disputas acirradas no interior do Assentamento, em que, segundo depoimentos, por influência política, houve uma cisão entre os camponeses, formando-se dois grupos distintos, um dos quais incentivou a fundação de uma nova Associação, mas que não efetivou, por ter havido recuo desse mesmo grupo.

Não tem mais a outra associação não. O companheiro (...) [que incentivou a formação da outra associação] tem uma história que todo mundo gostaria de ter. Ele lutou nos canaviais contra a exploração, se escondeu para não ser preso. Foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Vice-prefeito, e até aí ele era igual a nós, ele lutava com nós. Mas quando ele foi eleito prefeito, ele mudou o discurso. Nunca mais ele veio prá reunião. Teve umas conversa séria e acho que ele com vergonha, não veio mais. É mais uma luta aqui no Assentamento. A gente não pode dividir um Reino porque aí ele cai, né? (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

As Assembléias constituem um momento rico de troca de experiências nos quais, os camponeses se reúnem e se envolvem num processo integrado onde a troca de informações flui, desde a educação informal até a educação não-formal quando assessorados pelas presenças da Assistência Técnica, do BB, do INCRA, da UFPB, da EMATER, do CRF e do SENAR. É o local de encontro, das discussões, das brigas, mas, principalmente das decisões e da luta pela solidariedade, cooperação e respeito ao outro.

A posse da terra associada às ações educativas levaram a aprendizagens significativas. No decorrer da pesquisa inúmeras vezes nos deparamos com situações em que o ensinar e o aprender se davam em simultaneidade, ou seja, uma aprendizagem que se faz num processo de confrontos de saberes no qual interagem o científico, o religioso, o técnico e o popular (Figura 47). São essas situações vivenciadas pelos camponeses que ocorreram cotidianamente nas residências, no campo e no caminhar diário e que ficaram registrados em depoimentos como os que se seguem:

As abelhas, essas são muito importantes porque elas fazem a polinização e aumentam em 200% a produtividade do milho, do feijão e da fava (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A gente aprende também apanhando com a natureza. Porque a gente já plantou tanto aqui e agora não dá mais como antes. A terra ficou cansada, né? Seu Zé Fernandes [antigo proprietário da fazenda] botou muito adubo e veneno e ela cansou (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Eu aprendi com as pessoa daqui no acampamento que tem que ter muita união prá gente conseguir as coisa (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Não boto veneno não porque veneno é muito ofensivo. A gente trabalhava muito com veneno com o meu pai, e planta algodão, feijão, milho... E eu aguava com o Folidol, botava a bomba nas costa e corria as quadra aguando e fiquei duente das vista. Depois do Assentamento eu aprendi muita coisa... A trabaiá na horta, fazer lerão, plantá maniva qui eu num sabia. Foi seu Moreira qui insinô a gente. Tá vendo esse matim? A gente corta e deixa assim na terra porque estruma a terra. Não pode queimá não porque senão acaba a terra. Esse matim apodrece, vira estrumo, aí cava a cova da lavoura e bota o ligume, e aí a batata dá bem muito. Eu joga as casca também na terra prá adubá. Quando eu cheguei aqui eu num sabia aí cortei minha matinha de

marmeleiro. Hoje eu sei qui tem qui dexá crescê. Foi com seu Moreira qui aprendi (Camponesa do Assentamento Dona Helena).



Figura 47 – Construção de uma mandala pelos camponeses. Trabalho realizado em mutirão envolvendo homens, mulheres, jovens e crianças. Fonte: Arquivo Antônio Severo, 2004.

Ouvimos no dia-a-dia, em reuniões onde se faziam presentes idosos, jovens, adultos e crianças, depoimentos acerca das várias formas de aprendizagem que compõem o seu cabedal de conhecimentos.

Plantar o sabiá é bom porque é lenha, é vara, é sombra, a semente pode ser recolhida e vendida, é bom prá abelha. Plantar também as fruteiras. Aqui os filho conhece essas planta toda e sabe o nome, pra que serve. E as vez o que ele num sabe, ele já pergunta (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A gente tem qui sê solidário com as pessoa. Eu aprendi muito nesses ano todo aqui nesse Assentamento vendo o sofrimento das pessoa . Olhe, as manga do dia eu dexo pos pobe cumê. As da noite eu vendo na estrada. Eu digo isso aqui em casa pra todo mundo fazer assim porque só sabe o que é dificuldade quem precisa (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Meu pai dizia sempre a gente que num podia butá a gente na escola não. Aí ele dizia: - meus fio, eu vou butá vocês no cabo da enxada porque num posso butá vocês pa istudá não. Aí, ói, eu aprendi a fazê lerão, cavá cova, plantá todo tipo de planta... É... Foi com meu pai qui aprendi... (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

A permanência dos jovens no campo é algo que vem sendo discutido continuamente nos espaços da ATRADH entre os camponeses e alguns mediadores como a CPT, o CRF, a UFPB. Há registros de aproximadamente 88% das famílias pesquisadas, as quais seus filhos necessitaram sair a procura de emprego, geralmente nos centros urbanos, pois a terra não condiciona a reprodução familiar, obrigando-os a procurar serviço fora da parcela onde

residem. Entretanto, a saída dos filhos da terra não indica ruptura entre a família que fica e aqueles membros que saem. A pesquisa de campo demonstrou a continuidade da relação familiar seja por cartas, ou através das visitas periódicas entre os membros da família.

As condições de reprodução familiar no interior da parcela se vê prejudicada por diversos motivos apontados pelos camponeses, dentre eles destacando-se o tamanho da parcela, a qualidade do solo e a escassez de água, fatores que impedem de assegurar a permanência dos filhos dos camponeses assentados, na terra, restando-lhes algumas opções como permanecer na terra e trabalhar em outras áreas, ou sair para residir em outras localidades onde possam exercer um trabalho remunerado, de onde retornam periodicamente para visitar seus familiares, pois conforme Moura (1986, p. 28):

Estes fatos não devem levar à suposição de que o capitalismo desagrega a família camponesa, destruindo laços e lares, abolindo o sistema de classificação do parentesco camponês. (...) A separação física da família não corresponde à separação social; quem é parente, ativa à distância, essa condição.

As dificuldades de permanecer na terra favorecem a saída dos filhos para outros centros urbanos ou outras áreas rurais em busca de trabalho e reprodução familiar, mas, periodicamente há a comunicação entre os que partem e aqueles que ficaram na terra como símbolo da resistência, conforme constatamos no depoimento a seguir:

A gente veio de Massangana [área rural de Cruz do Espírito Santo] morar aqui em março de 1962. O meu esposo começou a trabaíá na cana, as criança ajudava a trabaíá na cana e os administrador era diferente, e cada um tinha o seu jeito de administrar. E só era três conta de mato pra cada um. Teve uns filho que saíram pro Rio de Janeiro antes do Assentamento e outros saíram pra trabalhar fora, mas a gente ainda se corresponde por carta. Nos primeiros anos que a gente plantou aqui no assentamento, a gente plantou de tudo, mas não dava pra sustentar tudo. A terra tava estrumada, agora depois de dois anos de assentamento o solo ficou cansado, pobre. Não dá pra plantar mais porque se plantar cedo o Sol, no brotar morre também, e se plantar tarde molha demais e alaga. Criei doze filho, sofri trabalhando pelas areia dos rio. Eram quatro conta com terreiro com tudo. Era só umas vinte braça que a gente plantava um pouquinho, as largura que tinha de casa era estreita, só dava pra plantar o milho que só dava pra comer uma semana. Quando assentou, apurava até trinta saca de milho, aí foi diminuindo, inhame com três mil pés, mas aí hoje não dá mais nada, fica amarelo, a gente passou até hoje comprando tudo de três ano pra cá a gente compra de tudo pra comer... E aí, muitas vez num tem outra solução, e aí os filho tem mesmo é que sair pra procurar trabalho lá fora (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

A permanência da família na parcela, mesmo diante da impossibilidade de tirar da terra a subsistência familiar se dá por livre desejo da família que, muitas vezes, expressa a necessidade de manter os filhos próximos da vigilância dos pais, do chefe de família, posicionamento que expressa a força da hierarquia familiar camponesa. Percebemos que mesmo havendo mais de uma residência na parcela, quando procurávamos realizar nossa entrevista, havia sempre a preocupação de nos encaminhar para a residência do chefe da parcela, da família, em geral a figura do pai.

A construção de casas nas parcelas destinadas aos filhos de camponeses obedece a um ritual onde há, inicialmente, a necessidade e o desejo por parte da família de construir uma casa na parcela para abrigar um parente, mas por outro lado, a preocupação de informar à comunidade durante a realização das assembléias e pedir permissão para tal. Em geral, há a permissão por parte dos camponeses que exaltam o sentimento de solidariedade e sociabilidade, conforme relato de um membro da ATRADH durante uma assembléia realizada em maio de 2006: “Tem uma companheira nossa que tá querendo construir uma casa na parcela pra abrigar seu filho. Tem alguém que se manifesta contrário? Se ninguém se manifestou está aprovado o pedido da companheira e fica registrado em Ata”.

A construção de residências destinadas a atender às necessidades de membros da família camponesa nesse Assentamento iniciou-se por volta do ano de 2002, quando havia apenas duas casas construídas, e outra em fase inicial quando detectamos, ainda no período de graduação, a armação de uma barraca de lona, que posteriormente, deu lugar a uma casa de alvenaria (Ver Figura 48).

A construção da barraca em lona preta lembra o período de acampamento expresso pela resistência camponesa de ocupar a terra e nela permanecer, da mesma forma como ocorre com o filho do camponês que reproduz a história dos pais ao resistirem na terra. Portanto, a construção dessa barraca representou a resistência contra o sistema vigente, e a precariedade da residência representava a falta de condições da família de construir a casa de alvenaria.



Figura 48 - Barraca provisória construída na parcela para abrigar os agregados da família. Fonte: Arquivo Di Lorenzo. Pesquisa Direta, 2006

Há casos em que os pais constroem casas destinadas a abrigar os seus filhos na parcela. Essa constatação se deu em cerca de 26,31% das parcelas visitadas, garantindo continuidade da integração da família, embora algumas vezes eles não residam no Assentamento, os pais garantem moradia ao filho.

Olhe eu tô construindo essa casa aqui do lado da minha. Meu filho foi trabalhar na fábrica de sapatos em João Pessoa e nos finais de semana ele vem com a mulher pra cá. Mas se ele ficar desempregado ele já disse que volta pra cá e vem trabalhar comigo. Tem também essa outra casa de meu outro filho aí atrás e quem mora nela é a mulher e os filho dele. Ele vem de quinzena pra cá fica o final de semana porque ele tem que cuidar do emprego dele, e pra ele ficar aqui na terra num dá não, porque a terra é pequena, tem a seca, num tem água e de qualquer jeito, bom ou ruim, a família dele ta aí no cantinho deles (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

Da mesma forma como encontramos jovens que não residem no interior da parcela por motivos distintos como alguns já citados anteriormente, encontramos jovens que desenvolvem o trabalho familiar de forma prazerosa e que está determinado a continuar a história dos pais no campo, mas em bases distintas das que estão postas atualmente, buscando separar as dificuldades, relacionadas à organização da comunidade e ao aproveitamento dos recursos locais. Neste sentido, tem sido enfática a presença de mediadores como o CRF, a CPT e a UFPB para abrir novos horizontes para esses jovens.

O depoimento de uma jovem, filha de camponês, traduziu a proposta do paradigma da educação do campo que considera a necessidade de atrelar o conhecimento científico à realidade do aluno, considerando o aproveitamento dos recursos locais. Por outro lado, a jovem também descreveu o trabalho familiar, em seu cotidiano expressando-o como rotineiro,

porém, passível de novidades, como forma de aprendizado informal, mas sempre se preocupando em associá-lo ao conhecimento formal:

Eu saí pra trabalhar fora pra ter uma experiência a mais. Mas eu fiz o curso técnico em Agropecuária e o que eu aprendi lá, somei com os conhecimentos do que eu aprendi no curso de horticultura orgânica e formação cidadã que eu fiz no CRF e tô aplicando aqui na terra. Faz um ano que eu tô na Empresa que é o Banco do Nordeste. Lá eu faço micro-crédito com camponeses de comunidades rurais e tento esclarecer a eles também das dificuldades deles porque eu já tenho minha vida do campo também. Mas no dia que eu sair de lá eu não tô desempregada não. Quem tem terra não passa fome não. Eu já disse ao meu irmão que aqui na terra tu é teu patrão. Tu entras e sai à hora que quer. E trabalhar pra patrão você dá seu sangue e num recebe nada em troca. Tudo que eu aprendi no CRF eu aplico aqui. Tem minhas duas irmãs que estão estudando também o curso de Agropecuária, sendo que uma entrou na Universidade de Agronomia agora e a gente dá prosseguimento ao nosso conhecimento pra trazer aqui pra dentro. O problema é que a terra é pequena e nossa família tem nove pessoas. Mas a gente consegue trabalhar bem aqui, embora haja muita dificuldade. Aqui o trabalho começa antes do Sol sair e termina depois que ele vai embora. Meu pai tira o leite das vacas, outro vai e cuidar da mandala, agoa as plantas, outro vai preparar a compostagem, tem o produto natural que a gente faz a base de urina de vaca, tem cinza, tem um bocado de coisa que a gente tira daqui da parcela mesmo sem precisar comprar, depois meu pai leva o gado lá pro pasto, vai cuidar do capim, a gente verifica os peixe se não tem muito na mandala pra não morrer e sai distribuindo pros outros tanques e sai revezando água dos três poços pra mandala e pra casa porque a água é escassa. Minha mãe cuida das coisas de casa, da menina que é doentinha, dos bichos de casa, tem uns porcos agora, tem galinha, coelho, guiné, pato, meu pai ainda é envolvido com a Associação e tem muita coisa pra resolver, as contas da Associação pra fazer, e quando a gente vê é tanto trabalho e tanta coisa para fazer que o Sol vai-se embora e num deu tempo de terminar tudo. Mas todo dia é a mesma coisa. A vida de trabalhador do campo é uma rotina, é tudo igual todo dia, mas todo dia a gente aprende mais (Filha de Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

O trabalho familiar implica envolvimento de todos os membros da família podendo ocorrer em todos os locais, desde as residências, no campo, nas Associações, na Igreja, enfim, em todos os espaços onde está presente a comunidade (Figura 49).

A partir do que eu aprendi no CRF eu vejo que tem outras possibilidade de ficar aqui. Eu aprendi muitas técnica de cuidar do solo, fazer os lerão das horta, plantar as semente, preparar os terreno, que tem que cercar direitinho pros bicho não contaminar e que a gente pode produzir bem e levar nosso produto pra vender ao consumidor (Filha de camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).



Figura 49 – Interação no trabalho da família camponesa. À esquerda, Alessandro, ex-aluno, bolsista do CRF, na construção e manejo da horta em sua parcela. À direita, sua mãe, Dona Neura, interagindo no trabalho diário. Arquivo: DI LORENZO, janeiro de 2006.

Destacamos até o momento os mediadores educacionais, os religiosos e os técnicos vinculados aos órgãos que se fazem presentes no Assentamento Dona Helena.

Queremos agora chamar a atenção para os atravessadores que são aqueles que agem no exterior do Assentamento como receptor de produtos e transitam no interior do Assentamento a procura de adquirir os produtos abaixo do custo. Essa transação lhes garante a apropriação do excedente e do sobretrabalho camponês.

Eles aparecem cotidianamente e compram os produtos na porta dos camponeses pelo preço que determinam; restando ao camponês apenas a possibilidade de entrega do produto, pois a ausência de organização da produção e a comercialização deixam-os impedidos de escolhas. Da mesma forma que o atravessador se apropria do sobretrabalho camponês, igualmente ocorre com o distribuidor que recebe os produtos entregues pelo atravessador e os repassa ao consumo final. Sendo assim, há dois outros sujeitos que são prejudicados por esta prática: o camponês que produz e o consumidor final desses produtos.

A gente vende ao atravessador porque a feira daqui da cidade é muito fraca e a gente acaba vendendo na porta. A gente vende parte da produção ao atravessador pra não perder a produção e se for pra feira vende pouco. Sobra e estraga porque a feira não absorve tudo (Camponesa do Assentamento Dona Helena, 2006).

Apesar dos problemas enfrentados e relatados pelos camponeses é perceptível que a conquista da terra para esses camponeses tem se constituído numa etapa da luta pela terra, mas nela está implícita a sua continuidade, pois enquanto compreende área da reforma agrária, subentende-se que deveria haver o cumprimento legal no que diz respeito à

implantação de infra-estrutura, que permita um planejamento adequado que vai da produção à comercialização. Na ausência de apoio efetivo por parte do Governo Federal a luta continua pela concretização de um verdadeiro Projeto de Reforma Agrária.

Alguns camponeses têm se organizado no sentido de evitar o atravessador. É o caso dos camponeses que estão comercializando a produção na Feira Agroecológica com apoio da CPT, CÁRITAS, UFPB, CNPq e BB, onde se luta pela dignidade humana através do trabalho de base familiar e da solidariedade costumeira, conforme destacamos anteriormente.

Considerações Finais

Realizar este trabalho de dissertação prescindiu de uma metodologia específica, escolha que tentamos explicitar por compreendermos ser necessário um olhar diferenciado à temática pesquisada, o campesinato, que é visto sob abordagens distintas. Porém, compreendemo-lo como sendo criado e recriado no interior do capitalismo, e nele, os camponeses do Assentamento Dona Helena ao lutarem por terra e pela permanência nela, não lutam pela destruição do capitalismo, tampouco compactuam com sua lógica de produção coletiva e concentração de riqueza individualmente. Representam a classe *sui generis*, portanto, ambígua em sua formação, pois são, simultaneamente, proprietários de terra, dos meios de produção e são trabalhadores, donos de sua força de trabalho, cuja produção lhes é própria.

Além dessas considerações e de outra sobre a formação de classes no interior do modo de produção capitalista como fixou Marx (1974, p. 1012), entendida pela inserção dos sujeitos no processo de produção numa oposição entre capital e trabalho, onde uns são detentores da riqueza produzida e outros são seus produtores e apenas dispõem da força de trabalho, consideramos principalmente, aspectos diversos também inerentes ao modo de vida do camponês, quais sejam, o político, o simbólico, o cultural que não se faz presente como elemento definidor de classes, mas se dá com forte expressividade na história desses camponeses.

O estudo da conquista da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena nos fez compreender que para esses camponeses há um recorte-temporal em suas histórias de vida compreendendo uma linearidade entrecortada e definida pelos períodos pré e pós-desapropriação da terra e conseqüente instalação das famílias na terra. Este limiar significa a mudança qualitativa da sujeição, da condição de assalariado, expropriado, desprovido dos meios de produção, especialmente da terra, que para eles possui o sentido de “terra de morada e da vida”; elevando-os a pequenos proprietários de terra, mas com sentidos distintos, voltados essencialmente para a subsistência familiar. E mais ainda, por se tratar de um assentamento, há a necessária conquista e construção não só de seu pedaço de terra, a parcela, mas também de uma comunidade cujas ações se dão coletivamente.

Dessa forma, são significantes não apenas as atitudes tomadas pelo grupo perante a conquista da terra, mas essencialmente a luta desses sujeitos que se dá cotidianamente, não se restringindo apenas a essa conquista.

Quando afirmamos que o campesinato é heterogêneo também o fazemos em relação aos camponeses do Assentamento Dona Helena, pois possuem compreensões de ser, de agir e de mundo distintas, o que detectamos através das formas de preservar o meio ambiente. Portanto, seja pelo modo de cultivo agrícola; as formas de tratamento do lixo doméstico e de aproveitamento do lixo orgânico; as formas de captação de água e de preservação das fontes de recursos hídricos; as práticas de reflorestamento; o uso de insumos e fertilizantes químicos e de produtos naturais na produção agrícola doméstica e comercializável e as formas de comercialização direta ou indireta desses produtos ao consumidor. Também em relação a manifestação da religiosidade associada à luta pela terra como forma de libertação da opressão; a luta por infra-estrutura básica garantida constitucionalmente para áreas da Reforma Agrária; o trabalho de base familiar e o trabalho acessório realizado temporariamente, e às vezes, permanentemente por alguns membros da família como complemento da renda familiar; o envolvimento contínuo por parte de algumas famílias nos movimentos sociais pelo reconhecimento da classe que representam, assim como por constituírem não apenas a “classe em si”, mas a “classe para si”.

Ao se reconhecerem como classe para si, lutaram e conquistaram a terra que representa para eles não apenas a terra de morada, mas a possibilidade de serem libertos não sendo mais “sujeitos de” alguém, de possuírem autonomia para decidir os caminhos a trilhar. Portanto lutaram pela terra conquistada e lutam, continuamente para permanecer na terra que é, simultaneamente, terra de morada e de trabalho, inerentes ao camponês tendo como referência a continuidade de seu modo de vida, do resgate e proliferação de sua cultura. Características estas que conferem certa identidade no interior do próprio campesinato.

A proposta de cultivo de cana-de-açúcar nas parcelas tem ocorrido constante e progressivamente aos camponeses do Assentamento Dona Helena cuja liberdade e autonomia sofrem ameaças por parte do modo de produção capitalista quando ocorre transferência da riqueza produzida e apropriação do sobretrabalho camponês através de relações de trabalho existentes entre as usinas de açúcar e algumas das famílias camponesas. A resistência se traduz pela luta por um modo de produção e de vida, inserido na ambigüidade do campesinato, condição que seria superada apenas pela expropriação e sua transformação em trabalhador assalariado por ocasião da negociação de parcelas que o excluiria da propriedade da terra como beneficiário da Reforma Agrária.

Os camponeses deste Assentamento lutam para garantir sua reprodução paralelamente à existência do capitalismo, embora não apenas com recursos próprios, mas, sobretudo com recursos advindos da Política Fundiária e da Reforma Agrária, dentre outros incentivos de organizações não-governamentais, a exemplo dos financiamentos de cisternas de placas.

Por outro lado, vive a ambigüidade que lhe é característica exercendo as funções de proprietário de terra e dos meios de produção e de trabalhador. As estratégias das quais se utilizam para tentar conviver nas duas condições os caracteriza nesta classe desprovida de pureza em sua formação. Porém, a situação que lhes está posta pelas grandes usinas de açúcar promove, no conflito que vivenciam, uma maior possibilidade de direcioná-lo numa via única: a de proprietário de terra, embora não seja ele o beneficiário que se apropria da renda da terra, senão as usinas de açúcar. Ameaças que os camponeses enfrentam tanto pela resistência como pela insubordinação.

Resistem quando não aceitam ou quando impõem ou estabelecem critérios para cultivar a cana-de-açúcar; se insubordinam quando produzem e comercializam, embora tenham a noção de que, muitas vezes, sofrem processos de perdas no processo de comercialização quando não se apropriam dos frutos de seu trabalho integralmente, pois percebem que houve apropriação por parte do mercado da riqueza produzida através de seu trabalho.

Admitimos analogamente as concepções de Martins (2002, p. 100) e Thompson (1998, p. 105) quando o primeiro afirma que “o campesinato representa uma classe, mas sem consciência de classe”, ou seja, é apenas classe em si, distinta do proletariado que numa relação capitalista reserva-se como conseqüência a exploração do trabalho. Portanto o campesinato busca sua continuidade tendo por princípio não uma relação de trabalho mediatizada pelo capital, mas de base familiar. Já o segundo afirma que “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma”. Portanto consideramos que os camponeses incluem-se numa classe, possuem consciência de classe e reconhecem sua característica essencial, a ambigüidade, e é responsável pelo rumo de sua história, pela transformação de sua realidade, considerando-se todos os aspectos a ela inerentes, frente aos ditames do capitalismo de exploração do trabalho e apropriação da renda da terra.

Ambíguo como é o campesinato, luta insistentemente contra a expropriação, contra a apropriação da renda fundiária, seja através da terra, seja pela comercialização de sua produção. Embora haja no Assentamento Dona Helena a tentativa de expansão monopolista do território pelo capital através do cultivo da cana-de-açúcar, coexistem alternativas autônomas voltadas para a produção e comercialização, sobretudo de base familiar, onde

prevalecem também relações comunitárias de solidariedade, ajuda mútua e cooperação. São pressupostos como esses de que o campesinato se utiliza para reafirmar e continuar seu modo de vida, demonstrando claramente oposição ao modo de produção compactuando, portanto, quando tantas vezes se vê subordinado àquele.

A forma como se apropriam e constroem seu território é demarcada pelos seus costumes, suas práticas, suas tradições que se dão no convívio familiar e comunitário a partir das características culturais dos sujeitos envolvidos. Portanto as terminologias atribuídas pelo Estado ao desapropriar a terra e assentar as famílias quais sejam parcela e assentamento são, na verdade, estranhas a esse grupo social, pois como já foi dito, sobretudo nega a condição de sujeito de sua própria história, havendo uma inversão de valores e nomenclaturas. A parcela ou o lote que é identificado por um número passa a ser conhecido pelo nome do camponês proprietário; o assentamento em seu interior passa a ser designado como a comunidade; os camponeses não são apenas trabalhadores, mas identificados pelo nome ou pelo apelido, pela atividade que exercem, pelas práticas comunitárias de religiosidade, de cultivos agrícolas, de criação pecuária, da inserção nos movimentos sociais, pela formação de grupos de interesse no interior da comunidade, pelo reconhecimento de todos que fazem e que já se fizeram parte na formação da comunidade, dentre outros.

A luta por terra implica permanência deste ato que se mantém cotidianamente como forma de garantir a permanência na terra conquistada, onde se reterritorializou. A luta por melhoria na qualidade de vida por vezes provocou em algumas famílias o processo de desterritorialização culminando a formação de novas territorialidades. Vale lembrar a concepção de Martins (1990, p. 16) ao afirmar que “o campesinato embora expulso, sempre à terra retorna como forma de perpetuar sua história”.

Situação semelhante de busca de garantia de reprodução familiar é a tentativa das famílias camponesas de manter a família no interior da parcela como forma de garantir o trabalho de base familiar, mas também de alguns princípios que regem o modo de vida campesino: a ordem, a hierarquia e honra, fortalecendo a sociabilidade camponesa não apenas com a família, mas no núcleo comunitário.

Após a desapropriação da terra constatamos a satisfação dos camponeses a partir de seus depoimentos e análise do banco de dados. No período anterior à desapropriação os camponeses caracterizavam-se como expropriados da terra, portanto desprovidos dos meios de produção, inclusive da terra, e não dispunham de renda destinada à subsistência familiar. Após o assentamento detectamos que todas as famílias dispõem de uma renda, no mínimo,

aproximada de um Salário Mínimo, sendo que o maior percentual se concentra na faixa entre um e dois salários mínimos, situação que diverge muito da anterior à conquista da terra.

Quanto à comercialização há muito que se realizar, pois em geral as famílias costumam utilizar mais de uma estratégia. Se por um lado 70,17% comercializam diretamente ao consumidor de distintas formas, por outro lado incluindo-se parte deste percentual 57,85% comercializa com o atravessador, e ainda que 90,79% produzem cana-de-açúcar e comercializam diretamente com as usinas, sem que haja pagamento a preço justo, ou seja, há apropriação da renda fundiária através da apropriação do sobretrabalho camponês.

Quanto à produção obtida, como nos referimos ao campesinato e consideramos que esse tem características peculiares ao seu modo de vida, ou seja, além do trabalho de base familiar, ainda necessita realizar trabalho acessório em alguns períodos do ano para complementar a renda. Distinto do que muitos afirmaram de que o “assentado de Dona Helena vive muito mais do trabalho assalariado e de aposentadorias do que da própria produção” afirmamos que essa é uma característica do campesinato que busca de várias formas garantir o sustento familiar e assim resiste a deixar de ser camponês, perpetuando seu modo de vida. As aposentadorias e benefícios do INSS são apenas o reconhecimento dos direitos humanos a que faz jus certo número de famílias entrevistadas, nas quais detectamos cerca de 16% das mulheres e 15% dos homens com tais recursos, considerando-se o tempo de desapropriação da terra, ou seja, doze anos.

De acordo com os depoimentos obtidos, a conquista do território camponês no Assentamento Dona Helena condicionou satisfação considerável trazendo melhoria na qualidade de vida às famílias camponesas assentadas de modo que em sua grande maioria constatamos o desejo de continuar no campo e com isso garantir a continuidade de seu modo de vida camponês, na realização do resgate e manutenção de sua cultura no território conquistado.

Como parte da cultura camponesa destacamos a sociabilidade, a moral, a autonomia, a solidariedade, a cooperação e a ajuda mútua, dentre outros pressupostos, os quais captamos nas práticas e costumes adotados no cotidiano camponês. São essas características que conferem historicidade e continuidade ao campesinato e que, freqüentemente, são negadas pelo Estado e pelo modo de produção capitalista, quando trata o camponês que resiste e cultiva, primordialmente para a subsistência familiar como um conservador, quando na verdade, tenta garantir os princípios básicos da honra, da moral e da hierarquia.

Dentre as características da cultura camponesa destaca-se com maior ênfase no Assentamento Dona Helena a religiosidade cujos eventos reúnem a comunidade

freqüentemente, tanto nos espaços coletivos como nos espaços privados, ou seja, nas residências das famílias constituindo-se pontos de encontro onde se discute o político e o religioso, ambos os aspectos focalizando a realidade dos camponeses e a luta pela terra.

A presença dos mediadores sociais neste Assentamento se faz indispensável, pois como estamos tratando de uma realidade de inclusão precária, cujo quadro característico da Zona da Mata Paraibana é, contraditoriamente de alto índice de desenvolvimento econômico, e por outro lado, revela níveis consideráveis de analfabetismo, pobreza, fome, miséria, portanto, de exclusão social, os mediadores desenvolvem papel de grande importância no cotidiano camponês, principalmente, no que concerne às questões voltadas para a educação não-formal. Nesse sentido a comunidade como um todo interage e participa de experiências, nas quais, a troca e o repasse de saberes se constitui num modo de ação participativa comunitária.

A luta pela terra e por continuar na terra revela a construção contínua da territorialidade camponesa que se dá pela ação dos sujeitos nela envolvidos e, que se expressam, tanto pela integração da comunidade como pela mediação social que serve de elo entre a comunidade e a sociedade que os circunda.

A construção política requer a participação da comunidade como um todo, mas enfatizamos que essa presença não se dá homogeneamente, tampouco constantemente, pois, há momentos em que há recuos na participação de algumas famílias nos eventos da comunidade.

Quanto à produção agrícola neste Assentamento, observamos a variedade de fruticultura, lavoura, ervas medicinais, horticultura, porém esta em menor escala, mas todas elas, associadas à criação pecuária como característica do campesinato. De acordo com as considerações de Laraia (1997, p. 70), esses sujeitos, mesmo sendo de origens e culturas distintas, têm uma característica que lhes é peculiar: a homogeneidade dentro da heterogeneidade que lhes confere a campesinidade, pois possui trabalho de base familiar, a criação de gado, os mesmos gestos, o modo de falar, a simplicidade de ser e a religiosidade, dentre outros que visualizamos a partir da pesquisa qualitativa.

É com essas considerações que provisoriamente colocamos o ponto final nesse texto. Temos clareza da transitoriedade e dinamismo dos fatos, que certamente deverão ser retomados e reinterpretados em estudos posteriores.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Hucitec/ ANPOCS; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

ALBERONI, Francesco. **Gênese**: como se criam os mitos, os valores e as instituições da civilização ocidental. Tradução de Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações Campo-Cidade no Brasil do Século XXI. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, nº 21, Julho-Dez de 2003.

ALMEIDA, Ivan Antônio de. Liberdade e Poder em Marx e Bakunin. In: **Revista de Pós-Graduação em História**. Assis: UNESP, vol. 07, 1999.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização**: O Processo de (Re)Criação Camponesa no Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente – SP: UNESP, 2003a.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O conceito de classe camponesa em questão. In: **Revista Terra Livre**, Ano 19, vol. 2, n.º 21. São Paulo: AGB, 2003b.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

_____. **Agroecology**: the science of sustainable agriculture. 2ª ed. Boulder (Colorado): Westview, 1995.

AMADO, Janaína. Eu Quero ser Uma Pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. In: **Revista Resgate**. Campinas: Unicamp, n. 5, 1993.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Nordeste**: Alternativas da Agricultura. São Paulo: Papyrus, 1988.

ARROYO, Miguel G. Por um tratamento público da educação do campo. In.: MOLINA, Mônica Castagna & JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília/DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

_____. Et al. (Orgs.) **Por uma educação do Campo**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BAMAT, Thomas; IENO NETO, Genaro (Orgs.). **A qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BARROS, M. A. Sistemas de Informações Geográficas. In: **Curso de Especialização e Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas**. Módulo 7, Campina Grande: Associação Brasileira de Educação Agrária (ABEAS) DEG/CCT/UFPB, 1998.

BAZARRA, Carlos. **O que é Teologia da Libertação**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1987

BETTO, Frei. In: **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**. [s.d.]: 1978.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa; NORDER, Luiz Antonio Cabello. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, Leonide Servolo. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Ed. Universidade, 1999.

_____. Assentamentos Rurais: Reorganização do espaço produtivo. In: Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

BLUM, Rubens. Agricultura Familiar: estudo preliminar de definição, classificação e problemática. In: **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ed. Ediupb, 1999.

BOAS, Franz. Uma amostra do trabalho de campo de Boas. In.: BOAS, Franz. **A formação da antropologia americana**. Rio de Janeiro: Contraponto, ed. UFRJ, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Tradução de Jeni Vastman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983; 1989.

_____. Campo de Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Razones Prácticas**. Sobre la teoría de la acción. Barcelona: Anagrama, 1997a.

_____. (Org.) 1997b. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997b.

_____. Sobre a Televisão, Seguido de a Influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997c. In.: NOVAES, Sílvia Caiuby. **Revista de Antropologia**. São Paulo, V. 41, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 15 de junho de 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Casa de Escola**: cultura camponesa e educação rural. Campinas: Papirus, 1984.

CALADO, Alder Ferreira. Educação Popular nos Movimentos Sociais no campo: potencializando a relação macro-micro no cotidiano como espaço de exercício de cidadania. In.: SCOCUGLIA, Afonso Celso & MELLO NETO, José Francisco de (Orgs.) **Educação popular**: outros caminhos. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

CÂMARA, G. Barbosa, C. C. F. DAVIS JÚNIOR, C. FONSECA, F. Conceitos Básicos de Geoprocessamento. In: Livro On-line. **Geoprocessamento**: teoria e aplicações. [s.l.]: INPE, 1999.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de. **Da luta pela terra a luta pela permanência na terra**. João Pessoa: [s.n.], 1994.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In.: FAUSTO, Boris (Org.), **O Brasil Republicano**. Tomo 3, vol. 3. São Paulo, Difel (História Geral da Civilização Brasileira, 10), 1981.

CÂNDIDO, Antônio, M. **Os parceiros do Rio Bonito**. 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1964; 1977.

CARDOSO, Sérgio. O Olhar Viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto. (Org.) **O Olhar**. 3 Ed, São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de Antropólogos em Campo ou Como escapar das Armadilhas do Método. In.: CARDOSO, Ruth. (Org.) **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

CAZELLA, Ademar Antônio. **A cooperação agrícola e os conflitos nos assentamentos**. Curitiba: [s.n.], 1995.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia de Práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativas, 2002.

CERTEAU, Michel e GIARD, Luce: **A invenção do Cotidiano**: 2. Morar e Cozinhar, Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de. Práticas de Espaço. In.: **A invenção do Cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: Aspectos da cultura popular no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. 1984. Filosofia Moderna. In CHAUÍ, Marilena. **Primeira Filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAYANOV, Alexander V. **The Theory of Peasant Economy**. The American Economic Association, Homewood-Illinois, 1966.

CORRÊA, Roberto Lobato. As relações cidade-região. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede Urbana**. N. 168, São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

_____. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

COSTA, Beatriz. **Trabalhadores Associados na Produção:** um modo de pensar a sua luta. Produção associada: Pensares diversos. N. 15, Rio de Janeiro: Vozes, 1990. (Cadernos de Educação Popular)

CUNHA, Luís Henrique. **Vulnerabilidade a Seca.** Campina Grande: [s.n], 1997.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

D'AQUINO, Terezinha. **A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no Assentamento das Terras de Promissão – SP.** Comunicação apresentada na XX ANPOCS, GT 11. História Oral e Memória. Caxambu – MG: 1996.

DELEUZE G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Vol 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1988.

_____. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Vol 5. Rio de Janeiro, 1997; 1980.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1981.

_____. **Introdução à Metodologia da Ciência.** São Paulo: Atlas, 1985.

DI LORENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega. 2003. **A Construção da Territorialidade no Assentamento Dona Helena:** histórias da terra e geografia vivida. (Graduação em Geografia). Universidade Federal da Paraíba. Monografia João Pessoa: UFPB, 2003.

_____. A Feira Agroecológica: um projeto de comercialização para assentamentos rurais. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Presidente Prudente: UNESP, 2005a. 1 CD.

_____. Avançando rumo à autonomia: a participação dos camponeses do PA Dona Helena na Feira Agroecológica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL. Campina Grande: UFCG, 2005b. 1 CD.

_____. A Importância da Ação da CPT enquanto Mediadora no Assentamento Dona Helena. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E CULTURA. Dourados – MS: UFGD, 2006a. 1 CD.

_____. Assentamento Dona Helena: práticas educativas cotidianas entre camponeses e Mediadores. In: XIV ENG. Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco – AC: UFAC, 2006b. 1 CD.

_____; TORRES, Avani T & SILVA, Araci. Utilização de Sistema de Informação Geográfica – SIG na Avaliação das Formas de Captação de Água Mediante a Ação Educativa Cotidiana entre Camponeses e Mediadores no Assentamento Dona Helena – ADH. In: CONGRESSO IBÉRICO – GESTÃO E PLANEJAMENTO DA ÁGUA. Portugal: Universidade de Faro, 2006c. 1 CD.

_____. Água para a Vida: avaliação qualitativa das formas e uso da água no Assentamento Dona Helena. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Rio de Janeiro: UFRJ: 2006d. 1 CD.

_____. Aplicação de Sistema de Informação Geográfica na Avaliação das Práticas Ambientais Resultantes do Processo Educativo Cotidiano entre Camponeses e Mediadores no Assentamento Dona Helena. In: III Semageo – Semiluso Caboverdiano. João Pessoa: UFPB, 2006e.

_____. Ação Mediadora no Assentamento Dona Helena – Cruz do Espírito Santo - PB: Rumo à Conquista da Cidadania. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - DIREITOS HUMANOS E MULTICULTURALISMO: PERSPECTIVAS PARA A HUMANIDADE. João Pessoa: UFPB, 2006f. 1 CD.

_____. Educação Não-Formal no Campo: Assentamento Dona Helena. In: IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA NO BRASIL. DESAFIOS E PERSPECTIVAS. João Pessoa: UFPB, 2006g. 1 CD.

_____. Assentamento Dona Helena: práticas educativas cotidianas entre camponeses e Mediadores. In: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. Quito, Equador: Alasru: 2006h. 1 CD.

DOWBOR, Ladislau. (1999). **O Que é Poder Local**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos).

DOLFUSS, Oliver. Sistemas Redes e Funções. In: DOLFUSS, Oliver. **A Análise Geográfica**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

DUVERGER, Maurice. **Introduction à La Politique Idées**, n. 44. [s.l.]: Editora Gallimard, 1964.

DURHAN, Eunice ribeiro. (Org.) & FERNANDES, Florestan. (Coord.) **Bronislaw Malinowsky**: Antropologia. São Paulo: Ática, 1986.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1960.

DURKHEIM, Émile. **La educación moral**. Buenos Aires: Losada, 1947.

EHLERS, E. A Agricultura Alternativa: uma visão histórica. In: **Estudos Econômicos**. V. 24. São Paulo: Ed. especial, 1994.

ESTERCI, Neide Medeiros; FRANCO, L. S. e LEITE, Sérgio et al. Assentamentos Rurais: um convite ao debate. In: **Revista Reforma Agrária**, V.22. Campinas: set/dez., 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST**. São Paulo: mimeo, 1994.

_____. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Questões Teórico-Matodológica da Pesquisa geográfica em Assentamentos da Reforma Agrária. In: **Revista NERA**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Série Estudos, n.02. Presidente Prudente: UNESP, Dezembro de 1998.

_____. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Presidente Prudente - SP, UNESP: 2004. Disponível em: <http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em 15 de junho de 2006.

_____; & MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. Presidente Prudente: UNESP, [s.d.] (mimeo).

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luis Antonio. Assentamentos Rurais e Poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2003.

_____.; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; BARONE, Luís Antonio. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Projeto de Auxílio Integrado CNPq. Araraquara, Presidente Prudente: UNIARA, FCL/UNESP, FCT/UNESP, 2004.

_____. Diretrizes Políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, Leonilde. **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

FERREIRA, Ronaldo Barbosa. **As CEB's nos anos 70**: concepções e práticas político-educativas. João Pessoa: UFPB, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 2000.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. [S.l.s.n.]. 1978.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, Forense/Universitária: 1986.

_____. As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. In.: FOUCAULT, Michel. **As Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal: 1979.

FRAGO, Antônio Viñao. Do espaço escolar a escola como lugar: propostas e questões. In.: FRAGO, Antonio Viñao & ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREI BETTO. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**. [S.l.s.n.]: 1978.

FREITAS, Marta Erislândia de Lima. **Impactos e uso da reforma agrária e o uso do solo na zona da mata paraibana**. Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de Geociências. UFPB. João Pessoa: 2001 (mimeo).

GADOTTI, Moacir. **Histórias das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1998.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Econômicos Solidários. In.: CATTANI, Antônio David. (Org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio R. **O Sul: Caminho do Roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. **Terra e Trabalho: trabalho familiar de pequenos agricultores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: por uma interpretação das culturas. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel Difusão Editorial S.A, 1978.

GIL. Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-terra, ONG's e Cidadania**. São Paulo: Ed. Loyolas, 1997.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Do “Fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. A Memória Coletiva e o Espaço. In: HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWN, E. "A invenção das tradições". In: HALBWACHS, M. & RANGER, E. (Orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos N. Coutinho e Leandro Konder. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1972.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

IANNI, Octavio. A Utopia Camponesa. In: IX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. São Paulo: 1985. (mimeo)

IENO NETO, Genaro e BAMAT, Thomas (Coords). A Vida na Terra Conquistada – Relatório Geral da Pesquisa Qualidade de Vida nos Assentamentos Paraibanos. João Pessoa: INCRA/CPT/CEDOP/UFPB, 1997. In: VARELA, Francisco. **A Questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba**. 2 Ed. João Pessoa: Idéia, 2002.

JAPIASSU, Hilton. **As Paixões da Ciência**. São Paulo: Ed. Letras e Artes, 1991.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. In: **Revista Estudos Femininos**. Florianópolis: v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 13 Jan 2007.

KONDER, Leandro. **O Que é Dialética**. Coleção Primeiros Passos, vol. 23. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo, Atlas: 1983.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Forma/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991a.

_____. **O Direito à Cidade**. Tradução. FRIAS, Rubens Eduardo. 1 ed. São Paulo: Moraes, 1991b.

_____. Apresentação de uma pesquisa e alguns achados. In: **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ática: 1991c.

_____. LEFEBVRE, Henri. La Produccion de L'espace. Paris: Antropos, 1974.

LIMA, Mayumi W. de Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel: 1989. (Coleção Cidade Aberta).

LÖWY, Michael. **A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Ideologias e Ciência Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **L'agriculture familiale – 1: Une réalité polymorphe**. Paris: L'Harmattan, 1994.

LEACH, Edmund (1989). **A Diversidade da Antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1989.

LEITE, Carlos Sérgio, (Orgs.) Reforma Agrária: **Produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

LENIN. V. El problema de la tierra e la lucha por libertad. In.V.I.Lênin. **Obras Completas**. Tomo 13. Moscou. Editorial Progreso. 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Crise Moderna da Antropologia**. In: Revista de Antropologia. São Paulo:1962.

LIMA, Aline Barboza de. **Novas Territorialidades na Zona da Mata Paraibana: espaços de construção e de utopia nas relações campo e cidade**. (mimeo) João Pessoa: UFPB, 2006.

MAGNANI, J. G. Cantor. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na MetrÓpole. In. MAGNANI, J. G. & TORRES, L. de L. (Orgs.) **Na MetrÓpole: textos de antropologia urbana**. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo: FAPESP, 1996.

_____. **De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana**. In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 49, vol. 17, junho/2002.

MAGNAGHI, Alberto. Il Progetto Loocale. Torino: Bollati Boringhieri, 2000. In.: MARCOS, Valéria de. **Novas (U)topias, velhos horizontes: Reflexões atuais sobre a teoria e a prática**

do desenvolvimento local auto-sustentável. Texto produzido a partir da Tese de Doutorado. Gênova, Itália: 1999/2003.

MAIA, Doralice Sátyro. **Os Escritos etnográficos e a Geografia: encontros e desencontros.** São Paulo: Revista Geosp, n.º 2, 1997.

_____. **Alguns Comentários a respeito da descrição e da observação.** João Pessoa, UFPB: texto elaborado [s.d.].

MARCOS, Valéria de. **A (U)topia da Produção Comunitária no Século XX.** In: IV ENCONTRO DA APIPSA. Recife: 1997.

_____. **Novas (U)topias, velhos horizontes:** Reflexões atuais sobre a teoria e a prática do desenvolvimento local auto-sustentável. Texto produzido a partir da Tese de Doutorado. Gênova, Itália: 2003a.

_____. Alternativas para a produção agrícola camponesa na ótica do desenvolvimento local autosustentável. In.: Marcos, Valéria de. **Geografia e Planificação da Paisagem para a Valorização do Patrimônio Histórico e Ambiental.** Tese (Doutorado). Gênova, Itália: 2004. Tese de Doutorado. Gênova, Itália: 2003b.

_____. **A construção do território camponês – entre velhas e novas utopias.** In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. Goiânia: 2004.

_____. **As Transformações na Estrutura Agrária e a Imigração.** Capítulo da Tese de Doutorado. Gênova, Itália: 2004.

MARQUES, Marta Inez M. Terra e modernidade em assentamento de reforma agrária. In: WOORTMANN (Org.). **Significados da Terra.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004.

_____. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre,** São Paulo: AGB, ano 18, nº 19, Jul-dez, 2002.

_____. A relação campo-cidade: em questão a subordinação do campo pela cidade. In: XII ENCONTRO DA AGB. Goiânia: 2003.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa: 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

_____. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1981; 1991.

_____. (Coord.) **O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil**. Hucitec. São Paulo, 1993.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec:2000.

_____. O Futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: **Estudos Avançados**. Dossiê Desenvolvimento Rural. Vol 43. São Paulo: USP, 2001.

_____. **A Sociedade vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. O Capital. **Crítica a Economia Política**. O Processo Global de Produção Capitalista. Trad. de Reginaldo Sant'anna. Livro 3, volume VI. Rio de Janeiro: 1974.

_____. **O Capital**. Crítica a Economia Política. O Processo Global de Produção Capitalista. Trad. de Reginaldo Sant'anna. Livro 3, volume V. Rio de Janeiro: 1984.

_____; & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (I – Feuerbach) Trad. de BRUNI, José Carlos e NOGUEIRA, Marco Aurélio. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Centauro, 2003.

MEDEIROS, Cláudia B.& PIRES, Fátima. Banco de dados e sistema de informação geográfica. In: ASSAD, Eduardo D. & SANO, Edson E. **Sistema de Informações Geográficas: Aplicações na Agricultura**. Brasília: SPI - EMBRAPA, 1998.

MENDRAS, H. La fin des paysans. Paris, Colin: 1976. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **De Mauss a Claude Lévi Strauss.** Textos Seleccionados,. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores)

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Geografia, Teologia da Libertação e Ação Territorial da Igreja. In: IV ENCONTRO DA ANPEGE. Fortaleza: UFCE, 2005.

_____. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Paraibana.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – USP: 2007.

MOLINA, Mônica Castagna & JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo.** Brasília/DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

_____. Liberdade e Igualdade: reflexões sobre campesinato sertanejo e política. In: 18.º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS. “O Rural nos Anos 90”. USP: 1991.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo, Ática: 1988; 1986.

_____. Testemunho de um trabalho de campo: matéria-prima do texto. In: Boletim informativo FFLCH/USP, n.º 6. São Paulo: 1992.

MOREIRA, Emilia; & TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

_____. **Por um Pedaco de chão.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

_____. O espaço enquanto produto do trabalho: uma contribuição ao ensino de Geografia. In: **Cadernos do LOGEPA**, Série Texto Didático. João Pessoa: [s.n.], 2002.

_____. **O espaço paraibano enquanto produto do trabalho.** João Pessoa: [s.n.], 2005. Trabalho inédito.

NASCIMENTO, Severina Ilza do. Educação e Movimentos Sociais Rurais no Brasil e especificamente na Paraíba. In.: CALADO, Álder Júlio Ferreira.(Org.) **Movimentos Sociais, estado e educação no Nordeste**: estudos de experiências no meio rural. João Pessoa: Idéia, 1996.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural**: Reforma Agrária em Migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

NOVAES, Regina Reyes. **Nordeste, Estado e Sindicalismo**: O PAPP em Questão. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1988; 1990.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991; 2001b.

_____. **Agricultura Brasileira**: as transformações no final do século XX. São Paulo: [s.n.] 1994 (mimeo).

_____. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: **Novos Rumos da Geografia**. Org. CARLOS, Ana Fani. A. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In.: **Revista Terra Livre**: Multiplicidade teórica e metodológica. Movimentos Sociais: N.º 21. São Paulo: AGB, 2003; 2004.

_____. Oliveira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. O campo brasileiro no final dos anos 80. In.: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária na década de 90**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. In.: **Estudos Avançados**. Dossiê Desenvolvimento Rural. Vol 43. São Paulo: USP, 2001c.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **Revista de Antropologia**, v. 39, n.º1. São Paulo: USP, 1996.

PAULINO, ELIANE TOMIASI. **Terra e Vida: A Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná**. Tese (Doutorado) Presidente Prudente, SP: UNESP, 2003.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Dialética do Conhecimento**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In.: QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica**. 2 ed. [s.l.]: Textos, Série 2, n.º 3, 1999.

RAFFESTIN, Claude - **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1980; 1993.

RATZEL. O Povo e o seu Território. In.: MORAES, Antonio C. Robert (Org). **Geografia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Antropogeografia**, [s.l.]: [s.n.], 1882.

REDFIELD, Robert. 1956. Peasant Society and Culture. Chicago: University of Chicago Press. 1956. In.: SHANIN, Teodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. [s.l.]: Editorial Anagrama, [s.d.].

REGO, Nelson. SUERTEGARAY, Dirce; HEINDRICH, Álvaro (Orgs.). **Geografia e Educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2000.

RODRIGUES, Maria de Fátima F. **Projeto de Pesquisa para o Mestrado na USP**. São Paulo: USP, 1991. (Mimeo)

_____. **Terra Camponesa como Recriação: Genealogia do Lugar e da Paisagem**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, USP, 1995.

_____. ; SOARES, Ana Bernadete de Carvalho Accioly. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: um estudo do PRONAF e do Projeto Cooperar na Zona da Mata e no Curimataú

Paraibano. In: **Revista do LOGEPA**. Série Textos didáticos, n. 2. João Pessoa: UFPB, agosto de 2003.

_____. As dimensões do sagrado e da cidadania no Assentamento Maceió. In: **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, ano 03, n.º 05. Fortaleza: 2004.

_____. Assentados Rurais: estratégias autônomas de desenvolvimento e políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA. Goiânia: UFGO, 2005.

RURAL, Dossiê Desenvolvimento - Estudos Avançados. In.: **A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural** – Depoimento de Dom Tomás Balduino. Vol. 43. São Paulo: USP, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. Razão e Paixão. In.: CARDOSO, Sérgio (et. al.) **A Paixão**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

SACHS Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. In.: **Estudos Avançados. Dossiê Desenvolvimento Rural**. Vol. 43. São Paulo: USP, 2001.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREI SALVADOR, Ângelo Domingos. Encaminhamento de um Projeto de Pesquisa. In: FREI SALVADOR, Ângelo Domingos **Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica**, 11 Ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, José V. Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SETTON, Maria da Graça Jacintho **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Universidade de São Paulo: Faculdade de Educação Maio/Jun/Jul/Ago. nº 20, 2002a.

_____. Família escola e mídia: um campo com novas configurações. In: Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 28, no 1, jan.-jun. Educação e Pesquisa. São Paulo: 2002b.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Petrópolis: Estudos Cebrap, n.º 26, 1980.

_____. **Naturaleza y lógica de la economía campesina.** [s.l.]: Editorial Anagrama, [s.d.].

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A cultura na esteira do tempo.** São Paulo, v. 15, n. 3: 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 12 de abril de 2007.

SILVA, Anelino Francisco da. **A relação cidade-campo: como analisa-la?** Natal: Imagem Gráfica Editora, 1998.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. (Org.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos. **Nordeste: O Vietnã que não houve – Ligas Camponesas e o Golpe de 64.** Londrina: Ed. UEL/Ed. UFPR, 1996.

SPÓSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia. **Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Unesp, 2004.

SPRADLEY, James S. **The Ethnographic Interview.** New York: Holt, Rinehart and Winston, 1979.

STÉDILE, João Pedro. (Org.). As limitações da Constituição Brasileira de 1988 em relação à Reforma Agrária. In: **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994; 2004.

_____. **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Ed da UFRGS, 1994.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre Epistemología da Geografia.** Florianópolis: AGB, N. 12, Maio, 2005.

TEPICHT, Jerzy. 1973. **Marxisme et agriculture: lê payson polonais.** Paris, Armand Colin, 1973.

TEÓFILO FILHO, F. Edson. In.: ROMEIRO, Adhemar... et al. (Org). **Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda: o relatório da FAO em debate.** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

THÉVENON, Emmanuel. Pierre Bourdieu: um novo olhar sobre o mundo social. **In: Revista Label France**. n. 47. Jul/2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em 24 de fevereiro de 2007.

THOMPSON, E. Paul. A Transmissão Cultural Entre Gerações Dentro das Famílias: uma abordagem centradas em histórias de vida. In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRANDI, Reginaldo (Orgs.). **Ciências Sociais Hoje**. Revista ANPOCS, Editora Hucitec, [s.l.]: 1993.

_____. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **Algumas Observações sobre a Classe e “Falsa Consciência”**. In: NEGRO, Antônio L e SILVA, Sérgio (Orgs). **Textos Didáticos**, n. 10, 3 ed., v. 02, 1998.

TORRES, Avaní Terezinha G. & DI LORENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega et al. Novas Águas de Conhecimento nas Comunidades Rurais: Mediadores e Camponeses uma Lente Plural do Saber das Águas. IN: V CONGRESSO IBÉRICO DAS ÁGUAS. Portugal: Universidade de Faro, 2006.

TRICART, Jean. O campo da Dialética na Geografia. In.: DRESCH, Jean. et.al. **Reflexões sobre a Geografia**. São Paulo: AGB, 1980.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A Pesquisa Qualitativa em Educação: O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo. São Paulo: Atlas S.A., 1987.

VARELA, Francisco. **A Questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba**. João Pessoa: Idéia, 2 ed., 2002

VALVERDE, Orlando. Metodologia da Geografia Agrária. In. VALVERDE, Orlando. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: INEP-MEC, 1964.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Movimentos Populares, Política e Igreja. **In: Movimento Popular Política e Religião**. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

WIKIPEDIA. **A Enciclopédia Livre**. Disponível no site: <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/wikipedia.sobre>. Acesso em 20 de agosto de 2007.

WOORTMAN, Klaas. Com parente não se negueia. In: **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Ed. Universitária/Tempo Brasileiro, 1990.

WRIGHT MILLS, Charles: 2001. Do Artesanato intelectual. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. Caminhos de Construção da Pesquisa em Ciências Humanas. São Paulo: Hucitec, 2001^a.

_____. **A imaginação sociológica**. Trad. De W. Dutra. 6^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Fontes secundárias:

ASSENTAMENTO Dona Helena. **Filme**. Produção: CPT. João Pessoa, 1995.1 fita de vídeo sonora (20min.), VHS, color. Arquivo CPT - PB.

ASSOCIAÇÃO do Assentamento Dona Helena. **Relatório do Projeto de Assentamento Dona Helena**. Cruz do Espírito Santo, nov. 1998.

BRASIL. República Federativa do. **Constituição de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1997.

_____. **Constituição**. (1988). Emenda Constitucional n° 8629/93.

_____. **Escola Ativa**. SEB - Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

_____. IBGE. **Censo Demográfico**. In.: _____. Brasília, DF, 2000.

_____. IBGE. **Tabela de Indicadores Sociais - taxa de analfabetismo**; 2003b.

_____. **Censo Demográfico 2003**. Dados da taxa de analfabetismo funcional no Brasil, entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade, por situação de domicílio e sexo. IBGE: 2003a.

_____. INCRA. **Planta do Assentamento fornecida pelo INCRA**. Escala de 1:10.000: INCRA, 1995.

_____. INCRA. **Processo SR-18/1380/85**. João Pessoa, 28 abr. 1995, 94f.

_____. **Dossiê da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: DF, 1996.

_____. INCRA. **Plano Preliminar do Projeto de Assentamento Dona Helena**. João Pessoa, [s.n], 20 jun. 1996.

_____. INCRA. **Portaria de Criação do Projeto de Assentamento Dona Helena/SR-18**. João Pessoa, 02 jul. 1996, 10f.

_____. INCRA. **Processo de desapropriação do Imóvel Engenho Novo**. João Pessoa, 1996.

_____. INCRA. **Processo de número 1380/85**. Referente à desapropriação da Fazenda Engenho Novo, Solicitação de Lançamento número 03/96, fls. 288-290.

_____. INCRA. **Processo de nº 1380/85 referente à desapropriação da Fazenda Engenho Novo**. Solicitação de Lançamento número 03/96, fls. 288-290.

_____. INCRA. **Relatório do Projeto de Assentamento Dona Helena**. João Pessoa: 1996.

_____. INCRA. **Quadro demonstrativo de Projetos de Assentamento**. João Pessoa: [s.n.], 2002.

_____. INCRA. **Tabela de Fração Mínima de Parcelamento e Módulo Fiscal**. João Pessoa, [s.n], [2002].

_____. INCRA. **Processo de Denúncia de irregularidade de venda de parcelas no Assentamento Dona Helena**. João Pessoa: 2004.

_____. INCRA. **Relatório dos PA's**: março: 2005.

_____. INCRA. **ATER**. Disponível em <http://www.incra.com.br>. Acesso em 23 de agosto de 2007.

_____. INCRA. **ATES**. Disponível em <http://www.incra.com.br>. Acesso em 23 de agosto de 2007.

_____. **INCRA. Tipos de Projetos Criados e o Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária.** João Pessoa: 2007.

_____. Segurança Alimentar e Nutricional – SAN/CONSEA. **Lei N° 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Disponível em <http://www.consea.com.br>. Acesso em 24 de agosto de 2007.

_____. **UFPB. Curso de Administração de Associações de Áreas de Assentamento.** Cruz do Espírito Santo, nov. 1997.

CÁRITAS. Plano de Desenvolvimento da Comunidade. João Pessoa: 2001; 2002.

COMISSÃO dos Assentamentos. **Ofício ao PROCERA.** Cruz do Espírito Santo, 28 abr. 1998.

CPT, (2002). **CÁRITAS. Plano de Desenvolvimento da Comunidade.** João Pessoa: 2001; 2002.

CURSO de Administração em Áreas de Assentamento. Relatório do Conteúdo Programático. Cruz do Espírito Santo, nov. 1997.

Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

Engenho Novo e Outros. Primeira Vara do Trabalho da Comarca de João Pessoa, PB, vol 1, 1994.

FAO/PRONAGER. **Memória.** Laboratório Organizacional de Terreno de Capacitação Massiva. Cruz do Espírito Santo, [s.n], fev. mar. 2002.

Impressos de hinos religiosos. Assentamento Dona Helena, folhas 3-6: 2007.

JORNAL A UNIÃO. **Posseiros denunciam violência em fazenda.** João Pessoa, 28 abr. 1995, Caderno Policial, p.7.

JORNAL O NORTE. **PM's impedem invasão de terra.** João Pessoa, 28 abr. 1995, Caderno Policial, p.5.

PARAÍBA (Estado). **Processo de número 00161/1994.001.13.00-8**. Dispõe sobre indenizações trabalhistas de autoria de Cícero Lopes Romão [antigo posseiro, já falecido] contra a Fazenda

PASTORAL da Juventude. **“A Carta de Sofia”**. 2007. Disponível em <http://www.pastoraldajuventude.com.br>. Acesso em 13 de agosto de 2006.

REGIMENTO INTERNO da **Feira Agroecológica da Várzea Paraibana**. ATRADH: Cruz do espírito Santo, 2001.

SATER, Almir e TEIXEIRA, Renato. **Tocando em frente**. Serie ao Vivo - Best Price CD:2006.

Violência contra posseiros da Fazenda Engenho Novo serão apuradas. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 23 fev. 1995, Caderno Policial.

ANEXOS

ANEXO A
JORNAL O Norte

O NORTE - Sexta-feira - 02 de Fevereiro de 1996

Vice-prefeito indiciado por invasão de terra

O delegado Antônio Alves de Farias, designado especialmente para apurar a invasão da Fazenda Engenho Novo, em Cruz do Espírito Santo, indiciou o vice-prefeito da cidade, Severino Bento Raimundo e o tratorista da prefeitura, Orlando Bento da Silva. As acusações contra o vice-prefeito foram feitas pelo tratorista ao delegado. Segundo ele, o vice-prefeito além de determinar a invasão e o corte da terra, permaneceu no

local da invasão, durante todo o dia, oferecendo segurança para a realização do seu trabalho.

As testemunhas arroladas, José Antônio do Nascimento, Mário José de Lima e José Severino da Silva, em seus depoimentos, confirmaram a invasão e atribuíram a culpa ao vice-prefeito Severino Bento Raimundo. Relataram, ainda, que ele estava armado de revólver, durante toda a invasão.

ANEXO B - Entrevista realizada com os camponeses que comercializam na Feira Agroecológica

- 01 Que produtos você cultiva?
- 02 Quais produtos são destinados à feira?
- 03 Quanto fica para o autoconsumo?
- 04 Onde você comercializa o seu excedente de produção?
- 05 Quem são os consumidores?
- 06 Os produtores da feira estão organizados de que forma?
- 07 Existe algum empréstimo que esteja sendo pago? Qual?
- 08 Como se dá o processo de reuniões na feira?
- 09 Como são dadas as questões de gênero (o papel e importância dos homens e das mulheres)?
- 10 Qual tem sido a participação e o interesse dos jovens na feira?
- 11 Há grupos de cooperação? Qual o papel deles?
- 12 A matriz produtiva é centrada em grãos ou na pecuária?
- 13 Qual a priorização dos investimentos?
- 14 Como têm sido orientado o planejamento da produção? Para a produção ou para o mercado?
- 15 Como é realizado o planejamento da agroindustrialização?
- 16 Como é realizado o planejamento da comercialização?
- 17 O presidente da comissão tem salário? Você acha que é necessário?
- 18 Que benefícios tiveram os produtores com a Feira Agroecológica?
- 19 Quem participa da feira?
- 20 Quais os pré-requisitos para ingressar na feira?
- 21 Como você vê a feira daqui a algum tempo?
- 22 Quantas barracas há na Feira do Assentamento Dona Helena? E o número total de barracas da Feira?
- 23 Você costuma vender seus produtos ainda para outros locais? ()sim ()não
- 23.1 Quais?.....
- 23.2 Por quê?.....
- 24 Por que os demais camponeses não estão participando da Feira?
- 25 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?
- 26 Quanto ao número de participantes da Feira por área de assentamento e/ou acampamento:

Assentamento ou Acampamento	n.º de barracas	n.º de produtores		Tipos de Produtos
		Diretos	Indiretos	
PA Dona Helena				
PA Rainha dos Anjos				
PA Boa Vista				
PA Padre Gino				
Acampamento Ponta de Gramame				
Total				

ANEXO C**Entrevistas realizadas com os freqüentadores da Feira Agroecológica**

01 Por que você veio nesta feira?

02 Você possui algum vínculo com a UFPB ()sim ()não

02.1 Qual?.....

03 Com que período você vem à Feira?

()semanal ()quinzenal ()mensal ()Outro.....

04 Você conhece a origem dos produtos comercializados na Feira? ()Sim ()Não

Se sim, informar: ()da Reforma Agrária ()de Assentamentos Rurais () sem agrotóxicos ()Outros.....

05 O que você mais costuma comprar?

06 O que você sabe sobre esses produtos da Feira?

07 Você acredita que esses produtos sejam produzidos sem agrotóxicos? Você confia nos camponeses que produzem e comercializam nesta Feira?

08 Você conhece a historia de luta desses trabalhadores?

09 O que você acha da quantidade de produtos por Feira? ()suficiente ()insuficiente.

09.1 Por quê?.....

10 O que você acha da qualidade dos produtos da feira?

()ótima ()boa ()razoável ()fraca

11 Como você soube que existe essa Feira?

()TV ()rádio ()amigos ()trabalha na UFPB ()Outros.....

12 Você sabe se os camponeses que participam da Feira enfrentam dificuldades?

()sim ()não Quais?.....

13 Você confia nos camponeses da Feira?

14 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO D**Entrevistas realizadas com os camponeses no Assentamento Dona Helena**

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo – Mestranda Pesquisadora

Período: _____ de 200__

Data de realização da entrevista ___/___/___.

Nome do pesquisador

Número do Lote: Área do lote (ha):

Nome do titular da parcela:

I- ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

1.1 Nome

1.2. Sexo: () masculino () feminino

1.3. Naturalidade:

1.4. Idade: Grau de escolaridade Está estudando? ()sim ()não

1.5. Qual o seu parentesco com o titular da parcela?

1.6. Local de residência atual (da família): ()parcela ()outros

1.7. Como você se reconhece?

()agricultor ()lavrador ()camponês ()trabalhador rural () outros

1.8. Como você se auto-denomina?

()posseiro () dono da terra () sem-terra () outro.....

1..9- Qual a sua ocupação principal?

1.10- Tens uma segunda atividade?

()sim ()não Qual?.....

1.11.Tens família residindo no Assentamento? Quantos são assentados?

1.12. Você já residia no imóvel antes do assentamento? ()Sim ()Não

1.13. Você faz parte do grupo de famílias selecionadas para o imóvel durante a luta pela terra?

()Sim ()Não

1.14. Se já era morador/posseiro (do imóvel), como você vê as famílias que chegaram?

1.15. Se você faz parte das famílias que vieram para o imóvel como você vê as famílias que já moravam no Imóvel?

1.16. Você teve participação na luta pela terra? ()sim ()não

Se sim, como?

Se não, por quê?

1.17. Ainda participa do movimento de luta pela terra? ()sim ()não

Em caso positivo, como?

Em caso negativo, por quê?

1.18. Na luta pela terra neste imóvel, sofreu ameaças por parte do dono da terra, do poder local, ou polícia? ()sim ()não. Se positivo, como?

1.19. Participa de algum movimento social? ()sim ()não

Qual? ()partido político ()MST ()CPT ()Associação ()outro

1.20. Você já fez algum curso de formação? Qual (is)?

II- GRAU DE ESCOLARIDADE:

2.1. Nível de escolaridade dos membros da família:

Ed. Infantil		Ensino Fundamental							Ensino Médio			Outros					
Pré-escolar	alfabetização	1º série	2º série	3º série	4º série	5º série	6º série	7º série	8º série	1º ano	2º ano	3º ano	Ensino Técnico	Ensino Superior	EJA	Sem escolarização	Educação Especial
Mas*																	
FFem*																	

*Número total de pessoas por sexo

2.2. Continua (m) estudando?

Ed. Infantil	Ensino Fundamental								Ensino Médio			Outros										
	Pré-escola	alfabetização	1º série	2º série	3º série	4º série	5º série	6º série	7º série	8º série	1º ano	2º ano	3º ano	Ensino Técnico	Ensino Superior	EJA	escolarização	Sem Especial	Educação Especial	estudando	Não está	
Mas*																						
Fem*																						

*Número total de pessoas por sexo

2.3. Se não continua (m) estudando, quais os motivos?

2.4. Você sabe se a escola trata sobre os temas ligados à questão da terra, a luta por terra, a produção,, dentre outras? ()sim ()não. Especifique:

III-TRABALHO, PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E RENDA:

3.1. TRABALHO

3.1.1. Quantidade de pessoas da família que trabalha (m):

() crianças ()adolescentes ()adultos ()idosos

3.1.2. O titular da parcela trabalha na agricultura? ()sim ()não

3.1.3. Há quanto tempo o titular trabalha na agricultura?

() – de 5 anos () 5 – 10 anos ()+ 10 anos ()Quantos anos?

3.1.4. Seus pais sempre trabalham (avam) na agricultura? ()sim ()não

3.1.5. Seus avós trabalham (avam) na agricultura? ()sim ()não

3.1.6. Quanto à posse da terra seus antepassados eram: ()meeiros ()moradores

()proprietários ()arrendatários ()agregados ()posseiros ()outros

Melão								
Milho								
Macaxeira								
Palma								
Pinha								
Pitomba								
Seriguela								

3.2.1. A matriz produtiva é centrada em: () grãos () pecuária

3.2.2. Quais os instrumentos utilizados na lavoura? () enxada () estrovena () foice () trator () facão () machado () carro-de-mão

() ferro de cova () cultivador () trator () outros

3.2.3. Há pragas que afetam a lavoura? () sim () não Quais?

3.2.4. O que utiliza para combatê-las? () agrotóxico () produto natural () não usa nenhum produto

3.2.5. Se usa agrotóxico, quanto gasta na compra deste produto?

3.2.6. Alguém da família já adoeceu pelo uso de agrotóxico? () sim () não () Ou não utiliza agrotóxico

3.2.7. Qual o destino das embalagens de agrotóxico? () enterra () reutiliza () leva para depósitos

() joga fora () queima () outro

3.2.8. Se for produto natural, como é feito o preparo deste produto?

3.2.9. Como avalia o método empregado?

() ruim () razoável () bom () ótimo. Por quê?

3.2.10. A área onde se localiza a parcela é:

() íngreme () parte íngreme e parte plana () plana () outros

3.2.11. Você considera o solo da parcela para a atividade agrícola:

() ruim () razoável () bom () ótimo Por quê?

3.2.12. Utiliza sistema de irrigação? ()sim ()não

3.2.13. Caso utilize, qual o custo para a manutenção do sistema?

3.2.14. Trabalha quantas horas por dia? ()menos de 8h ()8h ()mais de 8h

3.2.15. Trabalha quantos dias na semana?

()menos de 5 dias ()5 dias ()mais de 5 dias

3.2.16. Qual o período do ano que mais trabalha? ()jan ()fev ()mar ()abr

()maio ()jun ()jul ()ago ()set ()out ()nov ()dez ()todos

OBS.:

3.2.20. Troca dias de serviço com o vizinho? ()sim ()não

3.2.21. Arrenda a sua terra? ()sim ()não Por quê?

3.2.22. Arrenda a terra de outros? ()sim ()não. Por quê?

3.2.23.SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO E A RENDA:

3.2.23.1. A produção é vendida para quem / onde?

01-Atravessadores		07-Não produz	
		Aos vizinhos	
02-Cooperativas		08-1 e 2	
03-Feira Agroecológica		09-1 e 3	
04-Feira no município		10-1 e 4	
05-Indústrias Qual?.....		11-1 e 5	
06-Não comercializa		12 Outros.Especifique.....	

3.2.24. Você acha que se participasse da feira sua vida melhoraria

3.2.25. Você já vendeu anteriormente a sua produção para o atravessador

()sim ()não Por quê?

3.2.26. O dinheiro que você adquire é usado para que?

3.2.27. Obtém renda com a venda de produtos não-agrícolas? ()sim ()não

Quais os tipos? ()artesanato ()pequeno comércio ()não obtém outro tipo de renda

() outros

- 3.2.28. Qual a sua renda mensal obtida a partir da venda de produtos, aposentadoria, ou outros, excluindo-se a produção? menos de 1 Sal. Mín. Quanto?_____
- 1 S.M. 1 – 2 S.M 2 – 3 S.M. + de 3 S.M.
- 3.2.29. Quanto a produção, (apenas a produção agropecuária), você acha que sua renda varia em torno de quanto (S.M.)? menos de 1 S.M. Quanto?_____ 1
- 1 – 2 2 – 3 + de 3
- 3.2.30. Existem aposentados na família? sim não. Quantos?
- 3.2.31. Sua renda total: (produção, venda de produtos diversos e outros)
- 3.2.32. A renda do trabalho no lote permite a sobrevivência da família? sim não. Se não, o que você faz para complementar a renda?
- 3.2.33. Precisas trabalhar assalariado em outro lugar? sim não. Por que?
- 3.2.34. Alguém da família trabalha como assalariado? sim não. Em que?
- 3.2.35. Contrata pessoas para ajudar na parcela? sim não Por quê?
- 3.2.36. Caso contrate, quanto gasta?

3.3. ELEMENTOS DE NATUREZA SÓCIO-ECONÔMICA:

- 3.3.1 A água usada para beber é: filtrada fervida clorada
- sem tratamento outro
- 3.3.2 De onde vem a água usada para beber e consumo doméstico?
- 3.3.3 Na sua residência possui energia? sim não
- 3.3.4 Onde você deposita o lixo? 1-queima 2-enterra 3-joga a céu aberto
- opções 1 e 2 1 e 3 1, 2, 3 Outro.....
- O que você faz com o lixo orgânico?
- 3.3.5. Você usa lenha? sim não De onde retira?
- 3.3.6. Que tipos de cuidados você tem com o solo no cultivo e produção agrícola?

3.4. PECUÁRIA:

Rebanho	n.º de animais anterior ao PA	n.º de animais que possui atualmente	Objetivos da criação
Bovino			
Caprino			
Eqüino			
Ovino			
Suíno			
Galináceo			
Codornas			
Pato			
Ganso			
Guiné			
Peru			
Paturi			

3.4. ELEMENTOS DE NATUREZA SÓCIO-ECONÔMICA:

3.4.1 A água usada para beber é: filtrada fervida clorada
 sem tratamento outro

3.4.2 De onde vem a água usada para beber e consumo doméstico?

3.4.3 Na sua residência possui energia? sim não

3.4.5 Onde você deposita o lixo? 1-queima 2-enterra 3-joga a céu aberto
 opções 1 e 2 1 e 3 1, 2, 3 Outro.....

O que você faz com o lixo orgânico?

3.4.6. Você usa lenha? sim não De onde retira?

3.4.7. Que tipos de cuidados você tem com o solo no cultivo e produção agrícola?

3.4.8. SOBRE EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS E OUTROS:

Eletrodomésticos	Antes do Assentamento	Depois do Assentamento	Observações
Aparelho de som			
Celular			
Computador			
DVD			
Ferro de passar roupas			
Fogão			
Geladeira			
Liquidificador			
Rádio			
Telefone			
TV			
Vídeo			
Ventilador			

3.5. QUANTO AOS CRÉDITOS E INVESTIMENTOS:

3.5.1. Já tivestes acesso a crédito ou ao sistema bancário antes do assentamento?

() Sim () Não

Por quê?

3.5.2. E depois do assentamento já recebeu algum tipo de empréstimo agrícola?

() sim () não

Que tipo? () crédito individual de custeio () crédito individual de investimento

() crédito coletivo () nunca recebeu crédito () Outros

3.5.3. No momento você está com alguma linha de crédito? Qual?

3.5.4. Teve dificuldades de acesso ao crédito? () Sim () Não

3.5.5. Você recebeu os créditos via INCRA (alimentação, custeio e habitação)?

() sim () não Especifique.

3.5.6. Você já os quitou? () sim () não. Especifique

3.5.7. Quais as políticas de crédito já utilizadas? () PRONAF A () PRONAF B

() PRONAF A/C () PRONAF Jovem rural () PRONAF Agroecologia

() PRONAF mulher () Cooperar () PROCERA () nenhum () outros

3.5.8. Conseguiu quitar a dívida destes? () sim () não

3.5.9. Se não conseguiu quitar, quais não conseguiu?

Por que não conseguiu quitá-los?

3.5.10. Se não conseguiu quitar, você acha que é ainda possível quitar? () sim () não.

Por quê?

3.5.11. Em que você se sente prejudicado por não ter quitado o empréstimo?

3.5.12. Obteve bons resultados com a concessão dos empréstimos agrícolas?

() sim () não. Por quê?

4. SOBRE A ASSOCIAÇÃO:

4.1. Acha importante o papel da associação comunitária? () sim () não

4.2. O que você pensa sobre o papel de uma associação?

4.3. Você participa da associação? () sim () não

Se não participa e já o fez, por que não participa mais?

4.4. De qual associação você participa (ou)? () associação do assentamento () 2.^a associação criada

4.5. Com que frequência participa das reuniões da associação comunitária?

() raramente () sempre que pode () mensal () não participa

4.6. Se não participa, qual(is) o(s) motivo(s)?

4.7. Se participa o que você acha desta associação?

4.8. A que você atribui a formação de 2 associações?

4.9. Formar 2 associações foi bom para o assentamento? () sim () não Por que?

4.10. Você acha que os líderes precisam e/ou merecem receber uma remuneração ou ajuda de custos?

5. SOBRE A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA

5.1. Como era a sua vida antes de conseguir a sua parcela?

5.2. E hoje, depois da terra conquistada, como é a sua vida? O que mudou?

5.3. Como você se sentia como homem, ou mulher, ou trabalhador rural, antes de ser assentado?

5.4. Como você se sente como homem, ou mulher, trabalhador rural, atualmente?

6. SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

6.1. A assistência técnica vem na sua parcela? ()sim ()não

6.2. Com que **freqüência a assistência comparece em sua parcela?** ()mensal ()trimestral

()semestral ()anual ()Outro_____

6.3. Se não comparece a parcela, onde se dá o encontro e as informações?

6.4. Como ela dá assistência a vocês trabalhadores?

6.5. Você sabe se existem dificuldades no trabalho da assistência técnica diretamente com os órgãos que tratam da Reforma Agrária? ()sim ()não Quais?

7. SOBRE A ORIGEM DO ENTREVISTADO E O CONFLITO NO IMÓVEL E PROCESSO DE ASSENTAMENTO

7.1. Qual é o seu lugar de origem?

7.2. Por que você saiu de sua terra natal, ou quais as dificuldades que encontravas onde moravas?

7.3. Você já era possessor no período do anterior ao conflito? ()sim ()não ()neste imóvel

() noutro imóvel. Qual? (incluir o município)

7.4. Você esteve presente no momento do conflito nesta área? ()sim ()não

7.5. O que mais te marcou no momento do conflito?

7.6. Tens família residindo no Assentamento? ()sim ()não

Quantos são assentados?

7.7. Você considera o povo do PA Dona Helena, um povo solidário?

()sim ()não Por quê?

7.8. De quem foi a decisão por lotes individuais e não por agrovila?

7.9. Você acha que esta foi a melhor decisão? ()sim ()não. Por quê?

7.10. Você considera o povo do PA Dona Helena, um povo solidário?

8. SOBRE A ORGANIZAÇÃO ATUAL

8.1. Quais os problemas e/ou conflitos que você vê aqui no assentamento que podem interferir no desenvolvimento local

8.2. Quais foram os ganhos organizacionais? (O que foi construído mediante a organização do grupo)?

8.3. Como você vê a participação do Pe. Gabriele neste Assentamento?

8.4. O que mudou a partir da chegada do Pe. Gabriele?

9. SOBRE AS MULHERES

9.1. Você acha que é importante a presença da mulher nas decisões e/ou no trabalho do assentamento?

() sim () não Por que?

9.2. Como é desenvolvido o trabalho das mulheres na parcela?

9.3. A companheira desta parcela participa da Associação? () sim () não
Por quê?

9.4. Você faz parte do grupo de mulheres? () sim () não Por que?

9.5. (Se entrevistado mulher): Você acha importante o trabalho das mulheres no assentamento?

() sim () não Por que?

9.6. (Se entrevistado homem): Você acha importante o trabalho das mulheres no assentamento? () sim () não Por que?

9.7. Você sabe como é o trabalho do grupo de mulheres no assentamento?

() sim () não

9.8. O que você sabe sobre este grupo?

9.9. Quando as mulheres passaram a se organizar?

9.10. O que mudou com a organização do trabalho das mulheres?

10. SOBRE JOVENS. CRIANÇAS E IDOSOS

10.1. Como é realizado o trabalho dos jovens?

10.1. Quando os jovens passaram a se organizar?

10.2. Você conhece como funciona o CRF – Centro de Formação Rural?

()sim ()não Se positivo, explique:

10.3. As crianças da família trabalham? ()sim ()não. Se sim, de que formas?

10.4. As crianças da família participam de algum grupo da comunidade?

()sim ()não. Se sim, qual (is)?

10.5. Os idosos da família trabalham? ()sim ()não. **Se sim**, de que formas?

10.6. Quais as tarefas dos homens nesta família?

10.7. E as tarefas das mulheres?

11. SOBRE RELIGIÃO:

11.1. Você tem uma religião, crença? ()sim ()não. Qual?

11.2. Existe igreja no assentamento? ()sim ()não. Quantas e quais?

11.3. Se existe e você participa o que esta igreja fala sobre a salvação?

()é salvação individual ()é salvação coletiva. ()outro

11.4. O que esta igreja fala sobre a luta pela terra?

11.5. Como e onde são realizadas as celebrações na comunidade?

12. SOBRE A REFORMA AGRÁRIA:

12.1. O que é reforma agrária para você?

12.2. Você acha que o governo atual tem feito Reforma Agrária?

()sim ()não Por quê?

12.3. Se falta algo, o que falta para ser feita a Reforma Agrária?

13. SOBRE A ESTRUTURA ETÁRIA E SEXUAL DA FAMÍLIA:

13.1. Distribuição por idade e sexo dos membros de sua família?

Idade (anos)	Sexo	
	Masculino	Feminino
0 –10		
11-20		
21-30		

31-40		
41-50		
51-60		
61-70		
70-80		
80- >		

14. SOBRE A SAÚDE:

14.1. Há ocorrência de doenças que afligem sua família? sim não Quais?

14.2. A que você atribui o surgimento dessas doenças?

14.3. Em caso de doenças simples o que você faz? usa ervas medicinais usa remédios de farmácia posto médico municipal outros.....

14.4. Em casos mais graves, o que você procura: Sta. Rita Sapé

João Pessoa Bayeux Outros.....

15. SOBRE A ESTRUTURA DA CASA / PARCELA:

15.1. Como chega a água até a sua casa? irrigada caminhão-pipa animais

carroçinha carroça de tração animal tambor outro

15.2. O que possui em sua casa / parcela:

Elementos	SSim	NNã o	Observações
Banheiro			
Pia de cozinha			
Pia de banheiro			
Fossa			
Vaso sanitário			
Jardim (fruteiras, roseiras, ornamentais)			
Curral			
Chiqueiro de aves			
Caixa d'água			
Dois quartos			
Três quartos			
Quatro quartos			
Açude			
Cisterna			
Cacimbão / poço			
Número de casas na parcela			
Carro			
Moto			
Bicicleta			

15.3. O que você gostaria de fazer para melhorar sua residência?

15.4. Você já dispunha de recursos no período de imissão de posse na parcela?

() sim () não

15.5. A que você atribui essa diferenciação na renda dos trabalhadores? () já tinha recursos antes do assentamento () conseguiu após ser assentado () outro.....

15.6. A que você atribui essa diferenciação no aspecto visual (padrão de casas, possuir veículos, por ex.) na parcela dos trabalhadores? () fertilidade da terra () idade (mais jovens)

() especialização de culturas () variedade maior de culturas () já tinha recursos antes do assentamento () outros

15.7. Como você vê a organização dos produtores aqui no assentamento?

15.8. O que você acha de se plantar a cana-de-açúcar no Assentamento?

15.9. Você já foi roubado em sua parcela? () sim () não

15.10. A área da parcela é plantada:

() total () média () pouco () não possui plantio

15.11. Sua área da parcela é cercada? () total () parcial () NÃO. Motivos:

15.12. É fácil o acesso a sua parcela? () sim () não

15.13. Se em difícil acesso, explicitar em que este se vê prejudicado

15.14. Há transporte no assentamento, que não os particulares? () sim () não

15.15. Qual o local freqüente dos encontros? () espaços coletivos () residências

() espaço religioso () Outros

ANEXO E**Entrevista realizada com o corpo Docente, Técnico e de Apoio da escola do Assentamento Dona Helena**

- 1 Como foi construída a escola no Assentamento Dona Helena?
- 2 Como se realizada a atividade educacional na escola? Há preocupação em enfatizar a realidade do aluno?
- 3 Os funcionários são todos concursados?
- 4 Os funcionários residem na área do Assentamento?
- 5 Qual a frequência e o relacionamento dos pais com a escola?
- 6 Quais eventos são realizados na escola que tem conexão com a história de vida dos alunos?
- 7 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO F**Entrevistas realizadas com a CPT**

- 1 Data de que período a mediação da CPT junto aos camponeses?
- 2 Como se deu a atuação da CPT na história dos camponeses da Várzea Paraibana?
- 3 Atualmente com se realiza o trabalho da CPT no interior do Assentamento Dona Helena?
- 3 Qual o sentido dessa mediação?
- 4 Quais as conquistas obtidas pela integração da CPT e os camponeses na história do Assentamento Dona Helena?
- 5 Qual o grau de atuação da CPT nos períodos anterior e pós assentamento das famílias?
- 6 O que mudou na história de vida das famílias do Assentamento Dona Helena?
- 7 Que tipo de mediação é realizado pela CPT e CÁRITAS junto ao Projeto da Feira Agroecológica?
- 8 Quais as diferenças existentes entre os camponeses inseridos no projeto da Feira e os demais camponeses que ainda não estão comercializando na Feira?
- 9 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO G

Entrevistas com o BNB e PRONAF

- 01- Qual a importância do Programa PRONAF para as áreas de assentamentos rurais?
- 02- Quais as taxas de juros?
- 03- O que é o PROCERA, PRONAF?
- 04- A que se destina o PRONAF em suas distintas categorias?
- 05- Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva ou grupal?
- 06- Qual a carência para os empréstimos?
- 07- Qual a situação do Assentamento Dona Helena? Há empréstimos coletivos?
- 08- Os camponeses estão conseguindo pagar os seus empréstimos?
- 09- Quais as medidas que o banco toma em relação aos camponeses que não estão adimplindo com suas obrigações?
- 10- É muito freqüente a procura dos camponeses assentados por empréstimos?
- 11- Como se realizam os empréstimos ao assentamento rural?
- 12- O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO H

Entrevista realizada com o INCRA

- 01-Quais os créditos concedidos pelo INCRA para as áreas de assentamento rural?
- 02-Esses créditos têm viabilizado o trabalho e permanência das famílias na terra?
- 03-Em caso de venda da parcela, o que ocorre com o primeiro assentado?
- 04-O assentado que sai fica com o débito? Ou fica com o novo a ser assentado?
- 05-O que ocorre com o comprador ou receptor?
- 06-Para quem se destina a parcela submetida à venda?
- 07-Pode construir outras casas na parcela?
- 08-O que ocorre em caso de falecimento do assentado? Com quem fica a parcela?
- 09-A compra da CONAB passa pelo INCRA ou pelo FOME ZERO?
- 10-Quais são os órgãos de assistência técnica destinados a este Projeto de Assentamento?
- 01- O Assentamento foi criado para a produção ou para a especulação?
- 11-Quais os órgãos de assistência técnica?
- 12-Como eles atuam nos assentamentos?
- 13-Assistência Técnica tem caráter mais corporativo ou como processo de apropriação pelos produtores de conhecimentos agronômicos?
- 02- Em função de que se escolhe a construção de agrovilas ou mesmo de lotes individuais?
- 03- Há preocupações por parte do INCRA em relação ao cultivo de cana-de-açúcar em áreas de assentamentos rurais?
- 14-O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO I

Entrevistas realizadas com membros do CRF

- 1 Quais os problemas e/ou conflitos que você vê aqui no assentamento que podem interferir no desenvolvimento local?
- 2 Como funciona o CRF – Centro de Formação Rural?
- 3 Como se deu o processo de ligação do Assentamento com a Arquidiocese Paraibana e a conseqüente chegada do Padre Gabriele?
- 4 O que mudou a partir da chegada do Padre Gabriele?
- 5 De onde provém o crédito empreendido neste assentamento e qual a pretensão da Igreja ao realizar este feito?
- 6 Por que este assentamento foi escolhido? Há representantes da Igreja em presença constante em outros assentamentos?
- 7 Tem horta comunitária na sede da fazenda?
- 8 Que experiências educativas tem como demonstração na área sede do CRF?
- 9 Como se realizam os cursos empreendidos pelo CRF e a quem (que) se destinam?
- 10 Quais as expectativas do CRF em relação ao trabalho realizado com jovens e crianças neste Assentamento?
- 11 Há colaboração por parte da comunidade na realização do trabalho do CRF?
- 12 Que resultados já foram alcançados após a instalação do CRF na comunidade?
- 13 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO J**Entrevistas realizadas com membros do CEDESP'S**

- 1 Como e quando iniciou a mediação do CEDESP'S na história do Assentamento Dona Helena?
- 2 Quais os responsáveis pelo CEDESP'S?
- 3 Como se realiza o trabalho e quais os objetivos?
- 4 A quem se destina os objetivos do CEDESP'S?
- 5 Quais os resultados alcançados pela mediação do CEDESP'S junto ao Grupo de Mulheres e ao Grupo de Crianças das Ervas Medicinais?
- 6 O CEDESP'S desenvolve trabalho educacional voltado para o aproveitamento da realidade local, ou seja, enfatizando a realidade dos sujeitos nela envolvidos, assim como o aproveitamento dos recursos locais? Explique.
- 7 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO L**Entrevistas realizadas com a EMATER**

- 1 Qual a atuação da EMATER no Assentamento Dona Helena?
- 2 Qual o incentivo da EMATER na produção de fruticultura, formação de pomares, cultivo de ervas medicinais e criação de animais nas áreas de assentamentos rurais?
- 3 Que problemas os assentamentos rurais enfrentam pela assistência técnica oferecida quando se trata de empresas particulares contratadas pelo INCRA?
- 4 Que problemas são ocasionados a partir da má prestação dos serviços de assistência técnica?
- 5 Como deve ser planejado e organizado o serviço de assistência técnica nas áreas de assentamentos rurais?
- 6 Qual a frequência ideal para atendimento às famílias?
- 7 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO M**Entrevistas realizadas com a Agência Mandalla**

- 1 Qual a relação que tem a Agência Mandalla com o Assentamento Dona Helena?
- 2 Como iniciou essa parceria?
- 3 Como se deu as reuniões entre a Agência e os camponeses?
- 4 Quais os objetivos da instalação da mandala numa parcela do Assentamento?
- 5 Quais os critérios de escolha da parcela onde foi instalada a mandala no Assentamento?
- 6 Quais foram os custos?
- 7 A família beneficiada obteve resultados satisfatórios? Como e por quê?
- 8 Outras famílias se interessaram em instalar uma mandala em suas parcelas? Por quê?
- 9 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO N**Entrevistas realizadas com o STRCES**

- 1 Relate sobre a história do conflito ocorrido no imóvel Fazenda Engenho Novo.
- 2 Qual a atuação do STR junto a história das famílias do Assentamento Dona Helena?
- 3 Como se dá atualmente a atuação deste STR junto às famílias do Assentamento Dona Helena?
- 4 Quais os mediadores que se fizeram presentes no período do acampamento?
- 5 Qual sua opinião sobre a atuação da CPT e outros mediadores junto às famílias?
- 6 Foi necessário o conflito?
- 7 O que mais marcou o momento do conflito na terra?
- 8 Foi necessário agregar mais famílias ao movimento de luta pela terra na Fazenda Engenho Novo?
- 9 Houve opositores junto ao trabalho do STR na história do conflito da luta pela terra na Fazenda Engenho Novo?
- 10 Que relações o Sindicato tinha (tem) com o Governo Municipal?
- 11 O que mudou no relacionamento entre camponeses e o poder público local?
- 12 O que se refere ao relacionamento entre grandes proprietários de terra e/ou usineiros, camponeses e o poder público local?
- 13 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO O**Entrevistas realizadas com membros da ATRADH**

- 1 Como foi feita a distribuição dos lotes? Quem fez?
- 2- Qual a participação das mulheres e qual a importância do Grupo de Mulheres?
- 3 Qual a situação dos trabalhadores no que concerne ao pagamento das mensalidades?
- 4- A que se deve ao não pagamento das mensalidades por parte dos trabalhadores?
- 5- Os trabalhadores acreditam na Associação? Por quê?
- 6- De quem foi a decisão por lotes individuais e não por agrovilas?
- 7- Você acha que esta foi a melhor decisão? () sim () não. Por quê?
- 8 Você acha que os líderes precisam e/ou merecem receber uma remuneração?
- 9 Com que frequência a assistência técnica comparece nas reuniões e/ou assentamento?
- 10 Como se deu o processo de ligação do Assentamento com a Arquidiocese Paraibana e a conseqüente chegada do Padre Gabriele?
- 11 O que mudou a partir da chegada do Padre Gabriele?
- 12 Quantas famílias moravam no latifúndio?
- 13 Quantas resistiram ao conflito e continuaram posseiros neste imóvel?
- 14 O que é comunitário?
- 15 Há candidatos em eleições municipais?
- 16 Há eleitos? Que cargos?
- 17 Quais os participantes que estão (estiveram) sempre presentes no Assentamento Dona Helena?
- 18 Como atua a ATRADH?
- 19 Há reuniões e formação de uma pauta anterior a assembléia?
- 20 Qual o número de participantes associados e adimplentes?
- 21 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO P

Entrevistas com a Assistência Técnica

- 1 Quais as propostas dos órgãos (INCRA e Bancos) para os camponeses?
- 2 Como a Assistência Técnica atua junto aos camponeses?
- 3 Os camponeses geralmente cumprem o que trata a orientação dos projetos?
- 4 Quais são os órgãos de assistência técnica destinados a este Projeto de Assentamento?
- 5 A assistência técnica tem caráter mais corporativo ou atua como processo de concessão e apropriação pelos camponeses de conhecimentos agrônômicos?
- 7 Quais as dificuldades que a assistência técnica enfrenta para realizar seu trabalho neste Assentamento?
- 8 Qual tem sido a frequência da assistência técnica na associação do Assentamento Dona Helena?
- 9 Qual tem sido a frequência da assistência técnica nas parcelas do Assentamento Dona Helena?
- 10 O que você acha do projeto de Reforma Agrária?

ANEXO Q
Jornal O Norte

INCRA GABINETE DO PRESIDENTE COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	O NORTE	U. F. PB	DATA 28/04/95	PAG. 5
--	---------	-------------	------------------	-----------

PMs impedem invasão de terra

Militares ficam de plantão no Engenho Novo

O Juiz Adailton Lacerd Ponto da comarca de Santa Rita, determinou no final da tarde de ontem, a permanência de policiais na Fazenda Engenho Novo, no município de Cruz do Espírito Santo, 24 quilômetros de João Pessoa para impedir que o local seja invadido por posseiros, que foram expulsos na última quarta-feira, cumprindo determinação judicial.

Na hora do despejo houve um princípio de tumulto. Posseiros armados com enxadas, foices e facões tentaram enfrentar os policiais, que logo dominaram a situação. Mesmo dei-

xando a Fazenda num clima passivo, os trabalhadores prometeram voltar e diante da promessa, o Juiz Adailton Lacerd resolveu terminar a permanência da polícia no local.

A reintegração de posse da Fazenda Engenho Novo foi concedida pela justiça a José Fernandes Ribeiro Coutinho, que se diz proprietário do local e há muito tempo vem lutando na justiça pela posse da terra. A área possui 800 hectares e a mais de 50 anos vinha sendo ocupada pelos posseiros.

"Nós não temos para onde ir. Os policiais agiram com muita violência contra nós. Tomamos conhecimento de que, antes da ação violenta, os policiais receberam de José Fernandes refeições, e que eles foram trazidos em ônibus particular para pelo latifundiário"

declarou a camponesa Helena Coutinho Nascimento.

Ontem pela manhã, uma comissão de posseiros acompanhados por Frei Anastácio, da Pastoral da Terra, foram ao INCRA para pedir providências ao superintendente Júlio César Ramalho Ramos. "O INCRA fará tudo que estiver ao alcance para solucionar a situação de conflito no local.

Segundo ele, as providências já estão sendo tomadas. "Nós recebemos a denúncia, fizemos vistoria e foi constatado que a área era improdutivo. o superintendente acrescentou que a lei determina que a área improdutivo deve ser desapropriada e que a procuradoria do Incra irá acompanhar o processo em Brasília.

ANEXO R
Jornal A União

INCRA
 CABINETE DO PRESIDENTE
 COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A UNIÃO

U. F.

PB

DATA

28/04/95

PAG.

7

Posseiros denunciam violência em fazenda

Os posseiros da Fazenda Engenho Novo, estiveram ontem reunidos com o presidente do Inera na Paraíba para denunciar as represálias ocorridas na área nos últimos dias pela Polícia Militar. O presidente do Inera lamentou o ocorrido e comunicou o fato ao Chefe da Casa Civil para que este informasse à Secretaria de Segurança e fossem tomadas as providências no sentido de cessar a violência, já que o órgão não tem competência legal para agir.

A Fazenda Engenho Novo está localizada no município de Cruz do Espírito Santo, a cerca de 30 km de João Pessoa e é de propriedade de José Fernandes Ribeiro Coutinho. Segundo o presidente do Inera, Júlio César Ramalho, do ponto de vista técnico a Fazenda é improdutiva, o processo de desapropriação foi concluído ontem e será encaminhado hoje para Brasília.

"O Inera designou uma procuradora do órgão para acompanhar a tramitação do processo em Brasília até a conclusão. Espero que dentro de uma semana tenhamos concluído. Daí o processo será encaminhado para o Ministério

da Agricultura e para o presidente da República, para que seja assinada a desapropriação".

A área de posse é de 809 hectares, onde 62 famílias estão assentadas há muito anos, inclusive muitas destas pessoas moram no local há 60 anos. Em janeiro de 94, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo encaminhou ao Inera denúncias de que estavam havendo represálias por parte de capangas comandados pelo proprietário da terra.

Segundo um membro da Pastoral da Terra, Manoel Pedro, na última segunda-feira a Polícia Militar foi ao local com uma Ordem Judicial e despejou as famílias, queimou os barracos, derramou a comida das panelas e levou os posseiros até à cidade. De acordo com Manoel Pedro, ontem pela manhã o pessoal voltou a ocupar a área e permanecerá trabalhando nos roçados, embora num clima de tensão, já que a camionete do proprietário da Fazenda esteve ontem na cidade com cinco policiais com fuzis em punho e sob ameaça do proprietário das terras de soltar 300 cabeças de gado na área.

ANEXO S
Decreto de Desapropriação

DECRETO DE 4 DE SETEMBRO DE 1995

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais denominados "ENGENHO NOVO" e "AGROPAR", situados no Município de Cruz do Espírito Santo, Estado da Paraíba, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 84, item IV, e 184, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º, da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos artigos 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, item V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, os imóveis rurais denominados "ENGENHO NOVO" e "AGROPAR", com área de 416,2220 ha e 392,0000 ha respectivamente, totalizando 808,2220 ha (oitocentos e oito hectares, vinte e dois ares e vinte centiares), situados no Município de Cruz do Espírito Santo, objeto dos registros nºs R-1-54, fls. 50/50v, do Livro 2 e 330, fls. 40, do Livro 2-B, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Cruz do Espírito Santo, Estado da Paraíba.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os arrendamentos, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes nos imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e manter a área de Reserva Legal, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação da biota.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Eduardo de Andrade Vieira

ANEXO T
Autos de Imissão de Posse

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

Aos sete dias do mês de Junho de Mil Novecentos e Noventa e Seis, nesta cidade e Comarca de Cruz do Espírito Santo, em cumprimento ao mandado expedido e assinado pelo MM. Juiz Federal da 2ª Vara Dr. Alexandre Costa de Luna Freire extraído da Ação de Desapropriação nº 96.2962-8, Classe 5012, cópia em anexo, veio eu, Oficial de Justiça ao final assinado, ao Imóvel rural denominado "AGROPAR", localizado no município de Cruz do Espírito Santo-PB, com área registrada de 392.0000 ha (trezentos e noventa e dois hectares), embora no levantamento planimétrico realizado pelo INCRA tenha se constatado uma área de aproximadamente 281.2100 (duzentos e oitenta e um hectares e vinte e um área), registrada no Cartório de Cruz do Espírito Santo - PB, sob Nº R-1-330, Livro 2-B, Fla. 40, pertencente a expropriada AGROPAR - AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARAIBA LTDA, e, ali sendo, após as formalidades legais, IMITIR, na posse do Imóvel Rural acima mencionado, o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO - INCRA na pessoa do seu representante legal. Procuradora Regional do INCRA Dra. VIVIANE MOURAÕ DUTRIVIL. E para constar, lavrei o presente auto, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim Oficial de Justiça, pelo imitado e pelas testemunhas.

Bedro Mendes da Silva

VIVIANE M. DUTRIVIL

José Roberto Gomes
ADMINISTRADOR

* Jos. Valdemirson Batista

Reg. 88.375

Comarca de Cruz do Espírito Santo

ANEXO U
Ofício ao INCRA sobre ocupação dos agregados.

A-18

AO SUPERINTENDENTE DO I.N.C.R.A. PB
Dr. Júlio Cesar Ramalho

RECIBO
FMA 06/11/96
R

Cruz do Espírito Santo, 06.11.1996

Nós trabalhadores rurais da Associação do Assentamento D. Helena do Município de Cruz do Espírito Santo, com sede neste Assentamento, viemos denunciar, pela terceira vez, que o ex capanga de José Fernando Ribeiro Coutinho, Biu João

- 1) permanece morando em uma das casas do patrimônio do Assentamento;
- 2) permanece usando as mesmas práticas de intimidação que sempre usó quando servia de braço armado do ex proprietário.

Por quanto acima citado está se tornando impossível a convivência entre nós assentados e capanga Biu João e sua esposa D. Maria Cassimiro que vem também com constantes provocações e ameaças.

Antes que esta situação leve a consequências desastrosas exigimos:

1) IMEDIATO DESARMAMENTO DO CAPANGA BIU JOÃO E A IMEDIATA DESOCUPAÇÃO DA CASA.

Acreditamos que só assim podemos trabalhar e viver em paz.

Ficamos confiantes que sejam tomadas as devidas providências.

Ass. Antônio Figueira de Oliveira
João Galvão Soares Filho
Geraldo Valdivino dos Santos
Paulo Afonso de Souza
Sergio de Almeida
Ass. João F. de S. Silva
Ass. João S. de S.

O CONSELHO DA ASSOCIAÇÃO

ANEXO V
Ofício de solicitação do crédito habitação

DE: ASSOCIAÇÕES DOS ASSENTAMENTOS: Dona Helena, XXI de Abril e Pe. Gino - Sapé e Cruz do Espírito Santo - PB.

AO: SUPERINTENDENTE DO INCRA NA PARAIBA

Dr. Júlio César Ramalho

Dra. Nely (Setor de Assentamento do INCRA).

NESTA.

Nós, dos Assentamentos D. Helena, Pe. Gino e XXI de Abril, vimos por meio deste expor o seguinte:

Somos 226 famílias assentados e que estamos sofrendo sérios problemas com a não liberação do crédito habitação. Estamos morando em barracas de lonas que com o sol e chuvas constantes se encontram em precárias situações e não temos condições de comprar mais para repor. Quanto a nossa produção de frutos e sementes, estas se encontram correndo risco de perdermos por não ter onde guardar. Além do mais, estamos também sofrendo problemas de saúde onde os mais prejudicados são as crianças, pois estamos vivendo quase a céu aberto.

Todos os nossos problemas seriam solucionados se fosse liberado o crédito habitação para que podessemos viver de forma digna em nossas casas.

Certos de que seremos atendidos, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente:

~~Maria da Conceição dos Santos~~
Assentamento Pe. Gino

Maria da Conceição dos Santos
Assentamento XXI de Abril

Jose Antonio do Nascimento
Assentamento Dona Helena

Jose Antonio
Em. 30/4/97